



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

LENNON MARTINS PEREIRA

**EXPANSÃO DOS CURSOS SUPERIORES DE  
TECNOLOGIA NA UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ E A  
MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO A DISTÂNCIA**

BELÉM – PA  
2022

LENNON MARTINS PEREIRA

**EXPANSÃO DOS CURSOS SUPERIORES DE  
TECNOLOGIA NA UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ E A  
MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO A DISTÂNCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED), do Instituto de Ciência da Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA), área de concentração: Políticas Públicas Educacionais, como requisito final para obtenção do título de mestre em educação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Edilene da Silva Ribeiro

BELÉM – PA  
2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

M379e Martins Pereira, Lennon.  
Expansão dos Cursos Superiores de Tecnologia na  
Universidade Estácio de Sá e a Mercantilização do Ensino a  
Distância / Lennon Martins Pereira. — 2022.  
173 f. : il. color.

Orientador(a): Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria Edilene da Silva Ribeiro  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,  
Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em  
Educação, Belém, 2022.

1. Cursos Superiores de Tecnologia – CST. 2. Educação a  
distância – EAD. 3. Mercantilização do ensino superior. 4.  
Estácio. 5. Expansão. I. Título.

CDD 378.981

---

LENNON MARTINS PEREIRA

**EXPANSÃO DOS CURSOS SUPERIORES DE  
TECNOLOGIA NA UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ E A  
MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO A DISTÂNCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED), do Instituto de Ciência da Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA), área de concentração: Políticas Públicas Educacionais, como requisito final para obtenção do título de mestre em educação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Edilene da Silva Ribeiro

Data: 02/02/2022

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Edilene da Silva Ribeiro – Orientadora  
Universidade Federal do Pará – UFPA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr. André Rodrigues Guimarães – Examinador Interno  
Universidade Federal do Pará – UFPA

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Valéria Silva de Moraes Novais – Examinadora Externa  
Universidade Federal do Pará – UNIFAP

Dedico aos meus pais, meus familiares, estruturas fundamentais em minha vida.  
À minha companheira e filha, presentes e participativas em todo o processo.  
Aos professores e professoras que contribuíram com minha formação.  
A tod@s aquel@s que lutam por uma educação pública de qualidade.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao nosso grande Deus, pelo dom da vida e tudo de bom que a mesma proporciona, sem Ele sequer uma linha seria escrita ou qualquer desafio seria superado. A vida, em todos seus aspectos, é um desafio, especialmente em tempos como os que vivenciamos (pandemia, guerras, desgoverno), portanto se a tenho, Deus é o dono de todos os bônus e a Ele agradeço por minha vida e por todas as pessoas que fazem parte dela.

Agradeço aos meus familiares, pois a constituição de um ser carrega experiências e exemplos de onde nascemos, tenho orgulho por ter nascido numa família de trabalhadoras e trabalhadores que insistentemente lutam diariamente para mudar sua realidade, assim proporcionaram condições e sempre me incentivaram ao estudo, e na realidade vivenciada por nós, estudar é um privilégio. Agradeço ainda, aos que apoiaram direto ou indiretamente nesta caminhada, apesar de não vivenciarem tal realidade, sempre acreditaram na educação como fator de libertação e superação de nossas condições social e intelectual, estruturas difíceis de serem rompidas pela camada pobre e marginalizada, mas que estamos transformando!

Em especial ao meu pai José Maria Pereira e minha mãe Iris Martins. Caberia um livro somente de agradecimentos por toda dedicação a mim. Limitadamente expressei meu eterno sentimento de agradecimento pela condição social, moral e psicológica para enfrentar as dificuldades e aumentar minha resistência e resiliência, pois para nossa condição social, num país atravessado por desigualdades extremas, viver já é em si um ato de resistência e os valores que me foram passados, estão em mim e em cada atitude que tomo, sempre cultivando o respeito à vidas e às pessoas.

À minha tia/irmã Lia Pereira, pelo acompanhamento, orientação e incentivo aos estudos desde minha infância, tenho grande respeito e admiração pelo exemplo de pessoa, profissional e pesquisadora. Obrigada Dra Lia Pereira. Agradeço aos meus sogros, João Sales e Telvia Portela, no incentivo aos meus estudos, apoio à vida e equalização dos momentos conflituosos.

Agradeço à minha companheira Jennifer, pela companhia em todos os momentos, alegres e tristes, proporcionados pelo mestrado e pela vida, por dividirmos os óbices da *montanha russa* dessa pós-graduação. Pelos momentos de reflexão e ajuda mútua durante o processo, as leituras, debates, reflexões, orientações e incentivo nos momentos mais tensos. Programas diferentes com preocupações semelhantes e cada um com suas batalhas individuais.

Agradeço à minha filha Lidia Sophia, por sua significativa existência e pelos inúmeros momentos de alegria, sempre nos contagiando com seu sorriso, inteligência e espontaneidade, (minha inspiração), foi fundamental para continuidade dos meus estudos ao compartilhar alegrias no “ficar feliz junto” e já por saber, dentro do seu entendimento, da importância dos estudos.

Sobre filhos, agradeço ao divino pela existência de meus afilhados João Gabriel e Martin Alexandre, bênçãos divinas, presentes que a vida proporciona. Nossas crianças são a materialização da esperança e compõem a energia vital necessária para um mundo melhor.

Agradeço à Universidade Federal do Pará - UFPA, ao Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED, em proporcionar uma educação pública e sempre na luta pela qualidade e melhores condições no atendimento à sociedade, sinto imenso orgulho em fazer parte de uma instituição representativa da educação superior no Norte do País, formando excelentes profissionais ao longo dos anos.

Agradeço ao grupo GEPES pelo acolhimento, acompanhamento e orientações ao longo da jornada, fundamentais no caminhar da pesquisa e reflexões durante as sessões de estudo, com os debates, apresentações e diálogos. Com destaque à orientação e direcionamento da professora Vera Jacob, em sua luta inspiradora pela educação, no incentivo à pesquisa e suas valiosas orientações.

Agradeço à minha orientadora Professora Dra. Maria Edilene Ribeiro, ao “caminhar junto” durante o processo, pelo acompanhamento e direcionamento das atividades, e apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas durante a pandemia ainda sim se fez presente no andamento de minha pesquisa.

Agradeço aos meus amigos do GEPES, fundamentais para o amadurecimento e direcionamento de minha pesquisa, as conversas produtivas e criativas desenvolvidas na sala do grupo, nas filas e almoços do restaurante universitário, no final da tarde compartilhando um *kibe* ou na mesa de bar. Pessoas importantíssimas durante o processo e para a vida, meus amigos Pania, Evanilde, Abelcio, Leila, Ana Paula, Samantha, Sandy, Reinaldo e Natasha.

Em especial agradeço aos amigos Carol e Tarcísio, fundamentais em minha pesquisa enquanto pessoas e pesquisadores, esta pesquisa se concretizou com a sapiência deles em relação ao SPSS e diálogos construtivos, conversas com a profundidade de orientação acadêmica, o direcionamento e reflexão relacionados aos dados quantitativos e qualitativos desta construção.

Agradeço às amizades constituídas ao longo de minha vida profissional, nas escolas Donatila Lopes de Mosqueiro e Maria Luiza Amaral (área continental de Belém) no estímulo à uma condição melhor de trabalho através do estudo.

Agradeço aos meus amigos do NIED, nos bons momentos de reflexões, apoio e colaboração no desenvolvimento do mestrado, meu primeiro local de trabalho onde o estudo e a pesquisa ganham destaque e o incentivo é mútuo entre os companheiros e amigos de trabalho e para a vida.

Agradeço aos meus eternos amigos e companheiros Fernando, Admarino, Gabriela, Jailton e Ingrid, que se fazem presente em mais um degrau de minha vida pessoal, profissional e acadêmica. Um ciclo de amizade iniciado na graduação e seguirá para toda a vida.

Enquanto *tecia esta colcha*, percebi o desafio de escrever os agradecimentos, a emoção contagia e as lágrimas de alegria desciam, por saber da existência de tantos anjos em minha vida. Aqueles que contribuíram direta ou indiretamente nesta conquista, que aceitem meus sinceros agradecimentos e louros dessa vitória.

Levanta essa cabeça  
Enxuga essas lágrimas, certo? (Você memo)  
Respira fundo e volta pro ringue (vai)  
Cê vai sair dessa prisão  
Cê vai atrás desse diploma  
Com a fúria da beleza do Sol, entendeu?  
Faz isso por nós  
Faz essa por nós (vai)  
Te vejo no pódio

Tenho sangrado demais  
Tenho chorado pra cachorro  
Ano passado eu morri  
Mas esse ano eu não morro

Emicida: Amarelo (Sample: Sujeito de Sorte - Belchior)

EXPANSÃO DOS CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA NA  
UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ E A MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO A  
DISTÂNCIA

**RESUMO**

A dissertação intitulada “A Expansão dos Cursos Superiores de Tecnologia na Universidade Estácio de Sá e a Mercantilização do Ensino a Distância” é o resultado da pesquisa sobre a expansão dos Cursos Superiores de Tecnologia – CST na modalidade a distância – EAD no contexto de mercantilização do ensino superior privado mercantil. Teve como *objetivo geral* investigar no processo de mercantilização do ensino superior, a expansão dos Cursos Superiores Tecnológicos a distância, no Brasil, e especificamente, no caso da Universidade Estácio, no período de 2009 a 2018. E, como *objetivos específicos*: Analisar os aspectos de mercado que reverberam no fortalecimento e estruturação legal dos CST no Brasil; Analisar os fatores que influenciaram na consolidação dos CST EAD, proporcionando a expansão do privado mercantil no Brasil, de modo especial, da Universidade Estácio; Analisar os fatores que indicam a expansão dos CST EAD no Brasil, e, especificamente, da Universidade Estácio.

Na *metodologia*, realizou-se uma pesquisa qualitativa com estudo de caso sobre a Universidade Estácio de Sá, no período de 2009-2018. Analisou-se documentos como relatórios extraídos do *site* de Relações com Investidores - RI, notícias e extratos de materiais propagandeados digitalmente relacionados a instituição; Sobre os CST EAD, as informações tiveram como fontes os documentos oficiais regulatórios do ensino superior a distância, disponibilizados em *sites* do governo brasileiro, bem como informações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (MEC/INEP). Como resultado, identificamos que o grupo Estácio de Sá expandiu-se na oferta de Cursos a distância, com destaque para os CST como nicho mais explorado pela empresa no ensino digital nas últimas décadas, fatores possibilitados pela política de expansão do ensino superior no país com a flexibilização da legislação nacional em relação ao ensino EAD, beneficiando o setor privado, visando atender principalmente as orientações de órgão internacionais em virtude das necessidades de mercado, enfraquecendo a formação de qualidade e fortalecendo o mercado, centralidade da política neoliberal e do sistema capitalista.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cursos Superiores de Tecnologia – CST. Educação a distância – EAD. Mercantilização do ensino superior. Estácio. Expansão.

## ABSTRACT

The dissertation entitled "The Expansion of Higher Technology Courses at Estácio de Sá University and the Commercialization of Distance Learning" is the result of the research on the expansion of Higher Technology Courses - CST in the distance modality - EAD in the context of commodification of the mercantile private higher education. Its general objective was to investigate in the process of commodification of higher education, the expansion of Distance Technological Higher Courses, in Brazil, and specifically, in the case of Estácio University, in the period from 2009 to 2018. And, as specific objectives: To analyze the aspects that reverberate in the strengthening and legal structuring of CST in Brazil; To analyze the factors that influenced the consolidation of the CST EAD, providing the expansion of the mercantile private in Brazil, in a special way, of the Universidade Estácio; To analyze the factors that indicate the expansion of CST EAD in Brazil, and, specifically, of the Estácio University.

In the methodology, a qualitative research was carried out with a case study on the Estácio de Sá University, in the period 2009-2018. Documents such as reports extracted from the Investor Relations - IR website, news and extracts from digitally advertised materials related to the institution were analyzed; Regarding CST EAD, the information was based on official regulatory documents for distance higher education, available on Brazilian government websites, as well as information from the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira (MEC/INEP). As a result, we identified that the Estácio de Sá group expanded in the offer of distance courses, with emphasis on CST as the most explored niche by the company in digital education in recent decades, factors made possible by the policy of expansion of higher education in the country with the flexibilization of national legislation in relation to distance education, benefiting the private sector, aiming mainly to meet the guidelines of international bodies due to market needs, weakening quality training and strengthening the market, centrality of neoliberal policy and the capitalist system.

**KEYWORDS:** Higher Technology Courses - CST, Distance Education - EAD; Commercialization of higher education; Estácio; Expansion.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ABMES</b>	Associação Brasileira das Entidades Mantenedoras de Ensino Superior
<b>ABED</b>	Associação Brasileira de Ensino a Distância
<b>ABRAEAD</b>	Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância
<b>AGCS</b>	Acordos Gerais do Comércio e dos Serviços
<b>ANPED</b>	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
<b>BM</b>	Banco Mundial
<b>BM&amp;BOVESPA</b>	Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo S.A.
<b>BM&amp;F</b>	Bolsa de Mercadorias e Futuros
<b>BOVESPA</b>	Bolsa de Valores de São Paulo
<b>BNDES</b>	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
<b>CADE</b>	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>CBAI</b>	Comissão Brasileira – Americana de Educação Industrial
<b>CD</b>	Compact disc
<b>CEO</b>	Chief Executive Officer
<b>CES</b>	Câmara de Educação Superior
<b>CFE</b>	Conselho Federal de Educação
<b>CNE</b>	Conselho Nacional de Educação
<b>CST</b>	Cursos Superiores de Tecnologia
<b>CONAES</b>	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
<b>CNST</b>	Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>CP</b>	Código Penal brasileiro
<b>CF</b>	Constituição Federal
<b>DEM</b>	Democratas - Partido político brasileiro
<b>DCNs</b>	Diretrizes Curriculares Nacionais
<b>DIFES</b>	Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior
<b>ES</b>	Ensino Superior
<b>EAD</b>	Ensino a Distância
<b>EJA</b>	Educação de Jovens e Adultos
<b>EPT</b>	Escola Profissionais e Tecnológicas
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>FAE</b>	Faculdades Associadas de Ensino
<b>FHC</b>	Fernando Henrique Cardoso
<b>FIES</b>	Fundo de Financiamento Estudantil
<b>FJP</b>	Fundação João Pinheiro
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>FND</b>	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
<b>GEPES</b>	Grupo de Pesquisas e Estudos sobre Educação Superior
<b>IBM</b>	International Business Machines Corporation
<b>IBMEC</b>	Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IBGC</b>	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
<b>IES</b>	Instituições de Ensino Superior
<b>IFES</b>	Instituição Federal de Ensino Superior
<b>INEP</b>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

<b>INSS</b>	Instituto Nacional de Seguridade social
<b>IMAZON</b>	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
<b>IPEA</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
<b>MEB</b>	Movimento de Educação de Base
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>MOBRAL</b>	Movimento Brasileiro de Alfabetização
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>OMS</b>	Organização Mundial da Saúde
<b>OMC</b>	Organização Mundial do Comércio
<b>OCDE</b>	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
<b>PDE</b>	Plano de Desenvolvimento da Educação
<b>PDRAE</b>	Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado
<b>PPGED</b>	Programa de Pós-Graduação em Educação
<b>PRAVALER</b>	Crédito Universitário PRAVALER
<b>PROUNI</b>	Programa Universidade para Todos
<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
<b>PNUD</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>PMDB</b>	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
<b>PIPMO</b>	Programa Intensivo de Preparação da Mão-de-Obra Industrial
<b>PRODEPA</b>	Empresa de Processamento de Dados do Estado do Pará
<b>PROFORMAÇÃO</b>	Programa de Formação de Professores em Exercício
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores
<b>PSDB</b>	Partido da Social Democracia Brasileira
<b>RI</b>	Relações com Investidores
<b>REUNI</b>	Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
<b>SATE</b>	Sistema Avançado de Tecnologias Educacionais
<b>SESC</b>	Serviço Social do Comércio
<b>SECTI</b>	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação
<b>SENAC</b>	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
<b>SENAI</b>	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
<b>SIRENA</b>	Sistema Rádio Educativo Nacional
<b>SINAES</b>	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
<b>SINEAD</b>	Sistema Nacional de Educação à Distância
<b>SESES</b>	Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá LTDA
<b>SESES</b>	Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá
<b>SEMESP</b>	Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo
<b>TICS</b>	Tecnologias da Informação e Comunicação
<b>UNIVESP</b>	Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
<b>UNICEF</b>	United Nations International Children's Emergency Fund (Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância)
<b>UNESA</b>	Universidade Estácio de Sá
<b>USAID</b>	United States Agency For International Development

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Número de matrículas na educação superior 2006 a 2016 (Graduação).....	45
<b>Gráfico 2</b> - Número de matrículas em cursos de graduação tecnológicos, por modalidade de ensino – Brasil – 2006-2016 .....	47
<b>Gráfico 3</b> - Evolução de Matrículas em Cursos Superiores de Tecnologia, Brasil, 2009 a 2018 .....	109
<b>Gráfico 4</b> - Evolução percentual de Matrículas em Cursos Superiores de Tecnologia, Brasil, 2009 a 2018.....	110
<b>Gráfico 5</b> - Matrículas em cursos de graduação tecnológicos, por modalidade de ensino no Brasil – 2008-2018. ....	113
<b>Gráfico 6</b> - Polos Estácio EAD nas regiões brasileiras, 2018 .....	116
<b>Gráfico 7</b> - Polos EAD Estácio - região Sul em 2018 .....	119
<b>Gráfico 8</b> - Polos EAD Estácio - região Sudeste em 2018 .....	119
<b>Gráfico 9</b> - Polos EAD Estácio - região Centro Oeste em 2018.....	120
<b>Gráfico 10</b> - Polos EAD Estácio - região Nordeste em 2018 .....	121
<b>Gráfico 11</b> - Polos EAD Estácio - região Norte, 2018 .....	122
<b>Gráfico 12</b> - Oferta de cursos EAD UNESA 2009 a 2018 .....	129
<b>Gráfico 13</b> - Oferta de cursos na modalidade Presencial / UNESA, 2009 a 2018 .....	130
<b>Gráfico 14</b> - Matrículas EAD UNESA - RJ 2009 a 2018.....	131
<b>Gráfico 15</b> - Aumento de matrículas EAD UNESA - RJ / Cursos Tecnológicos - 2009 a 2018 .....	133
<b>Gráfico 16</b> - Aumento percentual de matrículas EAD UNESA - RJ / Cursos Tecnológicos - 2009 a 2018 .....	134
<b>Gráfico 17</b> - Número de Matrículas a modalidade Presencial/UNESA 2009 a 2018..	136

## TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Distribuição percentual de matrículas em CST (Presencial e EAD) na rede privada, no Brasil em 2018.....	104
<b>Tabela 2</b> - Evolução de Matrículas em Cursos Superiores de Tecnologia no Brasil, 2009 a 2018. ....	109
<b>Tabela 3</b> - Evolução percentual de Matrículas em Cursos Superiores de Tecnologia, presencial e EAD, Brasil, 2009 a 2018.....	111
<b>Tabela 4</b> - Matrículas EAD UNESA - RJ 2009 a 2018 .....	131
<b>Tabela 5</b> - Aumento de Matrículas com percentual/EAD UNESA - RJ 2009 a 2018. ....	134

## QUADROS

<b>Quadro 1-</b> Principais marcos legais referente aos Cursos Superiores de Tecnologia do Brasil (1968 – 2021).....	54
--	----

## **MAPAS**

<b>Mapa 1</b> - Distribuição de polos EAD Estácio na região Norte – 2018.....	123
---	-----

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>18</b>
<b>Problematização e o problema de pesquisa.....</b>	<b>20</b>
<b>Objetivos.....</b>	<b>24</b>
<b>Procedimento metodológico.....</b>	<b>24</b>
<b>Estrutura da dissertação .....</b>	<b>31</b>
<b>CAPÍTULO 1 – CRISE NO SISTEMA CAPITALISTA, ESTADO NEOLIBERAL E MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: A EXPRESSIVIDADE DOS CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA .....</b>	<b>33</b>
<b>1.1 - A crise capitalista e o Estado neoliberal: a política de mercantilização da educação superior .....</b>	<b>33</b>
<b>1.2 - Educação Superior: expansão do privado na modalidade a distância.....</b>	<b>41</b>
<b>1.3 - Cursos Superiores Tecnológicos no Brasil: um nicho no mercado educacional.....</b>	<b>52</b>
<b>CAPÍTULO 2 - UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ: MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, CURSOS SUPERIORES TECNOLÓGICOS E ENSINO A DISTÂNCIA .....</b>	<b>64</b>
<b>2.1 - Cursos Superiores de Tecnologia: antecedentes históricos e legais no Brasil ..</b>	<b>65</b>
<b>2.2 - Educação a Distância no Brasil: perspectivas políticas e mercadológicas.....</b>	<b>72</b>
<b>2.3 - A mercantilização no ensino superior: a expansão do setor privado mercantil.....</b>	<b>83</b>
<b>2.4 – Universidade Estácio de Sá: Expressão da mercantilização na Educação Superior .....</b>	<b>94</b>
<b>CAPÍTULO 3 – A EXPANSÃO DOS CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA A DISTÂNCIA NO BRASIL E NA UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ, NO PERÍODO DE 2009-2018.....</b>	<b>100</b>
<b>3.1 – A oferta de Cursos Superiores de Tecnologia EAD e expansão da matrícula no Brasil.....</b>	<b>101</b>
<b>3.1.2 As matrículas nos Cursos CST no período de 2009-2018: a predominância do ensino a distância no Brasil.....</b>	<b>108</b>
<b>3.2 - Estácio no Brasil: Capital privado na modalidade EAD nas regiões brasileiras, no período de 2009 a 2018.....</b>	<b>114</b>
<b>3.3 - A expansão de Cursos e matrículas dos CST EAD na UNESA/Estácio, no período de 2009 a 2018 .....</b>	<b>126</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>141</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>152</b>

## INTRODUÇÃO

O estudo intitulado “Expansão dos Cursos Superiores de Tecnologia na Universidade Estácio de Sá e a Mercantilização do Ensino a Distância”, foi desenvolvido como requisito para obtenção do grau de Mestre em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), do Instituto de Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA). Com o propósito de investigar no contexto de mercantilização do ensino superior a expansão dos CST na modalidade a distância - EAD.

A temática surgiu a partir de minha participação do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Educação Superior – GEPES<sup>1</sup>, durante momentos de estudo, debates, pesquisas, análises de dados e contato com literaturas que propiciaram reflexões sobre a relação mercado, política, educação e seus desdobramentos.

A escolha do objeto ocorreu em virtude do interesse por temas sobre “educação, mercantilização e tecnologia”, no processo histórico de expansão da globalização e sua disseminação, principalmente, com uso das tecnologias como ferramenta capitalista.

Outras leituras que provocaram a imersão no estudo, tratam da relação da educação com o sistema capitalista, dentre as quais, ganham destaque as obras de Chaves (2010; 2018; 2015); Dardot e Laval (2016); Frigotto (2010); Foucault (2008); Harvey (2016); Mészáros (2008; 2011); Marx (2007); Ribeiro (2013); Sguissardi (2015); Vale (2011) e Veiga (2020).

Existe convergência de pensamento entre os autores relativa à ampliação do sistema capitalista e sua extensão nas políticas sociais em detrimento de um Estado neoliberal. Onde o conhecimento também é mercadoria comercializada. Ao tratarmos o conhecimento como produto do capital, a educação passa a ser olhada como mercadoria, manipulada por instituições privadas, que atendem a um mercado crescente e seus interesses lucrativos.

A mercantilização do ensino superior, os Cursos Superiores de Tecnologia e a educação a distância são assuntos presentes nas literaturas abordadas nesta pesquisa, de forma imbricadas constroem um corolário de informações relativas ao caso pesquisado,

---

<sup>1</sup> Esta dissertação vinculou-se ao projeto de pesquisa “Financeirização do Ensino Superior Privado-mercantil, no Brasil: novas estratégias de inserção do capital estrangeiro”, coordenado pela Dra. Vera Lúcia Jacob Chaves e ao projeto de pesquisa “Educação Superior na Amazônia: gestão e formação em tempos de empreendedorismo”, coordenado pela Dra. Maria Edilene da Silva Ribeiro. Este segundo projeto compõe a pesquisa maior intitulada “Pesquisa em Educação na Amazônia: História, Política, Formação de Professores e Diversidade Cultural”, financiada pela CAPES, via Edital Procad Amazônia Edital nº 21-2018.

presentes na totalidade do processo produtivo econômico mundial, onde precisamos mediar a ligação entre as partes a fim de escrutinar as contradições existentes.

Chaves (2016) afirma que reformas educacionais na América Latina atingiram o Brasil para consolidação de um mercado educativo a partir de organismos internacionais que se aliam ao governo para implantar serviços e submeter a educação ao capital. As instituições passam a ser estimuladas “[...] por meio da liberalização dos serviços educacionais e da desoneração fiscal, em especial, na oferta de cursos aligeirados, voltados apenas para o ensino desvinculado da pesquisa” (CHAVES, 2016, p.03).

Sguissardi (2015), aponta uma efervescência no mercado educacional nacional com possibilidades de receber investimento estrangeiros, em virtude da liberdade de atuação das instituições privadas permitida pela legislação em vigor, com a dificuldade de regulação e controle, fiscalização ou análise de critérios de qualidade, não existem limites para investimentos na área.

Em relação a relevância acadêmica e social desta pesquisa, consideramos a fundamental contribuição de trabalhos relacionados à pesquisa, destacamos os estudos de Andrea Araújo do Vale (2011), ao investigar sobre o caso Estácio, origem e fortalecimento da marca e Célia Cristina Veiga (2020), que trata sobre os CST na perspectiva da luta hegemônica de classes.

Os Cursos Superiores de Tecnologia - CST são cursos correspondentes a formação de nível superior na área tecnológica, destinados inicialmente a estudantes egressos do ensino médio, criados com a perspectiva de aligeiramento na formação direcionada ao mercado de trabalho. Atualmente, conforme dados do INEP, os CST ocupam o topo do volume de matrículas na Educação a distância- EAD.

Os CST foram pensados como estratégia para garantir formação à massa da classe trabalhadora, segundo Veiga (2020) compõe a política de Educação Profissional, destinada à trabalhadores esperançosos por melhores condições no mercado de trabalho, considerando o desemprego estrutural, como manobra burguesa para manter sua hegemonia diante da classe trabalhadora.

Foram criados no período 1960, em pleno contexto político de Ditadura Militar no Brasil, com objetivos voltados principalmente para formação de massa trabalhadora. Incentivado e apoiado pelos organismos internacionais, sobretudo o Banco Mundial-BM, com seu foco no desenvolvimento econômico “[...] buscou financiar modalidades consideradas mais produtivas de educação, em particular, o ensino técnico [...] (PEREIRA, 2012, p. 523).

Com isso, se observa um fortalecimento do correlacionamento da educação com o processo economicista, onde a perspectiva de avanço em relação ao desenvolvimento econômico do país é interligada a necessidade de expansão do acesso à educação superior subsidiado pela intervenção estatal com o fomento do ensino privado.

Um prisma onde a educação se encontra num campo social de disputa hegemônica. “Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital” (FRIGOTTO, 2010, p.28). Portanto, o panorama de origem e fortalecimento dos CST possibilitaram a ascensão de grupos empresariais no Brasil para oferta da formação não como um direito, mas como um produto comercializado.

Um corolário de legislações favoráveis às Instituições de Ensino Superior- IES privadas no país, possibilitou o crescimento e fortalecimento de grupos como a Estácio, que assumem a maioria das matrículas neste nível educacional, enfatizando o processo de mercantilização.

### **Problematização e o problema de pesquisa**

A mercantilização do ensino superior se agudiza ao longo da segunda metade do século XX, potencializado com a expansão da *internet*, popularização do uso de *desktops* e com o fortalecimento da Educação a Distância – EAD, intrínseca ao processo de globalização, incentivada por Organismos Internacionais como o Banco Mundial – BM.

A educação adentra num processo de transformação tornando-se uma mercadoria comercializável. A expansão deste mercado educacional em nível superior ocorre com ampliação das matrículas, sobretudo, através do ensino a distância. A partir da década de 90, com o atrelamento dos CST à EAD, identificamos o aprofundamento dos percalços relativos a mercadorização do ensino superior com os CST EAD, esquadrinhando um caminho ainda mais latente nas primeiras décadas do século XXI.

Segundo Chaves e Amaral (2015), a década de 90 foi marcada pela doutrina neoliberal que encadeou a política brasileira. No governo FHC essa política se aprofundou com a reforma do Estado valorizando a privatização dos entes públicos. O ensino superior seguiu as premissas dos organismos internacionais com a flexibilização e contenção dos direcionamentos dos recursos às instituições públicas.

Para os Organismos internacionais “*Los programas de educación a distancia para la formación pedagógica en el servicio (y anterior al servicio) suelen ser más eficaces en función de los costos que los programas de enseñanza en internados*” (BANCO

MUNDIAL, 1996, p.92). Este enunciado demonstra uma política destinada a países periféricos em reorganização econômica, onde ratifica a indicação ao uso da educação à distância como alternativa para redução de custos ao Estado com garantia de formação em curto prazo, destaca-se a redução de custos sempre salientada nos documentos do BM.

Há uma estreita relação da lógica mercadológica que se constrói junto às relações políticas do Estado no atendimento e execução das premissas de órgão internacionais como BM, e um processo de reorganização econômica e utilização de novas ferramentas e tecnologias voltadas a expansão capitalista. “[...] É nessa perspectiva que a educação a distância tem sido utilizada como mecanismo de expansão das taxas de lucro das empresas educacionais” (CHAVES; REIS; GUIMARÃES, 2018, p.07).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Lei 9394/96, apresentava uma estreita relação com as políticas de ordenação econômica engendradas pelo BM. Observamos no artigo 80º, que “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”. Contraditoriamente, não construiu uma política com garantias de acesso à educação digital no país.

Observamos o avanço da educação a distância no Brasil, os dados do Censo da Educação Superior disponíveis pelo INEP/MEC, demonstraram que a partir de 2001 a modalidade ganhou um volume expressivo de matrículas no setor privado com a reforma do Estado durante as primeiras décadas do século XXI, refletindo na superioridade da modalidade em relação ao ensino presencial no ano de 2018, quando o número de matrículas EAD supera a presencial.

O Censo da Educação a Distância – ABED e Censo da Educação Superior no Brasil (2018), apontaram que as vagas ofertadas no ensino superior a distância superaram o ensino presencial.

A oferta de Cursos no formato EAD é prevista na – LDB 9394/96 e, e no governo Michel Temer é respaldada através do Decreto nº 9057, de 25 de maio de 2017, possibilitando que IES possam ofertar cursos a distância sem possuir credenciamento de cursos presenciais, além de não ser necessária prévia autorização do MEC para criação de novos polos EAD.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, no ano de 2010, apontava a necessidade de “diversificação e aprimoramento do ensino a distância, pelo recurso às novas tecnologias” (2010, p. 36), fortalecimento das infraestruturas digitais e divulgação das tecnologias por toda a sociedade.

No mesmo ano, em 2010, o Banco Mundial assinalava ao Ministério da Educação – MEC, as habilidades e competências necessárias para formação no século XXI de pessoas capacitadas para trabalhar com alto nível de habilidades, a fim de atuar de forma eficaz num determinado espaço de trabalho, sendo absoldido no mercado por empresas privadas com uma atuação baseada em resultado.

Na primeira década do século XXI, o Brasil comandado por um governo intitulado “dos trabalhadores” (Partido dos Trabalhadores – PT), fortalecia uma política educacional brasileira com ênfase no ensino privado mercantil sob a premissa de democratização do acesso ao ensino superior e formação voltada ao mercado de trabalho.

A evolução quantitativa de matrículas no ensino superior privado saltava de 2.091.529 em 2001 para 4.736.001 em 2010, mais que o dobro de matrículas presentes na rede privada de ensino, representando 74,2% do total de matrículas no país (BRASIL, MEC, 2010). Reflexo das reformas iniciadas com o governo Fernando Henrique Cardoso, expandidas com Luiz Inácio Lula da Silva.

Neste contexto de reforma educacional, percebemos a gravidade de um problema de ordem econômica e política que segue aprofundando-se nos dias atuais, lançando o desafio de analisar com maior acuidade seus desdobramentos em relação a presença e crescimento de grupos empresariais que assumem o serviço de ensino e se agigantam em relação a oferta do serviço público, caso da empresa Estácio.

A expansão da Estácio assume a lógica mercadológica concorrencial, o que antes ocorria no espaço físico, passa a ocorrer com mais facilidade no ambiente virtual, encontrando novas possibilidades de crescimento, redução de custos, legislação flexível e, conseqüentemente, uma exponencial lucratividade, se adaptando ao mercado com uso das novas tecnologias.

Conforme relatório administrativo da Estácio Participações SA lançado em 2018, existe uma grande preocupação da instituição com as mudanças e incertezas econômicas durante os anos 2018 e 2019, causado pela crise política brasileira, gerando instabilidade financeira no país, a instituição lançou novas estratégias de mercado a fim de reduzir custos, garantir produtividade, lucratividade, além de se tornar convidativa à novos acionistas.

Em 2018, a companhia implantou outras iniciativas para melhores resultados a fim de preservar o *ticket* médio<sup>2</sup> e captação de novos alunos, uma das ações está em dar

---

<sup>2</sup> “É o valor médio que cada cliente compra em seu estabelecimento. Este valor é determinado pela média entre o montante de suas vendas e o número de clientes que geraram esse volume de compras.”. Ver “Ticket Médio” – Você planeja suas vendas com base no ticket médio?”, disponível em <

mais visibilidade ao segmento EAD, que apesar de receber boa aceitação no mercado seus produtos devem passar por aprimoramentos em 2019, portanto o segmento EAD terá destaque e forte expansão, visto que “A companhia lançou um total de 49 novos cursos e mais de 25 mil ofertas, quase 3 vezes mais que o número de ofertas ao final de 2017” (RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTÁCIO, 2018).

Segundo a *apresentação de resultados da Estácio* em 2019, somente no primeiro trimestre, houve substancial aumento de 28,6% na captação das matrículas EAD, contra a captação de -0,5% em relação a educação presencial, um resultado exponencial com saldos positivos também nos meses anteriores, que demonstram a estabilidade e poder de resiliência da companhia.

A Estácio Participações SA, se tornou *locus* para o *estudo de caso* da pesquisa, pois consiste numa das maiores IES privadas do país, no processo de capitalização e financeirização da educação, cresceu com incentivos governamentais, beneficiadas com as práticas de transferência de recursos públicos para fins privados com embasamento legal através da dívida pública. (SOUSA, 2019).

Juntamente aos ciclos de expansão desta instituição, observou-se que a lógica mercadológica concorrencial antes ocorria no espaço físico com turmas presenciais implantadas em centros de educação, posteriormente passa a ocorrer com uso da tecnologia como principal ferramenta para redução de custos, passando a atuar no ambiente virtual e com legislação flexível encontra extrema facilidade de crescimento e conseqüentemente uma exponencial lucratividade, se adaptando ao mercado com uso das novas tecnologias.

Segundo VALE (2011, p.12), “esse processo é resultado de uma política – de Estado – que beneficiou imensamente esse empresariado, forjada em um momento específico de penetração mais direta dos interesses empresariais no próprio aparato estatal”. Instituições como Estácio, além de possuir estratégias próprias de expansão, também foram beneficiadas por políticas que criaram um ambiente favorável ao seu crescimento, protegidas por normatizações privatistas de um pensamento voltado ao ramo privado-mercantil.

Temos como *problema central* desta pesquisa o seguinte excerto: No processo de mercantilização do ensino superior, a expansão dos Cursos Superiores de Tecnologia a distância, no Brasil e, especificamente no caso da Universidade Estácio, no período de 2009 a 2018? Articulada a este questionamento central, temos as seguintes questões

norteadoras: 1. Quais aspectos de mercado reverberam no fortalecimento e estruturação legal dos CST no Brasil? 2. Quais fatores influenciaram na consolidação dos CST a distância, proporcionando a expansão do privado mercantil como a Estácio de Sá? 3. Quais fatores indicam a expansão dos os CST EAD no Brasil e especificamente na Estácio de Sá?

## **Objetivos**

Esta dissertação teve como *objetivo geral* investigar no processo de mercantilização do ensino superior, a expansão dos Cursos Superiores Tecnológicos a distância, no Brasil, e especificamente, no caso da Universidade Estácio de Sá, no período de 2009 a 2018.

E como *objetivos específicos*: Analisar os aspectos de mercado que reverberam no fortalecimento e estruturação legal dos CST no Brasil; Analisar os fatores que influenciaram na consolidação dos CST EAD, proporcionando a expansão do privado mercantil no Brasil, de modo especial, da Universidade Estácio de Sá; Analisar os fatores que indicam a expansão dos CST EAD no Brasil, e, especificamente, da Universidade Estácio de Sá.

## **Procedimento metodológico**

Desenvolvemos nesta dissertação uma *pesquisa qualitativa*, considerando a amplitude dos fatores correlacionados aos CST e seu tratamento estatístico. Segundo Bogdan e Biklen, “[...] as questões a investigar não se estabelecem mediante a operacionalização de variáveis, sendo, outrossim, formuladas com o objetivo de investigar os fenômenos em toda a sua complexidade e em contexto natural. [...]”. (1994, p. 16). Considerando a profundidade e complexidade do fenômeno pesquisado que perpassa pela relação da empresa Estácio de Sá com as movimentações do mercado e, sendo esta uma instituição que reflete a relação do sistema vigente com o Estado neoliberal sendo que nesse contexto vem ofertando os CST EAD, realizamos um *estudo de caso*, pois segundo Alves-Mazzott (2006) possibilita analisar um fenômeno social complexo, com características materiais na vida real, um estudo exploratório que requer aprofundamento da compreensão de um fenômeno pouco investigado, necessário para identificação de categorias de observação e geração de hipóteses para pesquisas futuras.

Yin (2001) ao tratar sobre o estudo de caso, aponta que uma pesquisa empírica investiga fenômenos contemporâneos em seu contexto considerado natural, onde ocorrem as movimentações, e as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não se apresentam com clareza, portanto, precisamos de inúmeras fontes de evidência.

A Universidade Estácio de Sá foi eleita como o *locus* da investigação. No seu desenvolvimento histórico, identificamos que sua origem se deu como uma associação civil sem fins lucrativos (beneficiada por *imunidades fiscais*<sup>3</sup> como FIES e PROUNI, garantiu, sua ascensão para pessoa jurídica de capital aberto) e transformação da marca para YDUCS, visando explorar de forma mais audaciosa o mercado educacional a distância.

Em primeiro lugar, a Estácio de Sá é, certamente, um dos casos mais representativos da expansão do ensino superior privado no Brasil, em especial desde a década de 1990. Em segundo lugar, a Estácio de Sá recebeu, em 1988, o *status* de universidade. Tal fato tem duas implicações: por um lado, a Estácio goza das prerrogativas de toda universidade - oferecer cursos sem prévia consulta ao Ministério da Educação (MEC) (VALE, 2011, p.21).

Originada em 1969 como Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá (SESES) no Rio de Janeiro, e, posteriormente, na década de 70 obteve o *status* de Faculdade de Direito Estácio de Sá, com a criação de novos cursos se tornou Faculdades Integradas até a década de 80 quando recebe o título de Universidade (VALE, 2011).

A partir da década de 90, expandiu de forma mais acelerada criando novos campus <sup>4</sup>na cidade de origem – RJ. Em 97 com a criação do Instituto Politécnico Universitário, visando atuar principalmente com cursos voltados a formação de trabalhadores para o mercado. Em 2001, com a contratação da COMATRIX SOLUÇÕES<sup>5</sup>, almejava implementar o sistema de Educação a Distância, a fim de aumentar o número de alunos, quiçá beneficiada em 2004 com a Portaria do MEC N°

---

<sup>3</sup> “A proposta de financiar o acesso de estudantes pobres à educação superior privada, por meio de empréstimos subsidiados, foi colocada em prática por meio do já existente Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Em 2004, o governo Lula da Silva criou o Programa Universidade para Todos (PROUNI), como forma de ‘democratizar’ o acesso da juventude brasileira à educação superior privada. Do ponto de vista financeiro, as despesas da União com as universidades federais foram elevadas de R\$ 19,627 bilhões, em 2003, para R\$ 47,626 bilhões, em 2016, um crescimento de 144,10%. As despesas com o FIES e o PROUNI foram elevadas de R\$ 1,565 bilhão, em 2003, para R\$ 19,570 bilhões, em 2016, um crescimento de 1.150,68%. Em 2003, os recursos destinados pelo governo federal à expansão da educação superior privada representavam 7,97% do total de recursos destinados ao financiamento das universidades federais; em 2016, passaram a representar 41,09%. (CHAVES; REIS; GUIMARÃES, 2018, p. 06).

<sup>4</sup> Em 1998, é a vez de iniciar sua expansão nacional: São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Bahia, Pernambuco, Pará e Ceará foram alguns estados que receberam unidades da UNESA. (VALE, 2011, p. 220).

<sup>5</sup> Empresa de consultoria e planejamento estratégico. Para mais informações acessar portal <http://www.comatrix.com.br/About/>.

4.059, de 10 de dezembro de 2004 (regulamentado artigo 80º da LDB/96), que permitia 20% da carga horária dos cursos ofertadas em espaços virtuais.

A partir de julho de 2018, transformou a marca para YDUQS<sup>6</sup>, novo nome da  *Holding*. Através da contratação da consultora  *WMcCann*<sup>7</sup>, a fim de alcançar maior espaço no mercado concorrencial.

Estamos prontos para Crescer. Com a YDUQS, teremos mais flexibilidade para (i)novos posicionamentos e marcas, (ii)novos negócios e (iii) crescimento via aquisições. Nesse sentido, estamos com sólida posição de caixa e destacamos o indicador de dívida líquida/EBITDA, que está em um dos menores patamares históricos (YDUCS, Relatório da Administração, 2019, p.3).

A partir de 2018, o perfil corporativo da Estácio Participações SA demonstra que a empresa se tornou a segunda maior organização privada de ensino superior no Brasil em número de alunos matriculados, e principalmente a partir de 2007 - ao tornar-se sociedade anônima de capital aberto.

Em 31 de dezembro de 2018, a base de alunos da Estácio totalizava 517,8 mil alunos. A Estácio é formada por uma universidade, dez centros universitários e 44 faculdades credenciadas pelo MEC. Com uma capilaridade nacional representada por 92 campi e *607 polos de ensino à distância*, presentes nos principais centros urbanos de todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, estrategicamente localizados nas proximidades das residências e/ou dos locais de trabalho de nosso público alvo (RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTÁCIO, 2018, p. 02)

Um crescimento atribuído a fatores como: modernização das práticas de gestão, inovação tecnológica, preços competitivos, facilidade de acesso, flexibilização do currículo. “Com um modelo de gestão orientado para resultados e para a qualidade [...] uma metodologia de ensino, moderna e diferenciada. Como resultado da capacidade empresarial e financeira[...]” (RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTÁCIO, 2018, p. 02).

---

<sup>6</sup> A Estácio Participações, holding do grupo Estácio, passa a se chamar YDUQS. Após o crescimento da Universidade a nível nacional, com 93 campi e presença em todos os estados do Brasil, foi designada à WMcCann a tarefa estratégica de desenvolver uma nova representação para a holding, que abre uma nova fase de crescimento para o grupo. A missão foi dada à WMcCann logo após a agência contribuir para um recorde histórico de captação de calouros da Estácio, desde a sua fundação em 1970. Em relação ao ano passado, a Universidade Estácio aumentou 12,6% o número de alunos matriculados. (Portal WMcCann notícias, 2019, p.01).

<sup>7</sup> Agência de publicidade que atende empresas como Banco do Brasil, Chevrolet, Skol, Seara, Mastercard, entre outras. (Portal WMCCANN. Disponível em < <https://www.wmccann.com/sobre/>>. Acessado em 14/11/2020. Sua razão social é “MCCANN ERICKSON PUBLICIDADE LTDA”, nome fantasia “WMCCANN”. (Portal Brasil Compras Gov. Disponível em < [http://compras.dados.gov.br/fornecedores/doc/fornecedor\\_pj/61416384000112](http://compras.dados.gov.br/fornecedores/doc/fornecedor_pj/61416384000112)> Acessado em 14/11/2020.

Em 2019, a empresa mantém taxa de crescimento positivo, principalmente com a expansão do ensino a distância na Graduação na modalidade Flex, com aulas presenciais e via internet, como demonstra o relatório abaixo:

**Base de alunos:** Encerramos o trimestre com 576 mil alunos [...] Excluindo os alunos FIES, a base total teria crescido 10% no mesmo período. O destaque continua com o segmento da Graduação EAD, crescendo 26% anualmente e, sobretudo, na modalidade Flex, com forte expansão de 61% no mesmo período (RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTÁCIO, 2019 – 2T 2019, p. 02).

Compreendemos que o termo repetidamente presente nos relatórios da instituição possuem relação com a lógica de mercado, ofertando a educação como “produto de qualidade”. Modelos de competitividade de mercado, a fim de “[... ] tornar essa administração mais eficiente e, portanto, para produzir um produto educacional de melhor qualidade[...]” (SILVA, 1994, p. 23). Porém, qualidade e eficiência atendendo aos objetivos comerciais, assim como:

Na visão neoliberal, o ponto de referência para condenar a escola atual não são as necessidades das pessoas e dos grupos envolvidos, sobretudo aqueles que mais sofrem com as desigualdades existentes, mas as necessidades de competitividade de lucro das empresas (SILVA, 1994, p. 24-25).

Neste processo de crescimento da Estácio no setor empresarial da educação superior, centramos nossa pesquisa nos CST EAD na Estácio participações as. No processo de expansão, as unidades de ensino presenciais são cada vez mais suprimidas dando espaço aos polos de educação digital.

Temporalmente, a pesquisa foi delimitada no período de 2009 a 2018. A As justificativas se dão pelo fato que em 2009 a empresa passa a ofertar cursos na modalidade a distância, ampliando seus serviços e número de matrículas em geral e especificamente em relação aos CST, ofertados desde o ano de 1997 foram potencializados com a oferta nas plataformas digitais.

O acesso a informações na base de dados do INEP, não apresentaram determinada precisão nos anos anteriores a 2009 em relação aos dados de nosso interesse, com o lançamento dos códigos extraídos do portal e-MEC, não evidenciamos dados significativos referentes a razão social Universidade Estácio de Sá – UNESA, sendo assim, delimitamos a abertura do marco temporal em 2009, um ano após a os sócios-

fundadores associarem-se à empresa GP Investimentos<sup>8</sup>, influenciando no fortalecimento da EAD na Estácio.

Em relação ao ano de 2018, escolhido como data limite no marco temporal para esta pesquisa, evidenciamos como marco histórico em relação a educação a distância no país, momento este onde a EAD ganha proporções expressivas em relação à modalidade presencial, apresentado pelo Ministério da Educação através dos dados do INEP, reiteramos também que a concentração de matrículas no país se encontra principalmente na rede privada.

Realizamos um estudo teórico que fundamentou a *análise documental*, para melhor explicitar o processo de mercantilização da educação superior, utilizando as técnicas de análise a partir das orientações na perspectiva da pesquisa qualitativa em educação fundamentados conforme Bogdan & Biklen (1994).

À medida que vai lendo os dados, repetem-se ou destacam-se certas palavras, frase, padrões de comportamento, formas de os sujeitos pensarem e acontecimentos. O desenvolvimento de um sistema de codificação envolve vários passos: percorre os seus dados na procura de regularidades e padrões bem como de tópicos presentes nos dados e, em seguida escreve palavras e frases que representam estes mesmos tópicos e padrões. Estas palavras ou frases são categorias de codificação. As categorias constituem um meio de classificar os dados descritivos que recolheu (os símbolos segundo os quais organizaria os brinquedos), de forma a que o material contido num determinado tópico possa ser fisicamente apartado dos outros dados. Algumas das categorias de codificação surgem-lhe à medida que for recolhendo os dados (BOGDAN & BIKLEN, 1994, p. 221)

Na análise dos documentos, consideramos segundo Lakatos (2003), uma observação direta intensiva, pois a mesma “utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade [...] não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar” (2003, p. 190).

Buscamos em variadas bases digitais da empresa os documentos. A disposição das informações referente a Estácio se encontram em *sites* distintos, considerando o público a que se destina. Assim, utilizamos algumas bases de dados como o *site* de relações para investidores – RI e plataforma digital portal Estácio (destinado principalmente para compradores de produtos da empresa, como os cursos EAD).

---

<sup>8</sup> “Em 10.05.2008, foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, tendo por objeto a aquisição direta, pela Moena Participações S.A. (“MOENA”), de 47.151.040 ações ordinárias representativas de 20% do capital social total da ESTÁCIO (a “Compra e Venda de Ações”), de titularidade dos acionistas controladores da ESTÁCIO. 2. A MOENA é uma companhia aberta que tem por objeto social investir em outras sociedades, sendo diretamente controlada pela GP INVESTIMENTOS S.A. (“GP”). A MOENA atualmente não é titular, direta ou indiretamente, de qualquer participação societária na ESTÁCIO, bem como bônus de subscrição, direitos de subscrição de ações e de opções de compra de ações.” (ESTÁCIO, 2008, p. 01).

O *site* relações com investidores – RI<sup>9</sup>, dispõe de informações relacionadas ao desenvolvimento da empresa e sua adaptabilidade ao mercado e às obrigações impostas pela legislação nacional. Apresentando dados referente a Governança Corporativa, estrutura da empresa, unidades de negócio, transformação digital e informações para acionistas, que funcionam como um portal de transparência ao público de investidores.

Para melhor analisar o objeto em questão, buscamos no *site* de relações com investidores - RI, informações presentes nas “*apresentações de resultados da Estácio, Relatório de Administração e balanços destinados a acionistas*”, disponíveis publicamente nos sítios da instituição, tratando diretamente a respeito de sua expansão, especificando a óptica dos Cursos Superiores de Tecnologia EAD.

O site Portal Estácio<sup>10</sup>, está voltado principalmente ao público consumidor de cursos, onde se encontra disponível o acesso ao cliente e informações gerais sobre a empresa, bem como histórico, unidades, regulamentos, cursos disponíveis, formas de acesso, entre outras informações pertinentes principalmente aos consumidores. Frisamos que a disposição de um portal com um atrativo *layout* aos clientes, representa uma forma uma organicidade da empresa na oferta de seus produtos.

No Portal Estácio também encontramos informações referentes a distribuição de polos EAD no país, que a partir do levantamento e organização das informações nos permitiu apresentar a ramificação da modalidade a distância no país atualizada no ano de 2018.

Destacamos que as atualizações de informações, principalmente em bases digitais, sofrem mudanças constantes, pois seguem o fluxo de adaptabilidade da empresa em relação ao mercado e suas necessidades, desta forma a variação de dados nesta pesquisa respeitou o período em análise de 2009 a 2018, melhor apresentados e analisados na segunda sessão do terceiro capítulo desta dissertação.

Para estudo de *documentos* oficiais que versam sobre a política de expansão da educação superior por meio da modalidade à distância, analisamos documentos oficiais como o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014) e legislação nacional sobre a EAD, a Priori a LDB/1996, Decreto nº 5.622/2005, Decreto 5.773/2006, Decreto 6.303/2007, Decreto N° 9.057/2017; Portarias 2.051/2004 e Portaria MEC nº1.016/2007 e resoluções do Conselho Nacional de Educação- CNE, para melhor compreensão do movimento de expansão e regulação da educação superior por meio da modalidade à distância no país.

---

<sup>9</sup> Ver <https://www.yduqs.com.br/>.

<sup>10</sup> Ver <https://estacio.br/>.

Analizamos também ementas de CST presentes no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia – CNST, considerando o documento como um fundamental instrumento referendado pelo MEC, com informações sobre o objeto pesquisado. Através dele foi possível observar o escopo dos cursos reconhecidos e incentivados pelo governo, e fundamentalmente as minúcias do aspecto pedagógico de seu currículo.

Realizamos uma análise crítica de tais documentos, principalmente o acompanhamento de seu desenvolvimento paralelo às reformas de Estado no decorrer da história do país, apresentados como “perspectivas exitosas” de países considerados “modelos de reforma”, como EUA, além da análise de documentos oriundos de organismos internacionais.

Estes documentos direcionam políticas e ordens econômicas para países emergentes, com o processo de disseminação massiva de documentos oficiais, o que as autoras denominam de “hegemonia discursiva”, com o processo de homogeneização das políticas educacionais em nível mundial, determinadas por países de liderança econômica, um processo de globalização do vocabulário de reforma (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA. 2005).

Buscamos evidências em documentos de organismos multilaterais como Banco Mundial e Unesco, pois segundo Moraes (2001), esses documentos são unânimes em tratar a educação como foco principal, baseados em mudanças econômicas necessárias ao melhor funcionamento da economia. A preocupação maior não está em oportunizar acesso à educação de forma democrática, e sim utilizar a educação como recurso de funcionamento do sistema econômico.

No estudo sobre o processo de mercantilização do ensino superior no Brasil, com destaque para a EAD, buscamos informações mais específicas relativo ao volume de matrículas EAD no Brasil. Analizamos os dados do Censo da Educação Brasileira em Educação a Distância<sup>11</sup>, disponibilizados pela Associação Brasileira de Educação a Distância - ABED, organização que sistematiza dados referente a evolução do ensino digital no país.

O principal instrumento para organização dos dados foi o Censo da Educação Superior Brasileira, regulado pelo Instituto Nacional Anísio Teixeira – INEP,

---

<sup>11</sup> O Censo da Educação Brasileira em Educação a Distância – Censo EAD.BR. “O Censo EAD.BR, relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil, é uma publicação anual, que tem por objetivo mapear a abrangência da EAD no Brasil, em termos de distribuição geográfica e número de alunos atendidos em tipos de cursos e de instituições.”. Ver sítio < <http://www.abed.org.br/>>. Acessado em 22/04/2019.

considerando que os dados constantes do Censo da Educação Superior são oriundos obrigatoriamente das IES existentes no Brasil, sem dúvida é uma sólida base de dados, regulamentado pelo Decreto nº 6.425/2008 (BRASIL, 2008), apresenta numericamente informações para pesquisadores na área.

Através das informações disponíveis pelo INEP, levantamos dados referentes a evolução de matrículas dos CST na modalidade EAD, onde foi possível revelar um panorama com os números sobre a expansão da modalidade, considerando as publicações das IES privadas disponíveis nas plataformas digitais, regulamentadas pelo Ministério da Educação.

Para o levantamento de dados estatísticas disponíveis em forma de microdados de caráter analítico do censo da Educação Superior INEP, utilizamos informações do Sistema eletrônico de abertura e acompanhamento de processos referentes às instituições superiores, denominada e-Mec<sup>12</sup>, trata-se de um sistema digital para acompanhamento dos processos referentes ao ensino superior no país, regulado pelo Ministério da Educação, onde os códigos da IES ficam disponíveis para pesquisa pública, possibilitando as pesquisas com microdados.

Realizamos um levantamento estatístico com uso do *software* IBM SPSS STATISTICS<sup>13</sup>, para refinamento dos dados específicos da mantenedora principal da Estácio, a Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá (SESES), o que hipoteticamente nos demonstraria com mais assertividade a confirmação das informações presentes nas pesquisas macro.

A organicidade das informações, a sistematização e análise das ocorrências apresenta-se na estrutura proposta para dissertação, dividida em três capítulos onde consideramos ser possível a distribuição das informações bem como a coerência dos fundamentos, estrutura e resultados.

## **Estrutura da dissertação**

---

<sup>12</sup> “O e-MEC foi criado para fazer a tramitação eletrônica dos processos de regulamentação. Pela internet, as instituições de educação superior fazem o credenciamento e o reconhecimento, buscam autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos. Em funcionamento desde janeiro de 2007, o sistema permite a abertura e o acompanhamento dos processos pelas instituições de forma simplificada e transparente” (PORTAL E-MEC, disponível em <<http://portal.mec.gov.br/e-mec-sp-257584288>>, acessado 02/03/2022).

<sup>13</sup> IBM SPSS STATISTICS é um software de extração e organização de dados estatísticos que podem ser retirados de plataformas privadas ou públicas. Ver sítio <<https://www.ibm.com/>>.

A dissertação está estruturada em três capítulos, no Capítulo 1, “Crise no sistema capitalista, estado neoliberal e a mercantilização da educação superior: a expressividade dos Cursos Superiores de Tecnologia”, aqui abordamos sobre as relações entre as crises econômicas mundiais e sua reverberação no modo de organização dos Estados, onde demonstramos o forte interesse no desenvolvimento dos CST no Brasil, impactando nas mudanças na legislação que possibilitam a valorização das IES privadas.

Capítulo 2, “Cursos tecnológicos, ensino a distância e mercantilização do ensino superior: situando a universidade Estácio”, onde realizamos uma análise a respeito dos aspectos que influenciaram a legitimação dos CST no Brasil, considerando as perspectivas mercadológicas que permearam o fortalecimento também da EAD, contribuindo com a mercantilização do ensino superior expressados por instituições com fins lucrativos, onde apresentamos a Estácio como expressão desse fenômeno.

Capítulo 3, “A expansão dos Cursos Superiores de Tecnologia à Distância no Brasil e na Universidade Estácio”, no presente capítulo, analisamos dados sobre a expansão dos CST na modalidade EAD no Brasil e na Universidade Estácio. Demonstramos o crescimento do capital privado nas regiões brasileiras, com informações da Estácio Participações (YDUQS), considerando também sua mantenedora primária, a UNESA.

## **CAPÍTULO 1 – CRISE NO SISTEMA CAPITALISTA, ESTADO NEOLIBERAL E MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: A EXPRESSIVIDADE DOS CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA**

No presente capítulo refletimos sobre o sistema capitalista, suas crises, o papel regulador do Estado neoliberal e os desdobramentos na organização política dos países, principalmente terceiro-mundista como o Brasil.

No primeiro momento, abordaremos sobre os aspectos relativos às crises do sistema capitalista mundial relacionadas ao processo de desmantelamento dos sistemas protetivos da sociedade oriundos da nova organização socioeconômica a partir da crise orgânica do capital na década de 70.

Na segunda parte, será apresentado a perspectiva mercadológica da organização política neoliberal brasileira, influenciando o crescimento dos CST como nicho de mercado explorado por instituições de ensino superior com fins lucrativos como a YDUQS, a fim de garantir uma maior rentabilidade ao capital privado.

No último momento, apresentaremos um panorama legal dos CST no Brasil, considerando as principais promulgações relacionadas ao fortalecimento da política de valorização e estruturação da proposta mercadológica de fomento aos cursos superiores de curta duração.

### **1.1 - A crise capitalista e o Estado neoliberal: a política de mercantilização da educação superior**

De acordo com Mézáros (2011), o sistema capitalista depois de vivenciar dois ciclos de crise no século XX, passa a uma nova fase de crise estrutural marcada por um *continuum* de depressões aparentemente insuperáveis e não mais de forma cíclica como anteriormente. Não se observa mais alternâncias nas crises e seus intervalos, as crises se tornaram perenes, sistêmica e estruturais.

[...]a crise estrutural do sistema do capital como um todo - a qual estamos experimentando nos dias de hoje em uma escala de época - está destinada a piorar consideravelmente. Vai se tornar a certa altura muito mais profunda, no sentido de invadir não apenas o mundo das finanças globais mais ou menos parasitárias, mas também todos os domínios de nossa vida social, econômica e cultural (MÉSZÁROS, 2011, p. 17).

Com as mudanças nas depressões econômicas cíclicas, as crises estruturais se interligam ao sistema global capitalista com as novas políticas de liberação econômica e desmantelamento dos sistemas protetivos sociais, apontando Chesnais (1996) como o

processo de mundialização<sup>14</sup> do capital, com novos anseios econômicos e modos de produção aliados às novas tecnologias.

As novas tecnologias informacionais e comunicacionais já existentes são os veículos que aceleram e tornam essa lógica determinantes na busca de liquidez financeira onde quer que seja, suplantando barreiras comerciais e políticas. A invasão da lógica de crise capitalista surge em virtude da perda de valor do capital, antes empatado e fixo em matérias-primas ou produtos, e posteriormente perdendo sua liquidez (PAULANI, 2007).

Durante as décadas de 70 e 80, a organização das empresas multinacionais passaram a exigir dos Estados nacionais determinada adaptação aos modelos globais de funcionamento industrial, aliando a necessidade de liberalização econômica (desregulamentações) com as novas possibilidades de inovações tecnológicas. Como resultado, os grupos empresariais decuplicaram a capacidade do capital produtivo (CHESNAIS, 1996).

Os ajustes não ocorreram isoladamente, um conjunto de reformas se impulsionavam para garantir as mudanças, a organização socioeconômica se estruturava com a crise orgânica do capital em 1970. Mudanças estruturais e superestruturais eram necessárias para manutenção do capital e salvaguarda da economia (VEIGA, 2020). Tal cenário refletiu no processo de reestruturação produtiva de inserção de um regime mais flexível, em detrimento da recomposição burguesa no país, conforme a autora.

Ainda não superados os problemas com o capital improdutivo, Dowbor (2017), aponta que a economia se globalizou, com isso os gigantes financeiros passam a operar em escala mundial, os Estados nacionais passam a ser impotentes em relação ao fluxo financeiro mundial. Os instrumentos políticos de regulação econômica passam a ser fragmentados, criando uma desorganização, uma crise proposital para garantir aprovação social de movimentos reacionários.

A justificativa para quebra das barreiras mercadológicas ocorre principalmente nos momentos de crise econômica, pois as mesmas proporcionam movimentações globais coercitivas de pressão nos governos em dar uma resposta imediata para salvaguarda da economia, levando a “desregulamentação previsível, elevação do déficit comercial e redução de reserva oficiais” (CHESNAIS, 1996, p. 31).

O processo de crises sustenta a necessidade de constante “estado de sítio”, em

---

<sup>14</sup> A mundialização é o resultado de dois movimentos conjuntos, estreitamente interligados, mas distintos. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito as políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, nos governos Thatcher e Reagan. (CHESNAIS, 1996, p. 34).

virtude das ameaças de riscos iminentes. Ideologia criada a partir de uma construção dialética do termo “estado de exceção”, que contraditoriamente suspende a legalidade de direitos pela necessidade de superar as crises existentes, um estado de *emergência econômica*<sup>15</sup> que transforma a exceção em regra (PAULANI, 2010). Explicando a necessidade da implementação de políticas nacionais perenes voltadas aos novos meios de produção.

A internalização de orientações advindas dos detentores do poder se tornou regra, tal lógica prevaleceu junto às ações governamentais, com vistas a garantir mais eficiência e produtividade. “Entre 1976 e 1977, a especulação financeira se tornava o norte da economia brasileira, envolvendo diferentes frações da burguesia e aprofundando a recessão pela redução dos investimentos produtivos” (VALE, 2011 p. 61).

Com a ideologia do estado de emergência, existem contradições no posicionamento do estado e suas ações, as decisões atendem a necessidades econômicas, fatores do domínio econômico global principalmente sobre os países em possível desenvolvimento, pois observamos ordens econômicas que não necessariamente contribuirão com o desenvolvimento nacional e sim com o mercado global.

Com o mercado global, se torna regra “[...] a desregulamentação financeira e o desenvolvimento, cada vez mais acentuado, da globalização financeira” (CHESNAIS, 1996, p.26). Portanto, o mercado internacional ganha mais força no momento em que as empresas recorrem a novos investimentos internacionais, no entanto, a entrada no mercado global exige a adaptação das empresas às regras do comércio e conseqüentemente surgem novas exigências dos grupos empresariais para com os governos nacionais, principalmente em relação à liberdade econômica.

No Brasil a Constituição foi cunhada no ideário de um Estado Democrático destinado a assegurar o exercício de direitos sociais e individuais. Portanto, prevalência do bem comum onde a maioria se sobressai em relação ao individual ou particular, como enfatiza o destaque a seguir.

[...] Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na

---

<sup>15</sup>A história brasileira, desde a crise do início dos anos 1980, em particular depois da queda da ditadura militar e do estado de exceção jurídico que ela protagonizou, é um exemplo paradigmático de surgimento de um estado de emergência econômico e das diatribes dos governos democráticos que então assumiram o poder, em especial o de Lula e a hegemonia às avessas que ele patrocina, para transformar em regra a emergência, fazendo da exceção o paradigma de governo. (PAULANI, 2010, p. 115).

ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias [...] (BRASIL/CF, 1988, Preâmbulo).

Observamos, no entanto, que o Estado neoliberal, no cumprimento de suas funções, cria regulações que retiram os *direitos sociais* (de modo comum, ao público em geral, como o acesso à educação), porém se sobressai no resguardo aos *interesses individuais*, no que tange a garantia dos direitos privados e as atividades de seu exercício numa sociedade democrática. Tal premissa foi estabelecida no ato de regulação da liberdade para investimentos privados<sup>16</sup> no país.

XXIX - a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País (BRASIL/CF, 1988).

Se observa um evidente processo regulatório legitimador da liberdade de funcionamento mercantil, onde o Estado exerce o papel protecionista do sistema capitalista neoliberal, protagonizando maior fluidez ao fundo privado, sob a premissa do desenvolvimento social nacional, flexibiliza a legislação nacional às regras predatórias e exploratórias do mercado.

Para Chesnais (1996, p.25) “[...] a necessária adaptação pressupõe que a liberação e desregulamentação sejam levadas a cabo, que as empresas tenham absoluta liberdade de movimento[...]”. (p. 25). Neste aspecto, o capital privado exerce uma pressão nos governos em relação a formação de força de trabalho adaptada as novas tecnologias e modos de produção, políticas mundiais coercitivas orientadas pela OCDE segundo o autor.

Nota-se que esse fato vem ocorrendo desde o colapso relativo à crise em 1970, que demonstrou a variação da intensidade no movimento de acumulação financeira, concentração de renda e produção. Como o processo de exploração capitalista relaciona-se com os meios produtivos, ocorrera um impacto social na relação capital/trabalho, onde as ideologias burguesas operaram de forma violenta nos meios de produção e interesses

---

<sup>16</sup> Neste panorama, ocorreu no Brasil no primeiro ano do governo Jair Bolsonaro, com a promulgação da Lei de Liberdade Econômica, instituída de forma aligeirada condizente ao plano para superação da crise econômica do país. Estabelecida no dia 21 de setembro de 2019, a Lei Nº 13.874, antes MP Nº 881 de 2019, institui a Declaração dos Direitos de Liberdade Econômica, regulamentando garantias de livre mercado, análise de impacto regulatório e outras providências. Em seu Art. 1º, aponta que “Fica instituída a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, que estabelece normas de proteção à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica e disposições sobre a atuação do Estado como agente normativo e regulador [...]” (BRASIL, 2019).

de classes. Com objetivo de garantir mais capital morto reduzindo o capital vivo (FRIGOTTO, 2010).

Tal cenário se desenha com o processo de recomposição burguesa pós crise de 1970, com a queda de ativos e crise no processo de acumulação do capital, a reestruturação com o novo regime de acumulação flexível, com enxugamento dos custos e flexibilização da produção, relacionava-se ao estreitamento do processo industrial com a democracia também em crise, incluindo o trabalhador como foco no processo de extração máxima do trabalho excedente (VEIGA, 2020).

Com isso, a tecnologia e sua dinamicidade criaram novas demandas de trabalhadores, como enfatiza o destaque a seguir:

Os empregos de curto prazo sempre existiram no curso das flutuações econômica, mas a partir dos anos 70 as modificações estruturais, que atingiram o mercado de trabalho, fizeram com que estas modalidades fossem superando o volume dos chamados empregos típicos, onde o trabalho tenha algumas garantias, uma remuneração adequada e um contrato de prazo razoavelmente maior do que nas formas atípicas (BRASIL, BNDES, 1994, p. 15).

Não se trata de um ativo físico como uma fábrica ou uma loja ou uma linha telefônica: uma vez que esses ativos atingem a sua capacidade, é preciso investir em novos ativos. Mas os intangíveis não precisam obedecer ao mesmo conjunto de leis da física: podem em geral ser usados de novo e de novo (DOWBOR, 2020, p. 147).

O sistema mercadológico mundial, procura aplicar políticas econômicas experimentais em países considerados mais fracos politicamente como forma de garantir a eficiência das políticas e necessidade de adaptações, para isso a flexibilização nas formas de contratação de trabalhadores sofre influências. Com isso, as modificações geradas pela inserção de novas tecnologias no mercado produtivo combinam com a precarização e exploração da classe operária (CHESNAIS, 1996). Portanto, consideramos a inserção de tais paradigmas nas políticas educacionais, influenciando a política de estruturação dos CST, uma vez que:

O caráter contraditório (de crise portanto) do modo de produção capitalista explicita-se, historicamente em formações sociais específicas, de formas e conteúdo diversos, porém inexoravelmente, pela própria virtude de potenciar as formações produtivas e por sua impossibilidade de romper com as relações sociais de exclusão e socializar o resultado do trabalho humano para satisfazer as necessidades sociais coletivas. (FRIGOTTO, 2010, p. 69).

A educação segue as regras de adaptabilidade econômica de diversos grupos sociais e de trabalhadores, de forma a habilitá-los tecnicamente e ideologicamente para

novos modelos de exploração da força de trabalho, isso só é possível subordinando a ação social da educação de forma de ser controlada pelo capital. (FRIGOTTO, 2010). No que tange esta pesquisa, compreendemos que tal fator materializa-se com o controle do capital privado diante do ensino superior como no Brasil.

Concordamos com Dowbor (2020, p.147) ao analisar que “O conhecimento tornou-se o principal fator de produção.” Destarte os CST se tornaram objeto de análise e aprimoramento das instituições e governos neoliberais, considerando as possibilidades de ampliação do processo produtivo com a disponibilidade de formar trabalhadores designados para compor a estruturação do sistema.

O Brasil é um reflexo das políticas de globalização, onde a exigência mercadológica de formação em cursos tecnológicos se tornou uma corrente indispensável e perene nas reformas políticas da educação no fim do século XX e ganharam ainda mais força no século atual, fator expressado nos dados emitidos pelo INEP, e apresentados no capítulo desta pesquisa, em relação a oferta e número de matrículas concentradas principalmente em instituições de cunho privado mercantil.

As novas tecnologias surgem como fator de intensificação do processo de globalização (CHESNAIS, 1996), assim a formação para o mundo produtivo se torna política de acesso ao mundo do trabalho, com isso o incentivo aos Cursos Superiores de Tecnologia na modalidade EAD se destaca como política contra o desemprego no Brasil.

Essa transformação da base tecnológica das atividades econômicas mudou em profundidade o que chamávamos de acumulação de capital. No capitalismo tradicional que conhecemos, a extração do excedente pelas elites, sob forma de mais-valia, era assegurada pela exploração salarial. No Brasil de hoje, com 212 milhões de habitantes e cerca de 150 milhões de adultos, apenas 33 milhões de pessoas têm emprego formal no setor privado. Somando 11 milhões de empregados do setor público, temos 44 milhões de pessoas efetivamente inseridas no sistema. No setor informal, temos cerca de 40 milhões de pessoas que “se viram”, e somando os 15 milhões de desempregado agora com a pandemia, mais da metade da população do país encontra-se marginalizada. A subutilização da força de trabalho constitui um problema central do desenvolvimento do Brasil (DOWBOR, 2020, p. 144).

Neste panorama, a expansão de uma educação mercantilizada estruturada de acordo com as pressões econômicas mundiais, são reverberações do processo de reestruturação produtiva frente a globalização e mundialização do capital, se desdobrando em novos paradigmas financeiros (como o fenômeno da financeirização e

bancarização<sup>1718</sup> da educação), direcionadas ao fomento da produção de bens e serviços para aumento da concentração de renda em grandes fortunas.

As grandes fortunas resultam cada vez menos de produção de bens e serviços finais, como de automóveis: trata-se de controle do acesso ao intangível, plataformas de intermediação em vez de fábricas. A mudança é sísmica, pois o intangível pode ser indefinidamente reproduzido sem custos adicionais, abrindo a possibilidade de uma generalização planetária de aumento de produtividade sem custos adicionais (DOWBOR, 2020, p. 147).

Os CST possuem um papel fundamental no processo de aumento da capacidade de capital produtivo, se torna garantia na formação de força de trabalho específica para a exploração no ramo produtivo e com auxílio das inovações tecnológicas esse processo tende-se ao aprofundamento. Fenômeno expressado através Lei 5.540/68, mantida nas décadas posteriores, compondo o cenário de organização política e econômica durante o “milagre brasileiro”.

Paralelamente a política de ensino superior, já se encontrava em funcionamento como o “Programa Intensivo de Preparação da Mão-de-Obra Industrial (PIPMO)”, através do Decreto nº 53.324/63, reestruturado através do Decreto nº 75.081/74, que também serviram de base para as reformas educacionais e projetos MEC/USAID para atendimento das demandas (econômicas e fabris) esperadas durante o “milagre”, hipoteticamente garantindo determinadas formas de emprego. Processo esse onde “O trabalhador perde o controle do processo de trabalho passando a obedecer o ritmo da máquina” (LIMA, 2006, p.22).

Produzir mais com menos esforço e em menor tempo, é uma proposição dos novos tempos de trabalho, o termo “produtividade” é internalizado a fim de garantir mais esforços da sociedade trabalhadora e exclusão daqueles que não conseguem acompanhar as novas movimentações do mercado e suas exigências, justificando o fortalecimento dos CST a distância, protagonizado por grupos empresariais educacionais.

Nesse contexto, a educação adquiriu um papel estratégico de reprodução dos seus ideais de duas formas: primeiro, pela redefinição da educação para que esta esteja alinhada ao desenvolvimento de mão de obra para o mercado de trabalho. Nesse sentido,

---

<sup>17</sup> “Aqui se define um dos pilares do que está aqui se denominando bancarização da educação superior: não se trata apenas da parceria com instituições financeiras. É mais: é a própria empresa de cariz financeiro funcionando como banco que oferece financiamento às mensalidades que ela mesma deve receber.” (VALE, 2017, p.10).

<sup>18</sup> Segundo Sousa (2019), o fenômeno da financeirização e bancarização se consolidam nas instituições de ensino superior como resultado da crise do capital e mundialização do capital financeiro, impondo novas regras de funcionamento empresarial a fim de garantir o concorrencialismo do mercado e fortalecimento do capital fictício, ocorrendo a predominância do capital financeiro e especulativo sobre o capital produtivo.

“[...] há um esforço de alteração do currículo não apenas com o objetivo de dirigi-lo a uma preparação estreita para o local de trabalho, mas também com o objetivo de preparar os estudantes para aceitar os postulados do credo neoliberal” (SILVA, 1994, p. 12). Segundo, por utilizar o sistema educacional como um de seus principais instrumentos para a propagação da ideologia neoliberal, com vistas à consolidação de sua conquista hegemônica.

[...] um amplo processo de redefinição global das esferas social, política e pessoal, no qual complexos e eficazes mecanismos de significação e representação são utilizados para criar e recriar um clima favorável à visão social e política liberal. [...] O projeto neoconservador envolve, centralmente, a criação de um espaço em que se torne impossível pensar o econômico, o político e o social fora das categorias que justificam o arranjo social capitalista. [...] Nessa redefinição a solução dessas questões é deslocada do espaço público, social e político e é resituada no âmbito da iniciativa individual. [...] Esse processo faz com que noções tais como desigualdade e justiça social recuem no espaço de discussão pública e cedam lugar, redefinidas, às noções de produtividade, eficiência, “qualidade”, colocadas como condição de acesso a uma suposta “modernidade” (CERQUEIRA FILHO, 2006, p. 219).

Desse modo, busca-se enquadrar estrategicamente o processo educacional como ferramenta útil a este sistema perverso de alienação sobre as necessidades das camadas sociais. Além disso, a educação também se converte em mercadoria ao ser considerada ineficiente, por razões de má gestão administrativa, e de baixa qualidade.

Como solução, temos a inserção dos mecanismos de competitividade no mercado, pois, diz-se que estes “agiriam para tornar essa administração mais eficiente e, portanto, para produzir um produto educacional de melhor qualidade” (SILVA, 2015, p. 23). No entanto, ressalta-se que o sentido desta qualidade e eficiência pensado atenderia aos objetivos comerciais e não às necessidades dos indivíduos, especialmente os mais pobres. Uma vez que:

Na visão neoliberal, o ponto de referência para condenar a escola atual não são as necessidades das pessoas e dos grupos envolvidos, sobretudo aqueles que mais sofrem com as desigualdades existentes, mas as necessidades de competitividade de lucro das empresas (SILVA, 1994, p. 24-25).

Com isso, “os governos neoliberais propõem noções de mercados abertos e tratados de livre comércio, redução do setor público e diminuição do intervencionismo estatal na economia e na regulação do mercado” (GENTILI, 2000, p.114). Dessa forma, um dos pontos preponderantes de suas ações é o campo educacional, com afastamento do Estado e abertura de espaços para atuação do setor privado no fornecimento de serviços.

## 1.2 - Educação Superior: expansão do privado na modalidade a distância

Paulani (2007) expõe que a política brasileira é um grande exemplo de política neoliberal, e mais que um rótulo dado ao país, são os fatos ocorridos em nossa história na forma de pilotar câmbios e juros, é o movimento de induzir a economia privada de forma a garantir o fortalecimento da doutrina neoliberal.

Anderson (2003) nos lembra que *vários países*<sup>19</sup> ao longo do século XX, materializaram as orientações e puseram em prática o programa neoliberal, em âmbito financeiro e político, principalmente aqueles ligados a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, porém já nas décadas de 70 e 80, não identificaram mudanças positivas nas taxas de crescimento desses países, um quadro absolutamente decepcionante na avaliação da própria Organização para o Desenvolvimento.

A década de 1960 foi marcada pela ascensão dos militares ao poder no Brasil, as reformas voltadas ao ensino no país, proporcionaram um novo alinhamento das políticas ao fortalecimento do sistema neoliberal, incluindo a valorização do ensino superior como política de formação de força de trabalho para o mercado, nesse momento ocorre uma tendência a garantir formação e certificação em menor espaço de tempo.

Uma resposta rápida ao processo ocorreu com a promulgação da Lei Federal Nº 5.540/68 que criava com os Cursos Superiores de Curta Duração, ressignificando o perfil de formação no ensino superior, a fim de atender a uma política de aligeiramento profissional para formação de trabalhadores destinadas ao mercado. Uma resposta do Estado brasileiro à crise econômica.

Com a promulgação da lei federal, a oferta de cursos de curta duração realizava uma aproximação entre os cursos profissionais de nível médio e cursos superiores, e principalmente correspondentes às condições do mercado de trabalho. Paralelamente a isso, a educação a distância já apresentava um perfil favorável à disseminação de uma educação mais técnica.

Neste cenário, se observa um alinhamento entre a política educacional e as respostas do governo ao capital, visto que a crise econômica demanda um posicionamento do Estado de forma a equalizar os problemas econômicos existentes e garantir força de trabalho com formação superior a ser explorada pelo empresariado.

---

<sup>19</sup> Inicialmente no Chile, experiência piloto com Pinochet a partir de 1970, Bolívia Jeffrey Sachs em 1985, Salinas em 1988 no México, Menem na Argentina em 1989, Carlos Péres na Venezuela, Fujimori no Peru em 1990. Outros países no extremo-orientes como no Japão, Coréia, Formosa, Cingapura e Malásia. Os principais ícones de intervenção econômica são Ronald Reagan - EUA e Margareth Thatcher - Inglaterra, que impuseram reformas políticas para além do sistema econômico (ANDERSON, 2003).

Durante o governo militar, o Brasil estabeleceu a política de alinhamento aos moldes norte americano. A reforma universitária se inspirava em acordos entre MEC e USAID<sup>20</sup>, Plano Atcon e Relatório Meira Mattos, prevendo modificar o sistema brasileiro para desenvolver um modelo mais empresarial taylorista/fordista, cujo objetivo seria ter uma gestão com novas características como: maior rendimento, eficiente e racional. (CAMARGO; MEDEIROS; MAUÉS; CHAVES, 2006).

As mudanças ocorridas durante o governo militar acentuaram o empresariamento de setores como a educação. Segundo Chaves e Amaral (2015) as políticas adotadas durante o governo militar favoreceram a expansão das instituições privadas no país, juntamente com a política de privatização do ensino superior público, um modelo que favorece o desenvolvimento mercantil.

O Brasil passa a condição de inserção na nova dinâmica internacional do trabalho, impulsionado por um novo Estado. O EUA avanço na internacionalização do poder e desregulamentação industrial nos países de terceiro mundo. Nesse contexto, se viu uma transformação substantiva da concorrência capitalista ao longo das décadas de 1970 e 1980 (PAULANI, 2007).

A partir da década de 1970, principalmente com o posicionamento do Brasil em submissão às nações detentoras do poder, sentiu-se o impacto das crises mundiais, como as crises do petróleo, reconstrução da Europa pós-guerra e a industrialização dos países de economia periférica, principalmente na América Latina.

Tais reformas, orientadas por órgãos internacionais durante a década de 70, passaram a visar a educação superior como um importante mercado a ser explorado por empresas privadas como resposta aos problemas financeiros do país, com a garantia de formação de trabalhadores com conhecimentos e técnicas úteis às exigências produtivas (JUNIOR; MAUÉS, 2014). Proporcionando ambiente para cursos de rápida formação com titularidade superior.

As reformas educacionais na América Latina<sup>21</sup> atingiram diretamente países como o Chile e Brasil, consolidando um novo mercado educativo coerente com organismos internacionais, aliados ao governo implantam e modernizam os serviços, submetendo a

---

<sup>20</sup> *United States Agency for International Development – USAID.* Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional.

<sup>21</sup> A América Latina experimentava o remédio para os celeumas financeiros, o governo de Pinochet no Chile – 1973 a 1990, atendendo as orientações internacionais, deu o pontapé inicial no que se refere as reformas de bases econômicas e políticas de cunho neoliberal. Rigidamente com uma ditadura, reprimiu sindicatos, aumentou as privatizações e desregulamentou as leis de controle financeiro, contribuindo com a concentração de renda. Tudo quase dez anos antes das reformas de Margareth Thatcher na Inglaterra. (ANDERSON, 2003).

educação ao capital. As instituições passam a ser estimuladas, pelos governos, “por meio da liberalização dos serviços educacionais e da desoneração fiscal, em especial, na oferta de cursos aligeirados, voltados apenas para o ensino desvinculado da pesquisa” (CHAVES, 2016, p.03).

No Brasil de 1980<sup>22</sup>, segundo Peroni (2009) se perdeu a discussão das políticas sociais e materialização de direitos universais com distribuição de riquezas. Se passou a naturalizar o chamado “Estado em crise”, focalizando ações de intervenção em todos os sentidos e principalmente em relação aos mais pobres, exigindo mais atividades financeiras a fim de evitar o caos social.

A crise brasileira da última década foi também uma crise do Estado. Em razão do modelo de desenvolvimento que os Governos anteriores adotaram, o Estado desviou-se de suas funções básicas, além da gradual deterioração dos serviços públicos, a que recorre, em particular, a parcela menos favorecida da população, o agravamento da crise fiscal e, por consequência, da inflação. Nesse sentido, a reforma do Estado passou a ser instrumento indispensável para consolidar a estabilização e assegurar o crescimento sustentado da economia. Socialmente assim será possível promover a correção das desigualdades sociais e regionais (BRASIL, MARE, PDRE, 1995, p. 09).

A partir da década de 90 com os governos Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso - FHC, ocorreu o que Paulani (2010), denominou de Estado de emergência econômico, com a política de estabilização monetária, o que justificava a natureza do Plano Cruzado a fim de salvar o país de uma hiperinflação, pois tais plano não seriam implantados facilmente sem apoio do Congresso. Um Estado de emergência surgido após um período de ditadura militar, que se unia a um estado de exceção jurídico, o que facilitou a implantação de reformas no país.

O modelo de consolidação do sistema de acumulação financeira neoliberal exigiu a quebra de barreiras e princípios democráticos presentes nas constituições dos países, exigindo reformas profundas nos Estados. No caso brasileiro, na década de 1990, o Plano Diretor de Reformas do Estado e Programas de ajuste Estrutural marcaram o processo de abertura econômica no país (LEHER, 2019). Dentre os intentos do Plano, logo em seu segundo objetivo declarava:

Limitar a ação do Estado àquelas funções que lhe são próprias, reservando, em princípio, os serviços não-exclusivos para a propriedade pública não-estatal, e

---

<sup>22</sup> A década de 1980, apresentou um conjunto de condicionantes econômicos, financeiras, políticas e ideológicas exigidos por organismos financeiros multilaterais, geridos por países cênicos do capitalismo. O ajustamento estrutural ganhou forças, e o receituário de novas reformas foram impostas por agentes como o BM, BIRD, FMI e BID, que passaram a exigir novas reformas em todos os setores públicos. (DEITOS. In. LEHER, 2019).

a produção de bens e serviços para o mercado para a iniciativa privada. (BRASIL, 1995, p. 45).

O contexto constituído durante a década de 90 garantia abertura para o processo de disseminação das orientações do Banco Mundial, em 1994, a organização apontava a educação superior como uma importante fronteira a ser explorada. Tal processo se materializou com a expansão das instituições privadas e a privatização nas universidades públicas.

Estes dois elementos estavam presentes no documento *La enseñanza superior - las lecciones derivadas de la experiencia*, publicado em 1994 pelo BM no qual foram apresentadas quatro estratégias para a reforma da educação superior na América Latina, Ásia e Caribe. A primeira previa a diversificação das instituições de ensino superior e dos cursos, sob o pressuposto da necessidade de existência de universidades públicas, privadas e de instituições não universitárias, incluindo os cursos politécnicos, os cursos de curta duração, os ciclos e o ensino a distância (LIMA, 2011, p. 87).

No documento promulgado pelo BM, observamos a inserção de informações voltadas à exploração do ensino superior, cursos de curta duração e ensino a distância. Em relação aos cursos de curta duração no Brasil, se inserem os Cursos Superiores Tecnológicos - CST, cooptados principalmente por instituições privadas e com possibilidade de desenvolvimento a distância.

Ressaltamos que o processo de origem da educação a distância no Brasil, se adaptou a formação de trabalhadores em massa, a fim de atender as demandas emanadas pelo capital de força de trabalho.

Para o ensino superior, a reestruturação do ensino superior pleiteava um modelo mais gerencialista, com uma maior participação de empresas privadas nos serviços públicos, incluindo a educação superior que também realizava uma adequação e subalternização a política bancária internacional, desta forma, a viabilidade de um projeto neoliberal se fortalecia para os anos seguintes.

A partir dos anos 2000, com o governo Lula, Amaral e Chaves (2016), salientam que o Partido dos Trabalhadores manteve a mesma política de valorização financeira internacional, garantindo o alto grau de submissão do país ao mercado estrangeiro, adotando leis ortodoxas para garantir maior liberdade concorrencial.

A transição da primeira para a segunda década do século XXI foi marcada pela permanência do Partido dos Trabalhadores – PT na governança do país, e uma das principais bandeiras propagandeadas pelo partido foi o pagamento da dívida pública contraída nos anos anteriores.

As políticas públicas na primeira década do século XXI demonstraram a

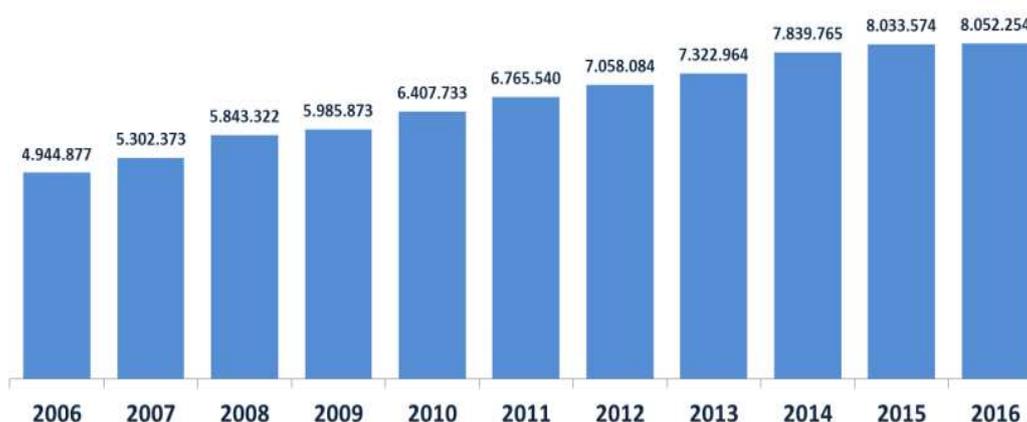
continuação da movimentação e ascensão das instituições privadas no país. Uma política apoiada no governo FHC (1995 a 2002), que continuou ganhando força com o governo Luiz Inácio Lula da Silva – Lula (2003 a 2010). Assim, foi possível o aumento considerável de instituições privado-mercantis no Brasil.

As Notas Estatísticas do Censo da Educação Superior em 2010, apresentava um volume de matrículas em graduação principalmente presente em instituições privadas de ensino, uma realidade já existente no governo anterior. De um volume total de 6.379.299 matrículas, 4.736.001 se encontravam fora do ensino público, apontando o reflexo das políticas de desenvolvimento do ensino superior, com desenvolvimento numericamente privatista.

O governo Dilma Rousseff <sup>23</sup>(2011 a 2016), representou de certa forma uma continuidade de programas iniciados pelo PT, segundo Ribeiro (2013) ambos desenvolveram uma série de políticas assistencialistas consideradas modernas, para o ensino superior como o FIES (criado em 1994 com o governo FHC) e PROUNI (criado em 2004 com o governo Lula), podemos observar os dados.

O governo propagandeava o quantitativo de pessoas com acesso a uma graduação. Segundo o MEC/INEP, “Entre 2006 e 2016, a matrícula na educação superior aumentou 62,8%, com uma média anual de 5% de crescimento” (2016, p.05). Um marco histórico na política de acesso no Brasil, como observamos no gráfico a seguir disponibilizado pelo INEP na divulgação dos resultados em 2016.

**Gráfico 1** - Número de matrículas na educação superior 2006 a 2016 (Graduação)



**Fonte:** Notas estatísticas do Senso da Educação Superior - INEP, 2016

Como podemos observar no Censo da educação superior em 2016, o reflexo das políticas de acesso à graduação nos anos de Governo do Partido dos Trabalhadores

<sup>23</sup> A primeira mulher a assumir o cargo máximo do poder na história do país

impactou expressivamente no quantitativo de matrículas, no entanto, destacamos que esse volume de matrículas beneficiou principalmente o fundo privado. Uma política assistencialista voltada à valorização do ensino superior privado, representado pela discrepância no número de instituições públicas e privadas.

Contraditoriamente, a maior parte das matrículas se encontravam no setor privado, uma política que permaneceu na transição dos governos FHC, Lula e Dilma. “As IES privadas têm uma participação de 75,3% (6.058.623) no total de matrículas de graduação. A rede pública, portanto, participa com 24,7% (1.990.078)” (BRASIL, MEC/INEP, 2016, p. 05).

Além de uma maior concentração de matrículas no setor privado, dando continuidade à política privatista da educação brasileira, o problema se agudiza ao tratarmos sobre a modalidade a distância, compondo a política de valorização do ensino superior privado através da flexibilização da modalidade EAD.

Mais especificamente, no ensino a distância, ganham destaque os CST, é possível observar o processo de redução das matrículas presenciais e aumento na EAD. Segundo o Censo - INEP 2016, o aumento passava de 4,2% em 2006 para 18,6% em 2016, somente da passagem do ano de 2015 para 2016 representava 7,2% na evolução das matrículas<sup>24</sup>. Já se observava o reflexo do crescimento do ensino digital no país principalmente por instituições privado mercantis.

De acordo com Kato (2013), a Política econômica no governo Dilma Rousseff, deu sequência ao projeto de desenvolvimento econômico iniciado por Lula com a valorização de recursos estrangeiros para o setor produtivo do país, assim como a realização das parcerias público-privado. Os empresários nacionais e estrangeiros com diálogo direto junto da presidência, se tornaram base para sustentação política do PT.

A autora ainda reforça que eram necessárias reformas estruturais para redução dos custos de produção no país, dessa forma os investimentos internacionais seriam atraídos a se instalar e permanecer no país garantindo maior capital produtivo, continuando as iniciativas de Lula antes do término de seu segundo mandato.

[...] no ano de 2010, o Brasil atraiu parcela significativa de ativos ou empresas por mais de 100 milhões de dólares: Vivo (Telecomunicações: (9) 724,79, Repsol YPF Brasil AS (Petróleo-Gás: (7) 111,00), Mineração: 735,00), Sky Brasil (Telecomunicações: 604,80), Dufry South America LTD (Comércio: 527,02), Cia Industrial de Vidros (Manufaturados: 603,00), Sistema Educacional Brasileiro (serviços educacionais: 498,74), CVC Brasil

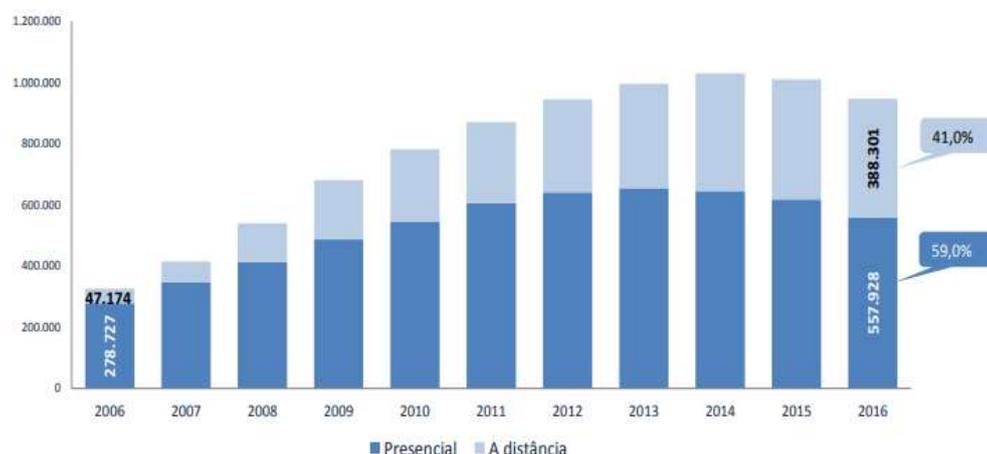
---

<sup>24</sup> No segundo capítulo, apresentamos também uma análise sobre a contradição da oferta do ensino digital no Brasil, diante de uma população que não tem acesso às estruturas mínimas ao desenvolvimento do ensino EAD.

Operadora e Agência de Viagens (turismo: 401,01), Odebrecht Óleo e Gás (Construção / engenharia: 400,00), Equipa AS Açúcar e Álcool (agroindústria: 331,40), Vale do Ivaí AS (agroindústria: 239,99) (KATO, 2013, p. 122).

Em relação aos Cursos Superiores Tecnológicos, vem ocorrendo um agravante ainda maior, pois de acordo com o Censo da Educação Superior, “De 2006 a 2016, as matrículas nos cursos tecnológicos quase triplicaram (190,3% de aumento);” (BRASIL, MEC/INEP, 2016, p. 08). Reflexo da política de incentivo à formação de um exército de força de trabalho para atender a demandas do capital, protagonizado durante o governo do PT.

**Gráfico 2** - Número de matrículas em cursos de graduação tecnológicos, por modalidade de ensino – Brasil – 2006-2016



**Fonte:** Notas estatísticas do Senso da Educação Superior - INEP, 2016

Ao analisarmos o gráfico com o número de matrículas em cursos de graduação tecnológicos, por modalidade de ensino 2006 a 2016, verificamos uma evolução dos CST nas modalidades presencial e a distância. No intervalo de 2014 a 2016 ocorreu um decréscimo no número de matrículas em CST, reitera-se a instabilidade política no país com a decadência do governo Dilma Rousseff a partir de 2014 e saída com o golpe em 2016 e o possível fim das políticas assistencialistas de ingresso ao ensino superior.

O crescimento das matrículas em CST passou a aumentar consideravelmente na modalidade a distância, refletindo no seguinte: “Mais de 40% das matrículas de cursos tecnológicos já são a distância. Isso se deve, principalmente, ao crescimento das matrículas a distância no grau tecnológico nos últimos anos (BRASIL, MEC/INEP, 2016, p. 09). Estatística que viria a evoluir nos próximos anos com os governos posteriores.

Importante frisar que o Estado neoliberal se faz notar em diferentes governos

brasileiros que buscam formas de dinamizar o mercado, ampliar e aprofundar o setor privado, sobretudo da educação, encaminhando a formação em nível superior para o processo de massificação e diplomação.

Nessa direção, ressalta-se que o ano de 2016 foi marcado pela saída da presidente Dilma através de um processo de impeachment justificado por alegação de crime de responsabilidade – “pedaladas fiscais”, previsto na Constituição Federal em seu artigo nº 85, finalizado em 12 de maio, inabilitando-a para o exercício do poder. Processo acolhido pelo então presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha e durante o período de apreciação do pedido, Michel Temer assume o cargo interinamente.

Em 31 de agosto de 2016, Michel Miguel Elias Temer Lulia do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, assume a presidência até o ano de 2018, quando passa o bastão para Jair Bolsonaro, ambos viriam a demonstrar semelhanças em relação ao trato do poder público e manejo com o destino das finanças públicas, representando o aprofundamento ainda maior e mais evidente de políticas neoliberais com as reformas de Estado.

O estudo de Chaves; Reis & Guimarães (2018), demonstraram que o “novo” governo de Michel Temer aprofundou o óbice da retirada de direitos sociais e transferência do orçamento público para serviço do grande capital, atacando duramente os trabalhadores e previdência com a Reforma Trabalhista, Reforma da Previdência e Emenda Constitucional nº 95/2016.

A partir de 2014, se vê uma redução da arrecadação com a crise econômica em que se tem uma perda de receita e que obviamente no contexto da pandemia isto será acentuado. E como reação a esta crise teremos uma política de ajuste fiscal, materializada na EC 95 de 2016 caracterizada como uma política de austeridade, restrições dos gastos sociais como medidas para equilibrar as contas públicas, quando o efeito é justamente o contrário. A EC 95 vai instituir um novo regime fiscal no âmbito da União, mas que alguns Estados vão adotar também por 20 anos, e definiu um teto para as despesas primárias e que variam de acordo com o índice nacional de preços ao consumidor (IPCA) (ROLIM, 2020).

Se observou não somente a permanência da política de transferência do orçamento público para o capital como a intensificação dos problemas já existentes, onde o Brasil, inserido num contexto de crise econômica, acabou por agravar os problemas sociais em detrimento da economia.

O ano de 2019 foi marcado pela chegada do novo líder, agora de extrema direita no Poder Executivo, Jair Messias Bolsonaro do Partido Socialista Liberal - PSL, em campanha eleitoral levantou a bandeira da guerra contra e corrupção, privilégios, fim dos

favores políticos, ideologias destrutivas e restabelecimento dos padrões éticos e morais no país. Um governo ultraconservador que representava os ideários de ricos e empresários<sup>25</sup> sedentos por lucro e maior liberdade econômica.

Recepcionado aos gritos de "mito" e "o capitão chegou", Bolsonaro propôs a criação de um "movimento para restabelecer padrões éticos e morais que transformarão nosso país". Ele defendeu ainda que "a corrupção, os privilégios, as vantagens, os favores politizados, partidarizados" acabem e fiquem "no passado para que o governo e a economia sirvam de verdade para a nação" (Portal Agencia Brasil, publicação em 01/01/2019, n.p.).

Em abril de 2019, pressionado por seu eleitorado formado de empresários locais e do grande capital<sup>26</sup>, e atenuado pela necessidade de expansão da econômica do país, apresentou a Medida Provisória – MP, Nº 881/2019, anunciando o processo e posicionamento do Congresso Nacional em relação ao projeto governamental de “Liberdade Econômica”.

O projeto que se apresentava como MP, se configurou em 21 de setembro de 2019 na Lei 13.874/2019 a que instituiu a “Declaração dos Direitos de Liberdade Econômica”, ou Lei da liberdade econômica. Tal iniciativa apontava ligeiramente as intenções do Estado em favorecer a livre iniciativa e societária de entes privados com o processo de desburocratização, garantindo maior liberdade a empresas privadas.

Em dezembro de 2019, o país já se encontrava com a segunda maior concentração de renda no mundo, perdendo apenas para o Catar em desigualdade de renda, segundo relatório da Organização das Nações Unidas – ONU em 2019. Assim, “O 1% mais rico concentra 28,3% da renda total do país, conforme *ranking* sobre o desenvolvimento humano. O Brasil perde apenas para o Catar em desigualdade de renda, onde 1% mais rico concentra 29% da renda” (Portal G1, Dezembro de 2019<sup>27</sup>).

No ano de 2020, marcado com a crise sanitária mundial, a política de valorização financeira e desenvolvimento econômico permanecia como prioridade para o novo governo. O presidente Bolsonaro, considerado negacionista<sup>28</sup> em relação ao surto de

<sup>25</sup> “Bolsonaro é líder mais isolado do populismo de direita hoje”, diz pesquisador do extremismo político”. BBC Brasil. <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52465613>. Acessado em 23/06/2020

<sup>26</sup> Em jantar com empresários, Bolsonaro reforça otimismo com aprovação da Previdência. <https://oglobo.globo.com/economia/em-jantar-com-empresarios-bolsonaro-reforca-otimismo-com-aprovacao-da-previdencia-23733163>. Acessado em 23/06/2020

<sup>27</sup> Publicado em 09/12/2019. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/12/09/brasil-tem-segunda-maior-concentracao-de-renda-do-mundo-diz-relatorio-da-onu.ghtml>. Acessado em 23/06/2020.

<sup>28</sup> “Ele descreveu a doença como uma “pequena gripe”, um insignificante “resfriado”. Ele acusou a mídia de fabricar “histeria” - mesmo como casos confirmados de coronavírus, que causam a doença COVID-19, dispararam para mais de meio milhão e mortes para cerca de 25.000 em todo o mundo. O movimento de negação de coronavírus oficialmente tem um líder e é o presidente brasileiro Jair Bolsonaro[...]. Apelidado de “Trump dos trópicos”, Bolsonaro procura imitar o nacionalismo populista de direita do presidente

Coronavírus demonstrou completa aversão às orientações da Organização Mundial de Saúde – OMS, principal organização científica de influência nos sistema de saúde dos países.

O país adentrou num contexto de crise sanitária se desdobrando no aprofundamento de crises política, econômica, jurídica<sup>29</sup> e ambiental<sup>30</sup>, em virtude da postura do presidente em lidar com situações emergentes no comando do país, principalmente de saúde e ambientais, que atingem diretamente a sociedade impactando num curto espaço de tempo.

Na prioridade das ações do governo, “A voz do dinheiro pareceu funcionar<sup>31</sup>” sempre ecoando com maior fluidez a partir das orientações de seu ministro da economia, o liberal Paulo Roberto Nunes Guedes, defensor do livre mercado, assumiu o cargo com objetivo de implantar o *Plano Mais Brasil* de reforma do Estado Brasileiro, a fim de acelerar o crescimento econômico através da política de cortes em investimentos público.

O governo apresentava a proposta como forma de conter o crescimentos das

---

americano desde o lançamento de sua candidatura à presidência em 2018. Mas, comparado à posição de Bolsonaro na pandemia de coronavírus, a abordagem de Donald Trump parece sóbria e cientificamente aterrado.[...] Além disso, ele criticou os bloqueios; fechamento de empresas, escolas e transporte público; qualquer coisa que se afaste da normalidade. Ele atacou os governadores e prefeitos que implementaram essas políticas, alegando que estão cometendo crimes e "destruindo o Brasil", e procurou ativamente bloquear algumas dessas medidas.” Manchete da revista norte-americana *The Atlantic* publicada em 27/03/2020. Disponível em <https://www.theatlantic.com/politics/archive/2020/03/bolsonaro-coronavirus-denial-brazil-trump/608926/>. Acessado em 25/06/2020.

<sup>29</sup> Após saída do Ministro da Justiça Sérgio Fernando Moro em 24/04/2020, por acusar o presidente de interferir nas ações da Polícia Federal e tirar autonomia da instituições em investigações. “O ex-juiz da Lava Jato Sergio Moro deixou o Governo nesta sexta-feira. Moro comunicou sua demissão do Ministério da Justiça e Segurança Pública em um discurso duro, em que acusou o presidente Jair Bolsonaro de interferir politicamente no trabalho da Polícia Federal. A saída dele aconteceu após a exoneração do diretor-geral da Polícia Federal, Maurício Valeixo, oficializada na manhã desta sexta-feira. Moro afirmou que Bolsonaro, desde o ano passado, pede a troca do comando por alguém a quem “pudesse ligar para colher informações” sobre investigações. “O problema não é a troca, mas é permitir que seja feita a interferência política no âmbito da Polícia Federal”. Afirmou ainda que Bolsonaro o informou que tinha “preocupações com investigações” feitas pelo órgão. “Eu não tinha como aceitar essa substituição”, concluiu.” Notícia do *Jornal El País*, em 24/04/2020. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-04-24/sergio-moro-acusa-bolsonaro-de-interferencia-politica-na-pf-e-deixa-governo.html>. Acessado em 25/06/2020.

<sup>30</sup> Apesar dos dados do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON, onde “O desmatamento na Amazônia atingiu 529 km<sup>2</sup> em abril deste ano, um aumento de 171% em comparação com abril do ano passado. O total desmatado em abril é o maior dos últimos dez anos.” (Portal IMAZON, 2020). O ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles se posicionou favorável a intensificação do desmatamento, afirmando durante reunião ministerial no dia 22/02/20, a necessidade de aproveitar o momento de pandemia, e o desfoco da mídia, para passar reformas infralegais de regulamentação.

<sup>31</sup> Afirmou o Repórter da Revista Valor Investe, Rafael Gregório, ao tratar do Fórum em Davos, na Suíça em janeiro de 2019, Guedes passou a tarde ouvindo demandas de gestores e investidores sobre a necessidade de o governo brasileiro tomar ações efetivas pela defesa do meio ambiente. Sob essas premissas, Guedes, ministro da Economia, nome forte do governo e representante do país no evento, foi “enquadrado” pelo capital. Reportagem disponível em <https://valorinveste.globo.com/blogs/rafael-gregorio/post/2020/01/davos-enquadra-o-brasil-por-questao-ambiental-e-governo-se-mexe-para-nao-perder-trilhoes.ghtml> acessado em 25/06/2020.

despesas dos governos com setores sociais, obrigando prefeitos e governadores a implantar o sistema de cortes em suas instituições, do contrário, seriam cerceados do direito de repasse da União nas operações de crédito, o que aprofundaria ainda mais os problemas financeiros das prefeituras, gerando maior desigualdade social.

O governo argumenta que a PEC que reduz os gastos obrigatórios, a chamada PEC Emergencial, tem o potencial de acelerar o crescimento econômico do país — pois vai permitir que os governos cortem gastos e apliquem mais recursos em investimentos [...] Com a PEC aprovada, deverão ser extintos cerca de 248 fundos, sendo a maioria (165) instituída antes da Constituição de 1988. Segundo o governo, a proposta permitirá a desvinculação imediata de cerca de R\$ 219 bilhões, que poderão ser utilizados na amortização da dívida pública da União (SILVA, 2019, n.p.).

Os governos das primeiras décadas do século atual, demonstraram grande interesse em manter o funcionamento econômico do país, buscando suprir a crise financeira histórica no país através do pagamento da dívida interna, realocando recursos do fundo público ao privado e favorecendo o setor privado mercantil.

Os governos Lula (2003 a 2010) e Dilma (2011 a 2016), segundo Chaves; Reis; Guimarães (2018) demonstraram grande preocupação com a garantia do pagamento da dívida pública, tanto que de 2003 a 2016, 42% (Mais de 15 trilhões) dos recursos da União são destinados ao pagamento da dívida, representando 17 vezes o montante de recursos destinados à educação pública são transferidos a instituições privadas.

Analisamos que o contexto de reorganização política, a crise financeira e os projetos de reforma do Estado, impactam na educação, para uma análise do sistema educacional em crise é necessário associar ao processo de crise econômica, um processo conjuntural articulado com a crise do sistema capitalista, pois se encontra no contexto de crise no sistema de acumulação.

A crise na educação é decorrente de uma crise maior, a crise do financiamento da educação brasileira, mas recentemente é resultado das respostas que os governantes tem dado na tentativa de superar a crise de acumulação que se intensificou mundialmente a partir de 2017 e no Brasil de maneira mais explícita a partir de 2014 ainda no governo Dilma (REIS, 2020<sup>32</sup>).

---

<sup>32</sup> Trecho de fala de Luiz Fernando Reis, em apresentação no “IX colóquio da linha de políticas públicas educacionais”, ao participar do diálogo acerca do “Financiamento da educação, pandemia e reforma tributária”, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED da Universidade Federal do Pará – UFPA no ano de 2020. Disponível no link [https://www.youtube.com/watch?v=e8U\\_5vHu9mo&t=4421s&ab\\_channel=PPGED-UFPA-ProgramadeP%C3%B3s-Gradua%C3%A7%C3%A3oemEduca%C3%A7%C3%A3o](https://www.youtube.com/watch?v=e8U_5vHu9mo&t=4421s&ab_channel=PPGED-UFPA-ProgramadeP%C3%B3s-Gradua%C3%A7%C3%A3oemEduca%C3%A7%C3%A3o).

Desse modo, a política econômica brasileira inserida num contexto de crise estrutural do capital, reforçou o processo de acumulação financeira e centralização do capital em grandes instituições privadas, um processo que não correria sem intervenção do Estado e suas políticas de ajuste fiscal, que contraditoriamente requer a redução do mesmo frente aos detentores do poder financeiro.

Ambos governos brasileiros, oportunamente aproveitaram o contexto de crise para aprovação de uma estrutura legal favorável ao sistema capitalista e empresariamento dos serviços públicos. Dentre eles, a educação se tornou uma moeda de troca ou garantia de rentabilidade para grupos empresariais nacionais ou garantia de manter um terreno favorável a entrada do capital externo.

### **1.3 - Cursos Superiores Tecnológicos no Brasil: um nicho no mercado educacional**

A institucionalização do “Programa Intensivo de Preparação da Mão-de-Obra Industrial (PIPMO)”, em 1963, no governo João Goulart, evidenciava que as ações propostas aproximariam mais a educação do processo formativo condicionando ao atendimento das necessidades mercadológicas, materializando a política de subalternização do Estado brasileiro ao grande capital.

Art. 1º Fica aprovado, no Ministério da Educação e Cultura, o Programa Intensivo de Preparação da Mão-de-Obra Industrial, que será realizado com a participação das escolas de ensino técnico-industrial, de associações estudantis de empresas industriais, de entidades públicas e de entidades classistas de empregados e empregadores (BRASIL, 1963).

Um projeto fortalecido na década de 70 com o governo Ernesto Geisel, através do Decreto nº 75.081 de 12 de dezembro de 1974, vinculando o projeto PIPMO ao Ministério do Trabalho. Como forma de garantir o aperfeiçoamento através de uma formação superficial, um treinamento, voltada especificamente ao atendimento do crescente mercado de trabalho industrial.

Art 1º O Programa Intensivo de Preparação e Mão-de-Obra - PIPMO aprovado pelo Decreto número 53.324, de 18 de dezembro de 1963, com modificação constante do artigo 1º do Decreto nº 70.882, de 27 de julho de 1972, passa a vincular-se a partir de 1º de janeiro de 1975, à Secretaria de Mão-de-Obra, do Ministério do Trabalho, com a finalidade de promover para os diversos setores econômicos (BRASIL, 1974).

O envoltório em relação ao projeto PIPMO, segundo Filho (2002), demonstrava o

reflexo das relações entre Brasil e Estados Unidos, MEC/USAID, para introdução de um novo método<sup>33</sup> utilizado pelos EUA com intuito de treinar rapidamente trabalhadores a serem absorvidos pela atividade industrial no Brasil. Os cursos eram desenvolvidos em escolas técnicas ou diretamente no pátio das empresas, assim se garantia uma formação em curta-duração, além de um treinamento imediato do trabalhador.

A preparação estrita da força de trabalho buscava propiciar melhores condições de reprodução do capital pela maior extração da mais-valia, via aperfeiçoamento técnico e controle ideológico. Nesse aspecto, o Estado projeta à escola o papel de contribuir para moldar um condicionamento da força de trabalho, seja pelo conteúdo, seja pela disciplina (FILHO, 2002).

O estudo nos leva a refletir a respeito dos celeumas sociais deixados pela ditadura no país, as dificuldades de superação dentre os entraves contra a democracia, uma forte herança ideológica forjada no pensamento da sociedade brasileira, atenta contra a dignidade e liberdade humana, pois ocorre o aprisionamento físico e intelectual impostos pela classe dominante na intenção de formar cidadãos subservientes às ordens instituídas, sem analisar aquilo que melhor lhe convém.

A partir da década de 60 em diante, a educação seguiu o modelo tecnicista de formação, principalmente inspirada nos acordos entre MEC e USAID. Acordo esse que garante a interferência dos EUA no Brasil por longa data. A relação capital e educação se tornou muito forte, o desmantelamento da educação pública se tornou foco dos algozes defensores do ensino privado, principalmente em relação ao ensino profissionalizante - os ginásios, visto a relação com o mundo do trabalho e o ensino superior, este que viria garantir lucros exponenciais a grupos privados da educação.

Legalmente, os Cursos Tecnológicos Superiores surgiram como modalidade a partir da Lei Federal 5.540 de 28 de novembro de 1968, com determinações ao funcionamento do ensino superior, articulado a escola de nível médio e técnico, diante a política de educação relacionada ao trabalho no Brasil.

A partir da década de 70, o esperado “milagre econômico” brasileiro exigia uma rápida formação de mão de obra para atender a demanda esperada, nesse processo os CST passaram a existir em instituições privadas em virtude da flexibilidade legal junto ao Conselho Federal de Educação que não exigia autorização prévia. (FILHO, 2002).

Sob a lógica mercantil, segundo Chaves e Novais (2017) atendendo as exigências

---

<sup>33</sup> Método utilizado pelo SENAI, SENAC, através do PIPMO que chegaram aos Brasil através da Comissão Brasileira – Americana de Educação Industrial (CBAI). (FILHO, 2002). O CBAI foi oficializado através do Decreto-Lei no 4.073, de 30 de janeiro de 1942, Governo de Getúlio Vargas.

do mercado de trabalho, com a formação de mão de obra qualificada para se preparar e ter condições de adaptar-se as inovações tecnológicas do país com cursos de formação rápida direcionada a um público com ensino superior.

Ao longo do processo histórico brasileiro, o ensino técnico, precedente dos CST, apresentaram um entrelaçamento no tocante a estruturação da modalidades a distância, apesar de apresentarem bases legais diferentes, no entanto ambas se alinham com as políticas nacionais de fomento ao desenvolvimento industrial e econômico.

A Tecnologia surge como uma ponte fundamental para suprir necessidades e se tornar ponto fulcral no processo de veiculação comercial de produtos e dar condições para o surgimento de um novo nicho de mercado, educação digital e seus cursos de rápida formação, justificando a necessidade de CST EAD.

Funcionalidade econômica também no sentido em que o poder teria essencialmente o papel de manter relações de produção e reproduzir uma dominação de classe que o desenvolvimento e uma modalidade própria da apropriação das forças produtivas tornaram possível.

Apresentamos um quadro com as principais legislações referente aos CST no Brasil, sistematizado com o ano de sua promulgação, iniciando com o marco legal de criação dos cursos superiores de curta duração em 1968 até os dias atuais com a última regulamentação em janeiro de 2021.

<b>Quadro 1- Principais marcos legais referente aos Cursos Superiores de Tecnologia do Brasil (1968 – 2021)</b>		
<b>Ano</b>	<b>Legislação</b>	<b>Referência</b>
1968	Lei Federal 5.540/68	Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.
1969	Decreto- nº 547/1969	Instalação e funcionamento dos primeiros CST ofertados pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo
1996	LDBEN. 9.394/1996	Capítulo III – Da Educação Profissional: da Educação Profissional e Tecnológica (EPT)
	Resolução nº 126/1996	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR)
1997	Decreto nº 2.208/1997	Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional
2001	Parecer CNE/CES nº 436/2001	Trata de Cursos Superiores de Tecnologia - Formação de Tecnólogos.

	Lei nº 10.172/2001	Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE
	Lei nº 10.260/2001	Fundo de Financiamento ao estudante de Ensino Superior (FIES).
2002	Resolução CNE/CP nº 03/2002	Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos CST
	Parecer CNE/CP nº 29/2002	Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.
2004	Decreto nº 5.154/2004 (Alterado por Lei nº 11.741/2008 e Decreto nº 8.268/2014)	Dispõe em seu artigo III - educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.
2005	Lei nº 11.195/2005 (Alterado por Lei nº 11.741/2008 e Decreto nº 8.268/2014)	Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994
	Lei nº 11.096/2005	Programa Universidade para Todos (PROUNI). Inclui os CST.
2006	Parecer CNE/CP nº 6/2006, aprovado em 6 de abril de 2006.	SETEC Solicita pronunciamento sobre Formação Acadêmica x Exercício Profissional do CNE
	Decreto 5.733 de 9 de maio de 2006	Funções, regulações e avaliações de IES. Designa a SETEC a elaboração dos Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNST)
	Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006	Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.
	Portaria MEC nº 1.024, de 11 de maio de 2006	Atualização do Catálogo Nacional de Cursos Superiores, resultando na segunda edição do catálogo.
	Portaria nº 10, de 28 de julho de 2006	Aprova em extrato o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.
	Portaria Normativa nº 12, de 14 de agosto de 2006	Dispõe sobre a adequação da denominação dos cursos superiores de tecnologia ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, nos termos do art. 71, §1º e 2º, do Decreto 5.773, de 2006.
	Decreto nº 5.840/2006	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA)
	Parecer CNE/CES nº 277/2006, aprovado em 7 de dezembro de 2006	Dispõe sobre nova forma de organização da educação profissional e tecnológica de graduação

2008	Lei nº 11.741/2008	Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.
	Lei nº 11.892/2008	Instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
	Parecer CNE/CES nº 19/2008, aprovado em 31 de janeiro de 2008	Consulta sobre o aproveitamento de competência de que trata o art. 9º da Resolução CNE/CP nº 3/2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.
	Parecer CNE/CES nº 239/2008, aprovado em 6 de novembro de 2008	Dispõe sobre a carga horária das atividades complementares nos cursos superiores de tecnologia.
2011	Lei nº 12.513/2011	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)
	Decreto nº 7.589/2011	Rede E-Tec Brasil
2014	Resolução CC-PARES/SERES/MEC nº 1, de 24 DE janeiro de 2014	Institui comissão de atualização do Catálogo de Cursos Superiores de Tecnologia
	Lei nº 13.005/2014	PNE 2014-2024.
	Decreto nº 8.268/2014	Altera o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
2016	Portaria nº 413, de 11 de maio de 2016	Aprova, em extrato, o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.
2017	Lei nº 13.415/2017	Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.
	Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017	Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das

		instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.
2020	Parecer CNE/CP nº 7, de 19 de maio de 2020	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, a partir da Lei nº 11.741/2008, que deu nova redação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).
	Parecer CNE-CP Nº 17, de 10 de Novembro de 2020	Reanálise do Parecer CNE/CP nº 7, de 19 de maio de 2020, que tratou das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, a partir da Lei nº 11.741/2008, que deu nova redação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).
2021	Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021	Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Importante ressaltar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, 9.394/1996, destaca em seu capítulo III a Educação Profissional e Tecnológica, abrangendo a educação profissional e tecnológica de graduação e pós-graduação. Em seu Art. 40. “A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.”

Neste artigo da LDB, se observa a similitude com o projeto de integração a indústria, PIPMO citado anteriormente, considerando que ambos suscitam a proposta de formação profissional se possível no próprio ambiente de trabalho. Com o PIPMO, se previa a formação por treinamento em escolas especializadas ou no interior da organização fabril. Com a LDB o objetivo se mantém em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho, no entanto os dois projetos visam a inserção direta no processo exploratório de força de trabalho produtiva.

A LDB em seu artigo 43, da finalidade da educação superior, aponta em seu inciso “II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;” devidamente alinhado ao projeto de exploração de força de trabalho, e contraditoriamente em seu inciso “I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;”, divergindo do objetivo de uma formação mais ampla, em virtude da necessidade capitalista de um ensino com objetividade, flexibilidade no menor tempo possível.

O Decreto 2.208/1997, definiu, em seu Art. 1, inciso II, dos objetivos da educação profissional “proporcionar a formação de profissionais, aptos a exercerem atividades específicas no trabalho, com escolaridade correspondente aos níveis médio, superior e de pós-graduação”. O objetivo do governo, Segundo Monteiro, era “[...]de direcionar a formação profissional, em todos os níveis de escolaridade, para as atividades do setor produtivo com vistas a contribuir com o melhor desempenho desses profissionais para o mercado [...]” (2020, p. 103).

Trata-se de um processo reducionista da formação educacional, desvinculando de uma concepção de educação humana e crítica social, portanto, emancipadora. O foco está em oferecer processos formativos com vistas a formar tecnicamente ou operacionalmente o sujeito para desempenhar atividade como mão de obra barata no mercado. Observa-se que cabe a esses profissionais o “saber fazer”, ou seja, o trabalho manual.

A partir da resolução CNE/CP 3, de 18 de dezembro de 2002, a educação integrada ao trabalho, ciência e tecnologia, adota a educação de competências<sup>34</sup> como forma de adequar a formação de nível superior para inserção nos setores profissionais capazes de operacionalizar as novas tecnologias.

Art. 1º A educação profissional de nível tecnológico, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, objetiva garantir aos cidadãos o direito à aquisição de competências profissionais que os tornem aptos para a inserção em setores profissionais nos quais haja utilização de tecnologias (BRASIL, 2002, n.p.).

Dentre os objetivos dos cursos de nível tecnológico a partir da resolução 03/2002, destacamos alguns itens coadunados com as necessidades de formação alinhada às necessidades mercadológicas, como “capacidade empreendedora”, “inovação científico-tecnológica”, “competências profissionais tecnológicas”, “avaliação dos impactos sociais, econômicos” e “flexibilidade, a interdisciplinaridade”.

Outro detalhe que nos chamou a atenção, se encontra no Artigo 5º, “Os cursos superiores de tecnologia poderão ser organizados por módulos que correspondam a qualificações profissionais identificáveis no mundo do trabalho.”. Compreendemos que o texto apresentado se refere com maior similitude no quesito atender as necessidades do mercado e suas condições, ou melhor, está de acordo com as variações do mercado.

---

<sup>34</sup> Segundo o Parecer CNE-CP Nº 17, de 10 de Novembro de 2020, em seu compreende-se como competência profissional em seu parágrafo 3º, “[...]a capacidade pessoal de mobilizar, articular, integrar e colocar em ação conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e emoções que permitam responder intencionalmente, com suficiente autonomia intelectual e consciência crítica, aos desafios do mundo do trabalho.”

A resolução destaca principalmente a necessidade de desenvolvimento de competências profissionais, considerando a necessidade de desenvolver capacidades pessoais e habilidades relacionadas ao mercado de trabalho e desenvolvimento tecnológico.

Art. 7º Entende-se por competência profissional a capacidade pessoal de mobilizar, articular e colocar em ação conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho e pelo desenvolvimento tecnológico. (BRASIL, 2002).

Assim como resolução CNE/CP 3/2002, a centralidade do trabalho como princípio educativo, ganhou força com a Decreto nº 5.154/2004, objetivando o processo formativo ao desenvolvimento de aptidões voltadas à vida produtiva, galgando uma formação do trabalhador produtivo socialmente.

Art. 2º A educação profissional observará as seguintes premissas: I - organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica; II - articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia. II - articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia; III - a centralidade do trabalho como princípio educativo; IV - a indissociabilidade entre teoria e prática (BRASIL, 2004).

A partir de 2005, este cenário se aprofunda ainda mais em relação ao desenvolvimento das atividades educativas voltadas à chamada vida produtiva. A participação do setor produtivo, através das organizações não governamentais se fortalece em relação ao processo de articulação entre emprego, trabalho e renda.

§ 5º A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorrerá, preferencialmente, em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino (BRASIL, 2005).

Com a Lei nº 11.195/2005, a oferta de educação profissional garantia uma maior participação do setor privado na oferta e manutenção da educação superior tecnológica, evidenciando a participação do Estado no fortalecimento do setor empresarial com a promulgação do dispositivo.

Se constituiu numa política de empresariamento da educação tecnológica, fortalecendo o setor privado no Brasil, dando condições legais a este setor de crescimento e lucratividade, com a ampliação da oferta de matrículas em CST, sobretudo na modalidade a distância.

A Lei nº 11.195/2005, dava nova redação a Lei no 8.948, de 8 de dezembro de

1994, que instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica e o Conselho Nacional de Educação Tecnológica, fortalecendo a política de caráter formativo voltado ao sistema profissional de educação. O previsto no caput, viria a ser modificado somente nos anos de 2008 e 2014, com a Lei nº 11.741/2008 e Decreto nº 8.268/2014, aprofundando ainda mais o projeto.

A fim de fortalecer a política de educação profissional e tecnológica, foi publicado o Decreto 5.733 de 9 de maio de 2006, com finalidade de regulação, supervisão e avaliação de IES, designava a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, a criação de um catálogo com as denominações dos Cursos Superiores de Tecnologia.

O referido Catálogo viria a ser atualizado através da Portaria MEC nº 1.024, de 11 de maio de 2006 e aprovado com a Portaria nº 10, de 28 de julho de 2006, permanecendo até os dias atuais, sofrendo modificações com adequações e ampliação do mesmo ao longo dos anos com as políticas de fortalecimento do ensino superior tecnológico.

No mesmo ano, o Parecer CNE/CES nº 277/2006, apontava que “Cursos Superiores de Tecnologia poderão igualmente ser ministrados por Centros de Educação Tecnológica públicos e privados, com diferentes graus de abrangência de autonomia;” (BRASIL, CNE, p. 14). Contradizendo ao texto apresentado inicialmente na referida legislação:

A educação profissional passou, então, a ser concebida não mais como simples instrumento de política assistencialista ou linear ajustamento às demandas do mercado de trabalho, mas, sim, como importante estratégia para que os cidadãos tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade (BRASIL, CNE, 2006, p. 01).

Se compreende a imposição de um sistema de ajustamento do trabalhador alinhado às demandas do sistema produtivo, com habilidade de compreensão global do modo de produção, alinhado ao saber tecnológico e valorização da cultura do trabalho. Tal processo formativo, contava com a participação do ramo empresarial de educação, articulando o saber do trabalhador às necessidades da empresa, considerando que “Os Centros de Educação Tecnológica privados, independentemente de qualquer autorização prévia, poderão oferecer novos cursos de nível tecnológico de educação profissional nas mesmas áreas profissionais daqueles já regularmente autorizados” (BRASIL, CNE, p. 07).

A Lei nº 11.741/2008, que atualmente ampara os CST, remodelou as diretrizes da LDB/96 em relação ao CST, abrangendo o enfoque de atuação e fortalecendo a educação

profissional no trabalho que possibilitará o prosseguimento ou conclusão dos estudos. Desta forma, evidencia a relação de uma formação profissional reduzida como mencionamos, anteriormente, pois:

Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. § 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino. § 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos: I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II – de educação profissional técnica de nível médio; III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. § 3º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2008).

O Decreto nº 8.268/2014, veio a corroborar com a Lei nº 11.741/2008, reforçando em seu segundo artigo a proposição de “II - articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia; III - a centralidade do trabalho como princípio educativo;” (BRASIL, 2014). Permanecendo a perspectiva do trabalho na centralidade das políticas educacionais.

O Parecer CNE-CP Nº 17, de 10 de Novembro de 2020, faz uma reanálise do Parecer CNE/CP nº 7, de 19 de maio de 2020, ambos tratam das novas considerações em relação as Diretrizes <sup>35</sup>Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, a partir da Lei nº 11.741/2008. Sua inovação, prevê maior flexibilidade e diversificação para construção dos itinerários formativos relacionados aos CST, possibilitando ampliação de possibilidade aos entes privados de ensino.

Art. 7º Os cursos de Educação Profissional e Tecnológica se referenciam em eixos tecnológicos e suas respectivas áreas tecnológicas, quando identificadas, possibilitando a construção de itinerários formativos flexíveis, diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos, conforme a relevância para o contexto local e as reais possibilidades das instituições e redes de ensino públicas e privadas, visando ao desenvolvimento de competências para o exercício da cidadania e específicas para o exercício profissional competente, na perspectiva do desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2020).

O artigo 7º do parecer, citado acima, ainda reforça uma educação pautada no desenvolvimento de competência para o exercício profissional, juntamente a isso visa

---

<sup>35</sup> Segundo o Parecer CNE-CP Nº 17, de 10 de novembro de 2020, Diretriz é considerada “[...]o conjunto articulado de princípios e critérios a serem observados pelos sistemas de ensino e pelas instituições e redes de ensino públicas e privadas, na organização, no planejamento, no desenvolvimento e na avaliação da Educação Profissional e Tecnológica, presencial e a distância. [...]”.

também a garantia itinerários formativos direcionados aos setores produtivos de bens e serviços, contemplando especialmente os interesses do mercado e grupos empresariais, que se beneficiam com a flexibilidade legal.

§ 1º A identificação de diferentes áreas tecnológicas no âmbito dos respectivos eixos tecnológicos deve garantir a expressão das diferentes segmentações que dão identidade às funções de um setor de produção de bens e serviços, contemplando finalidades, objetos e processos de produção e de prestação de serviços. (BRASIL, 2020).

A nova legislação considera também a promoção de cursos das áreas tecnológicas com etapas e módulos flexíveis, considerando o processo formativo desenvolvido através da educação a distância. Portanto, a educação tecnológica passa a ser ainda mais flexível com uso da EAD, contribuindo ainda mais com a venda de serviços educacionais por IES privadas.

§ 2º As áreas tecnológicas identificadas em cada eixo tecnológico deverão promover orientações específicas, indicando condições e critérios para definição de carga horária e de percentuais possíveis para as unidades curriculares, etapas ou módulos flexíveis, etapas presenciais e a distância na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e na Educação Profissional Tecnológica de Nível Superior (BRASIL, 2020).

A promulgação dos dispositivos no ano de 2020, consideraram o período emergente da crise sanitária no mundo como forma de garantir o devido funcionamento da economia pautada no desenvolvimento dos grupos empresariais, que se beneficiaram com a política de flexibilização da educação na modalidade a distância, como oportunidade de oferecer os CST como um dos principais nichos de mercado, apontamento este que vimos estudando na empresa Estácio, nosso lócus nesta pesquisa.

Em janeiro de 2021, com a Resolução CNE/CP nº 1/21, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, destina um capítulo para fins de fortalecer a EAD relacionada aos CST. A carga horária presencial será definido pela instituição de ensino, a obrigatoriedade do desenvolvimento de aulas presenciais fica cerceado apenas aos cursos da área da saúde, que devem cumprir metade em laboratórios, com a atividades práticas.

Art. 43. Os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio oferecidos na modalidade EAD terão que, em seus respectivos projetos pedagógicos, comprovar previamente a garantia de reais condições de prática profissional e de desenvolvimento de estágio, quando for o caso, mediante celebração de acordos ou termos de cooperação técnica e tecnológica com outras organizações, observadas as Diretrizes específicas dos respectivos eixos tecnológicos. § 1º Os cursos da área da Saúde devem cumprir, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de carga horária presencial, e para os demais cursos o percentual de carga horária presencial será definido de acordo com o grau de

complexidade das áreas tecnológicas e será definido em normas específicas de cada sistema de ensino. § 2º A prática profissional de que trata o caput pode beneficiar-se do potencial da tecnologia utilizando recursos como simuladores, realidade virtual e laboratórios remotos, desde que comprovem e promovam a interatividade, a interação, o manuseio e a experimentação por parte do usuário para o desenvolvimento das capacidades previstas. § 3º Os polos EAD devem manter infraestrutura física, tecnológica e de pessoal adequada aos projetos pedagógicos ou de desenvolvimento da instituição de ensino e do curso (BRASIL, 2021).

Compreendemos que a moção relacionada ao desenvolvimento do CST na modalidade EAD se opõe ao previsto no caput em relação a educação profissional e tecnológica, na garantia da indissociabilidade entre teoria e prática, previsto nos dispositivos anteriores.

É mister enfatizar que apesar de considerar o período de pandemia, e as orientações de afastamento social, as instituições privadas e ensino permaneceram em funcionamento durante a crise sanitária e encontraram nos CST EAD uma forma de lucratividade, a flexibilidade legal beneficiou tais instituições, com a redução de custos com atividades presenciais e uso de laboratórios, considerando a liberdade da instituição em determinar a carga horária sem grandes determinações do Estado.

## **CAPÍTULO 2 - UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ: MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, CURSOS SUPERIORES TECNOLÓGICOS E ENSINO A DISTÂNCIA**

A expansão de instituições educacionais privado mercantil no Brasil ou crescimento de empresas nacionais com investimento estrangeiro, se tornou uma realidade principalmente a partir da década de 90, impulsionadas por reformas no Estado que beneficiaram a consolidação de grupos empresariais em nosso território.

Dentre as instituições privado mercantil, a segunda maior empresa de serviços educacionais no Brasil é a Estácio Participações S.A. Trata-se de uma instituição nacional originada na década de 70, identificada como Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá - SESES, que evoluiu para empresa de capital aberto com suas cotas vendidas na bolsa para o capital internacional. Atualmente também é conhecida como YDUQS<sup>36</sup>.

A expansão dos CST a Distância na instituição pesquisada, não é um fato isolado na política educacional brasileira, mas está inserida no conjunto de medidas adotadas pelo Estado neoliberal no curso de salvaguardar o sistema capitalista em crise. Para compreensão do fenômeno em sua totalidade e suas contradições, é necessário uma abordagem macro para assim galgar as categorias específicas desta pesquisa, quais sejam a mercantilização do ensino superior e, a educação a distância – EAD entrelaçados aos Cursos Superiores de Tecnologia – CST.

No primeiro momento, deste capítulo, visamos apresentar o objeto desta pesquisa, os Cursos Superiores de Tecnologia - CST, bem como a legislação específica que oficializa o surgimento da modalidade tecnológica no ensino superior e a relação com o desenvolvimento da educação a distância e fortalecimento de ambas modalidades com a ascensão do ensino digital.

No segundo momento será apresentado a perspectiva mercadológica da organização da *Educação a Distância - EAD* no Brasil, seu surgimento e crescimento como nicho de mercado explorado por instituições de ensino superior com fins lucrativos como a YDUQS ou Estácio Participações, a fim de garantir uma maior rentabilidade ao capital privado e o aprofundamento da mercantilização do ensino superior privado.

---

<sup>36</sup> A mudança de nome representa uma das estratégias do grupo em manter seus ativos, com a perspectiva de demonstrar solidez nas atividades da empresa, considerando que mudanças constantes são uma condição ou espelho do sistema econômico que se encontra em constantes transformações, e significando uma ação para atrair novos investidores, assim como marketing para garantir mais matrículas, principalmente no modelo digital, à distância. O nome que se baseia na junção da letra “Y”, que representa a primeira geração 100% conectada, com a sonoridade e radical EDUX, destacando que é um grupo focado em educação. O “Y” também representa na linguagem digital, o sinal de “thumbs up”, “positivo”, “OK” (“Formou”). Uma roupagem moderna que traz leveza e inovação. (ESTÁCIO, 2019 B, p.13).

No terceiro momento trataremos da realidade atual e histórica da educação superior brasileira, baseado em informações extraídas do Censo da Educação Superior, para melhor explicar a respeito do crescente processo de *mercantilização da educação superior brasileira*.

No quarto e último momento, apresentamos o *locus* desta pesquisa, a *Estácio Participações*, seu surgimento como instituição sem fins lucrativos e metamorfose para *holding* de capital aberto, com informações a respeito de seu funcionamento atualmente e modelo de expansão predatória.

## **2.1 - Cursos Superiores de Tecnologia: antecedentes históricos e legais no Brasil**

Historicamente, o mundo no início do século XX, estava vivenciando as fortes oposições políticas entre os blocos das potências econômicas daquele período, representados pela França e Inglaterra, ao tratar acordos de aliança para combater a Alemanha, culminando na primeira grande guerra mundial (LEME, 2005).

O Brasil passava por importantes mudanças, o fim da Guerra do Paraguai, “fim da escravidão”, chegada de mão de obra imigrante e início da República, além de ascendente participação das forças armadas na política e forte processo de industrialização e urbanização. Frisando a exponencial relação econômica entre Brasil e Inglaterra, onde recebíamos manufaturas e cedíamos a produção agrícola. Na época éramos os maiores produtores de café no mundo (LEME, 2005).

O país, condicionado a categoria terceiro-mundista, ou país de economia periférica, segundo Cunha e Góes (1991) vivenciava regime político oligárquico com domínio do modelo agrário-exportador, que a partir da década de vinte sofre com as relações de poder entre os senhores do café e a política, dando abertura a uma nova burguesia e seus intelectuais orgânicos no congresso, com interesses na internacionalização do capital nas concessões da força de trabalho existente, a maior expressão da colonização brasileira ao capital internacional.

Novos rumos, exigiam a internacionalização do Brasil no capital, dificuldade essa encontrada no governo popular, que naquele momento supriria as carências no país pós república velha, posteriormente na década de 20 a superação do rudimentar modelo erudito de *se pensar e se fazer*, dava condições aos novos propósitos nacionais e internacionais de modernização do Estado com a reestruturação econômica brasileira. (CUNHA; GÓES, 1991). Tonando os objetivos educacionais voltados a modelo mais prático, *do fazer e não do pensar*, segundo os autores.

O contexto sócio histórico antecedentes a criação dos CST, demonstra uma tendência dos objetivos da classe dirigente no país e sua luta pela hegemonia política emancipatória capitalista. Um projeto de recomposição burguesa voltada a sociedade em massa, apresentando a formação nas Escola Profissionais e Tecnológicas - EPT como instrumento de superação da crise econômica, dando sentido ao projeto na divisão social do conhecimento e do trabalho, no qual é possível subjugar a classe trabalhadora às necessidades empresariais (VEIGA, 2020). Um projeto de educação existente desde o início do século XX no Brasil.

No ano de 1909, com a promulgação do Decreto Nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, criavam as escolas de ensino profissional chamadas Escolas de Aprendizes Artífices, a fim de habilitar crianças das classes pobres ao ensino técnico, de forma a habituá-las ao trabalho produtivo, pautada na filosofia de redução da ignorância, criminalidade e vício através de uma ocupação mental e prática, afastando-as da ociosidade.

Considerando: que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência: que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastara da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da Republica formar cidadãos uteis à Nação. [...] (BRASIL, 1909).

Segundo Filho (2002), as escolas técnicas, que possuíam um papel mais assistencial voltadas a ocupação do tempo livre e segregacionista na divisão de classe, produziram transformações sociais impactando na estrutura produtiva nas décadas de 20 e 30, período de nascimento dos liceus industriais denominados de ginásio, ou primeiro ano de nível médio. Eram escolas voltadas a preparação da classe pobre para o trabalho industrial, como forma de garantir força de trabalho ao processo de urbanização no Brasil.

A partir da década de 40, se estruturou a rede federal de ensino, com objetivo de garantir força de trabalho para a indústria, organizando o ensino industrial nos primeiro e segundo ciclos, do básico ao técnico, para os ramos comercial, industrial e agrícola. Em 1946, Brasil e Estados Unidos realizam acordo de cooperação no campo do ensino industrial, de forma a garantir formação de professores, orientação pedagógica e equipamentos para laboratórios (FILHO, 2002). Neste momento, acentuava-se a preocupação com a formação de professores no segmento técnico, baseado nas ideias norte americanas.

Na década seguinte, é regulamentada a Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959,

através do Decreto nº 47.038, de 16 de outubro de 1959, que:

Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências[...]Parágrafo único. Esses cursos devem adaptar-se às necessidades da vida econômica, das diversas profissões e do progresso da técnica, articulando-se com a indústria e atendendo às exigências do mercado de trabalho da região a que serve a escola (BRASIL, 1959).

Com isso, se fortalece o projeto da classe hegemônica para os menos favorecidos, com a implantação de uma cultura de educação técnica, que permita formação para o trabalho considerado produtivo, com atividade especializada, voltada ao ensino prático e menos reflexivo.

O Brasil, com um histórico de fortalecimento do ensino profissional e técnico, continuava a manter a cultura de valorização de uma pedagogia mercadológica, garantindo a configuração de um ensino voltado a subalternizar a classe menos favorecida ao trabalho especializado e prático, distante de uma educação ampla e politizada, voltada ao exercício da cidadania diante dos problemas sociais.

No ano de 1959, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, apresentava o documento intitulado *La enseñanza profesional y técnica*: bibliografia internacional, com orientações destinadas aos diversos países da América Latina, relacionados a fatores econômicos, psicológicos e sociais, assim como plano de reestruturação administrativa governamental.

*Da indicaciones generales respecto a los diversos países de América Latina sobre: los factores económicos, psicológicos y sociales; los planes nacionales y la estructura administrativa; la formación y orientación profesional de los adolescentes; la formación y la readaptación de los trabajadores adultos; la formación profesional en el extranjero y la asistencia técnica; los esfuerzos nacionales y la cooperación internacional (UNESCO, 1959, p. 07).*

No presente documento, apresentava a necessidade de formação e readaptação de trabalhadores adultos aos novos moldes de organização comercial internacional, voltadas as economias domésticas, orientando os países periféricos do capital a reorganizar seu sistema político e econômico a fim de superar as crises e variações econômicas existentes<sup>37</sup>.

No bojo do documento se percebe um projeto voltado diretamente ao fomento do ensino profissional nos países citados no documento, apresentando exemplos de ações desenvolvidas em outros países no âmbito internacional. Impactando diretamente países

---

<sup>37</sup> Ideário apresentado no Seminário Ibero-Americano de Educação Técnica, ocorrido em Madrid no ano de 1956.

como o Brasil, no processo de seguir as orientações e implementá-las nos anos posteriores. Enfatiza o documento que:

*la enseñanza técnica en los grados médio y superior; los centros de formación del personal docente de la enseñanza técnica media; Instituto Iberoamericano de Investigación y Enseñanzas Técnicas; el financiamiento de la enseñanza técnica en la América Latina (UNESCO, 1959, p. 18).*

Conforme o documento da UNESCO para o Brasil o fortalecimento do ensino técnico possibilitariam condições para o desenvolvimento econômico no país, considerando a ampliação do processo de industrialização e entrada do capital externo, dariam sequência ao histórico processo de desenvolvimento do ensino técnico para a formação do trabalhador se configurando força de trabalho disponível.

*Además de las escuelas industriales, el Gobierno del Brasil creó, por decreto no 1238 del 2 de mayo de 1939, un sistema de aprendizaje en las fábricas. Por el decreto no 4.048 se instituyó en 1942 el Servicio Nacional de Aprendizaje Industrial (SENAI), que tiene por objeto mantener a las escuelas en contacto con la industria. Desde esa fecha, existen en el Brasil, formando parte integrante del sistema de enseñanza, las "Escuelas Industriales" de horario completo y las "Escuelas de Aprendizaje" de horario limitado, que dan la formación teórica necesaria a los aprendices que trabajan en la industria. (UNESCO, 1959, p. 20).*

O alinhamento das orientações da UNESCO com a política educacional no país ocorre basicamente com a promulgação da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, reforçando o papel do SENAI, em seu Art 34. Apontava que “O ensino de aprendizagem, mantido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, será de tempo parcial ou integral e se destinará a menores já empregados ou a candidatos a empregos na indústria” (BRASIL, 1959).

Se configurou como política compensatória de um Estado neoliberal para sustentação das atividades industriais no país, pois valorizava-se os cursos com melhor retorno financeiro; redução da contribuição fiscal para empresas integrantes do sistema “S”; mudança no regime de contratação para o emprego temporário; influenciava o crescimento do ramo informal; novas tendências de organização para a terceirização; além do impacto indireto da pressão dos trabalhadores por formação profissional e defesa da união entre empresários, trabalhadores e governo (FILHO, 2002).

Paralelo a uma política compensatória voltadas ao empresariado, a educação profissional impactava na mudanças de aspectos sociais em relação a vida no trabalho, segundo Filho (2002), a oferta de cursos na educação profissional, contemplavam o desenvolvimento de habilidades técnicas ou exercício de tarefas simples, cumprimento

de atividades escolares de forma alternativa, proporcionando uma possível inserção do trabalhador também no mercado informal, considerando os números de desempregados, desvalidos, analfabetos e desocupados à época no país.

Na década de 1950, chegamos a mais de cinco milhões de analfabetos para uma população de aproximadamente nove milhões de pessoas. Um sistema primário de educação completamente estagnado, sem efeito, conservava uma população ignorante e letárgica (TEIXEIRA, 1997). Consideramos, de certa forma, uma massa populacional pouco útil ao mercado, divergindo da ideologia neoliberal implantada no país que conclamava a necessidade de produtivismo e lucratividade, a fim de promover visibilidade e desenvolvimento ao mercado

Para Teixeira (1997), o ponto nevrálgico consiste no exame de consciência a respeito da educação escolar alicerçada no país historicamente, principalmente no que se trata de acesso à educação a partir das diferenças sociais e econômicas e a consequência na formação escolar da população, caracterizada antes por uma educação para privilegiados, impossibilitada de alcançar a universalização.

Os antecedentes do processo de surgimento dos CST no Brasil, apresentam a estruturação educacional de um país sob orientações de organismos internacionais que também vem defendendo a valorização do ensino técnico para atendimento das necessidades do mercado capitalista. O ensino técnico vem ganhando ainda mais força a partir da segunda metade do século XX, e em décadas mais recentes estabelece estreitamento com o ensino a distância, pois, ambos apresentam um processo evolutivo vinculado ao desenvolvimento mercadológico.

Durante a segunda metade do Século XX, as iniciativas que se destacaram dentre ações do governo e iniciativa privada foram nas décadas de 50 com a Universidade no Ar, com participação do SESC, SENAC, SIRENA e MEB<sup>38</sup>, em 1958; de 60, Movimento Nacional de Educação de Base (1961), criação da Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa na UFRJ, Fundação Maranhense de Televisão Educativa (1969) e o Sistema Avançado de Tecnologias Educacionais – SATE; de 70, Projeto Minerva, fundação Roberto Marinho, Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa/ MEC e Movimento Brasileiro de Alfabetização, MOBRAL; Anos 80, Universidade de Brasília cria os primeiros cursos de extensão à Distância, Curso de Pós-Graduação Tutorial à distância, fundação nacional para EJA; Anos 90, Telecurso 2000, TV Escola, Canal Futura, Sistema Nacional de Educação à Distância - SINEAD e PROFORMAÇÃO –

---

<sup>38</sup> SESC – Serviço Social do Comércio; SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial; SIRENA – Sistema de Rádio Educativo Nacional; MEB – Movimento de Educação de Base.

Programa de Formação de Professores em Exercício (HERMIDA; BONFIM, 2006).

A iniciativa privada e governamental em relação ao ensino técnico no país se organizou também através do incentivo ao ensino a distância, tendo em vista a suposta carência de acesso de grande parte da população ao ensino presencial. Também considerando a venda de pacotes de ensino entregues através do sistema de correios, com materiais impressos e/ou disquetes e/ou CD'S.

Embora a Educação a Distância tenha crescido muito nos últimos anos, é importante lembrar que esta não é uma nova modalidade de ensino. [...] O Brasil tem uma história pregressa de bons projetos educacionais, com a utilização de rádio, TV e correio durante vários anos, sendo que alguns destes projetos ainda são utilizados atualmente (ROSIN, 2010, p.21).

Tais iniciativas no passado caracterizam um novo tipo de educação além dos meios tradicionais, a princípio com invenção da imprensa, garantindo acesso em massa de determinados conhecimentos por meio dos livros e outros escritos.

Após a imprensa e a massificação dos recursos impressos, a divulgação de informações por correspondência, principalmente com a criação do sistema de correios, com transporte de materiais como livros, textos e cartas, ganhando significativa importância durante a segunda grande guerra, em virtude da melhoria da comunicação principalmente com a criação e uso da rádio.

A ampliação da oferta de cursos rápidos e tecnológicos se tornaram fatores preponderantes ao desenvolvimento de instituições privado-mercantis no Brasil, conforme Junior e Maués (2014), estrategicamente alinhado com proposições de organismos internacionais como Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO), Organização Mundial de Comércio (OMC) e Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

No presente cenário, surgiram os Cursos Superiores de Curta Duração, durante o governo militar na década de 60, a partir da promulgação da Lei Federal 5.540 de 28 de novembro de 1968, “Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências” (BRASIL, 1968).

A promulgação da lei apresentava uma forma de garantir maior aproximação com os cursos técnicos de nível médio, o que historicamente se estruturava na política de educação para o trabalho, pois coadunava-se com as necessidades do mercado em garantir força de trabalho local, como salientado no Art. 18. “Além dos cursos correspondentes a profissões reguladas em lei, as universidades e os estabelecimentos isolados poderão organizar outros para atender às exigências de sua programação específica e fazer face a

peculiaridades do mercado de trabalho regional” (BRASIL, 1968).

Art. 23. Os cursos profissionais poderão, segundo a área abrangida, apresentar modalidades diferentes quanto ao número e à duração, a fim de corresponder às condições do mercado de trabalho. §1º Serão organizados cursos profissionais de **curta duração**, destinados a proporcionar habilitações intermediárias de **grau superior** (*idem*, grifo nosso).

O aspecto sobre formação destinada ao mercado de trabalho fica evidente. As transformações econômicas e culturais são atingidas pela sociedade de mercado, bem como a ideologização de pedagogias baseadas na lógica de mercado, moldando as instituições cada vez mais ao conceito de *escola neoliberal*. “A escola neoliberal é a designação de certo modelo escolar que considera a educação um bem essencialmente privado, cujo valor é acima de tudo econômico” (LAVAL, 2019, p. 17).

Cursos voltados a formação rápida de profissionais diplomados com nível superior, com garantia de força de trabalho a curto prazo, demonstram que os “Os Cursos Superiores de Tecnologia têm um perfil de muita afinidade com o ideário neoliberal por se tratar de reprodução do conhecimento para aplicação imediata, aquisição de conhecimento de curta duração e de consumo imediato[...]” (FERNANDEZ, 2006, p. 138).

A garantia de oferta de CST demonstra uma dupla intencionalidade, em primeiro lugar, a manutenção do sistema capitalista através do fortalecimento de empresas que ofertam os serviços educacionais garantindo a concentração de renda e lucratividade, noutro ponto, garantir uma formação para a classe trabalhadora de acordo com os intentos do grande capital, uma formação rápida, flexível, com baixo custo, voltada preferencialmente para garantia de força de trabalho disponível (VEIGA, 2020).

Nos moldes das necessidades de incentivo à educação tecnológica no Brasil, a flexibilização legal estabelecida historicamente, garantiu a evolução de dois significativos aspectos econômicos presentes no perfil político financeiro do país: A ascensão de instituições sem fins lucrativos a se tornarem com fins lucrativos e incentivo a entrada do capital estrangeiro em território nacional, garantindo um processo expansionista do empresariado da educação.

Neste aspecto, a relação da tecnologia com o mercado de trabalho se aprofunda com a educação a distância, o movimenta de mercado baseado numa perspectiva liberal favorável a uma “intervenção estatal orientada pelas necessidades do mercado”, proporciona o reajuste do sistema educacional no país amplamente favorável a flexibilização do sistema de ensino, voltado também a atender às orientações de

organismos internacionais, como veremos na próxima sessão.

## 2.2 - Educação a Distância no Brasil: perspectivas políticas e mercadológicas

A EAD surge num contexto de crescimento exponencial da sociedade do conhecimento, com a evolução, crescimento e substancial circulação de informações. A sociedade a cada dia exige novas habilidades e conhecimentos múltiplos a fim de se adaptar e atender as novas carências do sistema capitalista e mundo do trabalho.

[...]a EAD passou, pela era do correio, do rádio e da televisão, e vive hoje a era da internet, tendo, em cada período, de acordo com suas circunstâncias, acumulado certa quantidade de erros e acertos, contradições e incoerências não de todo inesperadas, já que vivemos num país com dimensões continentais e com problemas estruturais no campo educacional que demandam correções urgentes. [...] (GOMES, 2013, p.13).

No Brasil, a EAD surge em 1904, quando escolas norte-americanas lançam cursos profissionalizantes por correspondência e a partir de 1930 que ganha maior ênfase, uma forma acessível e barata para pessoas que moravam em regiões longínquas. Também se popularizou com os cursos via televisão, chamados “telecursos”. Em 1929, a implantação do Instituto Rádio Monitor; 1930, Rádio Sociedade do Rio de Janeiro Roquette-Pintos; 1939, Instituto Rádio Técnico Monitor, em São Paulo (instituição privada que oferecia cursos profissionalizantes) e 1941, com o Instituto Universal Brasileiro (HERMIDA; BONFIM, 2006).

Para formação de um trabalhador que demanda novas necessidades de produção e mercadorias, os cursos se expandem e se aprimoram, a EAD por sua flexibilidade facilmente se encaixa ao tempo daqueles que a procuram, sem necessariamente está numa sala de aula tradicional. [...] Sem a rigidez e a rigorosidade da educação presencial – é utilizada por diversos setores da economia para “requalificação” ou “reciclagem” dos trabalhadores [...] (MONTE, 2010, p. 78).

A tecnologia passa a ser pensada como meio para disponibilização de conteúdo e interatividade, utilizando dos mais simples ou mais modernos modos de transmitir conhecimento. Nem sempre os meios considerados mais modernos suprem determinadas necessidades. Regiões sem ou pouco acesso à internet utilizam principalmente os correios ou rádio como forma de obter determinadas informações.

O tempo e espaço assumem novas significações com a EAD, dependem da composição dos ambientes e necessidades de cada local, varia de acordo com a concepção do trâmite de informações em determinadas realidades, voltadas para o não-presencial,

ganhando visibilidade em virtude da facilidade, flexibilidade e baixo custo, uma nova lógica de mercado.

A EAD se tornou ferramenta do sistema capitalista, dominada por IES privadas no Brasil, um produto novo que garante o fluxo de informações com baixo custo, garantindo a lucratividade das maiores empresas de educação no país, propagando a ideologia de “modernização da educação e democratização do ensino superior”. No entanto, “[...] É nessa perspectiva que a educação a distância tem sido utilizada como mecanismo de expansão das taxas de lucro das empresas educacionais. [...]” (CHAVES; REIS; GUIMARÃES, 2018, p.07). Nisto, inclui-se a Estácio, uma vez que:

[...] A Estácio também foi pioneira em ofertas que associam o digital e a realização de atividades práticas laboratoriais presenciais, com o suporte de orientadores especializados – produto batizado de Flex, que tanto amplia a possibilidade de oferta acadêmica quanto enriquece a experiência dos alunos.” (MASSAMBANI, 2021, n.p.)

A Estácio de Sá, historicamente, apresenta sua proposta de valorização do ensino a distância, como um dos principais fatores para valorização da marca, um processo iniciado na década 80 quando começa a mudança de status para universidade, tornando-se uma empresa com maior amplitude para carreira acadêmica do alunado, propagando pela instituição como condição para o ensino de qualidade.

Após um primeiro ciclo de muito trabalho e de crescimento, em 1988, a instituição conquistaria o status de universidade, para então inaugurar uma fase de expansão nacional. Vinte e um anos depois, em 2009, a Estácio passou a ofertar cursos à distância, experiência que culminaria com o novo modelo de ensino digital da YDUQS. A modalidade digital mostra, hoje, toda a força e a capilaridade da marca Estácio (MASSAMBANI, 2021, n.p.).

A empresa reitera no presente documento, que sua força principal se encontra no desenvolvimento do ensino digital, organizado após 1988, quando atinge o status de universidade e vinte e um ano depois dá início efetivamente ao processo de expansão ao ensino digital e sequencialmente apresenta uma grande evolução em oferta de cursos e captação de novos clientes, como veremos no terceiro capítulo do presente estudo.

A busca pelo *status* de universidade, é um considerável requisito presente no perfil corporativo da IES privadas, estas empresas buscam associar uma política de mercado, que é a modernização do sistema de ensino em suas plataformas, junto as orientações do Ministério da Educação.

[...] instituições de ensino superior pluricurriculares, abrangendo uma ou mais

áreas do conhecimento, que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, comprovada pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar [...] (BRASIL, MEC, 2020<sup>39</sup>).

A YDUQS, atualmente, para manter sua marca com visibilidade de mercado, apontam que “[...] o acesso democratizado ao ensino superior de qualidade e a transformação individual e social, acontece por meio do sucesso de nossos egressos no mercado de trabalho. [...]” (YDUQS, 2020)<sup>40</sup>. A empresa aponta que além do acesso democrático existe a necessidade de formar com qualidade, um discurso presente nas determinações para existência de cursos superiores. Entretanto, o discurso democrático é utilizado para atender as exigências legais e a qualidade alinha-se a formação aligeirada, operacional e de baixo custo sob a falácia de “empregabilidade”.

Outra estratégia para manter a visibilidade no mercado, foi a oferta de cursos considerados como FLEX<sup>41</sup>, intercalando o uso de ambientes físicos com as plataformas digitais, considerando inclusive o uso de laboratórios ou espaços para pesquisa e/ou estágios, reduzindo a carga horária de atividades práticas e aumentando a deficiência nas formações.

A Estácio também foi pioneira em ofertas que associam o digital e a realização de atividades práticas laboratoriais presenciais, com o suporte de orientadores especializados – produto batizado de Flex, que tanto amplia a possibilidade de oferta acadêmica quanto enriquece a experiência dos alunos (MASSAMBANI, 2021, n.p.).

Os cursos FLEX, possibilitam a ampliação dos CST, aligeiramento da formação e transferência dos quesitos formativos para responsabilidade individual dos alunos, visto que a plataforma digital permite um leque de tutoriais para auto formação, como se evidencia na propaganda apresentada sobre as “vantagens do EAD”, observadas abaixo:

O Material Didático Digital pode ser acessado por meio da Sala de aula virtual de aprendizagem (Sava – Webaula). Com esse recurso digital, você tem acesso ao material utilizado no dia a dia pelos professores e também à bibliografias complementares das disciplinas em que está matriculado, tais como: livros didáticos, quem podem ser salvos em pdf, power points utilizados pelo professor em sala de aula, vídeos explicativos, jogos digitais, bibliotecas virtuais e física ou portais de periódicos (ESTÁCIO, 2021, n.p).

<sup>39</sup> Decreto nº 5.773/06. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/>>. Acessado em 07/11/2020).

<sup>40</sup> PERFIL CORPORATIVO. YDUQS RI. Disponível em: < <https://www.yduqs.com.br/show.aspx?idCanal=U/ccuSh0iht1/mEX/ez1ng=>>. Acesso em: 07/11/2020.

<sup>41</sup> “A denominação Flex é empregada para os cursos a distância cujos projetos preveem uma carga horária presencial obrigatória significativa. Os cursos a distância são ministrados e certificados pela Universidade Estácio de Sá, pelo Centro Universitário Estácio de Santa Catarina ou pelo Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto, dependendo do polo escolhido.”. Disponível em <<https://portal.estacio.br/flex/>>. Acessado em 07/11/2020.

A perspectiva de inovação apresentada pela empresa, evidencia a prática de desvirtuamento das responsabilidades do caráter formativo da instituição em garantir uma formação com acompanhamento mais próximo e cumprimento diários de atividades práticas, em determinados cursos, velados pela propaganda da inovação com a educação digital.

Segundo Vale (2011), a Estácio não cumpre as prerrogativas exigidas pelo MEC em relação ao trabalho no ensino, apesar de receber o status de universidade em 1988 (com todos os direitos de uma universidade), porém permanece sua expansão na oferta de cursos com modalidades atraentes, dentre elas os cursos EAD. Que a partir da década de 90 inicia mudanças diante das movimentações econômicas no Brasil.

A proposta de amplo serviço a distância e a mercadorização do ensino on-line, ocorre por renúncia dos poderes públicos em investimentos na educação presencial. Com o fortalecimento do uso das tecnologias da informação, o ideário neoliberal de enfraquecer o serviço público e quebrar as fronteiras da burocracia para o particular, ganhando mais força e encontrando seu caminho ideal. O Supermercado mundial de formação on-line oferta pacotes de cursos para início imediato (LAVAL, 2019).

Observa-se, que o desenvolvimento das TICS, principalmente a partir das décadas de 80 e 90, possibilitaram a diversificação da oferta de EAD, a transmissão e comunicação entre os computadores possibilitada por servidores da internet, se ampliou “[...]o que inicialmente estavam restritos a grandes empresas, no início da década de 1990, mas depois sofreram um processo de massificação” (MONTE, 2010, p.201) e vem nos dias atuais sendo utilizada em larga escala, mesmo se a maioria da população não tem a garantia de acessibilidade digital no país.

Diante do cenário de movimentações e mudanças no aspecto econômico e político no final do século passado e primeiras décadas do século atual, abrimos um parêntese para tratarmos de umas das contradições identificadas durante a pesquisa: a expansão da oferta da EAD frente exclusão digital da massa populacional.

Adaptações no sistema que camuflam a precariedade e desvios de qualidade no modelo de ensino digital, pouco fiscalizado e acompanhado pelo poder público, considerando a flexibilidade de funcionamento do modelo, atendendo principalmente interesses empresariais privados e necessidades econômicas.

A massificação do uso de computadores pessoais (Personal Computer - PC's) deveriam se tornar uma ferramenta de interação e acesso a informações, no entanto, no Brasil ainda se busca criar uma política de inclusão digital. O que contraditoriamente a ausência de tal política expressa o sentido contrário de uma democracia digital, pois,

exclui uma parte considerável da sociedade sem acesso a internet ou ferramentas para o ensino digital.

Um dos resultados que comprovam a exclusão social está na Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio Contínua – PNAD, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, apresentada em abril de 2020, aponta um quadro muito reduzido de acesso à internet em 2018, com aumento pouco considerável para uma população extensa como o Brasil, onde uma pessoa a cada quatro não tem acesso à *internet*.

Os dados, que se referem aos três últimos meses de 2018, mostram ainda que o percentual de brasileiros com acesso à internet aumentou no país de 2017 para 2018, passando de 69,8% para 74,7%, mas que 25,3% ainda estão sem acesso. Em áreas rurais, o índice de pessoas sem acesso é ainda maior que nas cidades, chega a 53,5%. Em áreas urbanas é 20,6%. (PORTAL AGÊNCIA BRASIL<sup>42</sup>).

Outro dado importante trata-se do uso de diferentes ferramentas para uma educação digital. Segundo o PNAD 2018, o acesso à internet através do uso de celular saltou de 97% em 2017 para 98,1% em 2018. O microcomputador se tornou um recurso pouco utilizado para acesso pela população, reduzindo de 56,6% em 2017 para 50,7% em 2018. O uso do celular e microcomputador pela população caminham em sentido contrário, 79,3% da população brasileira com mais de 10 anos possui celular.

A pesquisa confirma que a maioria das pessoas não sabe utilizar os recursos tecnológicos disponíveis, o que dificultaria seu uso pedagógico e garantia de realização do ensino digital. Foram apontados três dos principais motivos para o não uso da *internet* em 14.991 mil domicílios do país que não havia utilização da internet: “[...] falta de interesse em acessar a Internet (34,7%), serviço de acesso à Internet era caro (25,4%) e nenhum morador sabia usar a Internet (24,3%)” (PNAD, 2019, p. 07).

Os principais fatores que dificultam a garantia de uma real expansão da acessibilidade digital no país, apontados pelo PNAD 2019, são: Custo de equipamentos acima das condições financeiras da população mais carente, inexistência de um programa de acesso a esses recursos; Falta de interesse e falta de conhecimento para uso dos recursos. Portanto, um serviço ainda não disponível democraticamente para toda a população, enfim, excludente.

Quase a metade das pessoas que não têm acesso à rede (41,6%) diz que o

---

<sup>42</sup> Portal Agencia Brasil. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/um-em-cada-quatro-brasileiros-nao-tem-acesso-internet>. Acesso em 03 de jun. 2020.

motivo para não acessar é não saber usar. Uma a cada três (34,6%) diz não ter interesse. Para 11,8% delas, o serviço de acesso à internet é caro e para 5,7%, o equipamento necessário para acessar a internet, como celular, laptop e tablet, é caro (TOKARNIA, 2020, n.p.<sup>43</sup>).

Uma parte da população não tem acesso e não tem como obter o serviço através de empresas privadas ou serviço público. Os problemas se agravam em relação a região Norte do país, onde a desigualdade entre área urbana e rural é ainda maior, moradores de áreas rurais são dez vezes menos beneficiados em relação aos centros metropolitanos, apesar do aumento nos índices, o acesso ainda é considerado ínfimo. (Portal Agência Brasil. 04/2020).

Percebemos que na “aparência” a EAD no Brasil é propagandeada como solução para a vida cotidiana em virtude da flexibilidade de tempo e disponibilidade de materiais nas plataformas *on-line*, se adaptando a nossas carências pessoais, porém isso é superficial, cabendo ao pesquisador superar esta “pseudiconcreticidade e pseudoconhecimento” (MARTINS, 2006, p.13), onde facilmente somos capturados por ideologias dominantes consideradas modernas e escamoteiam a atuação de empresários da educação que visam a lucratividade.

Cabe se questionar o futuro da população formada através da educação a distância num país onde a margem de 25% não tem acesso a *internet*, recursos digitais ou não sabe utilizar tais recursos. É de suma importância aprofundar os estudos em relação ao quesito “qualidade” enunciada nas propagandas de venda da mercadoria educação na plataforma *on-line*, bem como compreender a contradição existente com a massa populacional formada futuramente na EAD em IES privadas e, sobretudo, questionar para onde é caminhada a formação do trabalhador deste país que busca seu diploma em cursos dessa natureza. Observa-se que:

As matrículas EAD foram impulsionadas principalmente a partir de 2007, segundo dados da ABRAEAD, “[...] as Universidades Corporativas que praticam EAD pretendem elevar seus investimentos no próximo ano, em média em 70%, centrando muito mais na própria educação a distância do que na educação presencial [...]” (MAIA, 2007, p.60).

Importa afirmar que a oferta de cursos em EAD vem crescendo significativamente e, como anunciado anteriormente neste texto, tem respaldos dos organismos internacionais para ser difundida internacionalmente e sobretudo, em países periféricos e em desenvolvimento como o Brasil, com vistas a movimentar o mercado e o sistema

---

<sup>43</sup> Portal Agencia Brasil. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/um-em-cada-quatro-brasileiros-nao-tem-acesso-internet>. Acessado em 03/06/2020.

capitalista em crise.

A Declaração Mundial de Educação para Todos<sup>44</sup>, em abril de 1990 apontava a necessidade de empreender novas ações voltadas ao desenvolvimento da educação a distância como uma das prerrogativas para o aproveitamento econômico dos países participantes, considerando inclusive países industrializados com economias em crise, principalmente aqueles como o Brasil que executavam cortes nos orçamentos públicos.

Há muitas atividades que podem ser realizadas conjuntamente pelos países, em apoio aos esforços nacionais de implementação dos planos de educação básica. As atividades conjuntas deveriam ser concebidas com vistas ao aproveitamento das economias de escala e às vantagens comparativas dos países participantes. Seis áreas parecem-nos particularmente apropriadas a essa forma de colaboração regional: (i) capacitação de pessoal-chave, como planejadores, administradores, formadores de educadores, pesquisadores, etc.; (ii) esforços para melhorar a coleta e análise da informação; (iii) pesquisa; (iv) produção de material didático; (v) utilização dos meios de comunicação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem; e (vi) gestão e uso dos serviços de educação à distância (UNICEF BRASIL, 1990, p. 15, grifo nosso)

A EAD se tornou uma alternativa viável para países centrais e periféricos, na garantia de expansão do ensino, de acordo com a Declaração Mundial de Educação para Todos e conforme expresso pelo Banco Mundial em 1994, uma forma de ensino com custos baixos que atenda de maneira flexível as demandas por mão de obra no mercado de trabalho (MONTE, 2010).

Segundo Moraes (2013), o estímulo e fortalecimento da oferta de serviços educacionais, como forma de mercadoria (na lógica do livre mercado), possibilita que organismos internacionais reordenam a educação superior no país insuflando a necessidade da privatização e mercantilização da educação, fortalecido por Reformas de Estado, que invadiram o pensamento brasileiro com concepções mercantis, tornando a educação como negócio lucrativo a ser explorado.

Diante da concepção de formação mercadológica, países em desenvolvimento ou periféricos, como o Brasil, com maior percentual da população em idade escolar, são alvos de empresários interessados em investir na educação privada. Considerando a educação digital, de acordo com a Hoper Educação<sup>45</sup>, “[...] o mercado EAD dobrou de

<sup>44</sup> Evento ocorrido em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990. Os principais patrocinadores da iniciativa de Educação para Todos foram: PNUD, UNESCO, UNICEF e Banco Mundial. Documento na íntegra disponível em < <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>>. Acessado em 07/11/2020.

<sup>45</sup> Disponível em < <https://www.hoper.com.br/post/2019/10/07/o-mercado-educacional-brasil-segundo-o-censo-2018-e-a-visc383o-hoper>>. Acessado em 07/11/2020.

tamanho nos últimos 10 anos, evidenciando a forte concentração desse mercado<sup>46</sup>.”  
 Confirmando que o EAD é um setor altamente lucrativo.

Em 2018 o Brasil possuía 2.537 instituições de educação superior, destas 88,2% são IES privadas[...] Atualmente deixamos de atender aproximadamente 15 milhões de pessoas na educação Superior, pois segundo o Censo 2018 há 38,9% da população de 18 a 24 anos que concluiu o ensino médio, mas não frequenta algum curso superior [...] (PRESSE & HERNANDES, 2018, n.p.)<sup>47</sup>.

O Estado apesar de gestor da educação no país, promove a valorização do ensino mercantil, permitindo que o setor privado seja responsável pelo quantitativo de [...]73,2% das matrículas no país (3.987.424 de um total de 5.449.120) e 88,3% das IES (2.100 das 2.378 - INEP, 2010), logo, “a educação superior é realmente um bem privado nos dias atuais.” [...]. (MORAES, 2013, p. 49). Ações que recebem influências de ideologias engendradas por organismos internacionais, alinhando as políticas públicas nacionais aos moldes economicistas internacionais.

A participação de organismos internacionais no reordenamento da educação superior brasileira trouxe como consequências a privatização e a mercantilização da educação superior, processos esses que tiveram sua consolidação após a Reforma do Aparelho do Estado, a qual fortaleceu a ideia de educação-serviço [...] uma potencial mercadoria a ser explorada e que gera muitos favorecimentos (MORAES, 2013, p. 52).

Chaves, Reis e Guimarães (2018, p.07), demonstram que “A flexibilização institucional e dos itinerários formativos, com oferta de cursos aligeirados, voltados apenas ao ensino, desvinculado da pesquisa, é elemento central desse processo. [...]”. O *marketing* da formação rápida com qualidade, se tornou um dos principais atrativos de captação de novos clientes ávidos pelo acesso ao mercado de trabalho.

A corrida concorrencial provocada na luta pela consolidação no mercado, exige que empresas se adaptem às variações mercantis, remodelando suas estruturas no campo de ação, inovando e modernizando suas práticas e modelos de negócio, o que normalmente ocorre atrelado a inovações tecnológicas. Neste cenário os CST ganham força com uso das plataformas *on-line*, fazendo uso cada vez mais dos cursos a distância.

Nos cursos a distância os alunos são imbuídos da ideia de desenvolver

<sup>46</sup> Empresa de consultoria educacional voltada a catalogar informações a respeito do mercado educacional no Brasil e em outros países. “A Hoper foi fundada pelo educador Ryon Braga, um dos maiores consultores e inovadores educacionais no Brasil”. Disponível em < [<sup>47</sup> Disponível na página: <<https://www.hoper.com.br/single-post/2019/10/07/o-mercado-educacional-brasil-segundo-o-censo-2018-e-a-viso-3830-hoper>>. Acesso 07 jul. 2020.](http://alleanzabrasil.com.br/solucoes/hoper-educacao/#:~:text=A%20Hoper%20foi%20fundada%20pelo,e%20inovadores%20educacionais%20no%20Brasil.>”. Acessado em 07/11/2020.</a></p>
</div>
<div data-bbox=)

determinadas habilidades e hábitos de estudo que o preparem para vida profissional, num determinado tempo e lugar que melhor lhe convém, com a garantia da existência de um professor “sempre disponível” do outro lado da plataforma.

As atividades são conduzidas com o auxílio de professores (orientadores ou tutores), mediante atividades dirigidas como *chats*, fóruns, aulas e palestras via videoconferências, *webcasts* ou *podcasts*, mescladas a aulas presenciais. Há também uso de materiais didáticos elaborados e veiculados através dos diversos meios de comunicação (MAIA, 2007, p.58).

Conforme a assertiva acima, exige-se que o docente adote uma *performance* para atuar na EAD, com habilidade, competência e domínio dos recursos tecnológicos, como um tutor facilitador da aprendizagem. Interagindo com as mídias, conferências *on-line*, trabalhos em grupo. Algo que nos permite questionar sobre o novo perfil de professor/a exigido para o trabalho docente nas IES privadas e mercantis e como incide na identidade, autonomia e adoecimento desse profissional, dentre outras questões como a precarização e intensificação do trabalho.

O Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil (Censo EAD 2018, referente ao ano de 2017), revela a existência de 29.739 cursos diferentes em EAD, sendo 4.570 *totalmente a distância*. O volume total de matrículas apresentou uma evolução histórica, saltando de 778.458 em 2007 para 7.773.828 em 2017, distribuídos em 351 Instituições de Ensino Superior – IES credenciadas pelo MEC, um número fica bem maior se considerarmos o universo de alunos novos matriculados atualmente e instituições não cadastradas no MEC.

Na perspectiva de Rosin (2010), a LDB 4024/61 impedia a difusão do ensino a distância, visto que impetava presença obrigatória de 75% em aulas presenciais. Somente em 96 (com a LDB 9394) se reconheceu e admitiu oficialmente a EAD como *modalidade de ensino* em todos os níveis, porém o excesso de burocracia, exigências e restrições na regulamentação impedia maior projeção da EAD no país.

Muitos consideram excessivas as exigências para o credenciamento de IES, entraves para o processo de expansão da modalidade. Apesar das exigências e controles necessários. O ministério da educação buscava programas com qualidade e flexibilização nos modelos. (ROSIN, 2010). Assim com o processo de flexibilização legal para o funcionamento das IES privadas que passaram a assumir o serviço da educação digital.

Segundo as Referenciais de Qualidade para Educação a distância do MEC, o

ordenamento legal se baseia na LDB de 96<sup>48</sup>, Portaria Ministerial nº 335/2002<sup>49</sup>, Decreto Nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005<sup>50</sup> (Revogado pelo Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017), o Decreto 5.773/06 e portarias 1 e 2 de janeiro de 2007 da mesma lei, apresentam que os critérios de qualidade, embora seja um documento legal, não possui força de Lei.

[...]ele é um referencial norteador para subsidiar atos legais do poder público no que se referem aos processos específicos de regulação, supervisão e avaliação da modalidade EAD. [...] Por outro lado, as orientações contidas neste documento devem ter função indutora, não só em termos da própria concepção teórico-metodológica da educação a distância, mas também da organização de sistemas de EAD” (BRASIL, REFERENCIAS DE QUALIDADE, 2007, p. 02).

A relação do Brasil com organismos internacionais demonstra a influência das políticas externas na organização legal da EAD no país. De acordo com Resende (2018), a UNESCO visa a implantação das tecnologias educacionais a fim de democratizar o acesso à educação, e para tal publicou o texto “Aprendizagem aberta e a distância: Perspectivas e consideração política”, onde aponta critérios de qualidade, formas de implantação, estratégias e técnicas (com mudanças curriculares) de ensino e regulação política para EAD, voltado a países em desenvolvimento com problemas socioeconômicos.

[...]A Educação a Distância no Brasil pode correr o risco de ser tratada como um modelo compensatório do ensino presencial, precisando assumir parte integrante, como importante elemento que pode impulsionar a transformação

---

<sup>48</sup> A LDB possibilita o uso da modalidade de educação a distância sem restrições de níveis de ensino, ampliando-se as possibilidades em desmedida da EAD, tal processo favorece a oferta do ensino em instituições privadas no país.

<sup>49</sup> “Art. 1º Criar Comissão Assessora com a finalidade de apoiar a Secretaria de Educação Superior na elaboração de proposta de alteração das normas que regulamentam a oferta de educação a distância no nível superior e dos procedimentos de supervisão e avaliação do ensino superior a distância, em conjunto com representantes da Secretaria de Educação a Distância, da Secretaria de Educação Média e Tecnológica, da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e do Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais.” (BRASIL, PORTARIA nº 335, 2002)

<sup>50</sup> “O Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005, no parágrafo único do artigo 7º, estabelece que os Referenciais de Qualidade para a Educação a Distância pautarão as regras para a regulação, supervisão e avaliação dessa modalidade” (BRASIL, DECRETO o 5.622, 2005). Neste Decreto se estabeleceu política de garantia de qualidade em relação a EAD, destacando itens como “a) a caracterização 1 de EAD visando instruir os sistemas de ensino; b) o estabelecimento de preponderância da avaliação presencial dos estudantes em relação às avaliações feitas a distância; c) maior explicitação de critérios para o credenciamento no documento do plano de desenvolvimento institucional (PDI), principalmente em relação aos pólos descentralizados de atendimento ao estudante; d) mecanismos para coibir abusos, como a oferta desmesurada do número de vagas na educação superior, desvinculada da previsão de condições adequadas; e) permissão de estabelecimento de regime de colaboração e cooperação entre os Conselhos Estaduais e Conselho Nacional de Educação e diferentes esferas administrativas para: troca de informações; supervisão compartilhada; unificação de normas; padronização de procedimentos e articulação de agentes; f) previsão do atendimento de pessoa com deficiência; g) institucionalização de documento oficial com Referenciais de Qualidade 2 para a educação a distância. (BRASIL, DECRETO o 5.622, 2005, p. 06).

das práticas educativas, sobretudo no ensino superior (RESENDE, 2018, p. 51).

Segundo Decreto nº 9.057/2017, que regulamenta a LDBEN em relação a Educação a Distância no Brasil traz novidades para desburocratização e flexibilidade regulatória no ato de credenciamento, com possibilidade de credenciamento EAD paralelo ao presencial. Assim como se considera avanço o fato de garantir as IES a expansão de cursos e polos sem prévia autorização do Estado. (RESENDE, 2018).

O atual marco regulatório, Portaria Normativa nº11 de 20/06/2017 que estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, vem ratificar o presente no decreto de 9.057/2017e ainda garantir melhores condições para proliferação de novas instituições e novos cursos na EAD, proporcionando a multiplicação e concentração de renda de instituições privado-mercantis nos país, como veremos *a posteriori*.

Com o afastamento do Estado frente as políticas de fiscalização e normatização de critérios de qualidade e funcionamento dos cursos, o processo expansionista de IES privado-mercantis demonstram o crescente processo de mercantilização da educação no país através do uso das ferramentas tecnológicas com fins comerciais.

No Congresso Brasileiro de Educação Particular em Belo Horizonte em 2019, o então Ministro da Educação, Abraham Weintraub, defendeu o setor privado como principal agente na expansão do ensino superior. “O MEC e este governo querem dar liberdade para vocês. A liberdade para produzir, para trabalhar, para atingir os seus objetivos<sup>51</sup>”.

Se percebe um discurso de indução ao desenvolvimento da educação privada no país, apesar da concentração de renda e transferência de recursos públicos a setores mercantis. O setor público alvo do contingenciamento de gastos nos últimos meses, com bloqueio dos orçamentos de Universidades Federais, caminha no sentido contrário ao desenvolvimento do setor privado, que detém hoje 75,3% das matrículas totais no ensino superior (Censo da Educação Superior, 2018).

Como mencionado, anteriormente, um dos principais exemplos de expansão da educação privada no país é o grupo Estácio Participações SA, presente em todos os Estados brasileiros. É a segunda maior IES no ramo educacional concentrando mais de 500 mil alunos, ficando somente atrás da gigante Kroton educacional.

No estudo de Sousa (2019), a companhia Estácio Participações SA consiste numa

---

<sup>51</sup> Manchete “Weintraub: crescimento econômico elevará procura por ensino superior”. Disponível em <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-06>>. Acesso em 10/11/2019.

das maiores IES privadas do país, exemplo do processo de capitalização e financeirização da educação que cresceu com incentivos governamentais e beneficiada com as práticas de transferência de recursos públicos para fins privados com embasamento legal através da dívida pública.

Uma das ações com vista a elevação de lucros da Estácio consiste no fomento a política de ensino a distância, adotado pela empresa em 2009, elevando cada vez mais suas matrículas. Sousa (2019), aponta que no período de 2010 a 2017 evoluiu de 26.200 para 170.700 matrículas na EAD, um crescimento percentual de 551, 5%. Apesar da política de oferta do ensino presencial, a expansão principal hoje tem foco no ensino a distância.

Vale (2011), afirma que Instituições como Estácio, além de possuir estratégias próprias de expansão, também foram beneficiadas por políticas que criaram um ambiente favorável ao seu crescimento, protegidas por normatizações privatistas de um pensamento voltado ao ramo privado-mercantil.

O primeiro eixo privilegiado é aquele que remete diretamente à própria trajetória da Estácio de Sá. Assim, os dados apresentados expressam um forte crescimento empresarialmente orientado e calcado em financiamento público, ainda que indireto, a nosso ver, escudado em uma política privatista que, desde o período da ditadura civil-militar, penetra o próprio coração do Estado brasileiro (VALE, 2011, p.12).

As observações a respeito da Estácio no Brasil, demonstram claramente o caminhar de instituições privado-mercantis ao longo da história no país e suas estratégias de consolidação no mercado, sempre inovando e buscando ferramentas para seu crescimento e lucratividade, uma lógica de mercado entrelaçada a políticas de governo.

### **2.3 - A mercantilização no ensino superior: a expansão do setor privado mercantil**

De acordo com as Sinopses Estatísticas do Censo da Educação Superior (2018), divulgado pelo INEP em 2019, a rede privada de ensino no país incorporou 75% do total de matrículas na educação superior, com mais de 6,3 milhões de alunos, desta forma, a cada 4 alunos no ensino superior, 3 estudavam em uma universidade privada.

Corporações e conglomerados ganham poder, através da disseminação midiática de valorização empresarial, algumas instituições são consideradas neocolonizadoras, que passam a dominar não só por razões ideológicas e políticas, mas principalmente comercial (ALTBACH, 2009).

Segundo o INEP, entre as 20 maiores IES de ensino superior com maior número

de matrículas pertencem ao setor privado, e como instituição pública percebemos apenas a Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo – UNIVESP no ranking, destacando que a mesma foi criada exclusivamente para desenvolver a educação a distância em 2012 pelo Governo de São Paulo.

A Univesp, se destaca como a única instituição superior pública, com acesso gratuito, ofertando ensino, pesquisa e extensão para atender exclusivamente através da educação a distância, porém a mesma apesar de se encontrar no ranking, possui um número limitado de vagas, resultado dos baixos investimentos em educação pública no país, mantendo-a em 13º lugar.

A Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp) é uma instituição de ensino superior, exclusivamente de educação à distância, criada pela Lei nº 14.836, de 20 de julho de 2012, mantida pelo Governo do Estado de São Paulo e vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE). [...] Conforme o estabelecido em sua lei de criação, a Univesp tem por objetivo o ensino, a pesquisa e a extensão, obedecendo ao princípio de sua indissociabilidade, integrados pelo conhecimento como bem público (PORTAL UNIVESP<sup>52</sup>).

A Univesp pode vir a ser um modelo de aplicabilidade da educação superior a distância no Brasil em universidades públicas, em virtude da estrutura organizacional voltada para o atendimento a educação digital, um caráter público com organicidade de uma IES particular, pois atende a quesitos da política de “universalização a educação formal”, com redução do volume de investimentos para seu funcionamento, atendendo a um número considerável de matrículas.

As instituições públicas de ensino superior se encontram com o menor número de matrículas em âmbito nacional. O Cenário atual demonstra o fenômeno da evolução do setor privado na oferta de ensino, dominando todas as modalidades principalmente o expressivo quantitativo de matriculados no ensino a distância, onde aproximadamente 50% dos ingressantes da rede privada estudam na modalidade EAD.

Ao analisarmos o número de ingressantes em 2018, a rede privada de ensino possuía 2.864.999 alunos, diferentemente das instituições públicas com apenas 580.936 alunos (INEP, Censo 2018), representando aproximadamente um quarto do total de estudantes matriculados. Os números demonstram como o ensino superior privado é altamente valorizado no país, deixando o ensino público aquém do quantitativo de alunos.

Na relação da intervenção do Estado e suas fronteiras com o mercado, segundo Polanyi (2000), o Estado passa a assumir uma dupla ação, de um lado criador e regulador

---

<sup>52</sup> Disponível em < <https://univesp.br/institucional/historia>>. Acessado em 11/11/2020.

de mecanismos mercadológicos em foco de atingir a sociedade, de outro lado vem a garantir o funcionamento com maior liberdade das ações econômicas, através de leis e regulamentos que passam a garantir e proteger a liberdade econômica privada.

Será dever da atuação pública frente às iniciativas privadas proteger o comércio e a livre iniciativa, e não caberá aos Estado impor os chamados “abusos regulatórios”, de maneira indevida, e “introduzir limites à livre formação de sociedades empresariais ou de atividades econômicas;” (BRASIL, 2019, Art. 4º, Inciso VII).

O Estado destrói os alicerces de sua própria existência, enfraquecendo a missão do próprio funcionamento do sistema público, socialmente constituído através de históricas lutas sociais. O Intervencionismo passa a ser visto de forma negativa, o que nada mais é que a *retirada do Estado por ele próprio*. Além de insuflar na população uma nova *racionalidade economicista*, mudando completamente o modo de organização social e subjetividade humana, reflexo de uma política neoliberal de ajuste social em que a forma de pensar contábil e financeira deverá ser enraizada na subjetividade humana, promovendo a lógica da concorrência e o fim das leis de proteção social. (DARDOT e LAVAL, 2016).

As formações estatais historicamente dadas do sistema do capital devem se afirmar como *executoras* eficazes das regras necessárias para a manutenção da ordem socio-reprodutiva estabelecida. Naturalmente, a “Lei” deve ser definida e alterada em conformidade, a fim de atender às mudanças nas relações de poder e às alterações correspondentes dos antagonismos fundamentais inseparáveis do metabolismo de reprodução social do capital. Essa maneira de impor a legitimidade do Estado é viável por vezes em sintonia com as “normas constitucionais”, e outras vezes só através da suspensão e violação de todas as regras desse tipo (MÉSZÁROS, 2008, p.51).

A educação se converteu num setor de serviço não exclusivo do Estado, onde grupos educacionais imperialistas adentram com vigor em países ditos emergentes, com fraca postura política, a exemplo do Brasil que adere sem dificuldade às políticas econômicas internacionais. Uma das formas de reconhecer a materialização desse processo está no posicionamento do Banco Mundial em relação ao tratamento da educação como *nicho* de mercado, e suas orientações para países de terceiro mundo. Segundo (LEHER, 2019).

A educação, é um bem público inalienável ao ser humano e deve ser garantida por um Estado democrático, direitos conquistados com muito labor ao longo da história humana com suas especificidades em cada estado nação, portanto se tornou condição de transposição de um bem público a ser manipulado por agentes do capital, principalmente a partir da década de 90.

De acordo com Leher (2019) o BM aponta a educação pública como um *bem*

*público* global, utilitarista, um “benefício social” que deve ser assegurada de forma obrigatória independente se sua oferta, seja pública ou fornecida por setores privados. Ressignificando o conceito de “bem público”, usualmente utilizado pela categoria contrária a mercadorização da educação.

O BM na década de 90, apontava a necessidade de diferenciações institucionais e diversificação das fontes de recursos para manutenção das IES públicas, dentre elas o pagamento de taxas ou mensalidades por alunos, além de propor a exclusão da categoria *pesquisa*, se mantendo apenas o *ensino*.

Congruentemente se aprovava no Brasil a Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996, imbuídos do espírito dessas recomendações. (SGUISSARD, 2008). De acordo com o Art. 45. da LDB, “A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização” (BRASIL, LDB, 1996).

Chaves (2010) esclarece que a LDB favoreceu instituições sem fins lucrativo assim como o empresarial, que objetiva somente lucrar com o mercado educativo, regulando o sistema de ensino a funcionar com outras modalidades com a liberdade da *indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão*, justificado com base na Constituição Federal.

De acordo com a LDB, art. 207, “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, CF, 1988). Neste ponto, sua regulamentação garantia padrões mínimos de funcionamento e qualidade no ensino superior favorecendo o ensino público.

O empresariado é, conseqüentemente, beneficiado por tais ações governamentais de apoio a IES privadas. No advento da promulgação da LDB/96, se observa como no Decreto Nº 2.306 de 19 de agosto de 1997, que regulamentava o Sistema Federal de Ensino, a aceitabilidade dos sistemas de ensino auferiram lucro com a comercialização do serviço de educação, em seu art. 7º descrevia:

As instituições privadas de ensino, classificadas como particulares em sentido estrito, com finalidade lucrativa, ainda que de natureza civil, quando mantidas e administradas por pessoa física, ficam submetidas ao regime da legislação mercantil, quanto aos encargos fiscais, parafiscais e trabalhistas, como se comerciais fossem equiparados seus mantenedores e administradores ao comerciante em nome individual (BRASIL, 1997, grifo nosso).

O documento acima aponta a liberdade para instituições operarem com liberdade de mercado, na lógica de acumulação do capital e lucratividade, reconhecendo a educação

como um bem comercializável, completando o interesse do empresariado em atuar no mercado nacional com liberdade econômica e resguardados por um Estado capitalista.

As reformas ocorridas proporcionaram a mercadorização e mercantilização da educação no país. Em 1997, dois anos após o início do governo Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995 a 2002), se observava a existência de 689 IES Privadas e apenas 211 IES públicas. Um problema que foi se agravando ao longo da década de 90 com a redução gradativa do número de IES públicas no país, terminando com apenas 195 IES públicas em 2002 e 1.442 IES privadas. (INEP, BRASIL, 2003).

O período da década de 90, marcou a história do processo de sucateamento das IES públicas no país e valorização do capital privado. O governo FHC acentuou o processo expansionista da educação superior empresarial, iniciada durante o regime militar.

Segundo Leher (2019) a evolução no número de matrículas no ensino superior privado, ocorre em virtude das políticas públicas advindas com as Reformas do Estado principalmente a partir da década de 90 com o governo Fernando Henrique Cardoso, continuado e ampliado com o Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, valorizando instituições com fins lucrativos no Brasil.

A liberação da educação ao setor privado-mercantil, na visão de Azevedo (2015), foi destravado através da promulgação da LDB 9394/96 e fortalecido por financiamentos para instituições privadas por agentes públicos como o Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDS, com a permissão da entrada do capital estrangeiro e programas federais de financiamento estudantil. Assim, a educação superior gratuita, pública e de qualidade não é tida como um direito da população.

O autor também afirma a existência de cinco hipóteses para a nova necessidade de aumento da demanda de ensino superior no Brasil: aumento da população na faixa de 18 a 30 anos; exigências do mercado de trabalho; aumento de concluintes do ensino médio; maior disponibilidade de financiamento e bolsas, a exemplo do Programa de Financiamento Estudantil - FIES com FHC e Programa Universidade para Todos - PROUNI no governo Lula.

Pode-se inferir, que também contribui para o crescimento desse setor, o não compromisso do Estado neoliberal no provimento de educação superior pública, além do que vem cortando os investimentos nos setores públicos, assim, a população sem acesso a universidade pública recorre ao setor privado da educação superior. Corrobora, ainda, a divulgação de ideologias neoliberais de que a educação superior privada investe numa formação voltada para a empregabilidade no mercado.

Segundo Sguissard (2008) o decreto 2.306/97 foi uma norma brasileira única no mundo jurídico educacional, que já apresentava perspectivas dos Acordos Gerais do Comércio e dos Serviços (AGCS), da Organização Mundial do Comércio (OMC), que desde 96 orientavam a necessidade de um afrouxamento legal principalmente para o ensino superior.

A aplicação de tais políticas, segundo Sguissardi (2015), gerou no Brasil uma efervescência no mercado educacional, com possibilidades de receber investimento estrangeiro, em virtude da liberdade de atuação das instituições privadas permitida pela legislação em vigor, além de encontrar poucas barreiras regulatórias e baixa fiscalização ou análise de critérios de qualidade.

Com a política educacional a partir do início do século XX, se percebeu a continuidade de propostas oriundas da década de 1990. O ramo de serviços educacionais ganhou força a partir de políticas beneficiárias dos grupos empresariais, segundo Rhoades e Slaughter (2009), para se consolidar tais políticas é necessário apagar as fronteiras entre setores com fins não lucrativos e com fins lucrativos, através de políticas de Estado.

A categoria Centros Universitários de educação superior foi possibilitada de desenvolver suas atividades dedicadas ao ensino de graduação, sem a obrigatoriedade de desenvolver pesquisa ou extensão. Os Centros Universitários significaram o maior grupo de ensino superior no país, dominando o setor privado.

Instituídos pela LDB de 1996, os Centros Universitários são instituições pertencentes quase que exclusivamente (97,2%) ao setor privado. O setor público conta com apenas 3 instituições deste modelo de organização acadêmica, todas municipais (Centro Universitário de Franca - SP e Centro Universitário Fundação Santo André - SP e Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino - FAE). O seu crescimento desde 1997 é bastante expressivo, tendo passado de 13 para 107 instituições, um crescimento de 723,1% (BRASIL, MEC/INEP, 2004, p.14).

Um número considerável em relação às Faculdades Integradas, com “[...]119 instituições. Também este modelo de organização acadêmica pertence essencialmente ao setor privado (97,5%) e, dentro deste, majoritariamente ao setor particular (83,6%)[...]”. (BRASIL, MEC/INEP, 2004, p.15). Informações que significaram um modelo de organização acadêmica majoritariamente particular.

A comparação dos dados de 2003 com os de 2002 mostra que a educação superior no Brasil continua em processo de expansão acelerada, com o acréscimo de 222 novas instituições. Esse crescimento foi, quase que exclusivamente, do setor privado, com 210 novas instituições. No setor público surgiram apenas 12 novas instituições em 2003 (BRASIL, MEC/INEP 2003, p. 08, grifo nosso).

O Censo apontou que entre as dez instituições com maior número de alunos, a Estácio de Sá estava em primeiro lugar no *ranking*, com mais de 100 mil alunos e em 2002 a mesma se colocava com o segundo maior número de alunos matriculados. O documento chama atenção ao citar que “[...] entre as 10 instituições com maior número de matrículas nos cursos de graduação, 7 são privadas e 3 são estaduais, não havendo entre elas uma única instituição federal.” (BRASIL, MEC/INEP 2003, p. 10, grifo nosso).

O governo Luiz Inácio (Lula) deu continuidade ao fortalecimento do setor privado no país. O reflexo disso foi que de 2002 a 2004 o crescimento de IES públicas permaneceu em média de 11%, enquanto o setor privado cresceu em média de 88%, apresentando pujante diferença de crescimento entre as esferas. Em 2004 o Brasil apresentava 224 instituições públicas e 1.789 privadas (BRASIL, MEC/INEP, 2004).

Contraditoriamente, “[...] o crescimento de 2004 foi o menor para o setor privado desde 1997 e significativamente menor do que o registrado nos três anos anteriores, que registraram percentuais de 20,3%, 19,4% e 14,6%, respectivamente. [...] (BRASIL, MEC/INEP, 2004, P. 10). Salientamos que apesar dos dados do Censo apresentarem redução no crescimento de IES privadas, os mesmos não expõem o número de IES que foram incorporadas por *Holdings* como a Estácio que já agregavam o maior número de matrículas no país.

Segundo informações do Censo, ocorria um decréscimo na porcentagem de crescimento das IES, considerando a tendência de compras e fusões (ocorridas nas IES privadas) nos anos anteriores. “[...] o ritmo de aumento do número de IES vem decrescendo recentemente. Uma das possíveis razões dessa tendência é a recorrente integração de instituições, por fusão ou compra, observada nos últimos anos” (BRASIL, MEC/INEP 2007, p. 06).

Outro ponto que ganhou destaque na política lulista, foi a valorização da Educação Tecnológica no país. Os dados apontam que em 2001 existiam 74 Cursos e Centros de Educação Tecnológica e Faculdades de Tecnologia, em 2002 saltou para 183 cursos, aumento de 147,3%, no ano de 2003 passou para 495 cursos, aumento de 568,9%, e no ano de 2004 foi o maior crescimento presenciado, saltando para 758 cursos, aumentando 924,3% (BRASIL, MEC/INEP, 2004).

O Censo da Educação Superior de 2004 revela que os Centros de Educação Tecnológica e Faculdades de Tecnologia ofereceram 758 cursos – um crescimento de 53,1% no ano. Isto indica que, em seis anos, o Brasil decuplicou o número de cursos oferecidos por esta modalidade de organização acadêmica. Os Centros de Educação Tecnológica ofereceram no ano 74.866

vagas, representando 3,2% das 2.318.769 vagas oferecidas no sistema de educação superior como um todo. O setor público ofereceu 18.649 e o setor privado 56.397 vagas, representando, respectivamente, 24,7% e 75,3%. (BRASIL, MEC/INEP, 2004, p. 37).

Com os programas de Financiamento (FIES e PROUNI) o Estado assegura uma política de valorização do setor privado, legalmente estruturado como política democrática de acesso, contraditoriamente favorecendo IES privada mercantis que assumem o serviço educação com a maior quantidade de matrículas, uma forma de garantir alianças entre o governo e grupos empresariais, como o serviço educação que muito cresceu durante o governo do PT<sup>53</sup>.

O estudo de Sousa (2019) apontou a existência de uma relação falaciosa entre o discurso de democratização do ensino superior, como justiça social para as classes baixas, repercutindo na evolução de matrículas em instituições particulares através do Prouni. O programa que absorvia alunos para vagas ociosas em IES particulares, garantiu muitas vantagens às empresas de educação, isentando-as de contribuições e impostos.

Segundo Vale (2012), os anos subsequentes do governo militar e anteriores a 2007, foram primordiais para o processo de financeirização do ensino superior no país, empresas como a Estácio se fortaleceram com as isenções fiscais e se prepararam para abrir capital na BOVESPA<sup>54</sup>, como o caso da Estácio Participações que abriu mão da condição de filantrópica sem fins lucrativos, transformando-se em sociedade anônima em 2007.

Em 2010, as IES privadas representavam 88,3% do total, em segundo lugar as estaduais com 4,5%, federais com 4,2% e municipais com 3,0%, ratificando a mercantilização da educação superior no país, fruto da política expansionista de instituições particulares como a Estácio, que passaram a atuar na bolsa com investimentos de grupos internacionais e com um significativo mercado em ascensão no país.

Em relação ao ensino a distância no Censo da Educação Superior 2010, a modalidade de ensino ainda se encontrava abaixo dos cursos presenciais, no entanto “O

---

<sup>53</sup> De acordo com Sousa (2019), Observamos isso na seguinte legislação:

Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005:

Art. 8º A instituição que aderir ao Prouni ficará isenta dos seguintes impostos e contribuições no período de vigência do termo de adesão: (Vide Lei nº 11.128, de 2005).

I - Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ);

II - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), instituída pela Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988;

III - Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social(COFINS), instituída pela Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991; e

IV - Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), instituída pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970.

<sup>54</sup> BOVESPA – Bolsa de valores de São Paulo.

Censo 2010 confirma a tendência de crescimento dos cursos na modalidade de ensino a distância, que atingem 14,6% do total do número de matrículas” (INEP, 2010, n.p.). Resultado da expansão das IES privadas no Brasil, que assumem a EAD como uma das principais modalidades para comercialização de cursos.

A partir de 2012, a evolução das instituições superiores apontou uma variação de 4,4% de evolução, e chama atenção o crescimento ocorrido para as públicas, porém ínfimo em relação a demanda existente no país. “Em termos percentuais, as instituições da rede pública apresentaram maior crescimento em relação às da rede privadas (24,1% e 2,1%, respectivamente), porém, ainda predominam as instituições privadas, com participação de 87,4%.” (INEP, 2012, p. 49).

A partir de 2013, diante da crise que atinge o Brasil, os grupos empresariais da educação passam a adotar novas ações estratégicas para se manter no mercado concorrencial. Com a concentração de capital e formação de oligopólios, inicia-se o processo de “bancarização” dessas empresas, que passam a oferecer o financiamento aos estudantes com taxas e juros iguais ou menores que aqueles trabalhados no financiamento público – Fies (VALE, 2017).

O contexto do início do século XXI demonstrou uma contrarreforma na educação superior, garantindo a ascensão de grupos como a Kroton e Estácio, principalmente nos anos de 2003 a 2015, onde Recursos públicos foram legalmente transferidos para IES privadas, aumentando a lucratividade desses grupos (chegando até a 40%), principalmente através da emissão de títulos da dívida pública (COSTA, 2016; FILHO, 2016).

No ano de 2016, marcado pela recessão econômica, instabilidade política e saída da presidente Dilma Rousseff, o financiamento estudantil através do Fies ou Prouni se tornou uma dúvida para muitos interessados em entrar no ensino superior, levando as instituições privadas a colocar em prática o plano do financiamento estudantil próprio, estratégia de enfrentamento da crise, como iniciado pela Estácio que criou em 2017 o Parcelamento Estácio – PAR.

O Parcelamento Estácio (PAR) é uma ótima opção para quem não conseguiu vagas pelo Sisu, Fies ou Prouni. O programa oferece a possibilidade de parcelar o curso de graduação, através de um crédito estudantil. Conseguir entrar na faculdade com Fies está cada vez mais difícil. No primeiro semestre de 2017, o programa do Governo Federal anunciou apenas 150 mil vagas em todo o Brasil e estabeleceu um teto de até R\$5 mil reais por mês para financiamentos. Após reconhecer esse novo cenário, a Universidade Estácio de Sá resolveu lançar o Parcelamento Estácio, também conhecido pela sigla PAR. A mecânica do Parcelamento Estácio é mais simples do que parece. O aluno, após se inscrever no PAR, paga até 50% das mensalidades. O

pagamento do restante do valor acontecerá apenas após a formatura, em parcelas. (PORTAL VIACARREIRA, 2017<sup>55</sup>).

No ano de 2018, o então presidente Michel Temer decretou a suspensão de novas vagas para Pronatec, Prouni e Fies, principais programas de educação valorizados pelo governo do PT, como medida necessária componente do plano de contingenciamento<sup>56</sup>. Possibilitando maior abertura de crescimento para instituições com fins lucrativos, principalmente com financiamento próprio.

A transição do governo Michel Temer para Jair Bolsonaro<sup>57</sup>, representou a continuidade de projetos antipopulares iniciados de forma aligeirada com a saída de Dilma Rousseff, pondo em prática o previsto na pasta da liberdade econômica, valorização da iniciativa privada e novas propostas para atrair o capital externo com maior vigor.

A ampliação da educação superior privada permaneceu em ascendência, num total de 2.537 instituições, observando-se 2.238 IES privadas e apenas 299 públicas. Em relação ao número de matrículas houve o quantitativo de 6.373.274 matrículas no ensino particular e 2.077.481 no público (INEP, 2018), representando um efetivo distanciamento entre as categorias.

A mercantilização do ensino superior bateu um recorde histórico com a modalidade EAD em 2018, num total de 13.529.101 vagas em cursos de graduação, 7.170.567 são destinadas a modalidade EAD, contrastando com 6.358.534 vagas presenciais. Resultado do amplo processo de incentivos econômicos e políticos voltados ao alinhamento da educação superior aos moldes da mundialização do capital.

Neste aspecto, o reflexo da política mercantil para o ensino superior brasileiro atinge seu ápice com a EAD, neste aspecto, a globalização avançou tanto no mundo, que pouco lugares fogem a dinâmica e tendências contemporâneas. As inovações e práticas apenas se difundem de forma acelerada com a modernização tecnológica (ALTBACH, 2009).

---

<sup>55</sup>Propaganda disponível no site da empresa VIACARREIRA, Disponível em <https://viacarreira.com/parcelamento-estacioar/#:~:text=No%20primeiro%20semestre%20de%202017,tamb%C3%A9m%20conhecido%20pela%20sigla%20PAR.ou https://viacarreira.com/>. Acessado em 26/06/2020.

<sup>56</sup> O que segundo o deputado Pauderney Avelino - DEM-AM, afirmava que “[...] respira aliviado pelo fim da era petista, o povo brasileiro começa a perceber o tamanho da herança maldita deixada por 13 anos de incompetência e irresponsabilidade dos Governos Lula e Dilma. [...]”. (BRASIL, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016, p. 88).

<sup>57</sup> “Se preciso for voltaremos a pedir que ele nos atenda (Fundo Monetário Internacional - FMI). Porque tem muita coisa que continuará. O Brasil não pode se furtar do conhecimento daqueles que passaram pela presidência”, disse Bolsonaro, que concedeu entrevista ao lado de Temer, no Palácio do Planalto. (Portal Agência Brasil, 07 nov. 2018).

A expansão mundial do capital gerado pela globalização é considerada como um fator irrefutável do progresso humano, uma ferramenta que levaria a sociedade a um processo de homogeneização cultural, o que poderia se tornar algo próximo de uma cultura organizacional homogênea global, uma política mundial, no entanto, com o progresso da globalização a educação subjaz ao caráter formativo mercantil.

Destacamos que após o ano de 2018, tal processo se agudiza ainda mais com a organicidade do Estado brasileiro com as adaptações na legislação nacional a fim de corresponder às pressões impostas por organismos internacionais e posteriormente com o início da pandemia. Fato este, materializado com a Declaração dos Direitos de Liberdade Econômica, Lei 13.874, criada no ano de 2019.

Coincidentemente, uma política incentivada pelo Banco Mundial foi reforçada com a Pandemia ocorrida em 2020, onde 1,5 bilhão de estudantes ficaram fora da escola segundo a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO. A saída para minimizar o impacto negativo foi o acesso remoto e aulas interativas realizadas através da educação digital (BANCO MUNDIAL, 2020).

Em abril de 2020, Rafael Muñoz Moreno, Coordenador de Operações em Economia, Governança e Desenvolvimento do Banco Mundial para o Brasil, América Latina e Caribe, publicou nota favorável a EAD, afirmando a necessidade de fortalecimento dessa política no país e a preocupação existente com a queda do nível de capital humano futuramente<sup>58</sup>.

No mesmo mês, o movimento Todos Pela Educação lança nota técnica favorável ao desenvolvimento da EAD durante a pandemia. Com base na Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020, indicava a preocupação do Banco Mundial no tratamento das aulas a distância durante a crise sanitária. Contraditoriamente, os documentos apresentam preocupação com as classes sociais menos favorecidas, onde as políticas públicas deveriam reduzir as desigualdades.

A educação superior se tornou um campo de ampliação da razão economicista, de ordem capitalista. A expansão do mercado ocorre com a expansão das matrículas em IES

---

<sup>58</sup> “[...]o fechamento das escolas pode significar a interrupção do processo de aprendizagem principalmente para crianças com alta vulnerabilidade. A ausência de interação entre estudantes e professores rompe o processo de aprendizagem e se a pandemia durar muitas semanas, não será possível recuperar o tempo perdido quando as escolas reabrirem. Também se eleva o risco de aumentar as taxas de abandono escolar, especialmente entre os alunos de famílias em situação de alta vulnerabilidade. Isso poderia trazer uma queda significativa no nível de capital humano futuro.” Artigo publicado em 08/04/20. Disponível em <https://nacoesunidas.org/artigo-a-experiencia-internacional-com-os-impactos-da-covid-19-na-educacao/>. Acessado em 27/06/2020.

privadas, política neoliberal presente no século XX baseada em planos econômicos internacionais que adentram o território nacional reconfigurando a legislação.

#### **2.4 – Universidade Estácio de Sá: Expressão da mercantilização na Educação Superior**

A Estácio Participações SA é um expressivo caso de metamorfose de uma pequena empresa nacional para *holding* transnacional. Nascida em 1970 representam a materialização da transformação da educação que deveria ser um direito público e gratuito em mercadoria negociável no mercado de bolsas de valores

Uma Instituição de Ensino Superior que iniciou suas atividades com *status* “sem fins lucrativos”, beneficiada por incentivos fiscais passou para categoria de privado-mercantil de capital aberto a partir de 2007 com sua entrada na Bovespa, evidenciando seu objetivo no ramo da educação ao se tornar empresa com fins lucrativos.

Com a abertura na Bolsa de Valores, foi possível receber incentivos de investidores internacionais. No ano de 2007, o grupo internacional GP Investimentos<sup>59</sup> realizou a compra de 20% do grupo Estácio e passou a compartilhar o controle do conselho administrativo. Com a nova participação de um grupo internacional, a empresa passou a explorar ainda mais o setor da educação com intuito de apresentar resultados econômicos positivos, apesar das crises políticas e econômicas no país.

Vale (2011), afirma que Instituições como Estácio, além de possuir estratégias próprias de expansão, também foram beneficiadas por políticas que criaram um ecossistema favorável ao seu crescimento, protegidas por normatizações privatistas de um pensamento voltado ao ramo privado-mercantil. O perfil corporativo da Estácio Participações SA demonstra que ela se tornou a segunda maior organização privada de ensino superior no Brasil em número de alunos matriculados, e principalmente, a partir de 2007 - ao tornar-se sociedade anônima de capital aberto.

A instituição realiza com frequência previsões acerca dos eventos futuros, principalmente pela instabilidade financeira do país e as relações com o capital externo, impactando diretamente nas operações realizadas pela empresa. Seus documentos apontam “[...] conter previsões acerca de eventos futuros, que estão sujeitas a riscos e incertezas que podem fazer com que tais expectativas não se concretizem ou sejam substancialmente diferentes do que era esperado.” (ESTÁCIO, 2019 c, p. 01).

---

<sup>59</sup> O grupo “GP Investimentos adquiriu um percentual de 20% da Estácio Participações” (CHAVES; REIS; GUIMARÃES, 2018, p. 08).

As preocupações com o cenário econômico no país, as mudanças e incertezas econômicas durante os anos 2018 e 2019, demonstraram a necessidade de “se recriar” e se lançar as inovações para o mercado. Basicamente, com caráter simbólico, a Estácio optou pela mudança da marca, sem mudanças em suas operações ou razão social.

A Estácio Participações, holding do grupo Estácio, passa a se chamar YDUQS. Após o crescimento da Universidade a nível nacional, com 93 campi e presença em todos os estados do Brasil, foi designada à WMcCann a tarefa estratégica de desenvolver uma nova representação para a holding, que abre uma nova fase de crescimento para o grupo. A missão foi dada à WMcCann logo após a agência contribuir para um recorde histórico de captação de calouros da Estácio, desde a sua fundação em 1970. Em relação ao ano passado, a Universidade Estácio aumentou 12,6% o número de alunos matriculados. (PORTAL WMCCANN NOTÍCIAS, 2019, n.p.<sup>60</sup>).

A nova estratégia de *marketing* da empresa se materializou através da contratação da empresa WMcCann Rio, transformando a marca para YDUQS, em virtude da representatividade da letra “Y” relativo à conectividade da nova sociedade, com essa nova necessidade, se configurando na perspectiva de suscitar a ideia de modernidade da empresa e inovação, a fim de atrair novos investidores e alunos para a modalidade EAD.

Com a deflagração da crise econômica e política brasileira, instabilidade financeira no país e possíveis problemas à instituição, as empresas são motivadas a buscar novas estratégias de mercado, redução de custos, garantir produtividade, lucratividade e sempre se apresentando convidativa a novos acionistas, como ocorreu com a mudança da marca.

Estamos prontos para crescer. Com a YDUQS, teremos mais flexibilidade para (i) novos posicionamentos e marcas, (ii) novos negócios e (iii) crescimento via aquisições. Nesse sentido, estamos com sólida posição de caixa e destacamos o indicador de dívida líquida/EBITDA, que está em um dos menores patamares históricos. (YDUQS, 2019, p.3).

Segundo a *apresentação de resultados da Estácio* em 2019, somente no primeiro trimestre, houve substancial aumento de 28,6% na captação das matrículas EAD, contra a captação de -0,5% em relação a educação presencial, um resultado exponencial com saldos positivos também nos meses anteriores, que demonstram a estabilidade e poder de resiliência da companhia. (ESTÁCIO, 2019/A).

No ano de 2018, o perfil corporativo da Estácio Participações SA demonstra que esta é a segunda maior organização privada de ensino superior no Brasil em número de alunos matriculados.

Em 31 de dezembro de 2018, a base de alunos da Estácio totalizava 517,8 mil alunos. A Estácio é formada por uma universidade, dez centros universitários

---

<sup>60</sup> Disponível e < <https://www.wmccann.com/estacio/>>. Acesso 17 ago. 2019

e 44 faculdades credenciadas pelo MEC. Com uma capilaridade nacional representada por 92 campi e 607 polos de ensino à distância, presentes nos principais centros urbanos de todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, estrategicamente localizados nas proximidades das residências e/ou dos locais de trabalho de nosso público alvo (RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTÁCIO, 2018, p.02).

Para a companhia, tais fatos são reflexos de fatores como: qualidade nos cursos, modernização das práticas de gestão, inovação tecnológica, preços competitivos, facilidade de acesso, flexibilização do currículo. “Com um modelo de gestão orientado para resultados e para a qualidade [...] uma metodologia de ensino, moderna e diferenciada. Como resultado da capacidade empresarial e financeira [...]” (RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTÁCIO, 2018, p. 02).

Importante notar que o modelo de gestão é corporativo e a qualidade de concepção mercadológica. Ambos orientados pela ideologia neoliberal de favorecimento do crescimento capitalista em detrimento do desenvolvimento social da população.

A mercantilização educação superior vem se aprofundando nas últimas décadas e a Estácio vem se destacando com o crescimento do número de novas aquisições e fusões, muitas garantidas e escudadas pelo próprio conselho regulatório e atividades econômicas no país, permissivo às multiplicações e crescimento de *holdings* no mercado nacional, que contraditoriamente suas funções<sup>61</sup> de planificar e proteger o mercado local, possibilita transnacionalização e entrada do capital internacional ultrapassando as barreiras regulatórias existentes no que se refere a expansão do privado mercantis.

No ano de 2016, ocorreria a formação do maior conglomerado do setor educacional, a fusão entre Kroton Educacional SA. e Estácio Participações SA. Porém, um derrocado negócio impedido pelo Conselho Administrativo Econômico – CADE, que em acordo com os relatórios previa: evitar concentração financeira no país, a fusão impediria a entrada de novos acionistas no mercado local e por fim, as vantagens competitivas dos grupos mediante outras operações.

[...] o Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica apreciou o Ato de Concentração nº 08700.006185/2016-56 e decidiu por sua não

---

<sup>61</sup> Preventiva: analisar e posteriormente decidir sobre as fusões, aquisições de controle, incorporações e outros atos de concentração econômica entre grandes empresas que possam colocar em risco a livre concorrência. Repressiva: investigar, em todo o território nacional, e posteriormente julgar cartéis e outras condutas nocivas à livre concorrência. Educativa: instruir o público em geral sobre as diversas condutas que possam prejudicar a livre concorrência; incentivar e estimular estudos e pesquisas acadêmicas sobre o tema, firmando parcerias com universidades, institutos de pesquisa, associações e órgãos do governo; realizar ou apoiar cursos, palestras, seminários e eventos relacionados ao assunto; editar publicações, como a Revista de Direito da Concorrência e cartilhas. Disponível no Sítio da instituição: [http://www.cade.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/copy\\_of\\_competencias](http://www.cade.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/copy_of_competencias).

aprovação. Dessa forma, não foi implementada uma condição da operação de incorporação, pela Kroton, das ações da Estácio (“Operação”) e, conforme previsto no protocolo e justificção da Operação e determinado pelas assembleias gerais das Companhias realizadas em 15.08.2016, a aprovação da Operação tornou-se sem efeitos, com a resilição automática do seu protocolo e justificção (ESTÁCIO, 2017/B, n.p.).

Com o impasse da fusão, uma investigação interna da Estácio apurou denúncias contra o Diretor-Presidente a época, Pedro Thompson, supostamente envolvido em problemas com advogados externos à companhia, o que inviabilizaria ou dificultaria a combinação dos negócios entre as *holdings*. Publicizado posteriormente no *sítio* da instituição, como forma de garantir lisura nos negócios e transparência, política de governança corporativa da IES.

3) A investigação conduzida pela Companhia não encontrou qualquer evidência, de qualquer natureza, de que o Diretor-Presidente, seja diretamente ou por meio de tratativas (acordos) com qualquer outro integrante da Diretoria, do Conselho de Administração ou do quadro de funcionários, consultores ou ex-consultores da Estácio, tenham tomado qualquer medida que pudesse, sob qualquer forma, impedir, retardar ou dificultar o processo de combinação de negócios entre a Kroton e a Estácio. Mais especificamente, não foram encontradas quaisquer evidências de que teria ocorrido “gun jumping” por parte de qualquer das companhias ou de seus prepostos.

4) O Vice-Presidente Jurídico, em conjunto com sua equipe e os consultores externos da Estácio têm trabalhado em estreita consonância com a Administração da Kroton e seus advogados, com o fim de encontrar a melhor alternativa para permitir a consecução exitosa do processo de combinação de negócios entre as duas companhias, em atendimento à orientação emanada das respectivas assembleias de Acionistas e à legislação aplicável. Os trabalhos têm recebido atenção e apoio integral do Comitê ad-hoc do Conselho de Administração e também de todos os integrantes do referido Colegiado. (ESTÁCIO, 2017/A, n.p.).

Veremos que apesar dos embrolhos no tocante a fusão Kroton/Estácio, tais instituições não pararam seus objetivos no predatório processo do *canibalismo empresarial*. Nos deteremos às fusões mais recentes da Estácio - por ser objeto desta pesquisa. Observamos que ocorreram outras aquisições ao longo do seu caminhar a partir da abertura de capital, porém não exploradas nesta dissertação.

Em relação ao processo regulatório econômico por parte do Conselho Administrativo Econômico – CADE, Rodrigues (2018) em sua pesquisa, percebeu que apesar do crescimento das aquisições de outras instituições, existem elementos que indicam a tentativa de empresas internacionais no domínio do mercado brasileiro, existindo uma grande preocupação nas decisões do CADE, que podem indicar *dirigismo*

*econômico*<sup>62</sup> por parte do governo brasileiro.

Nos relatórios atuais - 2019, continua seu crescimento e aquisições de outras instituições, garantindo fortalecimento e demonstrando sua estabilidade frente às adversidades econômicas e políticas do país. Veremos duas das principais aquisições com permissividade legal apoiadas pelo CADE.

Em setembro de 2019, ocorreu a celebração da aquisição da Sociedade de Ensino UniToledo em Araçatuba-SP, instituição com cerca de 5.3 mil alunos ofertando cursos de graduação, CST e técnico. Transação no valor de R\$102.000.000,00 (cento e dois milhões) (YDUQS, 2019).

A estrutura da aquisição se constituiu com 100% das cotas se tornando Subsidiária da Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá LTDA (“SESES”) com aluguel a longo prazo para os imóveis que abrigam o campus. O valor da transação foi de R\$102,5 milhões pagos R\$55,00 milhões no fechamento da operação e R\$47,5 milhões dividido em três parcelas anuais. Sendo R\$15,00 milhões condicionado ao credenciamento das operações de EAD da instituição (YDUQS, 2019/A).

Em outubro de 2019, a Estácio adquiri o décimo maior grupo de ensino privado do país, com 102 mil alunos, 20 *campis*, 180 polos EAD. Um grupo que já se configurava como *Holding* no país, possuindo as marcas IBMEC, WYDEN, Damásio, SJT Med e Clio e forte atuação nos cursos de medicina. Se configurando a maior transação econômica do setor dos negócios educacionais no Brasil aprovado pelo CADE no referido ano.

A transação ocorreu com a compra de 100% das cotas da Adtalem Educacional Brasil pela Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá LTDA (“SESES”), com *enterprise value*<sup>63</sup> de R\$1.92 bilhões, com pagamento da transação à vista, financiado através da caixa de companhia de empréstimos *Locked-box*<sup>64</sup>. Com condições de fechamento no primeiro semestre de 2020 com aprovação do CADE. (YDUQS, 2019/B).

---

<sup>62</sup> Rodrigues (2018), afirma que dirigismo econômico se constitui em privilegiar determinado grupo empresarial em detrimento de outros no processo concorrencial, diferente do intervencionismo regulatório que garante a livre concorrência empresarial, respeitando os limites legais da constituição.

<sup>63</sup> Enterprise Value (EV), Total Enterprise Value (TEV) ou Valor da Empresa é a medida, dada pelo mercado, do valor de uma empresa, considerando-se o agregado de todas as suas fontes de financiamento: credores, accionistas preferenciais, accionistas minoritários, empresas subsidiárias e acionistas ordinários. Wikipédia. Fonte: <https://www.dicionariofinanceiro.com/ebitda/>.

<sup>64</sup> “Caixa-fechada” sistema de coleta de fundos oferecidos às empresas pelos bancos. “O resultado da importação de instrumentos contratuais estrangeiros para a prática negocial brasileira é que diversos mecanismos conhecidos como “cláusulas de ajuste ou revisão do preço” e “cláusulas de determinação variável ou contingente do preço” passaram a ser cada vez mais frequentes nos contratos de compra e venda de empresas celebrados no Brasil. Apenas a título de exemplo, pois essas cláusulas serão analisadas em momento oportuno neste trabalho, são mecanismos de ajuste ou revisão do preço a cláusula conhecida como “cash free e debt free”, a cláusula de capital de giro (ou net working capital clause), e o mecanismo denominado de locked box; das cláusulas de determinação variável ou contingente do preço, são mais utilizados os mecanismos denominados de clawback e, justamente, o earn-out.” (PIVA, 2018, p. 15).

Essa expansão do segmento privado mercantil no país, Segundo Vale (2012) mostra que a Estácio é reflexo do primeiro eixo privilegiado ao analisarmos sua trajetória. Um forte crescimento empresarial com auxílio de recursos públicos e escudado por uma política privatista, desde o período da ditadura civil militar. “Hoje, somos mais de 8.000 docentes e 5.000 colaboradores administrativos. Chegamos a 93 Unidades, e somos a segunda maior empresa de educação do País, com mais de 550 mil alunos.” (ESTÁCIO, 2019 B, p.03).

Observamos que a Estácio no percurso de seu crescimento como instituição privada mercantil, se torna mais complexa e determinante na organização econômica do país, pois consequentemente exibe seu poder plutocrático frente aos órgãos reguladores da economia.

### **CAPÍTULO 3 – A EXPANSÃO DOS CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA A DISTÂNCIA NO BRASIL E NA UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ, NO PERÍODO DE 2009-2018**

O processo de mercantilização no ensino superior no Brasil, expressa a legitimação do fortalecimento empresarial em relação a oferta da educação, fator este que contribui para aprofundar as desigualdades existentes no sistema educacional brasileiro, como observado nos capítulos anteriores.

A educação a distância no Brasil ganha maior robustez com o processo de globalização, no qual o mercado digital é fortalecido. O neoliberalismo, com o ideário de liberdade econômica, legitima a educação não como um direito, mas como um produto comercializável no mercado.

Tem-se o entendimento, inicial que a expansão do ensino a distância nas universidades privadas mercantis no Brasil, e de modo especial na Estácio, indica uma tendência expansionista que aponta para o crescimento da oferta de matrículas em cursos tecnológicos, os quais correspondem, também às demandas do mercado, principalmente na perspectiva de disponibilização de força de trabalho com formação técnica de nível superior.

Especificamente neste capítulo, analisamos os dados que evidenciam a evolução das matrículas nos CST EAD na Universidade Estácio. Entretanto, percorre-se, inicialmente pela evolução dos CST EAD em nível de Brasil, e ofertados pelas universidades privadas para obter uma visão ampla e poder situar a Universidade Estácio de Sá, neste panorama.

Assim, este capítulo analisa, dados da expansão do ensino superior privado em nível nacional, considerando informações relativas aos CST EAD, e especificamente da Instituição Estácio Participações S.A, no período de 2009 a 2018. As informações foram extraídas a partir de documentos disponíveis nas plataformas de acesso digital ao público, referendadas pelo Ministério da Educação, advindas do Censo da Educação Superior dos anos de 2009 a 2018, cujos relatórios foram emitidos pelo INEP.

Destaca-se sobre a Universidade Estácio, a análise centrada em informações referente a Participação percentual do número de matrículas em cursos de graduação a distância, por Grau Acadêmico (Bacharelado, Licenciatura e Tecnólogo) referente a sinopse estatística disponibilizada pelo INEP, nos anos de 2009 a 2018: distribuição dos polos EAD no Brasil a partir de informações disponibilizadas nas plataformas digitais da YDUQS (especificamente no setor de RI – Relações com investidores).

O presente capítulo está organizado em três seções. Na primeira relacionamos informações relativas à expansão dos CST EAD no Brasil no período de 2009 a 2018, considerando o aspecto global de oferta de cursos, e matrículas presenciais e EAD por Grau Acadêmico (Bacharelado, Licenciatura e Tecnólogo).

No segundo momento, busca-se apresentar dados sobre a distribuição dos Polos EAD da Estácio no Brasil, considerando a data de início das atividades da empresa com EAD em 2009, a qual pode-se observar a série histórica da evolução quantitativa de polos no país. Posteriormente, apresentamos informações referentes as cinco regiões brasileiras no ano de 2018, processo que proporcionou a expansão da oferta dos CST EAD, demonstrando o poder de ampliação do capital empresarial.

No terceiro momento, analisamos informações do processo de evolução dos CST EAD da empresa Estácio, para identificamos a oferta dos CST EAD evidenciado nas informações fornecidas pelo INEP

### **3.1 – A oferta de Cursos Superiores de Tecnologia EAD e expansão da matrícula no Brasil**

Nesta seção temos por objetivo apresentar a evolução dos CST EAD no Brasil, bem como a evolução do objeto em análise no período de 2009 até 2018. Ao longo da exposição/reflexão buscamos estreitar os dados referente aos CST EAD, especificamente a categoria Grau Acadêmico, que apresentamos informações sobre Bacharelado, Licenciatura e Tecnólogo.

No bojo da discussão sobre o ensino superior brasileiro, identificamos dados que referenciam a expansão do setor privado mercantil, que vem assumindo quantitativamente a superioridade na oferta do serviço do ensino superior, e nesta totalidade, ao tratarmos da modalidade a distância, a oferta de cursos tecnológicos ganham destaque em relação a empresa Estácio.

#### **3.1.1 Os Cursos Superiores de Tecnologia no setor privado brasileiro**

A universalização do acesso ao ensino superior, se transfigura na mercantilização com novas formas de comercialização do serviço educacional, tornando-se a principal forma de acesso a cursos de interesse da sociedade brasileira. Desta forma, consideramos que "[...] o Brasil, vive um intenso processo de transformação de um direito ou 'serviço

público' em 'serviço comercial' ou mercadoria." (SGUISSARDI, 2015, p.871).

A convergência das matrizes entre os cursos EAD e presenciais, como aponta o setor comercial que a “Equivalência na qualidade educacional (resultado de aprendizado dos alunos) de ambas as modalidades de ensino, de acordo com as medidas oficiais do Ministério da Educação, com ligeira vantagem para a modalidade a distância.” (HOPER, 2014, p. 04), escamoteia o processo de mercantilização do ensino superior digital, ou como aponta o Catálogo Nacional de Cursos Superiores<sup>65</sup> de Tecnologia – CNST, os CST são possibilidades abrangentes para aplicações em processos, produtos e serviços.

Trata-se de um curso de graduação, que abrange métodos e teorias orientadas a investigações, avaliações e aperfeiçoamentos tecnológicos com foco nas aplicações dos conhecimentos a processos, produtos e serviços. Desenvolve competências profissionais, fundamentadas na ciência, na tecnologia, na cultura e na ética, tendo em vista o desempenho profissional responsável, consciente, criativo e crítico. É aberto, como todo curso superior, a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo. Os graduados nos cursos superiores de tecnologia denominam-se tecnólogos e são profissionais de nível superior com formação para a produção e a inovação científico-tecnológica e para a gestão de processos de produção de bens e serviços e estão aptos à continuidade de estudos em nível de pós-graduação (BRASIL/CNST, 2016, p. 181).

O Mercado econômico e suas metamorfoses, apresentam o setor escolar numa relação estreita entre economia e educação, com oportunidades futuras de empregabilidade ou empreendedorismo. Uma articulação necessária ao desenvolvimento da economia e suas nuances, fomentando o ideário da escola a serviço da economia como preceito de modernidade na evolução em suas bases estruturais (LAVAL, 2019).

A expansão dos cursos a distância, se materializam através da organização, e do fortalecimento de instrumentos referendados por uma política educacional, que organiza o sistema de ensino favorável ao desenvolvimento economicista do país. A profissionalização conforme a necessidade do mercado, é defendida pelos grupos empresariais que almejam o fortalecimento das IES privadas e a expansão de matrículas em cursos operacionais e aligeirados.

O principal instrumento de organização e fortalecimento dos CST, referendado

---

<sup>65</sup> O Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, lançado em 2006 é um guia de informações, sobre o perfil de competências do tecnólogo. Ele apresenta a carga horária mínima e a infraestrutura recomendada para cada curso. Referência para estudantes, educadores, instituições de ensino tecnológico e público em geral, serve de base também para o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e para os processos de regulação e supervisão da educação tecnológica. [...] O catálogo organiza e orienta a oferta de cursos superiores de tecnologia, inspirado nas diretrizes curriculares nacionais e em sintonia com a dinâmica do setor produtivo e as expectativas da sociedade. Em função do catálogo, a partir de 2007 foi possível aplicar o ENADE aos alunos de cursos superiores de tecnologia. (Portal MEC, Catálogo Nacional de Cursos Superiores, 2016).

pelo Ministério da Educação, é o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia - CNST, pois visa garantir atualização e exposição de informações ao público interessado, sendo ele um agente materializador da política de incentivo ao tecnológico no país, favorecendo a mercantilização do ensino superior privado.

Ao submeter esta nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia à sociedade brasileira, a partir da publicação da Portaria MEC nº 413, de 11 de maio de 2016, o MEC contribui para qualificar a oferta dos CST, e formar profissionais cada vez mais aptos a desenvolver, de forma plena e inovadora, as atividades próprias de cada curso tecnológico, com capacidade para utilizar, desenvolver ou adaptar tecnologias com a compreensão crítica das implicações daí decorrentes e das suas relações com o processo produtivo, o ser humano, o ambiente e a sociedade (BRASIL/CNST, 2016, p.08).

Frisamos que existem “134 denominações de Cursos Superiores de Tecnologia no novo CNST [...] que correspondem aos 13 eixos tecnológicos<sup>66</sup>” (CNST, 2016, p.07). Os CST são amplamente dominados pelo setor privado no país, como apontam os dados abaixo.

Dos 4.999 cursos ofertados em 2010, a rede privada detinha 83,47% (4.173) do total dos cursos, destes 79,41% (3.970) foram ofertados na modalidade presencial e 20,59% (203) na modalidade EaD. A rede pública, neste mesmo, período ofertou 16,52% (826) do total dos cursos superiores tecnológicos, sendo 97,47% (805) na modalidade presencial e 2,53% (21) na modalidade EAD. Uma década depois, a rede privada continua sendo a primeira na oferta desse nível de ensino, apesar do percentual da oferta de cursos nessa modalidade de ensino ter reduzido para 84,55% (6.604) em 2018. Destaca-se o aumento da oferta de cursos na modalidade EAD, que foi responsável por 80,42% (5.311) e na modalidade presencial 19,58% (1.296) do total das matrículas. Enquanto a rede pública ofertou 15,40% (1.203) do total dos cursos tecnológicos, destes 97,50% na modalidade presencial e somente 2,50% na modalidade EAD (MONTEIRO, 2020, p. 119).

Como observado, evidencia-se um movimento de adaptação das tecnologias ao processo produtivo. A propaganda de modernização e garantia de qualidade na formação superior, proporciona maior captação de alunos no setor privado, em relação aos interesses nos cursos de graduação tecnológica. Destacamos na tabela abaixo, os dados referentes aos CST com maior volume de matrículas na rede privada.

---

<sup>66</sup> 1. Ambiente e Saúde; 2. Controle e Processos Industriais; 3. Eixo Tecnológico de Desenvolvimento Educacional e Social; 4. Gestão e Negócios; 5. Informação e Comunicação; 6. Infraestrutura; 7. Militar; 8. Produção Alimentícia; 9. Produção Cultural e Design; 10. Produção Industrial; 11. Recursos Naturais; 12. Segurança; 13. Turismo, Hospitalidade e Lazer. (MEC/CNCST, 2016).

**Tabela 1** - Distribuição percentual de matrículas em CST (Presencial e EAD) na rede privada, no Brasil em 2018

<b>Cursos</b>	<b>Porcentagem</b>
Negócios, administração e direito	60,90%
Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	14,30%
Serviços	12,50%
Artes e humanidades	5,20%
Engenharia, produção e construção	4,00%
Saúde e bem-estar	2,30%
Agricultura, silvicultura, pesca e veterinária	0,70%
Ciências naturais, matemática e estatística	0,10%
Educação	0,00%

Fonte: Censo da Educação Superior, INEP/2018. Produção do autor.

Como podemos observar, as matrículas em CST EAD estão situadas, principalmente nas áreas de Negócios, Administração e Direito com 60,9% seguidos de Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) com 14,30% e Serviços com 12,50%. A formação em “Serviços” possibilitará ao egresso uma hipotética abertura ao mercado informal, através de sua capacidade empreendedora, num contexto de desemprego no país. Desta forma:

Ainda mais, a lista dos CST organiza uma série de tipos de autoemprego a serem buscados em contextos de desemprego estrutural. Nesse sentido, o fomento às concepções de empregabilidade não tem relação exata com o emprego formal, mas com a ocupação, com o trabalho informal. Por esse motivo que a Resolução CNE/CP no 03/2002 (BRASIL, 2002b, Art. 2o, I) toma como primeiro objetivo "incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos (VEIGA, 2020, p. 271).

Um processo formativo que dialoga com a lógica de mercado, e com desresponsabilização do Estado em prover serviço público. Para o empreendedorismo o indivíduo é compreendido como uma micro empresa, com autonomia e autogestão. (DARDOT; LAVAL, 2016).

O empreendedorismo reveste-se de discursos, práticas e dispositivos que evidenciam um modo de sobrevivência econômica, cuja responsabilidade pela ‘auto’ gestão e sucesso dos negócios, recai individualmente no próprio trabalhador, ao mesmo tempo em que energiza o mercado. Esse ideário é proveniente do pensamento intelectual economicista, que relaciona o desenvolvimento da sociedade subjugado aos moldes de uma governabilidade empresarial e concorrencial (FOUCAULT, 2008).

Segundo Veiga (2020), tal proposição em garantir a oferta de cursos relacionados principalmente a autogestão e negócios próprios, faz parte da organização da sociedade pós-moderna, para a qual a perspectiva da produtividade e reprodução da vida material, visa o fortalecimento da participação empresarial na prestação de serviços e exploração da força de trabalho. Neste sentido, afirma que:

[...] as ideologias da empregabilidade, do desenvolvimento sustentável e do empreendedorismo são fundamentais para educar a classe trabalhadora para o consenso em torno da ilusão de que a certificação é suficiente para garantia de emprego, independente da carga horária do curso, do conteúdo curricular e da disponibilidade de recursos humanos e materiais da instituição de ensino (VEIGA, 2020, p.64).

Os cursos com menor demanda se relacionam com a área educacional e social. “A área que tem menos ofertas de cursos nessa modalidade são desenvolvimento educacional e social, o que coincide com o resultado para os cursos totalmente a distância” (ABED, 2019, p.58). Destacamos que são as categorias menos procuradas, apesar do menor uso ou não de laboratórios específicos para atendimento presencial e atividades práticas.

No CNST, o único eixo relacionado a cursos tecnológicos em educação, é denominado “Eixo tecnológico de desenvolvimento educacional e social”<sup>67</sup>, através do “Curso superior de tecnologia em processos escolares”, funcionando como um curso destinado a formar um perfil profissional<sup>68</sup> de administradores escolares, voltado a operacionalização de atividades organizacionais, gerenciamento, organização e supervisão de atividades nas escolas.

Em relação aos cursos voltados ao eixo “processos escolares” sua ementa<sup>69</sup>

---

<sup>67</sup> O eixo tecnológico de DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL, compreende tecnologias relacionadas a atividades sociais e educativas. Abrange planejamento, execução, controle e avaliação de ações sociais e educativas; construção de hábitos saudáveis de preservação e manutenção de ambientes e patrimônios, de respeito às diferenças interculturais e de promoção de inclusão social; integração de indivíduos na sociedade; e a melhoria da qualidade de vida. A organização curricular dos cursos contempla conhecimentos relacionados a: leitura e produção de textos técnicos; estatística e raciocínio lógico; ciência e tecnologia; tecnologias sociais, empreendedorismo, cooperativismo e associativismo; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal; legislação e políticas públicas; normas técnicas; saúde e segurança no trabalho; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional. (BRASIL/CNCST, 2016, p.34).

<sup>68</sup> Planeja, coordena e operacionaliza atividades organizacionais, tecnológicas e gerenciais no âmbito dos espaços educativos. Produz e organiza a oferta de serviços e tecnologias de multimeios para o ensino. Coordena o planejamento da manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos escolares, laboratórios e sistemas elétricos e hidrossanitários. Administra almoxarifados e ambientes de segurança alimentar. Planeja, executa, implanta e acompanha processos e fluxos organizacionais escolares. Organiza, supervisiona e executa processos de aquisição, preparo e distribuição da alimentação escolar. Coordena e participa das equipes técnicas de apoio pedagógico e administrativo da escola e da rede de ensino. Coordena e organiza os processos acadêmicos e de conformidade legal da escola. Avalia e emite parecer técnico em sua área de formação (BRASIL/CNCST, 2016, p.35).

<sup>69</sup> Conforme indicado no Catálogo de Cadastro Nacional de Cursos Superiores em Tecnologia (CNCST), 2016.

destaca uma estruturação curricular que abrange principalmente conteúdos relacionados à execução de processos, controle, avaliação, organização, estatística, raciocínio lógico, tecnologias, empreendedorismo, legislação, normas, entre outros. Aspectos relacionados ao gerencialismo, são comuns nas demais ementas dos cursos presentes no CNST.

Com a apresentação curricular no CNST, identificamos uma frequência de 100% nas ementas de conteúdos relacionados ao uso de tecnologias (considerando o desenvolvimento competências profissionais, e atividades práticas com uso de ferramentas para produtividade) e empreendedorismo.

Gerencialismo é a relação entre os conhecimentos da administração científica, agora denominada gestão, e a condução político-ideológica pautada nos valores sociais do capitalismo: produtividade, concorrência, lucratividade, empreendedorismo, pragmatismo, sustentabilidade etc, direcionados pela mediação entre flexibilidade e responsabilidade (accountability). Gerencialismo é, portanto, uma condição superestrutural que serve para orientar as relações sociais na produção e reprodução da vida material, no estágio atual do capitalismo (VEIGA, 2020, p. 148).

De acordo com Célia Veiga (2020), os aspectos voltados ao gerencialismo e empreendedorismo que compõem os CST, surgem como estratégias para minimizar o desemprego no país, no entanto lançando o trabalhador a uma perspectiva de sujeito econômico de mercado que segundo Dardot e Laval “O mercado é concebido como um processo de autoformação do sujeito econômico, um processo subjetivo autoeducador e autodisciplinador, pelo qual o indivíduo aprende a se conduzir. [...] vai empreender e, ao empreender, vai aprender.” (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 140).

Em consonância ao exposto, confirmamos a predominância na oferta e procura, por cursos relacionados principalmente às áreas de Engenharia, Produção, Construção, Computação e Tecnologias da Informação, Negócios, Administração e Direito, correspondendo às demandas de mercado, uma tendência relacionada à promoção dos CST que na modalidade EAD tendem a se expandir. Veiga (2020), aponta uma lista dos CST que organiza.

[...] uma série de tipos de autoemprego a serem buscados em contextos de desemprego estrutural. Nesse sentido, o fomento às concepções de empregabilidade não tem relação exata com o emprego formal, mas com a ocupação, com o trabalho informal. [...] Desse modo, orienta as instituições acerca da oferta desse tipo de curso e ainda lhes confere instrumentos de marketing fundamentados nas ideias de empregabilidade, do Capital Humano, do fetiche da certificação etc (VEIGA, 2020, p. 271).

Observamos uma real tendência de fortalecimento da *práxis* formativa alicerçada à profissionalização, “embora seja uma tendência antiga e derive da própria forma da

sociedade salarial, o neoliberalismo se apresenta hoje como a racionalização dessa lógica” (LAVAL, 2019, p. 86). Ressignificando os processos formativos do ensino superior à formação humana voltada ao atendimento das necessidades do capital.

A formação de indivíduos com competências e habilidades para o mercado, explicita a necessidade de formação de capital humano, na crença de proporcionar à sociedade indivíduos aptos a atender às necessidades produtivas, e econômicas para isso, se faz necessário uma formação imbuída de competências que potencializam a produtividade. Assim, os constructos educativos destinam-se a ampla formação de *capital humano*.

A ideia-chave é de que um acréscimo marginal de instrução, treinamento e educação, corresponde um acréscimo marginal de capacidade de produção. Ou seja, a ideia de capital humano é uma “quantidade” ou grau de educação e de qualificação, tomado como indicativo de um determinado volume de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas, que funcionam como potencializadoras da capacidade de trabalho e de produção. Desta suposição deriva-se o que o investimento em capital humano é um dos mais rentáveis, tanto no plano geral do desenvolvimento das nações, quanto no plano da mobilidade individual (FRIGOTTO, 2010, p. 44).

Nesta perspectiva, identificamos também a relação dos CST com a formação voltada à empregabilidade, segundo Laval (2019) o ensino profissionalizante em cursos de nível superior aponta uma ideologia de mercado, a qual as ações educacionais direcionam-se a lógica pragmatista de formação para o trabalho, e mercado com o risco real de redução do ensino às competências necessárias às empresas, garantindo uma força de trabalho vendável, com utilidade econômica e social.

Assim, identificamos o fator que predominantemente impulsiona o acesso aos cursos tecnológicos EAD: a formação de capital humano para o trabalho a ser explorado pelo grande capital, e para isso, se faz necessário formar intelectualmente e de forma aligeirada, uma parcela considerável da sociedade, condição para que o capital seja reproduzido.

Aos relacionarmos os CST e o mercado de trabalho, evidenciam-se segundo Harvey (2016), a contradição fundante entre capital e trabalho, que é a força de trabalho que consiste naquilo que é negociado como mercadoria no capitalismo. Ao trabalhador que precisa de formação adequada para ser absolvido no mercado, cabe vender-se enquanto mercadoria supostamente “livre”. A negociação da força de trabalho ocorre livremente no capitalismo, o trabalho social alienado - todo excedente produzido pelo trabalhador, retorna como lucro ao empresariado. Para isso, é necessário garantir

intensidade e produtividade no tempo que o trabalhador destina às atividades laborais, demonstrando descaradamente uma espoliação racionalizada, legalizada e fortalecida por entidades neoliberais.

Nesta perspectiva, o trabalhador recebe uma formação “adequada” - com as adaptações dos processos pedagógicos em resposta às demandas do capital para lançar-se ao mercado de trabalho. Os CST são estruturados com vista a certificar um número considerável da sociedade, que atenda aos quesitos de intensidade e produtividade.

Com vista a garantia de um maior número de trabalhadores certificados disponíveis a negociar sua força de trabalho “livremente”, identificamos que a expansão dos CST, colabora para o fortalecimento do sistema exploratório. Ressalta-se que com o advento da globalização e da *internet*, a educação a distância acelera ainda mais os processos formativos como veremos na próxima seção.

### **3.1.2 As matrículas nos Cursos CST no período de 2009-2018: a predominância do ensino a distância no Brasil**

Os dados do Censo da Educação Superior (INEP/2018), apontam que a soma de alunos matriculados em cursos EAD, é superior ao número de matrículas dos cursos presenciais, dado registrado “pela primeira vez na série histórica” (MEC/INEP, 2018, p.40). E, sumariamente, as matrículas em cursos tecnológicos, se encontram na rede privada de ensino, demonstrando que o empresariado assume quase a totalidade das matrículas dos cursos tecnológicos no Brasil.

[...] 85% dos alunos de cursos tecnológicos frequentam a rede privada e 60% dessa rede estão em cursos a distância. Com mais de 160 mil alunos na rede pública, a categoria Estadual corresponde a mais da metade dessas matrículas. Diferente da rede privada, na rede pública a maior parte dos alunos estuda em cursos presenciais (MEC/INEP, 2018, p.41).

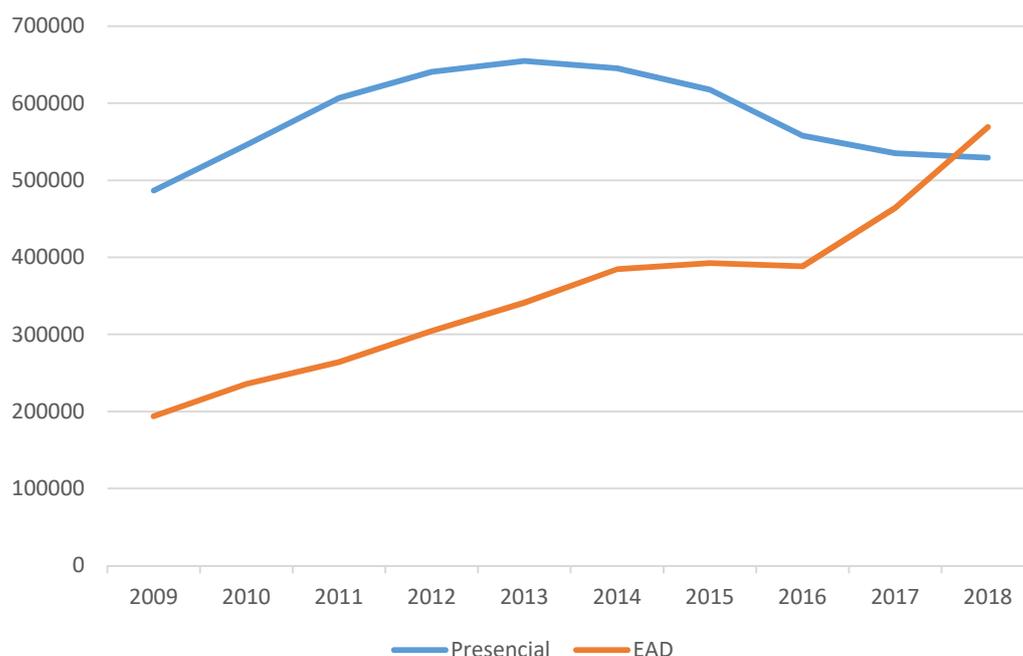
A incidência de matrículas na rede privada, aponta que a maioria dos alunos desenvolvem suas atividades no ensino a distância, contrastando com a rede pública que oferta seus cursos principalmente na modalidade presencial, sendo assim, a expressividade do mercado se direciona principalmente à educação digital, tornando-a como principal nicho explorado pelas empresas em 2018.

A expressividade numérica em relação ao volume de matrículas (somando as modalidades presencial e a distância) no ensino superior privado no país em 2018, destaca-se em relação aos conglomerados formados pelos grupos Kroton (com 848.987 matrículas), e Estácio (com 517.800 matrículas), evidenciando a superioridade do

mercado educacional na captação de alunos<sup>70</sup>

O gráfico a seguir, apresenta a evolução das matrículas em CST presencial e a distância no Brasil, no período do estudo. Observamos que a predominância do ensino digital atingiu a superioridade de matrículas no ano de 2018, demonstrando a maior procura dos brasileiros por cursos a distância.

**Gráfico 3** - Evolução de Matrículas em Cursos Superiores de Tecnologia, Brasil, 2009 a 2018



Fonte: Sinopses estatísticas do ensino superior, INEP-MEC de 2009 a 2018.

Com base na série histórica dos dados relativos às matrículas dos CST no Brasil, identificamos que a evolução dos cursos tecnológicos expressa o reflexo das políticas de incentivo ao ensino de curta duração, estimulando a certificação em massa de pessoas com formação específica e aligeirada, como analisado nos aspectos históricos e legais no segundo capítulo desta dissertação.

**Tabela 2** - Evolução de Matrículas em Cursos Superiores de Tecnologia no Brasil, 2009 a 2018.

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
<b>Total</b>	680679	781609	870534	944904	995746	1029767	1010142	946229	999289	1098066
<b>Presencial</b>	486730	545844	606564	640683	654569	645125	617468	557928	534.935	529.193
<b>EAD</b>	193949	235.765	263970	304221	341177	384642	392674	388301	464.354	568.873

Fonte: Sinopses estatísticas do ensino superior do INEP-MEC. Ano a ano, no período de 2009 a 2018. Elaborado pelo autor.

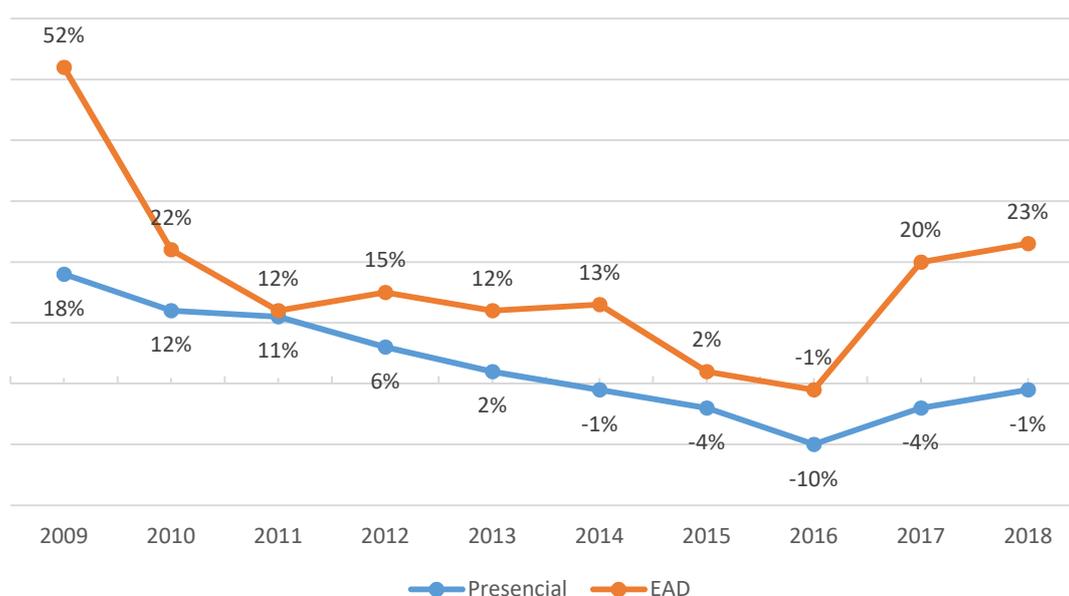
<sup>70</sup> Dados referendados por documentos oficializados pelas instituições citadas, especificamente no site de das empresas: <https://www.yduqs.com.br/> e <https://ri.cogna.com.br/> (COGNA/Kroton). No setor de RI - Relações com Investidores.

Pode-se inferir com base em Favretto & Moretto (2013), ao argumentarem que no Brasil estruturou-se a garantia da oferta de ensino superior, com forte participação da iniciativa privada com cursos superiores de curta duração, atingindo política e economicamente o mundo do trabalho, garantindo uma formação que capacite o aluno/trabalhador para o emprego de forma mais rápida e/ou se mantendo em atividades, economicamente, produtivas e úteis socialmente. A titulação acadêmica, relacionada à inserção ao mundo produtivo do trabalho, evidencia o aumento significativo da procura por cursos tecnológicos.

O gráfico abaixo, complementar a tabela anterior, demonstra percentualmente a evolução dos CST considerando o quantitativo de matrículas em relação ao ano anterior, corroborando com as análises e expressões numéricas desta seção, demonstrando que a porcentagem de matrículas EAD, mantém-se positiva nos anos analisados com exceção do ano de 2016.

Para melhor compreensão dos dados a seguir, a análise configura-se da seguinte forma: a quantidade de matrículas em CST EAD no ano de 2018 foram de 568.873, a quantidade de matrículas no ano de 2017 foram 464.354, portando a evolução de 2017 para 2018 foram de 104.519 novas matrículas, o que representa um aumento de 23% aproximadamente.

**Gráfico 4** - Evolução percentual de Matrículas em Cursos Superiores de Tecnologia, Brasil, 2009 a 2018.



Fonte: Sinopses estatísticas do ensino superior do INEP-MEC. Ano a ano, no período de 2009 a 2018. Elaborado pelo autor.

Observamos no gráfico percentual que em 2009, os cursos tecnológicos

demonstraram uma expressiva evolução de matrículas com até 52%, apresentando um decréscimo em 2010 com 22%, retomando crescimento em 2012 com 15%, variando negativamente em 2013 com 12% e aumentando o percentual de matrículas para 13% em 2014. A Tabela abaixo complementa as informações citadas:

**Tabela 3** - Evolução percentual de Matrículas em Cursos Superiores de Tecnologia, presencial e EAD, Brasil, 2009 a 2018.

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
<b>Presencial</b>	18%	12%	11%	6%	2%	-1%	-4%	-	-4%	-1%
<b>EAD</b>	52%	22%	12%	15%	12%	13%	2%	-1%	20%	23%

Fonte: Sinopses estatísticas do ensino superior do INEP-MEC. Ano a ano, no período de 2009 a 2018. Elaborado pelo autor

Os dados do quadro acima, demonstram que o percentual de novas matrículas se manteve positivo<sup>71</sup>, ou seja, o número de matrículas novas na EAD aumentou durante quase todo o período, exceto no ano de 2016, o qual o número de matrículas foi negativo.

Em relação às matrículas presenciais, percebe-se uma redução significativa de novas matrículas em CST, contrastando com a modalidade EAD. A partir de 2014 identificamos regressão no número de matrículas presenciais até o ano de 2018. A expansão dos CST EAD possibilita maior flexibilidade no processo formativo cooptando novos alunos durante quase todo o período analisado.

Segundo Veiga (2020), o caminhar das políticas públicas do Partido dos Trabalhadores, com o governo Lula (2003-2011), impulsionou o processo de fortalecimento de cursos tecnológicos com a reformulação da educação superior com o fomento ao caráter mais profissionalizante no país. Além do que “[...]uma série de formas de avaliação, regulação e financiamento foram criadas e estão sendo constantemente modificadas, atendendo, em maior ou menor medida, às demandas do setor privatista” (VALE, 2011, p. 208).

As movimentações e instabilidades políticas no país, reverberam nas oscilações do mercado influenciando nas organizações privadas, como podemos observar, na

<sup>71</sup> Esclarecemos que o percentual de matrículas se refere ao aumento percentual de novas matrículas. Exemplo: no ano de 2009 o aumento de novas matrículas foi de 52%, no ano de 2010 o aumento de novas matrículas foi de 22%, ambos com aspecto positivo de matrículas, ou seja, aumentaram em relação às matrículas já existentes do ano anterior, apesar de uma porcentagem menor, mantiveram um aumento e não uma redução.

passagem de 2014 para 2015, um decréscimo nas matrículas nos CST em ambas modalidades, apresentando um aspecto positivo a partir de 2016 com o governo liberal na presidência do país representado pelo PMDB/MDB, em nome de Michel Temer (2016 a 2018).

Durante o governo Michel Temer, com a promulgação do Decreto nº 9.057 em maio de 2017, consagrou legalmente o processo de favorecimento do ensino privado mercantil no país, com a flexibilização dos serviços educacionais na modalidade a distância.

A configuração de um cenário que o privado mercantil com a venda dos serviços através da EAD, passa a ser impulsionado pelo governo conforme Monteiro “O Decreto nº 9.057/17, estabeleceu novos contornos para a regulamentação do ensino a distância e flexibilizou as regras para essa modalidade, atendendo inclusive a maioria das reivindicações outrora feitas pelo setor privado [...]” (MONTEIRO, 2020, p.70).

As mudanças na legislação nacional brasileira expressam numericamente a mercantilização do ensino superior no ano de 2018, em especial no que se refere à educação a distância, que segundo Veiga (2020) consolidam o processo hegemônico formativo para a classe trabalhadora brasileira, através das mudanças políticas legalmente estabelecidas ao ensino superior.

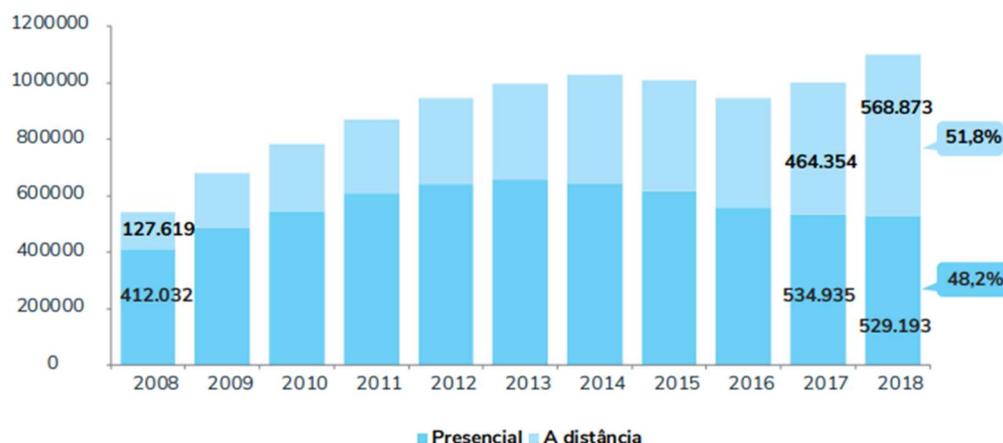
O ano de 2018 representou um marco histórico na educação superior brasileira, pois o número de matrículas na EAD na graduação, superou a modalidade presencial, reflexo da somatória de fatores mercadológicos associados ao alinhamento dos governos com orientações de órgãos internacionais, como observamos ao longo desta pesquisa. O eixo tecnológico de cursos superiores ofertados na categoria EAD, assume o patamar na evolução do número de matrículas no país no ano de 2018.

Em 2018, caiu o número de matrículas nos cursos tecnológicos presenciais e aumentou nos cursos a distância. Mais de 50% das matrículas de cursos tecnológicos já são a distância. Esse percentual era 23,6% em 2008; [...] O aumento da participação do número de matrículas a distância no grau tecnológico se deve, principalmente, ao crescimento das matrículas dessa modalidade nos últimos anos que, entre 2008 e 2018, foi de mais de 345% em relação à variação positiva de 28,4% no número de matrículas de cursos presenciais no mesmo período; [...] As matrículas em cursos de graduação presenciais de grau tecnológico mantêm a tendência de queda registrada desde 2013 (INEP, CENSO, 2018, p. 26).

Os cursos superiores na modalidade presencial diferentemente das matrículas EAD apresentaram involução principalmente a partir do ano de 2014, continuando nos anos seguintes. Os dados do Censo apontam a redução de 534.935 matrículas em 2017 para

529.193 no ano de 2018, ao contrário o ensino tecnológico a distância que sofreu um aumento de 464.354 em 2017 para 568.873 em 2018, como podemos observar no gráfico abaixo.

**Gráfico 5** - Matrículas em cursos de graduação tecnológicos, por modalidade de ensino no Brasil – 2008-2018.



Fonte: Censo da educação Superior no Brasil. INEP/MEC. Ano: 2018

Segundo a ABED, "o que provavelmente subjaz esse aumento massivo é a busca por ascensão na carreira e entrada rápida no mercado de trabalho, muito importantes em tempos de crise." (ABED, 2019, p. 56). Destacamos o conteúdo presente nas propagandas dos cursos de curta duração, o fator da rápida ascensão, as condições de empregabilidade e flexibilidade diante de tempos de crise.

Os cursos de graduação tecnológicos oferecem maior similitude entre o ensino médio e demais formas de graduação, funcionando como uma ponte mais curta para preparação de força de trabalho a um possível emprego futuro, como vimos apontando neste estudo. Segundo a ABED:

[...] os cursos de graduação chamados tecnológicos, oferecem ao estudante vantagens em relação ao ensino médio e aos outros tipos de graduação, como a possibilidade de ocupar vagas de emprego para as quais é exigida capacitação técnica e uma entrada mais rápida no mercado de trabalho, em razão de sua curta duração (ABED, 2019, p. 11).

Como observamos nesta seção, estamos diante de um massivo processo de certificação de pessoas com caráter tecnológico em nível superior, no entanto o estudo de Fernandes (2012), comprova que o otimismo mercadológico da garantia de emprego não se efetivou, demonstrando a baixa empregabilidade dos diplomados na área de formação, portanto as políticas públicas de efetivação de ingresso no mercado de trabalho não

corresponderam às perspectivas economicistas de benefício da sociedade.

De modo geral, o crescimento notável do ensino superior privado no Brasil nos últimos vinte anos, sob a dominação de grandes oligopólios cotados em bolsa (Kroton, Estácio, Anhanguera etc.), faz do país um caso único no mundo. E a orientação do atual governo ameaça acelerar ainda mais essa dominação capitalista na escola e na universidade, especialmente pelo desenvolvimento de um ensino privado a distância (LAVAL, 2019, p.13)

Desta forma, contrário ao beneficiamento de estudantes/trabalhadores, e o ideário da empregabilidade, identificamos a evolução do processo de mercantilização do ensino superior no Brasil, o qual os cursos superiores tecnológicos compõem o *hall* dos principais cursos ofertados por instituições com fins lucrativos, demonstrando o domínio da educação superior pelo setor privado. Neste contexto, abordaremos na próxima seção a presença da empresa Estácio nas cinco regiões brasileiras.

### **3.2 - Estácio no Brasil: Capital privado na modalidade EAD nas regiões brasileiras, no período de 2009 a 2018**

O Brasil é um país com grandes discrepâncias econômica e sociais, cujo acesso à educação superior é excludente, uma vez que o ensino superior público gratuito é restrito, dada a falta de investimento financeiro e política de desmonte, assim aos brasileiros ficam as opções da compra de cursos considerados baratos numa empresa privada (MACIEL, 2021).

A liberdade de funcionamento do capital privado nas regiões brasileiras, concedida a partir das promulgações legais existentes, e suas ramificações, possibilitou a ampliação máxima de uma empresa antes atuante apenas no modelo tradicional presencial, que passa a operar com maior volume de clientes através da automação digital de serviços que, segundo Harvey (2016), são iniciativas das instituições para se manter e ampliar no mercado, com novos produtos e em novos segmentos.

A Estácio/YDUQS alcançou as cinco regiões do Brasil, a venda de seus produtos se configurou como uma das principais empresas educacionais privadas no país, a Estácio apresenta uma expressão quantitativa de 517.800<sup>72</sup> mil matrículas em 2018, atrás apenas da *holding* Kroton educacional com 848.987<sup>73</sup> mil matrículas no mesmo ano, portanto, configura-se como a segunda marca mais procurada, e seus cursos mais consumidos pelos brasileiros.

<sup>72</sup> Fonte: Base de dados YDUQS, relações com investidores <<https://www.yduqs.com.br/>>

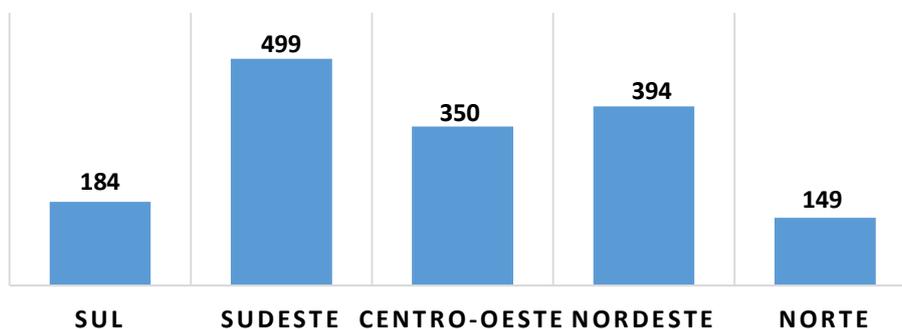
<sup>73</sup> Fonte: Base de dados COGNA/KROTON, relações com investidores <<https://ri.cogna.com.br/>>.

A empresa iniciou suas atividades com a modalidade a distância no ano de 2009, com aproximadamente quarenta mil alunos, apresentando a oferta da empresa como produto de qualidade e moderno. Contraditoriamente, apresentam a necessidade de existência dos polos para a conveniência dos alunos, e presença dos professores e tutores presentes para a oferta das disciplinas.

Nossa operação EAD, lançada em 2009, já conta com 39,4 mil alunos e reflete a estratégia bem sucedida e a qualidade do produto que oferecemos. Operamos 52 polos de ensino a distância, estruturados em nossos campi presenciais, espalhados por 17 estados brasileiros. Nosso modelo de ensino a distância reúne uma série de vantagens que o torna sem paralelo no mercado nacional. O conteúdo, entregue através de uma moderna plataforma *online*, e a exigência de que os alunos venham aos polos apenas para executar as suas provas, gera toda a conveniência que o aluno moderno necessita sem perda alguma de qualidade e aproveitamento acadêmico. A total convergência entre os currículos presencial e EAD nos permite uma série de sinergias, como por exemplo, a geração de conteúdo e a utilização de professores e tutores comuns nas duas modalidades. A utilização dos nossos próprios campi como polos, com a excelente cobertura proporcionada pela rede Estácio, faz com que o aluno que frequenta o nosso polo de EAD encontre uma universidade completa, com biblioteca, laboratórios, estrutura e tutores, e permite que alunos EAD façam uso da estrutura presencial e vice-versa, o que reforça o conceito de conveniência e qualidade praticado pela Estácio (ESTÁCIO, 2011, p. 30).

A ampliação da empresa através dos polos EAD ocorreu principalmente em três grandes regiões no país, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, com maior concentração de polos na região Sudeste, local de origem da empresa. Vamos apresentar no gráfico a seguir, a incidência dos polos por região e distribuição nos estados.

Salientamos que os dados abaixo, demonstram informações relacionadas aos polos EAD da empresa Estácio em 2018, considerando a existência dos modelos de polos disponibilizados pela empresa: aqueles que atendem somente EAD e unidades presenciais já existentes que passaram a possuir a nova modalidade, inserido em sua estrutura um polo para ensino a distância, assim consideramos também as unidades que ofertam as duas modalidades (presencial e EAD).

**Gráfico 6 - Polos Estácio EAD nas regiões brasileiras, 2018**

Fonte: YDUQS (Ano 2018). Elaborado pelo autor.

A região Sudeste possui a maior concentração de polo EAD (499 polos), seguida da região Nordeste (394 polos), região Centro-Oeste (350 polos), região Sul (184 polos) e por último a região Norte (149 polos). A região Sudeste apresenta aproximadamente uma diferença de 26% em relação à região Nordeste, e aproximadamente 171% superior em relação à vizinha região Sul.

A maior concentração de CST se encontra na região Sudeste<sup>74</sup> no Brasil em dados gerais, a maior oferta de cursos tecnológicos em números absolutos, e principalmente no estado de São Paulo. Em relação aos cursos ofertados na modalidade EAD também expressa o maior volume do país. Essa região também com maior número de produções científicas, aproximadamente 80% dos estudos se concentram na região (VEIGA, 2020).

A região Sudeste se apresenta muito atrativa nos aspectos econômicos, seja pelo fluxo financeiro com o funcionamento das empresas privadas, e por possíveis possibilidades de emprego e renda para desvalidos de emprego no país, gerando um ciclo de necessidades e exploração de força de trabalho. Posto que a referida região, dispõe de elevada produção industrial<sup>75</sup> e fornecimento de serviços, concentrando 55% do Produto Interno Bruto (PIB)<sup>76</sup> do país, sendo o Estado de São Paulo responsável por mais de 50% segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI)<sup>77</sup>.

Destacamos também que as regiões Sudeste e Nordeste recebem a rede de *internet* de alta qualidade para distribuição no país<sup>78</sup>, denominada de rede *backbone*<sup>79</sup> é a recepção

<sup>74</sup> Considerando o período de análise da pesquisadora entre 2002 a 2018.

<sup>75</sup> Acerca da contribuição do setor industrial na somatória do PIB, ver: <https://industriabrasileira.portaldaindustria.com.br/grafico/total/producao/#!/industria-total>

<sup>76</sup> Ver tabela com valores por unidade federativa em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>.

<sup>77</sup> <https://static.poder360.com.br/2021/05/CNI-Industria-Estados-24mai2021.pdf>.

<sup>78</sup> ANATEL (2019). Mapeamento de Redes de Transporte *Backhaul*, Fibra Óptica, Rede de Transporte. Disponível em: <https://www.gov.br/anatel/pt-br/dados/infraestrutura/mapeamento-de-redes>. Acessado em 05/02/2019.

<sup>79</sup> Do inglês “espinha dorsal”, cabo principal dos servidores de internet.

de um cabo via fibra óptica conhecido como *troncal*<sup>80</sup> oriundo da Europa e EUA. Historicamente, conectava-se primeiro à região Nordeste e foi ramificado para a região Sudeste, possibilitando o uso da internet e consequentemente da EAD.

A distribuição da *internet* nas regiões Sudeste e Nordeste, revelam uma contradição social em relação a conectividade pois, intencionalmente, a disponibilidade do acesso à rede global *e-commerce*<sup>81</sup>, está associada à necessidade de expansão do mercado com a globalização, com o intuito de fomentar o fluxo econômico no mundo beneficiando principalmente o empresariado.

Segundo Harvey (2016), o dinamismo das mudanças tecnológicas com a globalização, se estruturam a partir da necessidade de assegurar lucros e valorização financeira, independente das condições de produção do trabalho social ou distribuição democrática da riqueza social acumulada, a preocupação maior consiste no fato de haver ou não produção e/ou valorização dos rendimentos.

O destino da distribuição e conectividade da rede digital internacional, direciona-se a contribuir com o sistema capitalista com vistas a intensificar o fluxo financeiro global e concentração de renda. Como defende Dowbor (2017), Dale e Khuong (2006), não se expandiu a *internet* com objetivo principal de conectar pessoas, e sim mercados, desta forma observamos discrepâncias nas condições e estrutura mínima que possibilite o acesso ao meio digital no país<sup>82</sup>.

Exibir o verdadeiro significado da “globalização” é uma tendência objetiva incurável – uma lei econômico-política verdadeira –, inseparável do imperativo da lucrativa acumulação de capital em escala global. Assim, a quota de mudança do trabalho na riqueza social em geral deve indicar uma tendência inevitável de queda, através do aumento da exploração em todos os lugares, incluindo os antigos beneficiários da colonização e do imperialismo (MÉSZÁROS, 2011, p. 27).

A afirmação acima, produz o reconhecimento das dualidades presentes no setor econômico gerado pela organicidade do sistema capitalista em relação às prioridades do seu objetivo que é a garantia da lucratividade. Identificamos o reflexo desse processo no

<sup>80</sup> Cabo principal que interliga os servidores conhecidos como *backbone*.

<sup>81</sup> O *Ecommerce* (ou Comércio Eletrônico) é um modelo de comércio que se utiliza da internet como meio de propagação e finalização da compra. [...]O *Ecommerce* é um modelo relativamente novo no Brasil e no mundo. Ele tem aproximadamente 25 anos de existência, desde o surgimento da primeira loja virtual – no início dos anos 90 – até os dias atuais. Disponível em: <https://ecommercenapratica.com/o-que-e-commerce/>. Acessado em 26/03/2020.

<sup>82</sup> De acordo com dados da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, em 2019 apenas 72% da população brasileira possui acesso a infraestruturas das redes de telecomunicações de alta capacidade utilizadas na prestação de serviços de telecomunicações, conhecido como *backhaul*. São dados que subsidiam o governo a manter um diagnóstico da infraestrutura de telecomunicações existentes no Brasil.

país, onde o capital se instala na região com maior fluxo financeiro (Sudeste, origem da empresa Estácio), e ramifica-se nas demais regiões com ímpeto de auferir ainda mais lucro.

Ressaltamos que a região Sudeste, possui a maior concentração de matriculados no ensino médio no país, segundo dados do Censo da Educação Básica elaborado pelo INEP, respectivamente o número de matrículas apontam: Sudeste (3.151.377), Nordeste (2.183.818), Sul (1.005.497), Norte (783.745) e Centro-Oeste (585.492) (MEC/INEP, 2018).

Os números acima, demonstram as regiões com maior número de alunos no ensino médio, com possibilidade de conclusão do ensino básico em “condições” (legais, considerando a certificação do ensino básico como requisito mínimo para acesso à graduação) de buscar uma formação de nível superior. Dados significativos para instituições privadas cooptarem novos clientes, ampliando sua margem de lucro.

Como já dito, a região Sudeste possui a maior concentração de polos produtivos no país, historicamente atraindo um contingente de pessoas em busca de trabalho, principalmente força de trabalho de residentes da região Nordeste<sup>83</sup>, empurrada pelo processo de evasão da região por problemas políticos, econômicos e naturais<sup>84</sup>.

Entende-se que tem sentido para a empresa no ramo educacional, vender seus produtos os quais existem problemas de emprego e renda, porque ela tem ciência que não terá prejuízo e sim lucro, pois geralmente, são locais carentes de ensino público, e por necessidade de sobrevivência, o trabalhador busca uma formação adequada ao modelo econômico empresarial exigido, com formação específica para o trabalho manual com certificação de nível superior, uma formação com baixo custo e pouco exigente em termos de disponibilidade de deslocamento do estudante à faculdade. Enfim, o trabalhador se conforma com o ensino precário, mas que lhe garantirá um certificado que é exigência para a empregabilidade.

A proposta de uma formação mais dinâmica, flexível, com redução de carga horária, menos burocracia, fácil acesso através da *internet*, preços atrativos e formação mais específica relacionada ao ramo de interesse, são adornos da oferta de CST EAD,

---

<sup>83</sup> Esse movimento migratório ocorreu ao longo do século XX, em especial a partir de 1930 e mais intensamente no início da anos de 1950, período em que se deu o segundo governo Vargas, contexto em que se intensificou o processo migratório, sendo considerado, de acordo com a socióloga Monia Ferrari (2005), o período com maior elevação nos números atinentes ao êxodo nordestino até então registrados.

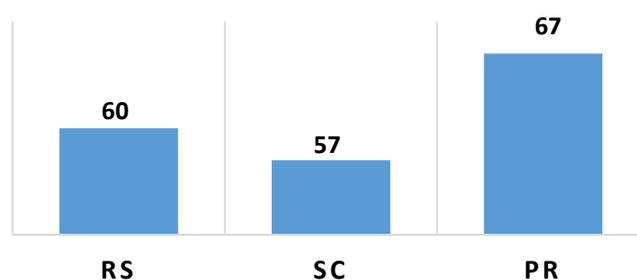
<sup>84</sup> Acerca do contexto migratório, bem como as motivações para tal fenômeno, ver dentre outros, os estudos de Odair Paiva (2013); Moína Ferrari (2005); Maura Enna e Francisca Geribello (2013).

fatores estes que reforçam a procura dos cursos por trabalhadores, e como podemos observar principalmente na região sudeste.

É importante salientar que a relação entre preço e condições de pagamento é complexo, o trabalhador que necessita de uma formação para atender sua necessidade básica de acesso ao emprego, e possivelmente melhorar suas condições de vida, poderia ter garantido sua formação em instituições públicas e gratuitas, passa a furtrar-se da pouca renda disponível para investir em sua condição pessoal/profissional, pagando a mais por um serviço que apesar de existir no público, a forma de acesso é competitiva e excludente, pois não há vagas disponíveis para todos.

Importante enfatizar, especificamente, sobre a concentração de polos EAD em relação ao último ano analisado nesta pesquisa, por região de forma a corroborar com as informações anteriormente citadas. Iniciando na região Sul e finalizando com informações sobre a região Norte.

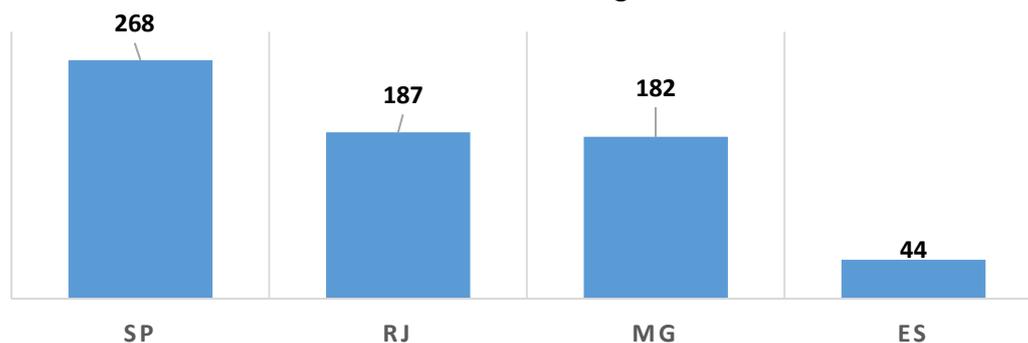
**Gráfico 7 - Polos EAD Estácio - região Sul em 2018**



Fonte: YDUQS (Ano 2018). Elaborado pelo autor.

No gráfico acima sobre a Polos EAD Estácio na região Sul, observamos uma maior concentração no estado do Paraná com 67 unidades, com maior número em Foz do Iguaçu com 03 unidades, seguidos de 60 unidades no estado do Rio Grande do Sul, e menor concentração em Santa Catarina com 57 unidades.

**Gráfico 8 - Polos EAD Estácio - região Sudeste em 2018**

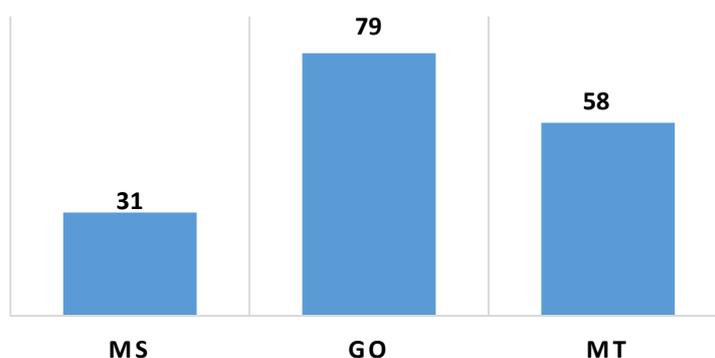


Fonte: YDUQS (Ano 2018). Elaborado pelo autor.

No gráfico acima sobre a Polos EAD Estácio na região Sudeste, a maior concentração se encontra no estado de São Paulo, com 268 unidades, compreendendo a capital mais expressiva, destarte atende ao diálogo antes suscitado da região brasileira com maior concentração fabril e econômica, gerando um maior interesse da Estácio na busca por mais alunos e aumento da lucratividade.

Observamos que o estado do Rio de Janeiro com 187 polos EAD, local de origem da empresa Estácio, não supera numericamente o quantitativo de polos existentes em São Paulo, além de se encontrar muito próximo da quantidade existente em Minas Gerais, porém possui a primeira, e maior unidade de atividades presenciais e com polos EAD, UNESA, que opera como unidade central de gestão dos demais polos no Brasil.

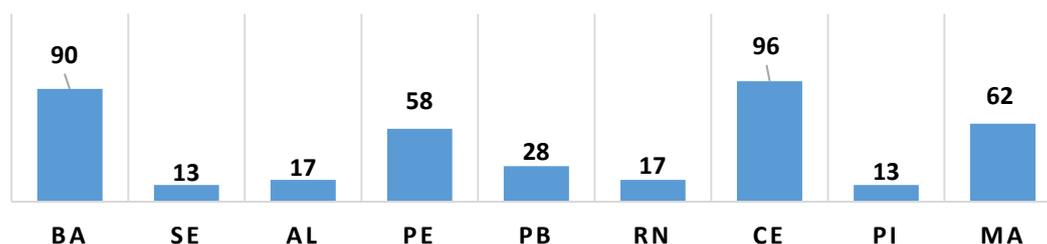
**Gráfico 9 - Polos EAD Estácio - região Centro Oeste em 2018**



Fonte: YDUQS (Ano 2018). Elaborado pelo autor.

Em relação aos polos na região Centro-Oeste, observamos o maior volume no estado de Goiás com 79 polos, seguidos de Mato Grosso com 58 polos e Mato Grosso do Sul com menor quantitativo 31 polos, no entanto, não menos importante no processo de aquisição de novos alunos. Frisamos que a Holding YDUQS, ao predar novas unidades, realiza um estudo de impacto no mercado, a fim de reduzir prejuízos, considera qualquer nova matrícula como fundamental para sua lucratividade<sup>85</sup>.

<sup>85</sup> Podemos observar tais fatos no documento “ESTATUTO SOCIAL DA YDUQS PARTICIPAÇÕES S.A.”, acessado em 2020 no site <<https://www.yduqs.com.br/>>. O mesmo trata das deliberações das Assembleias Gerais da Companhia, ou seja, seu *modus operandi* de planejamento para o funcionamento da empresa. Apresentando, por exemplo, que a diretoria de ensino deve incentivar “a promoção de novas modalidades de serviços educacionais;” (Alínea “d”, inciso III). Apresentando também informações do Conselho sobre a apuração de lucros, bem como aponta o Artigo 32, “A Companhia, mediante deliberação de seu Conselho de Administração, poderá levantar balanços semestrais e, com base nestes declarar dividendos intermediários, à conta do lucro apurado, dos lucros acumulados e da reserva de lucros. Poderá, ainda, levantar balanço e distribuir dividendos intercalares, em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital.”

**Gráfico 10 - Polos EAD Estácio - região Nordeste em 2018**

Fonte: YDUQS (Ano 2018). Elaborado pelo autor.

O Nordeste é uma das maiores regiões do Brasil e com a segunda maior concentração de polos EAD Estácio. Com 394 polos, é a região com maior capilaridade na distribuição das unidades. Com destaque nos estados do Ceará, com 96 unidades, seguida da Bahia, com 90 unidades. Uma maior aproximação quantitativa entre Maranhão, 62 unidades e Pernambuco com 58 unidades.

A região Nordeste, segundo dados do PNAD 2018, possui outros agravantes, pois destaca-se como a região com o menor acesso à *internet* no país por domicílio, percentualmente nos anos de 2016 (56,5%), 2017 (63,9%) e 2018 (69,1%), portanto, a população residente compõe o grupo societário com o pior índice de *internet* por residências, e segundo menor percentual de domicílios com acesso a microcomputadores no país, apenas 27,5% da população.

Em 2018, nas Grandes Regiões, o percentual de domicílios em que havia utilização da Internet continuou mais baixo nas Regiões Nordeste (69,1%) e Norte (72,1%), que ficaram distanciados dos demais, enquanto o da Região Sudeste (84,8%) permaneceu como o mais elevado. Em área urbana, os resultados das Regiões Sudeste (86,5%) e Centro-Oeste (86,4%) ficaram praticamente iguais, e o da Região Nordeste (77,2%) manteve-se como o menor e mais distanciado dos demais. Já em área rural, o menor foi o da Região Norte (33,1%) e o maior, da Região Sul (61,4%) (PNAD, 2018, p.37).

Ao tratarmos da região Norte<sup>86</sup>, devemos considerar que a mesma possui extensão territorial de 3.853.575,6 km<sup>87</sup>, o que corresponde a cerca de 46% do território nacional, extensas áreas rurais, com densidade demográfica de aproximadamente 4,79 hab/km<sup>88</sup>, o segundo menor contingente populacional corresponde a entorno de 8% da população

<sup>86</sup> Composta por sete Estados: Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

<sup>87</sup> IPEA. Radar IDH: evolução do IDHM e seus índices de componente no período de 2012 a 2017. – Brasília: IPEA: PNUD: FJP, 2019. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9150/1/Radar%20IDHM\\_evolu%C3%A7%C3%A3o%20do%20IDHM%20e%20de%20seus%20%C3%ADndices%20componentes%20no%20per%C3%ADodo.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9150/1/Radar%20IDHM_evolu%C3%A7%C3%A3o%20do%20IDHM%20e%20de%20seus%20%C3%ADndices%20componentes%20no%20per%C3%ADodo.pdf). Acesso em 11 de abril de 2022.

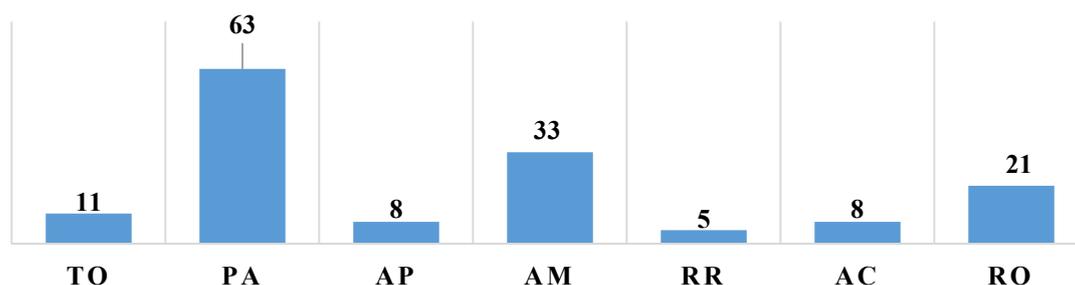
<sup>88</sup> IBGE; 2019.

brasileira; possui Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,683<sup>89</sup>, ficando atrás apenas da região Nordeste.

Consideramos também que a região Norte, concentra 26,1% da pobreza no Brasil<sup>90</sup>, amplo desemprego, ínfimas políticas de acesso ao emprego e renda<sup>91</sup> e economia que tem como principais atividades o extrativismo mineral e vegetal; agronegócio e pecuária e o polo industrial de Manaus. Além de ser a região com maior concentração de conflito territorial no Brasil<sup>92</sup>.

Salientamos que independente das adversidades regionais encontradas, em relação ao crescimento de polos EAD da empresa Estácio no Brasil, sobre o processo expansionista dos representantes do capital, concordamos com Dardot & Laval (2016), ao afirmar que isso representa uma demonstração de poderio econômico privado, uma racionalidade empresarial, concorrencial e economicista, que se fortalece independente dos problemas existentes, é a resiliência do capital possibilitando seu crescimento.

**Gráfico 11** - Polos EAD Estácio - região Norte, 2018



Fonte: YDUQS (Ano 2018). Elaborado pelo autor.

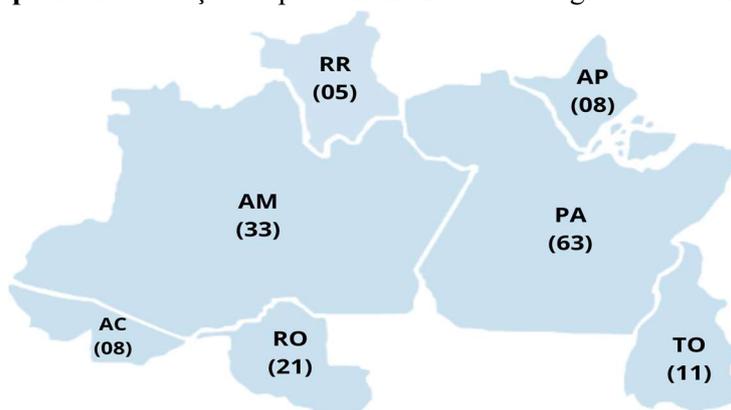
De acordo com as informações acima, o estado do Pará possui a maior concentração de polos EAD, com 63 unidades, concentrada principalmente na capital Belém-PA e municípios pertencentes à região metropolitana de Belém, compreendendo Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Isabel do Pará e Castanhal. O estado do Amazonas com 33 polos, Rondônia com 21 unidades, Tocantins com 11 polos. Os estados de Amapá com 8, Acre 8 e Roraima com 5 polos, como podemos observar melhor no mapa abaixo.

<sup>89</sup> IPEA. 2019.

<sup>90</sup> IPEA/PNUD/FJP (2019).

<sup>91</sup> SILVA, José Jaime da *et al.* 2020.

<sup>92</sup> De acordo com a Pastoral da Terra, em 2019 a região “Norte assumiu a liderança nacional com cerca de 488 conflitos”, com diversas motivações, tais como: “disputa pela posse da terra, exploração ilegal de madeira, exploração de minérios preciosos (ouro e diamantes), desapropriação para realização de obras etc. E ocorrem em qualquer tipo de terra: propriedade particular, terras devolutas, terras indígenas e unidades de conservação” (LESSA, 2021).

**Mapa 1** - Distribuição de polos EAD Estácio na região Norte – 2018

Fonte: YDUQS (Ano 2018). Elaborado pelo autor.

Entre outros aspectos considerados desfavoráveis ao incentivo a EAD, principalmente em relação ao uso das plataformas digitais, o limitado acesso à internet nessa região, que historicamente se mantém com o segundo menor índice de acesso à internet do país nos últimos três anos de abrangência da pesquisa, 2016 (62,4%), 2017 (65,5%) e 2018 (72,1%).<sup>93</sup>

A região Norte também se destaca com o menor percentual de domicílios com acesso a microcomputadores no país, apenas 26,4% da população nortista com computador em sua residência, segundo dados do PNAD 2018, destacando que os microcomputadores são robustas ferramentas de uso para múltiplas atividades. Nisto observa-se que a organização de informações é fundamental para a realização de atividades a distância.

Ao tratarmos especificamente do Pará, identificamos uma política local de acesso, o programa Navegapará<sup>94</sup>, propagandeado como ação de democratização do acesso à *internet* iniciado em 2007 na região, disponibilizado gratuitamente ao público. No ano de 2020, treze anos após sua implementação, se observa o número de apenas 78 municípios que receberam o programa num total de 144 reconhecidos pelo IBGE, significando pouco da metade das cidades existentes no estado (PARÁ, Programa Navegapará, s/d).

<sup>93</sup> PNAD, 2018.

<sup>94</sup> “É uma iniciativa do Governo do Estado do Pará para promover a Inclusão Social através da Inclusão Digital, a democratização do acesso à Internet pelos órgãos de Governo e pela sociedade, possibilitando a implantação do governo digital e a aproximação do cidadão das políticas públicas eletrônicas. É composto por ações de Inclusão e Cidadania e por ações estruturantes que interligam redes dentro do Estado do Pará através de diversas tecnologias de telecomunicações, como rádio e fibra óptica, possibilitando o acesso e a disponibilização de serviços públicos digitais, por meios de sistemas e outras soluções web, em diversas regiões do Estado. [...]”. Portal NAVEGAPARÁ. s/d.

As iniciativas do Estado não atendem a parcela expressiva da população, e assim, a *internet* pública não chega aos lugares com maior necessidade. Mesmo com o baixo índice de atendimento deste programa, o Pará lidera o *ranking* de municípios que oferecem *internet* na região Norte<sup>95</sup> atendendo 32% das prefeituras conectadas.

Ao analisarmos a amplitude do processo de estruturação de bases ao desenvolvimento de atividades EAD em regiões com mais dificuldades de acesso à *internet*, além dos problemas pedagógicos no uso de determinadas ferramentas, compreendemos que o capital privado mercantil busca formas de adaptação à realidade existentes em cada região, inclusive criando polos EAD em locais das regiões que têm dificuldade de acesso, o que possibilita questionarmos acerca da qualidade da aprendizagem discente.

A redução de custos relaciona-se às questões pedagógicas e estruturais. Pedagogicamente, o acompanhamento de professores com formação adequada para melhor orientação dos alunos é fundamental, que segundo Vale, representa “Uma das grandes formas de economia de escala – pela diminuição do custo com o professor dado o alcance da tecnologia, a partir de uma série de inovações pedagógicas, como a figura do tutor[...]” (VALE, 2011, p.244).

A presença de tutores/monitores sem formação adequada é a principal forma de contratação para as unidades, como forma de “redução de custos com instalações e corpo docente, a exploração de um novo mercado ainda não explorado no Brasil”. (VALE, 2011, p. 245). Tais modelos reconhecidos e fortalecidos pelo governo<sup>96</sup>, relacionando tutores a educadores com formação adequada para atuar no ensino.

Tais fatores contrapõe o previsto como padrão mínimo de qualidade legalmente instituído na LDB, “padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem (BRASIL, inciso IX, art. 4º, 1996).

---

<sup>95</sup> “Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos 84 municípios que fornecem acesso à internet via conexão Wi-Fi da região Norte, 46, ou seja, mais da metade, estão em território paraense. O Navegapará, programa do Governo do Estado do Pará, implantado de forma conjunta pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) e pela Empresa de Processamento de Dados do Estado do Pará (PRODEPA), tem contribuído bastante para que o Estado tenha o maior percentual (32%) de prefeituras conectadas e que oferecem acesso à internet entre os estados brasileiros. O estado do Amazonas está em segundo lugar, com 29%. É a primeira vez que o IBGE levanta dados sobre oferta de conexão sem fio por prefeituras. Os dados foram coletados em 2012.” (NEY, s/d, n.p.). Para mais informações ver Portal da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica - SECTET do estado do Pará.

<sup>96</sup> Ver Resolução CNE/CS nº 01/16 - Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.

De acordo com a “Declaração Mundial da Educação para Todos” (BM, 1994), a EAD se tornou uma opção viável para países de *economia periférica* como o Brasil, pois considera baixos custos para disponibilidade do serviço, consumo e flexibilidade para acesso (MONTE, 2010). É perceptível a reprodução de um pensamento capitalista de adaptação às dificuldades existentes em um país, além da busca de construção de novas bases viáveis e lucrativas, como podemos observar nas regiões Norte e Nordeste.

Diante dos números, investimentos em educação a distância na região Nordeste e Norte hipoteticamente levantam uma contradição. Segundo o Banco Mundial (2020), as regiões se destacam em relação ao processo de assimetria no acesso à *internet* e qualidade na conectividade, fato que se agrava principalmente em relação às áreas rurais. Destarte, a capacidade da população em adaptar-se ao modelo EAD com qualidade seria um grande desafio, o que reforçaria ainda mais as desigualdades no país<sup>97</sup>.

Os dados do PNAD (2020), apontam a dificuldade de acesso à internet no Brasil em geral 25% da população ainda não possuía acesso a redes de *internet* em 2018, a realidade se agrava ainda mais em relação às regiões Norte e Nordeste. Além da baixa conectividade via *internet*, apontam ainda, que a maioria da população não possui domínio do uso das ferramentas (aplicativos, plataformas, sistemas e programas, além dos aparelhos como: *notebook, smartphone, tablets*)<sup>98</sup> existentes, implicando entraves no uso pedagógico de atividades EAD e mais grave ainda em relação ao ensino digital.

A oferta da EAD para regiões como Norte e Nordeste, apresenta-se viável devido à ausência do Estado em fomentar políticas pública para a expansão da educação superior pública, gratuita e com qualidade. Assim, as instituições privadas mercantis como a Estácio ficam à vontade para apresentar e vender os seus produtos educacionais como a oferta de cursos com baixo custo e formação aligeirada, voltada ao atendimento da empregabilidade no mercado de trabalho, e cursos voltados para o empreendedorismo.

Importante frisar que a evolução de matrículas nas regiões Nordeste e Norte se enquadram na perspectiva nacional, espelho do fomento ocorrido nos governos FHC, Lula, Dilma e Temer. Até o ano de 2018, “[...] as regiões Nordeste e Norte apresentaram aumento percentual do número de IES superiores a 515% e 458% [...] Esse fato expressa os resultados da política de expansão, com foco na interiorização, proposta pelos organismos internacionais” (VEIGA, 2020, p. 277).

---

<sup>97</sup> O documento refere-se ao desenvolvimento da EAD em tempos de pandemia, utilizando dados atuais sobre o desenvolvimento das regiões no Brasil, serve como documento de apresentação de informações pertinentes ao trato da modalidade EAD utilizada pelas empresas privadas no processo de sondagem das políticas econômicas internacionais e inserção empresarial nas regiões brasileiras.

<sup>98</sup>IBGE. s/d. IBGE EDUCA.

Compreendemos que as mudanças de governos com o fomento ao desenvolvimento do ensino superior no país, instigaram nas regiões Norte e Nordeste a expansão, principalmente de instituições de cunho privado-mercantil. Considerando os governos citados acima (FHC, Lula, Dilma e Temer) os dados gerais sobre IES públicas e privadas, destacamos que as regiões foram as que apresentaram o maior aumento de IES privadas (VEIGA, 2020).

O quantitativo de IES privados se expandiu consideravelmente no Brasil. E, nas regiões economicamente inferiores, como o Nordeste e o Norte em relação às condições materiais, o número foi ainda maior, pois os cursos desenvolvidos na plataforma EAD apresentam-se como solução de acesso ao ensino superior, pois alcançam um número maior de clientes em regiões com maior ou menor acesso à *internet*, e “baixa disponibilidade de microcomputadores por residências” (PNAD, 2018).

Com vistas a captação de novos clientes, a empresa Estácio promove campanhas publicitárias para incentivar a venda de seus produtos, como facilidade de acesso por meio da *internet* com uso de diferentes plataformas, destacando além do uso de microcomputadores e os aplicativos da própria instituição.

1.1. A Campanha tem por objetivo incentivar o uso do Aplicativo Minha Estácio pelos alunos da modalidade EaD 100%, EaD Flex e Presencial que possuam matérias EaD. Para tanto, a ESTÁCIO irá proporcionar a navegação gratuita no App Minha Estácio (“BENEFÍCIO”), por meio de celular ou tablets, aos seus alunos. 2.1. Estão aptos a utilizarem o BENEFÍCIO todos os alunos ESTÁCIO regularmente matriculados em um dos cursos de graduação na modalidade EaD 100%, EaD Flex e Presencial que possuam matérias EaD, que possuam um celular ou tablet compatível com a tecnologia Android ou IOS e utilizem uma das operadoras de telefonia elencadas neste Regulamento. 2.2. Não são poderão utilizar o BENEFÍCIO os alunos matriculados na modalidade presencial (ESTÁCIO, 2021, p. 01).

Um corolário de “possibilidades” e “benefícios”, se apresentam ao público interessado em uma graduação, com baixo custo, acessível e flexível. O enredo, justifica a disposição e expansão dos polos EAD no país, como hipotética democratização do acesso ao ensino superior, no entanto, descortinando os fatos, percebemos o movimento que materializa a expansão do ensino superior mercantil nas regiões brasileiras, como pode ser observado a seguir.

### **3.3 - A expansão de Cursos e matrículas dos CST EAD na UNESA/Estácio, no período de 2009 a 2018**

Neste item apresentamos dados referentes ao percurso exponencial de crescimento da Estácio, representada por sua primeira mantenedora originária no Rio de Janeiro, identificada como Universidade Estácio de Sá - UNESA<sup>99</sup> (Antes denominada Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá - SESES) no período de 2009 a 2018, principal representante do processo de expansão da empresa e pioneira em relação ao empresariamento do ensino superior brasileiro. Além do que é:

[...] a segunda universidade privada brasileira a lançar suas ações na Bolsa de Valores, caracterizando um novo momento do empresariamento do ensino superior no Brasil, agora diretamente subordinado às exigências de lucratividade características do capital financeiro, submetido, assim, a uma temporalidade mais imediata para a realização do lucro, o que, sem dúvida, rebate, direta e indiretamente, sobre os processos de ensino-aprendizagem, sobre a qualidade da formação oferecida e sobre o trabalho docente (VALE, 2011, p. 22).

Importante atenuar que os *procedimentos*<sup>100</sup> para a realização do levantamento dos dados, ocorreram com base nas informações disponibilizadas pelo INEP, por Grau Acadêmico (Bacharelado, Licenciatura e Tecnólogo) a partir de *microdados* fornecidos sobre a mantenedora. Os cursos analisados compõem o *hall* da oferta de CST na modalidade EAD da empresa Estácio, conforme a relação abaixo.

---

<sup>99</sup> Universidade Estácio de Sá – UNESA, primeira mantenedora da empresa Estácio, razão social primária na origem do grupo educacional. Hoje é a principal unidade administrativa que gerencia a maioria das unidades que compõe o grupo. Administrativamente, foi o primeiro CNPJ com nome fantasia “Estácio” no Rio de Janeiro, antes de se tornar Sociedade Estácio e passar a controlar outros grupos educacionais, ramificando-se ainda mais, expandindo o raio de pesquisa. Segundo Vale (2011), possui o mesmo CNPJ com nome fantasia “Editora Rio”, com razão social “Editora Rio Sociedade Cultural LTDA”, CNPJ 34.179.358/0001-45, com data de fundação 05/05/1971, com endereço referente ao mesmo da empresa Estácio Participações S.A.

<sup>100</sup> Para obtenção dos dados analisados realizamos o seguinte fluxo:

1) Acesso a página do Ministério da Educação referente ao INEP ([www.gov.br/inep](http://www.gov.br/inep)), o qual encontramos Pesquisas Estatísticas e Indicadores Educacionais, para download dos arquivos com os microdados referentes ao ensino superior no Brasil. É importante frisar que os dados são publicados anualmente e reúnem informações pertinentes às IES (suas modalidades, cursos, matrículas, regiões, entre outras) cadastradas no país. O sistema do INEP, só permite que tais dados sejam baixados ano a ano, desse modo, realizamos o download dos anos correspondentes ao período de 2009 a 2018, relacionados ao marco temporal desta pesquisa;

2) Acessamos a página e-MEC ([mec.mec.gov.br](http://mec.mec.gov.br)) para obtenção do código referente a razão social da mantenedora Universidade Estácio de Sá – UNESA, indicado como 163. Salientamos que as IES são codificadas numericamente pelo INEP, desse modo, se faz necessário o uso de um sistema específico para extração das informações almeçadas e relacionadas a instituição de ensino;

3) De posse do código e-MEC, referente a instituição, utilizamos o software SPSS (disponível para download no site [www.ibm.com](http://www.ibm.com)), específico para tratamento de dados estatísticos, da seguinte forma:

3.1) Realizamos upload de cada arquivo disponibilizados pelo INEP (ano a ano), conforme tópico 1;

3.2) Configuramos o software, fornecendo o código correspondente a instituição (número 163), selecionando os filtros sobre as informações: modalidades (EAD e presencial), matrículas e ofertas de cursos, atinentes aos cursos tecnológicos da UNESA.

3.3) Após processar as informações, o software apresenta os dados que podem ser baixados no formato de planilhas, como relatório para manipulação.

4) A partir dos dados extraídos, realizamos o tratamento dos dados em tabelas e gráficos para análise na pesquisa.

(1) Análise e desenvolvimento de Sistemas; (2) Gestão da Tecnologia da Informação; (3) Processos gerenciais; (4) Produção Publicitária; (5) Automação Industrial; (6) Gestão Hospitalar; (7) Comércio Exterior; (8) Gastronomia; (9) Gestão Comercial; (10) Marketing; (11) Gestão Ambiental; (12) Secretariado; (13) Gestão de Recursos Humanos; (14) Estética e Cosmética; (15) Gestão da qualidade (PINOTT, 2021<sup>101</sup>).

Os dados acima, expressam as ofertas da empresa Estácio de CST EAD. Como podemos observar, são 15 (quinze) cursos disponíveis no ambiente virtual da empresa. O volume total de matrículas referentes aos cursos acima, representam a fatia de interesse desta pesquisa.

Considerando a perspectiva histórica construída sobre a instituição no segundo capítulo desta dissertação, seu projeto iniciado durante o regime militar, ganhou cada vez mais força durante os anos posteriores com apoio do Governo Federal.

Ao transformar-se em universidade, a UNESA implementou essa tradição, procurando naturalmente acelerar o cultivo, a nível superior, da pesquisa e da extensão universitárias, princípios que estão consagrados em nossa legislação e inerentes a instituições universitárias. Mas a sua caracterização fundamental é a de ser uma instituição de ensino que valoriza a aquisição criativa do conhecimento, a competência docente no trato com o aluno, no sentido de habilitá-lo para a solução dos problemas de sua vida e da comunidade à qual pertence. Essa é a definição que a UNESA oferece de qualidade do ensino, aquela que oportuniza um processo de auto crescimento dos alunos para que possam transformar-se e transformar a comunidade que mantém a universidade. Cumpre assim os objetivos de transmitir cultura, renovar o saber e formar elites. O bom ensino renova o saber porque é dinâmico, está atualizado e realiza sínteses novas e originais do conhecimento; nesse sentido, o ensino de qualificação está efetivamente ligado à pesquisa, vale dizer, à procura incessante da verdade (BRASIL, CFE, 1988. In: VEIGA, 2020, p. 113).

Ambos, Estado e Estácio, ligados ao modelo de desenvolvimento de uma economia dependente influenciando nos caminhos da educação pública brasileira, e com reflexo o enxugamento do setor público da educação. Um projeto favorável ao desenvolvimento do ensino privado no país iniciado no século passado, materializado com o fortalecimento dos CST EAD no século XXI.

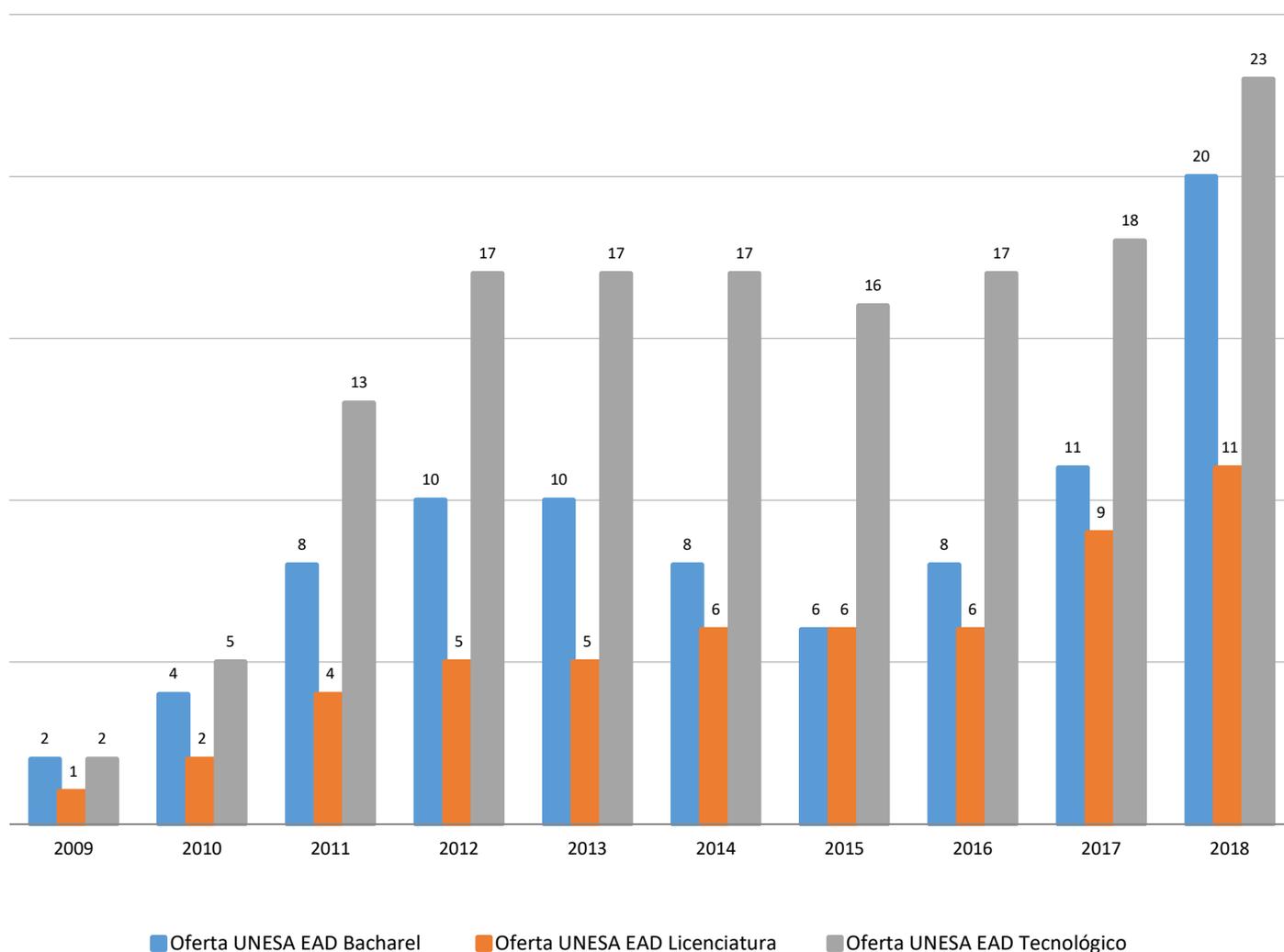
A empresa materializa o processo de mercadorização da educação, considerando que “[...]há também uma motivação política, que é exatamente seguir orientando o caráter e os rumos das políticas educacionais no país no sentido de manter e aprofundar a hegemonia de seu modelo de educação e sociedade em todo o mundo (MOTA; MAUÉS, 2015, p. 1148).

---

<sup>101</sup> “Tecnólogo EAD: ingresse mais rápido no mercado.” Disponível em <<https://matriculas.estacio.br/>>. (Acessado em 12/09/2019)

A Estácio empresa do ramo educacional, vem crescendo em números absolutos com base na oferta, e concentração de matrículas. Isso indica a ascensão do privado mercantil no país. No gráfico abaixo, os dados apontam o resultado da evolução dos cursos de Licenciatura, Bacharelado e Tecnológicos, presenciais e a distância no período de 2009 a 2018, indicando sua variação sofrida de ano a ano, seu aumento ou redução dos dados que apontam o posicionamento da empresa no mercado, reflexo das ações e estratégias da mesma diante das mudanças econômicas no país.

**Gráfico 12 - Oferta de cursos EAD UNESA 2009 a 2018**



Fonte: Microdados INEP (2009-2018), elaboração do autor.

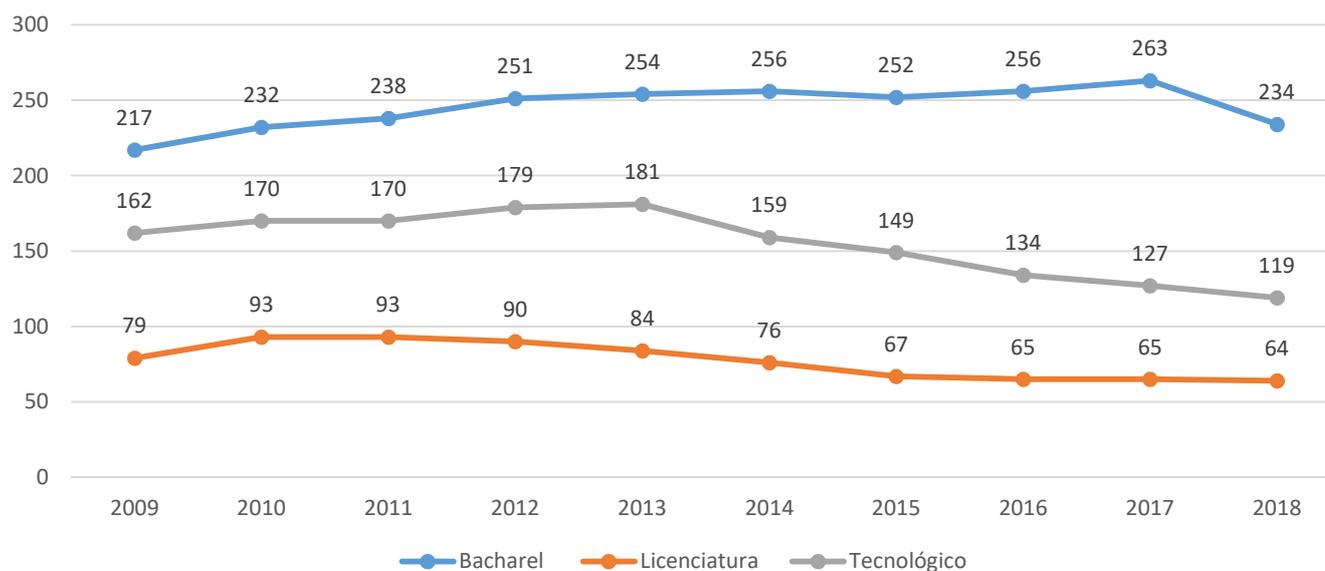
Com base no gráfico “Oferta de cursos EAD UNESA 2009 a 2018”, os cursos Tecnológicos a distância ganham expressiva evolução quantitativa. No ano de 2009 eram ofertados apenas dois cursos no formato Tecnológico, e a cada ano sofreu uma evolução significativa. Já em 2018 a instituição apresentava um total de 23 cursos Tecnológicos na

modalidade a distância, um número bem maior em relação às modalidades de Licenciatura e Bacharelado.

Segundo Vale (2011), a Estácio reflete a proposta de incentivo ao desenvolvimento dos CST no Brasil, em dar maior visibilidade aos cursos de curta duração, expressando a falsa ideia de inclusão das classes menos favorecidas, no entanto, o objetivo não é incluir os trabalhadores no processo educacional e sim, lucrar cada vez mais.

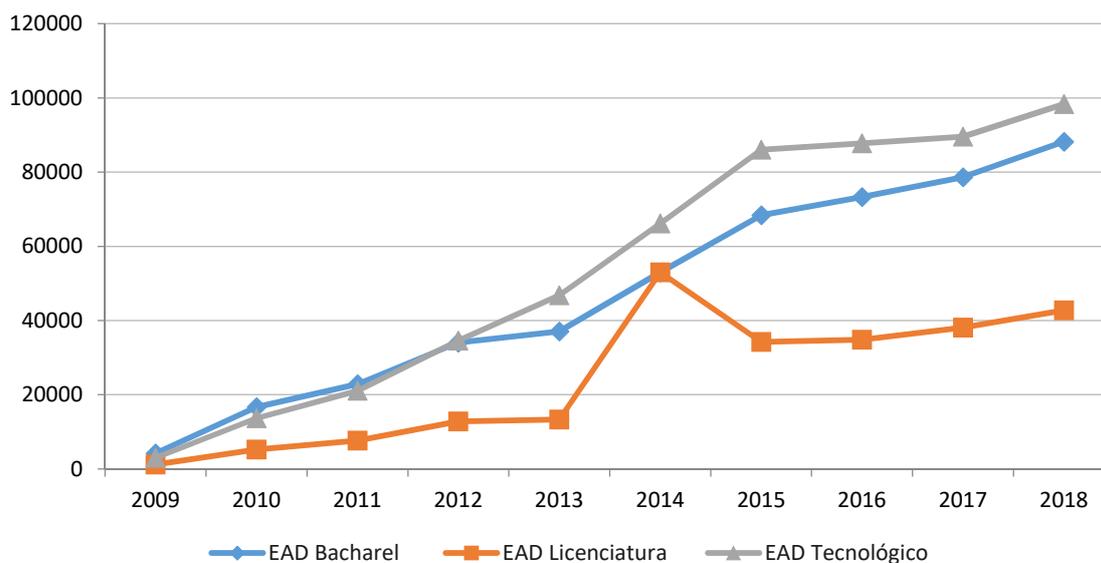
Importante notar que de 2009 até o ano de 2013, se observa uma ascensão dos cursos presenciais tecnológicos, a partir de 2014 é possível observar maior involução, reduzindo os números de 181 cursos em 2013 para 119, uma redução de 34%, significando 62 cursos a menos disponíveis na modalidade presencial, como indica o gráfico seguinte:

**Gráfico 13** - Oferta de cursos na modalidade Presencial / UNESA, 2009 a 2018



Fonte: Microdados INEP (2009-2018), elaboração do autor.

A partir da análise do gráfico “Oferta de cursos na modalidade Presencial UNESA 2009 a 2018”, observa-se o aumento da oferta de cursos superiores tecnológicos no período de 2009 a 2010, mantendo-se em 2011 crescendo, consecutivamente em 2012 e atingindo seu ápice em 2013, no entanto a partir de 2014 se observa um forte decréscimo em sua oferta. No que tange aos CST, contrastando expressivamente com a modalidade EAD em ascensão, na maior parte do período analisado nesta dissertação como expressado no gráfico abaixo.

**Gráfico 14 - Matrículas EAD UNESA - RJ 2009 a 2018**

Fonte: Microdados INEP (2009-2018), elaboração do autor

O gráfico “Matrículas EAD UNESA – RJ 2009 a 2018” evidencia a variação de matrículas nos cursos de nível superior diferenciados em Bacharelado, Licenciatura e Tecnológico, ao longo dos anos de 2009 a 2018 da instituição UNESA-RJ, apontando a evolução das matrículas em educação a distância, demonstra maior expressividade no crescimento de matrículas em cursos tecnológicos na modalidade EAD.

Tal mudança em relação ao aumento da procura por cursos EAD, se deve ao fato de estarmos diante de uma educação minimalista voltadas à população considerada de uma classe com menor poder aquisitivo, mantendo-se a dualidade histórica no ensino superior brasileiro, o qual as políticas neoliberais, orientadas por organismos internacionais, buscaram reduzir gastos públicos e ampliar o favorecimento do fundo privado, o que se tornou um ciclo econômico (CASTRO & ARAÚJO, 2018).

**Tabela 4 - Matrículas EAD UNESA - RJ 2009 a 2018**

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
<b>Bacharel</b>	4150	16632	22882	34059	37053	52997	68376	73271	78624	88181
<b>Licenciatura</b>	1167	5237	7643	12780	13356	52997	34215	34787	38129	42710
<b>Tecnológico</b>	2976	13674	21048	34595	46834	66172	86052	87770	89559	98319

Fonte: INEP, Microdados (2009-2018), elaboração do autor.

A tabela “Matrículas EAD UNESA – RJ 2009 a 2018”, aponta que no ano de 2009 as matrículas nos Cursos Superiores Tecnológicos – CST, se encontravam em segundo lugar em relação aos cursos de Bacharelado, apontando 2.976 matrículas, diferentemente

dos cursos de Bacharelado que apresentavam 4.150 matrículas, um total de 1.174 matrículas a mais.

A relação entre cursos de Bacharelado e Licenciatura apontam um distanciamento ainda maior, uma diferença de 2.983 matrículas, 28% a mais em número de matrículas nos cursos de bacharelado, demonstrando o volume maior de matrículas em relação aos demais cursos superiores.

A proximidade nas matrículas dos CST e Bacharelado permanecem até o ano de 2011, com os cursos de bacharelado superando os demais. Apesar da proximidade quantitativa de matrículas, a passagem do ano de 2009 a 2010 significou um expressivo salto de aproximadamente 75% a mais de matrículas nas três modalidades.

As matrículas nos cursos de bacharelado saltaram de 4.150 em 2009 para 16.632 em 2010, 22.882 em 2011, e 34.059 em 2012, porém tal evolução não superou as matrículas dos CST, que a partir de 2012 passaram a superar as três modalidades com 34.595 matrículas, 536 matrículas a mais em relação aos cursos de bacharelado e expressivamente 21.815 matrículas a mais em relação aos cursos de licenciatura.

A partir do ano de 2013, a UNESA passa a investir cada vez mais na modalidade a distância,<sup>102</sup> um fato observado pela ascensão das matrículas a partir deste ano e sequencialmente até 2018, no entanto os cursos de bacharelado passam a ocupar o segundo lugar no quantitativo de matrículas realizadas.

No ano de 2014, os dados apontam ao fenômeno da ascensão dos cursos de Licenciatura a distância, igualando numericamente com os cursos de Bacharelado em 52.997 matrículas, no entanto abaixo dos CST que já alcançaram 66.172 matrículas no mesmo ano, apresentando 13.175 matrículas a mais referente aos demais cursos.

Do ano de 2014 ao ano de 2015, se observa uma expressiva queda nas matrículas em Licenciatura de 52.997 para 34.215 redução de 35% mantendo uma proximidade no ano seguintes, 34.787 em 2016 e aumentando para 38.129 em 2017 e 42.710 em 2018.

Os cursos de bacharelado assumem a segunda posição a partir de 2013 com 37.053, e continua ascendendo desde então, em 2014 com 52.997 (aumento de 43% com 15.944 novas matrículas), 2015 com 68.376 (aumento de 29% com 15.379 novas matrículas), 2016 com 73.271 (aumento de 7%, com 4.895 novas matrículas), 2017 com 78.624 (aumento de 7%, com 5.353 novas matrículas) e apresentando em 2018 o total de 88.181 (aumento de 12%, com 10.837 novas matrículas).

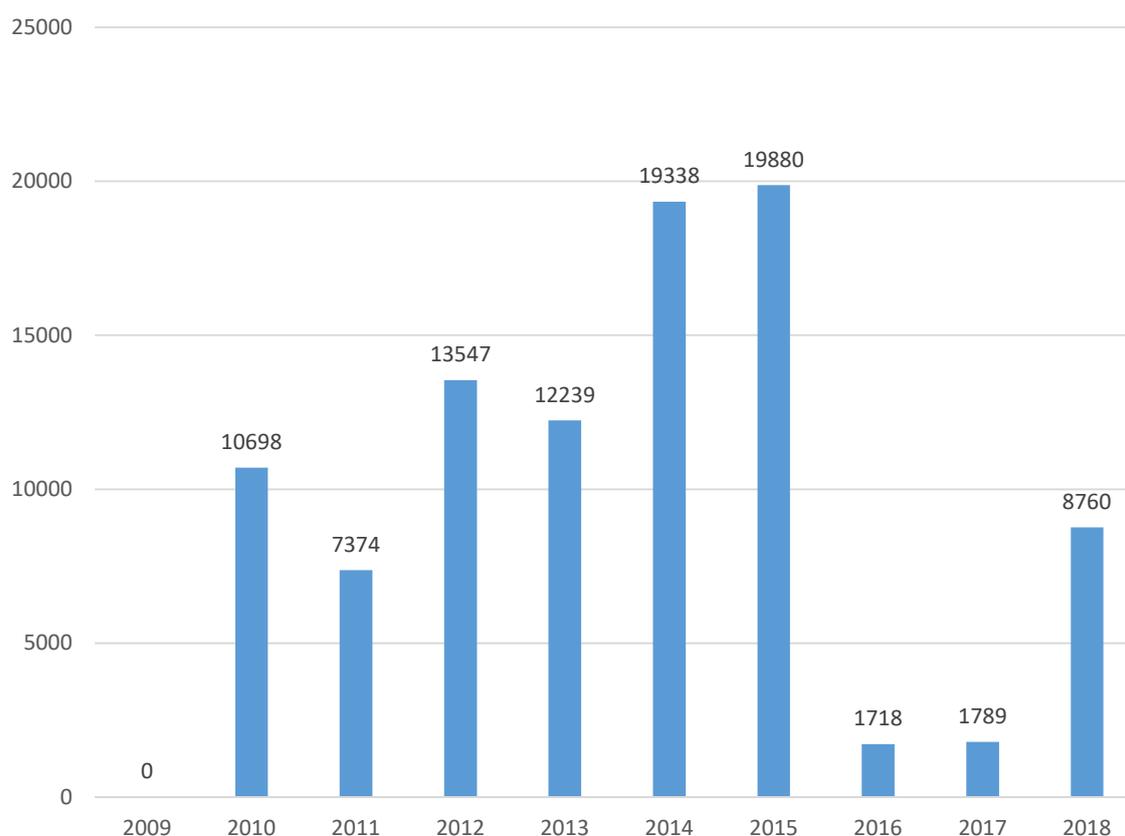
---

<sup>102</sup> A ampliação de investimentos, pode ser observado no “Plano de Desenvolvimento Institucional”, da referida instituição, disponível em: [https://portaladm.estacio.br/media/1402/unesa\\_pdi\\_2013-2017.pdf](https://portaladm.estacio.br/media/1402/unesa_pdi_2013-2017.pdf).

Os CST foram os que apresentaram a maior ascendência no quantitativo dos dados analisados, um salto de 2.976 matrículas em 2009 para 98.319 em 2018, revelando que em apenas em nove anos a UNESA passa a apresentar 95.343 novas matrículas a distância, superando as demais categorias de licenciatura e bacharelado.

Os CST em 2009 apresentavam 2.976 matrículas, em 2010 com 13.674 (aumento de 359%, 10.698 novas matrículas aproximadamente), em 2011 com 21.048 (aumento de 35%, com 7.354 novas matrículas), em 2012 com 34.595 (aumento de 39%, com 13.547 novas matrículas), em 2013 com 46.834 (aumento de 26%, com 12.239 novas matrículas), em 2014 com 66.172 (aumento de 29%, com 19.338 novas matrículas), em 2015 com 86.052 (aumento de 23%, com 19.880 novas matrículas), a partir de 2016 com 87.770 (aumento de apenas 1,9%, com 1718 novas matrículas) manteve certo equilíbrio ,em 2017 com 89.559 (aumento de 2%, com 1789 novas matrículas) e em 2018 com 98.319 (aumento de 10%, com 8.760 novas matrículas).

**Gráfico 15** - Aumento de matrículas EAD UNESA - RJ / Cursos Tecnológicos - 2009 a 2018

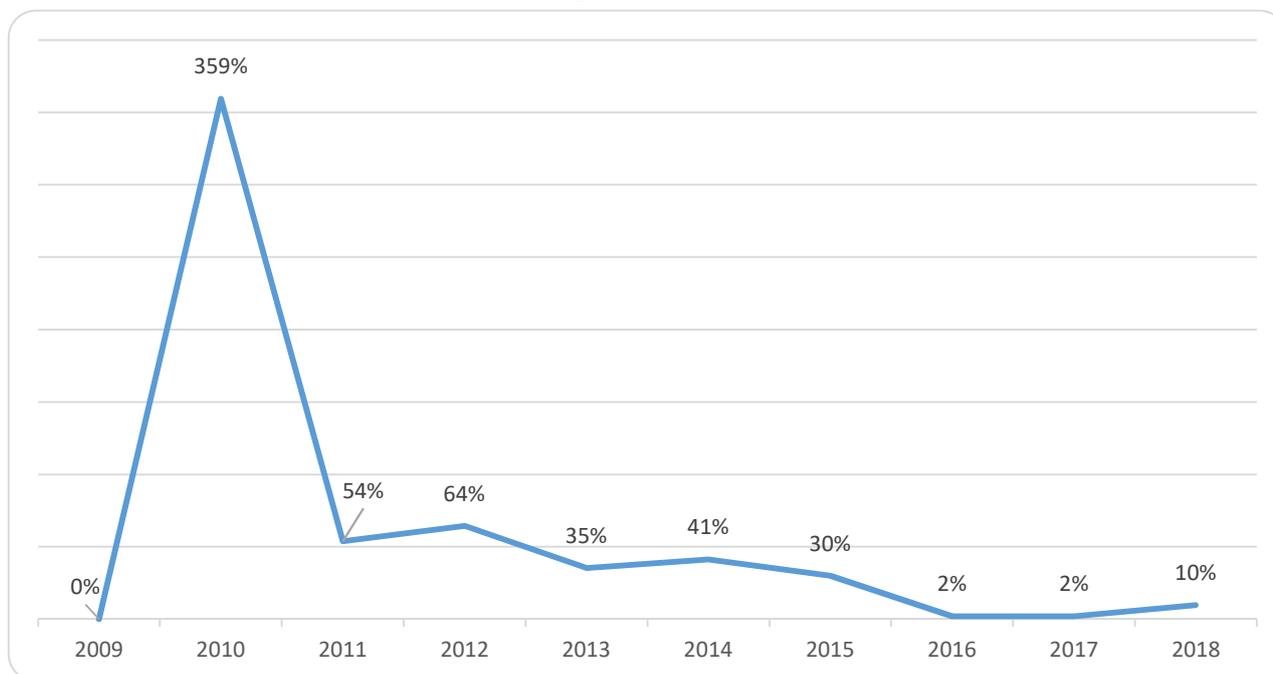


Fonte: Microdados INEP (2009-2018), elaboração do autor.

O ano de 2010 representou o índice mais expressivo de crescimento de novas matrículas na instituição, 10.698, registrando aumento de 359% em relação a quantidade

de matrículas existentes em 2009. Portanto, a empresa Estácio demonstra seu poder de adaptação às novas necessidades do mercado, coaduna ao oportunismo da ascensão da educação a distância com a flexibilização legal engendrada no Brasil, possibilitou um aumento histórico na aquisição de novas matrículas, demonstrando o poder de venda do novo produto.

**Gráfico 16 - Aumento percentual de matrículas EAD UNESA - RJ / Cursos Tecnológicos - 2009 a 2018**



Fonte: Microdados INEP (2009-2018), elaboração do autor.

A tabela a seguir ratifica o aumento no número de matrículas (novas matrículas em relação ao quantitativo anterior) e sua porcentagem nos anos analisados, observando que desde o ano de 2009 até o ano de 2018 se registra um fluxo positivo em relação a quantidade de matrículas, apesar de apresentar menores índices de crescimento das taxas, não ocorrem reduções.

**Tabela 5 - Aumento de Matrículas com percentual/EAD UNESA - RJ 2009 a 2018**

2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
-	10698	7374	13547	12239	19338	19880	1718	1789	8760
-	359%	54%	64%	35%	41%	30%	2%	2%	10%

Fonte: Microdados INEP (2009-2018), elaboração do autor.

A tabela acima demonstra a porcentagem de novas matrículas nos anos analisados na pesquisa, reiteramos que no ano de 2009, quando se deu o início da oferta de matrículas

na educação a distância pela Estácio, não há percentuais para serem demonstrados, posto que é necessário comparar o ano anterior para realização do cálculo e em 2008 essa modalidade não ainda não era ofertada.

Os anos em destaque com novas matrículas após o primeiro ano de oferta de cursos na EAD, foram 2011 com 54% e 2012 com 64%, com decréscimo no ano de 2013 com 35%, aumento novamente em 2014 com 41% e taxas menores a partir de 2015, reduzindo nos anos posteriores, 2016 e 2017, apresentando ascensão em 2018 com o salto na EAD no Brasil.

As taxas referentes aos anos de 2016 e 2017 com 2% de aumento, representam um quantitativo menor de novas matrículas, porém não representam a perda de matrículas, pois não variaram negativamente abaixo da menor taxa representada por 0%. Desta forma, a tabela explicita que não houveram perdas no período analisado apesar da redução das taxas percentuais, conseqüentemente a empresa não obteve prejuízos no período.

As informações apresentadas evidenciam o exponencial crescimento da empresa a partir da oferta dos CST após ano de lançamento dos cursos com a nova modalidade digital, com o expressivo aumento de novas matrículas mantendo o público existente, desta forma, se fortalecendo no mercado e ganhando a frente em relação a corrida concorrencial por novos clientes.

Como aponta Santos (2019), a modalidade EAD cresceu com tamanha velocidade em relação ao nível superior, superando as matrículas presenciais. Mesmo o país começando a modalidade a distância de forma tardia em relação a outros países, o processo expansionista se deu principalmente com a participação do setor privado, considerando o fato da EAD surgir sem qualquer regulamentação ou parâmetro de qualidade.

Destacamos que a empresa antes de 2009, preparou as bases<sup>103</sup> para a inserção do novo modelo de vendas dos produtos, atendendo às orientações de mercado, bem como de normas jurídicas, que passavam a impulsionar o ensino a distância como modelo formativo em ascensão paralelo à globalização digital no mundo. O processo de inserção do ensino digital naquele momento não se sobrepunha-se ao modelo presencial, para isso coadunam as duas possibilidades de cursos.

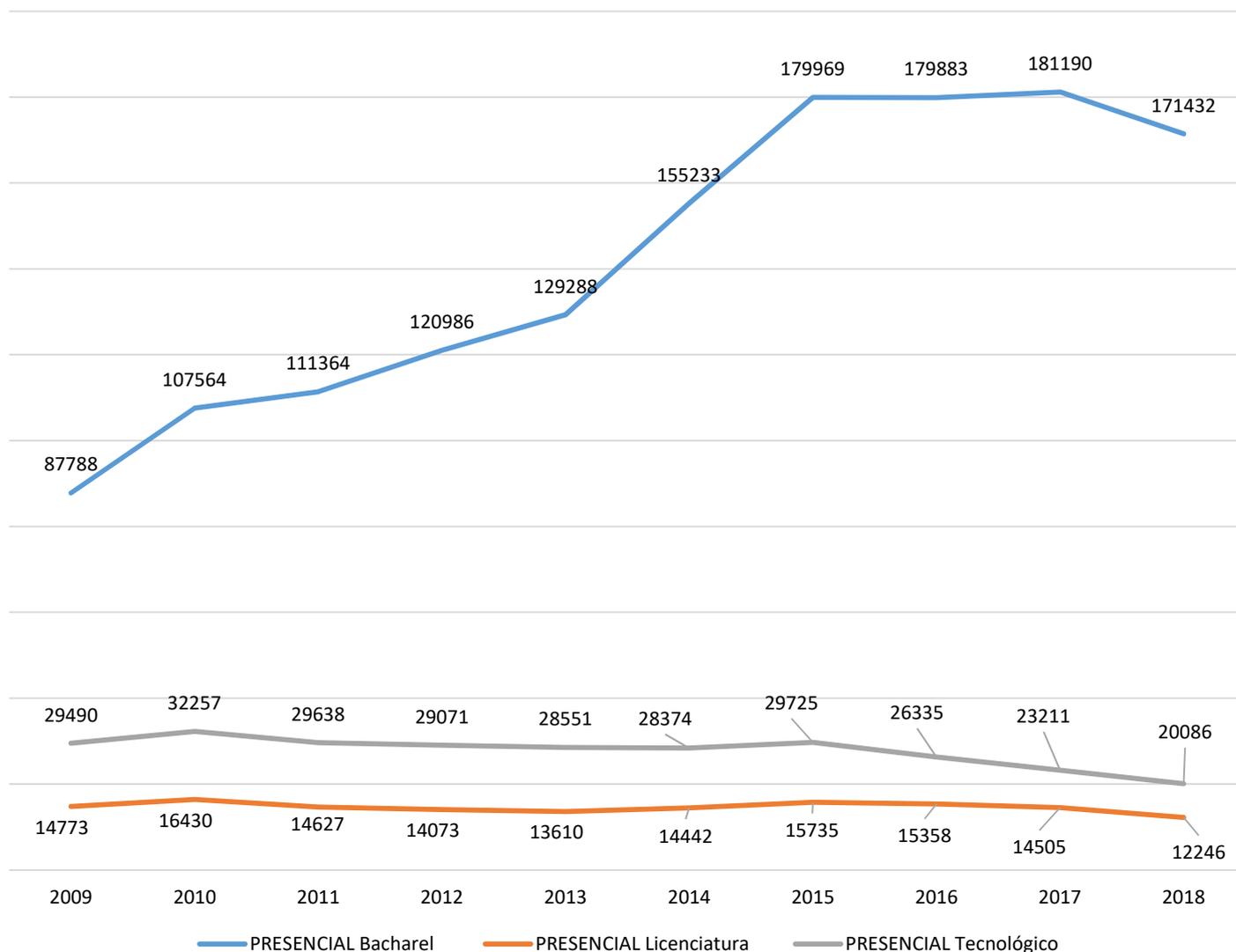
Em meio a crescente expansão da oferta de CST EAD, notamos que a Estácio mantém-se no mercado educacional também com a oferta de cursos presenciais. O gráfico

---

<sup>103</sup><https://matriculas.estacio.br/blog/conheca-a-historia-e-5-diferenciais-da-universidade-estacio-de-sa/> .

abaixo visa demonstrar a evolução dos cursos presenciais da IES UNESA RJ, como a instituição apresentou um crescente número de matrículas e se manteve no mercado de 2009 a 2017 sem reduções, apesar da ascensão da modalidade a distância, sofreu apenas uma variação negativa na passagem de 2017 a 2018.

**Gráfico 17 - Número de Matrículas a modalidade Presencial/UNESA 2009 a 2018**



Fonte: Microdados INEP (2009-2018), elaboração do autor.

É a partir de 2017, que as matrículas EAD ganham maior proporção em relação ao presencial, demonstraremos esse fluxo com dados emitidos pelo INEP sobre a instituição, tal processo aponta a crescente procura pelo ensino a distância em contraposição ao físico presencial.

A partir da análise do gráfico “Matrícula Presencial UNESA 2009 a 2018”, se observa que as matrículas presenciais dos cursos de Bacharelado foram a locomotiva da

instituição durante os anos analisados, superando em grande escala os cursos de Licenciatura e Tecnológicos.

De 2009 a 2010, os cursos de bacharelado apresentaram um aumento de 23%, somando 19.776 novas matrículas. De acordo com os dados, os anos de 2010, 2014 e 2015 representaram o período com maior elevação no número de matrículas presenciais nos cursos de bacharelado.

No ano de 2013, os cursos de bacharelado apresentavam 129.288 matrículas, sofrendo um aumento de 20% no ano de 2014, com 25.945 novas matrículas, passando a 155.233 no total em 2014. Um novo aumento considerável ocorreu no ano de 2015, com 24.736 novas matrículas, significando um aumento de 16% em relação ao ano de 2014.

Os anos de 2016, 2017 e 2018 apresentam menor variação no número de matrículas, uma média de aproximadamente 1% em 2016 e 2017, ocorrendo uma variação negativa de 5%, redução de 9.758 matrículas, na passagem de 2017 a 2018 as matrículas EAD assumem a liderança nas demais modalidades.

Diante dos dados elencados, identificamos um expressivo decréscimo de matrícula no ensino presencial da instituição UNESA, configurando-se na materialização do fortalecimento da EAD no país, revelando o fortalecimento na modalidade enquanto novo nicho, reflexo da tendência do mercado educacional.

O aumento da participação do número de matrículas a distância no grau tecnológico se deve, principalmente, ao crescimento das matrículas dessa modalidade nos últimos anos que, entre 2008 e 2018, foi de mais de 345% em relação à variação positiva de 28,4% no número de matrículas de cursos presenciais no mesmo período (INEP, 2018, p. 26).

Diante das mudanças no cenário nacional em relação ao fluxo de matrículas presenciais/EAD bem como o impacto na educação superior nacional, é possível afirmar que o decréscimo nas matrículas presenciais em divergência com o ensino remoto representou mudanças principalmente financeiras beneficiando o capital privado.

E, como apontam os defensores da mercadorização do ensino superior no país, que “Apesar do boom de matrículas, o faturamento das faculdades privadas com modalidade a distância ainda é 'aposta'.” (NISKIER, 2019, p.01). Desta forma, percebemos que apesar do considerável processo expansionista da mercantilização da EAD no país, ainda pretende-se explorar muito mais este mercado.

A educação à distância é uma aposta de crescimento, mas, como o tíquete médio é menor do que o presencial, isso faz com que haja necessidade de escala. Ou seja, mantidos esses preços que estão impulsionando o crescimento

da modalidade, as instituições vão precisar crescer em número de alunos para atingir o patamar desejado [...] dizendo ainda que essa perspectiva acaba privilegiando grandes grupos e promovendo uma concentração de mercado (NISKIER, 2019, p. 01).

Como podemos observar acima, na publicação do artigo realizada pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior - ABMES, o processo expansionista ainda não atingiu sua escala<sup>104</sup>, e requer investimentos na modalidade a fim de ampliar mercado e rentabilidade das empresas, bem como aponta Harvey (2016), isso é reflexo de políticas voltadas à concentração e centralização de grande riqueza em grupos empresariais, que garante poder, privilégios e rentabilidade financeira.

Salientamos que as IES privadas passam a operar com mais vigor para expansão da modalidade EAD, considerando a flexibilização legal com a promulgação do Decreto presidencial de nº 9.057, aprovado em 25 de maio de 2017 que regulamenta o artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O resultado da movimentação política possibilitou que o setor privado compusesse 91% do número de matrículas em cursos de graduação a distância no setor privado, no ano de 2018 (INEP, 2018).

Com o decreto nº 9.057/17, reforça-se a possibilidade de utilização de meios e tecnologias da informação e comunicação para mediação didático-pedagógica voltados ao ensino aprendizagem, com políticas de acesso, acompanhamento e avaliação do andamento dos cursos. No entanto, não ocorre um sério processo de análise para debate acerca da qualidade no ensino.

Observando esse processo expansionista, o leitor desavisado pode ter a impressão de que a EAD está cumprindo sua missão de colaborar com o aumento das matrículas na educação superior e com a democratização do acesso (SANTOS, 2019). No entanto, estamos diante da agudização do processo expansionista do capital privado na oferta do ensino superior no país, onde a EAD amplia os horizontes ao empresariado, e mais.

Os CST ainda cumprem também a função de infundir, naqueles que o acessam, à lógica da flexibilidade, do empreendedorismo e da sustentabilidade. A começar pela perspectiva de formação profissional, a lógica da flexibilidade sustenta esse tipo de formação à medida em que a concentração das matrículas está em cursos que não dizem respeito a uma profissão definida. Os conhecimentos adquiridos nesses cursos podem ser destinados a diversas funções e atividades do setor produtivo, seja no âmbito formal ou informal.

---

<sup>104</sup> De acordo com a Fundação Endeavor pode ser definida como a capacidade que um empreendimento, ou sistema, detém de crescimento, garantindo a mesma qualidade que “lhe agregam valor” (ENDEAVOR, 2015, s.p.). Para o engenheiro de *software* André B. Bondi (2000, n.p.) “A escalabilidade é um atributo desejável de uma rede, sistema ou processo. O conceito denota a capacidade de um sistema acomodar um número cada vez maior de elementos ou objetos, a processar volumes crescentes de trabalho normalmente, e / ou ser suscetíveis ao alargamento. Quando o recrutamento ou a concepção de um sistema, que muitas vezes exigem que seja escalável” (n.p.).

Portanto, trata-se de uma formação desprofissionalizante, na qual a concepção de tecnologia está mais para técnica. Para isso, é tão necessária a inclusão do empreendedorismo e da responsabilidade social nos currículos. Desse modo, os CST se destinam também a formular o consenso em torno da meritocracia e do esforço pessoal como chaves para uma vida bem-sucedida. Isso inclui a responsabilidade pela própria geração de trabalho e renda, desresponsabilizando o Estado de políticas públicas nessa área. Nesse sentido, o CST cumpre a função de formar para o emprego e para o desemprego, mas, sobretudo, para o subemprego. Assim, infunde a visão de mundo burguesa de uma sociedade hierarquizada pelo aspecto socioeconômico cujo valor de tudo é vinculado à ideia de utilidade para o capital (VEIGA, 2020, p.345).

Sob a estratégia de redução de custos e através da logística, estrutura, tempo e espaço para a oferta dos cursos superiores de tecnologia (CIVALSCI, 2011), desta forma, percebemos que as empresas se valem da necessidade de buscar estratégias econômicas para garantir a suposta democratização do ensino superior no país, com o discurso da redução de gastos.

São ações estratégicas do Estado que beneficiam o setor privado-mercantil, o discurso da democratização e inclusão da população menos favorecida, que resultou na acelerada expansão do ensino superior particular (FILHO, 2016). E segundo Dowbor (2017), o Brasil é um país favorável às boas práticas de governança corporativa, sempre buscando, para sua estabilidade financeira, metodologias para uma adaptação global, o que possibilita o crescimento das *holdings* em nosso território, no entanto com interesse principalmente no aspecto financeiro.

A Estácio, como empresa de capital aberto negociante de ações na Bovespa, é uma das principais representantes do capital financeiro no país, sob a égide da acumulação e rentabilidade (VALE, 2011). Nesta perspectiva, compreendemos a tendência desse ator no mercado nacional em expandir suas interconexões em âmbito nacional e internacional, cumprindo seu papel de agente do capital mundial, como aborda Chenais (1996), são atores de mercado fundamentais para a interconexão de um escopo global de mundialização do capital, visando sempre a ampliação do fluxo mundializado, autônomo e extremamente complexo.

Neste emblemático e complexo sistema econômico, na centralidade de abordar como estudo de caso a empresa Estácio, esta pesquisa buscou analisar como os CST associados a modalidade a distância, contribuem fundamentalmente com os aspectos de crescimento econômico empresarial, controle hegemônico de classes, acumulação financeira, proporcionando a expansão do capital privado no país, tornando-se um dos principais produtos vendáveis em nosso território.

Por fim, considerando a realidade da expansão dos CST no país, e principalmente da modalidade EAD, seu crescimento sobrepondo-se ao presencial como comprovamos

nesta dissertação, reiteramos a necessidade de ampliação dos estudos sobre a qualidade duvidosa em relação à crescente oferta de graduações, como pacotes educacionais disponíveis nas prateleiras digitais das *holdings* educacionais atuantes no Brasil, consideradas acessíveis, flexíveis, modernas que politicamente apresentam-se como novos modelos de democratização do ensino superior, bem como analisar o impacto social e pedagógico com a crescente mercadorização da educação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou a expansão dos Cursos Superiores de Tecnologia - CST na modalidade à distância - EAD, no período de 2009 a 2018, elencando o caso da Universidade Estácio de Sá num contexto de mercantilização da educação superior brasileira. Retomamos o caminhar da pesquisa e seus desdobramentos com objetivo de apresentar os resultados alcançados até o momento.

Para melhor compreensão do todo, a pesquisa concentrou-se em analisar três pontos mais específicos: a expansão da educação superior brasileira num processo de mercantilização; os Cursos Superiores de Tecnologia EAD e o fortalecimento do mercado e dados sobre a expansão dos CST EAD no país.

No sentido macro, identificamos que o processo de expansão da modalidade EAD juntamente dos CST, cortinam o foco principal das partes interessadas na promoção dos cursos nessa modalidade, o mercado. Encobrendo o processo hegemônico de luta de classes na subalternização do trabalhador brasileiro, também com a hipotética solução rápida para o acesso a mercado de trabalho, além da política de democratização ao acesso no ensino superior, beneficiando principalmente as instituições privadas.

O fortalecimento do ensino com os CST EAD, apresentam-se como solução às necessidades de mercado, com formação em massa de força de trabalho disponível ao processo de exploração pelo empresariado, para isso se fez necessário o constructo da beneficência da ideologia da formação ao mercado em tempo hábil, fomentando o de políticas voltadas ao fortalecimento do ensino tecnológico e com certificação de nível superior para uma possível maior aceitação no mercado.

Tal processo formativo, é apresentado com uma aparência configurada como mais moderna e inovadora aliada ao imaginário processo de democratização proporcionado com a expansão da internet, porém, proporciona uma aceleração no processo com objetivos fins de proporcionar uma certificação no menor espaço de tempo possível (certificação de nível superior com caráter técnico) pormenorizando as bases formativas proporcionadas pelo amplo processo educativo.

A construção das conexões existentes na rede observada nesta pesquisa entre mercado, política e educação numa superestrutura onde encontramos o “todo” das ocorrências é um desafio, considerando sua complexidade na análise dos fenômenos presentes apenas na superficialidade aparente, portanto, se faz necessário a análise de sua origem deste objeto a fim de melhor compreensão do fenômeno apresentando durante os anos delimitados nesta pesquisa.

O objeto em análise, ganha maior visibilidade a partir da metade do século passado com a convergência de fatores econômicos e políticos que nortearam os caminhos da educação superior no país ao processo de mercantilização e mercadorização do ensino com objetivo de formação em massa.

O país buscava superar os baixos níveis de ensino, com uma expressiva parcela da população analfabeta, cinco milhões dentre nove milhões de habitantes, uma massa populacional com força de trabalho disponível sem formação escolar adequada às novas demandas neoliberais de intensificação da produtividade.

Uma formação deficitária e excludente em relação à maioria populacional, acompanhado do ineficaz ensino remoto televisivo ou por correspondência empenhados pelo sistema industrial para formação de operários, evidenciando a necessidade de conhecimentos técnicos manuais voltados ao trabalho em indústrias ou mercado informal.

Se iniciava uma nova fase política com a ascensão dos militares ao poder, coadunava-se o ímpeto do crescimento econômico com a política de subalternização do país ao capital externo, e com isso a necessidade de entrelaçamento da educação superior ao ensino mais técnico, a fim de garantir uma formação mais aligeirada que atenda a ideologia neoliberal.

Neste contexto, os CST surgem como resposta às novas demandas do capital no país, possibilitando uma formação aligeirada e composta da perspectiva do ensino técnico porém com a certificação de ensino superior, possibilitando aos habilitados uma entrada mais rápida no processo de exploração da força de trabalho.

Modificações ocorreram na educação superior, a crise orgânica do capital a partir da década de 70 impulsionou o desenvolvimento científico e tecnológico culturalmente, um conjunto de mudanças implementadas em âmbito estrutural e superestrutural. Um projeto de recomposição burguesa a fim de reorganizar as bases econômicas fragilizadas durante a crise. O processo de reestruturação produtiva se materializou com flexibilização do trabalho (VEIGA, 2020). Processo que se aprofundou nas décadas posteriores, principalmente a partir da década de 90.

A construção da genealogia do poder nas relações sociais e comerciais, se pauta na funcionalidade econômica de manter as relações de produção e reproduzir uma dominação de classe. O poder político pode ter encontrado na economia uma razão de existência e funcionalidade. Um poder que encontra duas razões para seu funcionamento: primeiro na base de troca, através da garantia das trocas de bens e serviços e por outro lado por acreditar na economia como seu princípio concreto de funcionamento (FOUCAULT, 2008/B).

Uma economia que vivenciava uma profunda crise estrutural do capital com a queda do poder de valorização e rentabilidade, que afeta diretamente governos e sociedade, ocorrendo mudanças nas estruturas governamentais a fim de garantir maior valorização financeira do capital. (MÉSZAROS, 2008). Esse dinamismo na composição do capital, surge a partir de um processo de sociedade antes pensado por intelectuais orgânicos<sup>105</sup> a serviço do fortalecimento de ideologias capitalistas.

Neste cenário de reestruturação e ordenamento produtivo no país, no processo de privatizações e subalternização da educação aos moldes econômicos, nasce a Faculdade de Direito Estácio de Sá - FADES fundada por João Uchôa Cavalcanti Netto, consolidada na década de 70 e se tornando um expressivo caso de expansão do sistema empresarial de educação nos anos posteriores.

Ao analisarmos o caso da empresa Estácio, verificamos que a mesma é um significativo caso de relacionamento do capital privado com os objetivos do poder público, exemplo da movimentação entre capital privado e subalternização do poder público às necessidades da ideologia neoliberal.

Compreendendo o cenário econômico do país de adaptação aos moldes do capital internacional coadunado ao processo de recomposição burguesa, tais mudanças reverberam na educação superior materializando-se com fenômeno crescente do número de empresas que passam a dominar o ensino no país, fato comprovado com os dados emitidos pelo INEP.

A educação se torna mercadoria, ao entrar no circuito financeiro aos moldes capitalistas, principalmente por receber investimentos de capital privado em instituições com fins lucrativos. Resguardados pelo Estado, por uma normatização que garante liberdade de crescimento de tais instituições, o *laissez-faire* do mercado educacional brasileiro.

O processo histórico de surgimento dos CST no país, relaciona-se às políticas de desenvolvimento industrial para o fomento econômico como forma de superação da crise, para isso entrava em voga o projeto de subalternização da classe trabalhadora brasileira às necessidades do empresariado. Os CST demonstram a intencionalidade de manutenção do sistema capitalista através dos serviços educacionais.

---

<sup>105</sup>O FERESP foi criado no dia 9 de abril de 2008 por um grupo de entidades do setor educacional privado, as quais agem como verdadeiros intelectuais orgânicos de base coletiva. São elas: Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior – ABMES; Associação Brasileira das Faculdades – ABRAFI; Associação Nacional dos Centros Universitários – ANACEU; Associação Nacional das Universidades Particulares – ANUP; e Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos do Ensino Superior no Estado de São Paulo – SEMESP [...]. (BRITO, 2019, p. 35).

Projeto alinhado às proposições de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO), como apresentado no documento *La enseñanza profesional y técnica*, apontando a necessidade adaptação do sistema de ensino às economias domésticas abertas ao capital internacional, ocorrendo no país o incentivo aos CST.

Neste panorama, a educação a distância vem ganhando força paralela ao crescimento da sociedade do conhecimento e se tornando uma das principais ferramentas de impulsionamento da economia capitalista, veiculada como sistema de modernização e democratização do ensino, no intermédio entre as necessidades empresariais, governamentais e da classe trabalhadora.

Identificamos o movimento de valorização da EAD no Brasil, com o caso da Estácio, seus documentos apresentam a intencionalidade de investimentos em educação digital para fins de expansão de matrículas, com redução de custos e ampliação de mercado com mais rentabilidade. Principalmente ao atingir o status de universidade na década de 80, iniciando uma nova caminhada ao ensino digital se estruturando durante a década de 90 com a expansão da internet.

Neste aspecto, *revolução das tecnologias da informação*<sup>106</sup> passam a integrar sistemas e garantir o fluxo de informações com mais intensidade numa rede global de comunicação. Os recursos tecnológicos criados para atender necessidades sociais<sup>107</sup>, ao mesmo tempo se tornam ferramentas de exploração capitalista, contribuindo com a ascensão de grupos financeiros e sua rentabilidade, pois os sistemas se conectam e balanceiam as movimentações. Países detentores de poder tem muito mais facilidade de controlar seus subalternos terceiro mundistas.

No bojo da discussão, o país se mostrou muito acessível e adaptável às orientações internacionais, com isso passaram a ocorrer mudanças no cenário educacional no sentido de flexibilizar ao setor privado a ampliação da modalidade EAD, como observamos o histórico do panorama legal presente no segundo capítulo desta dissertação.

A EAD no Brasil foi utilizada como mediadora de informações com baixo custo, como forma de proporcionar ao empresariado novas e melhores condições de lucratividade, e não necessariamente a melhora na qualidade do ensino (CHAVES; REIS; GUIMARÃES, 2018). O que temos de moderno são as novas plataformas que remodelam

---

<sup>106</sup> Ver Castells, *Sociedade em rede*. 1999.

<sup>107</sup> [...] O conjunto convergente das tecnologias da informação, incluo como todos, o conjunto convergente de tecnologias em microeletrônica, computação, telecomunicação e optoeletrônica. (CASTELLS, 1999, p. 67).

seus acessos e condições de uso com baixo custo e formas de financiamento a longo prazo.

Outro aspecto identificado na pesquisa propagandeada como inovação, está relacionado às estratégias de marketing utilizadas por elas para cooptar novos alunos e também novos acionistas, assim buscam uma forma de valorização da marca, melhorando sua visibilidade no mercado de ações. Fato evidenciado com a contratação da empresa WMcCann Rio, para transformação da marca Estácio para YDUCS.

Com a mudança de marca, o número de matrículas da empresa saltou significativamente, representando o quantitativo mais expressivo dos anos analisados, considerando a variação dos CST ocorreu um salto de 2.976 matrículas em 2009 para 98.319 em 2018, onde a mantenedora UNESA componente da Holding YDUQS apresentou 95.343 novas matrículas a distância.

Ao final do mesmo ano, a empresa permanecia na posição de segunda maior empresa privada de ensino superior no país, com 517,8 mil alunos e 607 polos de ensino à distância, presente em todos os estados brasileiros. Destarte, percebemos o reflexo do incentivo às instituições privadas de ensino em nosso país, de forma concatenada entre governo e organismos internacionais.

Identificamos também que o modelo de incentivo ao desenvolvimento à educação privada no país, além de proporcionar a concentração de renda em poucas empresas, permite o desenvolvimento do modelo predatório no mercado de aquisições, como observamos a formação da Holding YDUQS em suas aquisições ao longo dos anos.

O modelo de incentivo ao empreendedorismo da educação proporciona que empresas de ensino menores sejam predadas por instituições com maior poder de concorrência. Tais fatos seguem acompanhados pelo CADE, responsável hipoteticamente de equilibrar o mercado concorrencial, no entanto no Brasil hoje temos dois conglomerados (KROTON e ESTÁCIO) com maior volume de matrículas no país.

O posicionamento do CADE em embargar a fusão Kroton Educacional SA. e Estácio Participações SA no ano de 2016, impediu a formação do maior grupo empresarial no Brasil, porém o processo de expansão do modelo de canibalismo empresarial continuou sendo praticado entre as holdings.

A exemplo da Estácio, exemplificamos com a compra IBMEC, WYDEN, Damásio e SJT Med e Clio. Empresas com número significativo de matrículas, porém ainda menores economicamente e com menor poder de concorrência, foram cooptadas com avaliação favorável do CADE. Portanto, os critérios de permissibilidade do Conselho Econômico variam de acordo com a análise qualitativa do impacto econômico

das fusões.

Salientamos que a Estácio se configura como um exemplo de dirigismo econômico proporcionado pelo intervencionismo regulatório claramente apresentados nos documentos do Conselho Federal de Educação (CFE) relacionado a concernente a Constituição Federal de 1988. Segundo Rodrigues (2018) o intervencionismo regulatório garante a livre concorrência empresarial, respeitando os limites legais da constituição.

A onda neoliberal levará ao fortalecimento de um governo empresarial, contrário ao antigo pensamento de um governo ineficaz e improdutivo. Com a nova racionalidade de empresariamento e políticas de empreendedorismo facilmente a sociedade será conduzida também a pensar com a lógica empresarial, onde a objetividade, flexibilidade, produtividade e foco na geração de renda serão prioridades (DARDOT E LAVAL, 2016).

O Brasil se apresenta como Estado protecionista do sistema neoliberal, possibilitando maior fluidez ao processo de desenvolvimento do fundo privado, assim, a flexibilização da legislação nacional se submete às necessidades dos interesses do setor privado. Fato evidenciado com a promulgação da Constituição Federal com a permissibilidade de privilégios para criações industriais e outros ramos do setor privado. Segundo Chesnais (1996) as desregulamentações são adaptações necessárias para garantir a liberdade de movimento das empresas.

O caminhar da política de mercado brasileira, demonstra a submissão ao modelo economicista neoliberal, segundo Anderson (2003) principalmente a partir da década de 70 e 80 com aqueles países relacionados à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE. Para isso, o alinhamento entre a política educacional e a crise econômica se constituía como uma das ferramentas aos problemas econômicos.

Observamos nas literaturas analisadas, que o Brasil durante a segunda metade do século XX, demonstrou-se submetido às exigências do capital externo, representado pelas promulgações oficiais do governo, e durante a passagem de um século para o outro percebemos a intensificação do problema.

Como destacou Leher (2019), o Brasil implantou reformas para ajuste estrutural do país para abertura econômica, limitando suas próprias formas de atuação como o Plano Diretor de Reformas do Estado, transferindo para a iniciativa privada serviços de ordem estatal. A educação se encontra no bojo do processo como uma das ferramentas para respostas do estado ao capital.

Com a virada do século, a movimentação de valorização das instituições privadas no país permaneceu. O aumento de matrículas no setor privado de ensino aumentou

significativamente com a mudança de governo Fernando Henrique para Luiz Inácio, marcando um novo horizonte de fortalecimento do privado-mercantil na educação do país.

O panorama do ensino superior brasileiro, marca uma ascendência em termos de 62% na primeira década deste século, reflexo das políticas de inserção no ensino superior, FIES (1994, FHC) e PROUNI (2004, Lula). Política que escamoteou o crescimento do privado-mercantil, obtendo 75,3% (6.058.623) das matrículas no ano de 2016.

Em meio ao processo de mercantilização do ensino superior no Brasil, ao analisarmos os dados referente aos CST, a primeira década representou um aumento exponencial de aproximadamente 190%, conforme dados do INEP 2016, representando um aprofundamento do problema, refletindo na formação em massa de força de trabalho a fim de atender às novas demandas do capital.

Tal processo se agudiza na modalidade EAD, quando passamos a identificar mais de 40% das matrículas referentes aos CST na modalidade digital e com uma participação muito maior do fundo privado, ganhando mais força ainda com a saída da presidenta Dilma Rousseff com o golpe presidencial.

O governo interino, eleito através do golpe institucionalizado como crime de responsabilidade fiscal, segundo Chaves; Reis & Guimarães (2018) representou ao aprofundamento dos problemas de transferência do orçamento público ao setor privado. Segundo Rolim (2020), aumentaram as políticas de austeridade, como a Emenda Constitucional Nº 95 estabelecendo o novo regime fiscal com teto de gastos por duas décadas.

Identificamos nas mudanças de governo, um processo de maior adaptabilidade da regulação e estruturação do Estado às demandas capitalistas, a ascendência dos CST EAD representa a materialização das respostas necessárias do governo em relação às demandas neoliberais.

A formação destinada ao mundo produtivo, é o principal fundamento para a permissividade de uma formação aligeirada com requisitos os mínimos de qualidade em relação a formação. O mercado e suas necessidades ganha a prioridade nas políticas nacionais, mercantilizando o ensino como resposta ao conflito hegemônico de classes.

Os CTS surgem como uma das possibilidades de política contra o desemprego no Brasil, com o aumento do número de diplomados supõe-se o crescimento dos empregos formais e do empreendedorismo, porém, não se discute uma política de inserção no mercado trabalho da massa populacional diplomada.

Neste aspecto, o incentivo ao empreendedorismo surge como fator necessário à

adaptabilidade do trabalhador aos percalços de um mercado instável e sem condições de absolver formalmente o crescente número de trabalhadores disponíveis lançados à própria sorte de criar uma nova estratégia de sobrevivência a cada dia.

Ao analisarmos o panorama legal dos CST, sua promulgação enquanto modalidade de ensino em 1968 (articulado aos Programa de Preparação da Mão-de-Obra Industrial, acordos MEC/USAID e necessidades do “milagre econômico” brasileiro) dava espaço também à flexibilidade legal para funcionamento do grande capital.

Destacamos algumas das principais promulgações referente a construção e estruturação dos CST e referente a EAD no Brasil, considerando as modalidades em estudo estabelecem uma relação de comensalismo, pois ambos se beneficiam de forma associada e interativa, levando ao desenvolvimento de ambas com ganhos na relação.

Com a Lei Federal 5.540/68, temos o surgimento dos cursos de curta duração, dando abertura a criação dos CST; Parecer CNE/CES nº 436/2001, sobre a Formação de Tecnólogos e Trata de Cursos Superiores de Tecnologia; Em 2002 destacamos a Resolução CNE/CP nº 03/2002, com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos CST, possibilitando organicidade dos CST.

Em 2006, temos o Decreto 5.733 de 9 de maio de 2006, com a elaboração do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNST), ponto fundamental para desdobramentos do processo de oferta e atualização dos cursos referentes ao ensino tecnológico no Brasil.

A partir de 2017, temos um marco legal estabelecido com a Lei nº 13.415/2017, que altera a LDB/96 e posteriormente com o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior, influenciando diretamente no processo de ascensão dos CST EAD e crescimento de mercado de grupos empresariais.

O crescimento dos CST EAD com liberdade legal para funcionamento, representa o alinhamento entre as necessidades de mercado e políticas governamentais, levando ao empresário do serviço de educação, o volume de matrículas e o crescimento de instituições privadas no país reitera o foco no desenvolvimento econômico e enfraquecimento da educação.

Ao analisarmos a legislação referente a EAD no país, identificamos o interesse do Estado em posicionar-se favorável ao desenvolvimento do setor econômico privado, reduzindo os acessos da população brasileira ao ensino público, permitindo a falácia da democratização do acesso ao ensino superior.

Em relação ao ensino superior digital, tal problema aprofunda-se com o uso de

recursos tecnológicos, utilizados para reduzir investimentos na educação superior e consequentemente levando ao empobrecimento do caráter formativo, considerando a redução dos acessos dos alunos aos espaços de ensino.

Com a publicização do ensino digital como recurso mais acessível, impõe-se ao aluno a responsabilidade no desenvolvimento do processo formativo, principalmente nos cursos 100% EAD, considerando as reduções no total de carga horária presencial sem o devido acompanhamento de professor formador com os quesitos mínimos para atuação.

Os CST EAD ofertados para a massa populacional carente de uma formação mais específica para empregabilidade em curto tempo, representa uma das contradições do sistema econômico vigente, pois representa a falácia da formação com qualidade em curto espaço de tempo.

O CST EAD não fogem aos quesitos de qualidade determinados pelo MEC, se enquadram nos critérios de qualidade criados pelas empresas, e propagandeados com o interesse de conquistar novos clientes em quantidade, considerando o “baixo” custo das mensalidades disponíveis no mercado.

Os critérios avaliativos referentes a qualidade no ensino superior EAD no Brasil, demandam da LDB de 1996, tema que retornou à pauta somente em 2002 pelo MEC com a elaboração dos Referenciais de Qualidade para EAD somente em 2003<sup>108</sup>, materializando-se legalmente em 2005<sup>109</sup> sem força de Lei, ainda em caráter de orientação, demonstrando a pouca importância do Estado sobre o tema qualidade no ensino superior EAD, permanecendo o modelo *laissez-faire* no mercado de ensino digital, possibilitando a ampla expansão da modalidade privada no Brasil.

Com o processo de afrouxamento legal dos cursos EAD no país, identificamos quantitativamente a materialização do processo com o crescimento das matrículas referente aos CST, que apresentaram a maior evolução numérica durante as duas primeiras décadas do século atual.

O Censo histórico da educação superior brasileira representa o marco do agigantamento do setor privado no Brasil, fator que se aprofunda em relação às modalidades EAD e CST, historicamente com aumento de 51% da modalidade EAD, nesse bojo, 84,7% compondo a rede privada de ensino com 929.540 matrículas.

Neste cenário, a empresa Estácio protagonizou o papel de principal instituição do

---

<sup>108</sup> Ver “Referenciais de qualidade para educação a distância”, disponível no sítio <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acessado em 24/07/2021

<sup>109</sup> Ver DECRETO Nº 5.622, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2005, revogado pelo DECRETO Nº 9.057, DE 25 DE MAIO DE 2017.

setor privado mercantil no país, e como exemplo de dirigismo econômico, se expandiu no território nacional. Com a transferência do modelo de ensino para o digital, a ampliação dos polos EAD corroborou com a presença da empresa nas regiões.

A empresa tendeu a se constituir principalmente nas regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, com destaque ao Sudeste, região com maior concentração industrial e historicamente mais atrativa e com maior concentração de pessoas, onde a massa trabalhadora busca formação adequada às exigências do mercado.

A Estácio, inicialmente UNESA, permaneceu como principal mantenedora que administra a maior parte das unidades de ensino da empresa no Brasil, no período de 2009 a 2018 o expressivo número de matrículas dos CST na modalidade EAD, demonstram a evolução da instituição e dos CST na modalidade EAD.

O incentivo aos CST EAD no setor privado, muda o foco em relação a carência e políticas voltadas ao desemprego no Brasil, com a falácia da entrada rápida no mercado de trabalho com a formação em menor tempo, finda por lançar uma massa populacional ao mercado informal, considerando a responsabilidade das empresas em ofertar somente o ensino sem garantias de proporcionar um encaminhamento ao mercado de trabalho formal.

Observamos, que o Estado tende a tangenciar seu posicionamento em detrimento no atendimento ao ideário de liberdade econômica exigida por grupos empresariais, considerando o envolvimento e incentivo do Estado ao empresariado da educação superior, como observados legalmente e politicamente.

Estamos diante de uma metamorfose com o crescimento sem volta da EAD, a modalidade assume um papel fundamental nos novos moldes da educação superior, a tecnologia assume papel ímpar no processo, garantindo novas formas de lucro e concentração de renda. Com o processo de expansão dos cursos, aprofundamos a problemática da mercantilização da educação orientada nos moldes do Banco Mundial.

Com o atual cenário de expansão do ensino superior digital, aprofundado com a pandemia, identificamos uma perspectiva de aumento dos grupos educacionais privados trabalhando no modelo predatório concorrencial, e conseqüentemente o aumento ainda mais expressivo no número de diplomados na modalidade EAD e, com as novas necessidades de um mercado mais tecnológico, haverá o incentivo ao aumento de força de trabalho disponível, entrando em um novo ciclo de exploração.

Neste cenário, nos inquieta o fato dos CST EAD contribuírem com o processo desenvolvimentista econômico e a ausência de uma avaliação mais ampla sobre a expansão do modelo digital no país gere resultados danosos a educação superior. Com o

agravamento da crise como uma tendência global, Mészáros (2011) afirma que apesar de parecer que a produção capitalista já atingiu seu ápice da crise mundial, com a severidade dos problemas e tensões econômicas ocorridas no mundo, os problemas se multiplicaram até certo ponto de vivenciarmos um colapso mundial, irreparável.

Esta pesquisa, foi desenvolvida com intuito de contribuir academicamente com outros pesquisadores e também com o poder público em pensar políticas voltadas ao ensino superior, especialmente CST EAD, desta forma, não reduz as possibilidades de análise, considerando a necessidade de estudos voltados a qualidade do ensino digital e formação de trabalhadores, atrelada à políticas de emprego e renda no país e políticas protecionistas do trabalhador brasileiro.

## REFERÊNCIAS

ALTBACH, P. G. A globalização e a Universidade. Mitos e realidades num mundo desigual. In: PARASKEVA, J. M (org.). **Capitalismo Acadêmico**. Edições Pedagogia. Portugal. pp. 81-112. 2009.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. **Usos e abusos dos estudos de caso**. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 129, p. 637-651, set./dez. 2006. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/cp/a/BdSdmX3TsKKF3Q3X8Xf3SZw/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 10 de jul. de 2021;

ANDERSON, Perry. **Balanco do neoliberalismo**. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. p. 9-23. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1995.

ABREU, Zilpa Helena Lovisi de; MACHADO, Annaelise Fritz. **A educação híbrida no ensino superior: uma abordagem ao Modelo de Ensino Estácio-Brasil**. Estação Científica - Juiz de Fora, nº 19, janeiro – junho / 2018. Disponível em < <https://portal.estacio.br/media/3730413/a-educa%C3%A7%C3%A3o-h%C3%ADbrida-no-ensino-superior.pdf>>. Acesso em 08 de nov. de 2020.

ABRAEAD. **Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância** - 3. ed. -- São Paulo: Instituto Monitor, 2007. Disponível em: < [www.abed.org.br](http://www.abed.org.br)>. Acesso em 01 de jun 2019.

\_\_\_\_\_. (2018). **Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância** - \_\_\_\_\_. 3. ed. -- São Paulo: Instituto Monitor, 2018. Disponível em: < [www.abed.org.br](http://www.abed.org.br)>. Acesso em 01 de jun 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira 2020**. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 25 de abr 2021.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acessado em 04/08/2017.

\_\_\_\_\_. PORTAL E-MEC. <http://portal.mec.gov.br/e-mec-sp-257584288>>, acessado 02 de mar. de 2022.

\_\_\_\_\_. **Declaração de Direitos de Liberdade Econômica**. LEI Nº 13.874, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019. 20 de Setembro de 2019 - Publicado em diário extra. Fonte: D.O.U de 20/09/2019, pág. nº 1. 2019.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira 2019**. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 25 de abr 2021.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira 2018**. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 25 de abr 2021.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira 2017**. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 25 de abr 2021.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira 2016**. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 13 de fev 2019.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira 2015**. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 13 de fev 2019.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira 2014**. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 13 de fev 2019.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira 2013**. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 13 de fev 2019.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira 2012**. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 13 de fev 2019.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira 2011**. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 13 de fev 2019.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira 2010**. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 13 de fev 2019.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira 2009**. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 13 de fev 2019.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira**. Microdados 2019. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 07 de ago 2020.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira**. Microdados 2018. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 07 de ago 2020.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira**. Microdados 2017. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 07 de ago 2020.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira**. Microdados 2016. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 07 de ago 2020.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira**. Microdados 2015. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 15 de jun 2018.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira**. Microdados 2014. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 15 de jun 2018.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira**. Microdados 2013. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 15 de jun 2018.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira**. Microdados 2012. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 15 de jun 2018.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira**. Microdados 2011. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 15 de jun 2018.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira**. Microdados 2010. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 15 de jun 2018.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira**. Microdados 2009. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 15 de jun 2018.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira**. Notas estatísticas 2019. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 15 de un 2020.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira**. Notas estatísticas 2018. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 15 de jun 2019.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira**. Notas estatísticas 2017. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 15 de jun 2019.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira**. Notas estatísticas 2016. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 15 de jun 2019.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira**. Notas estatísticas 2015. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 15 de jun 2019.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira**. Notas estatísticas 2014. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 15 de jun. 2019.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira**. Notas estatísticas 2013. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 25 de mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira**. Notas estatísticas 2012. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 25 de mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira**. Notas estatísticas 2011. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 25 de mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira**. Notas estatísticas 2010. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 25 de mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira**. Notas estatísticas 2009. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 25 de mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira**. Sinopses estatísticas 2019. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 20 de ago. de 2020.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira**. Sinopses estatísticas 2018. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 20 de ago. de 2020.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira**. Sinopses estatísticas 2017. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 20 de ago. de 2020.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira**. Sinopses estatísticas 2016. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 20 de ago. de 2020.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira**. Sinopses estatísticas 2015. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 20 de ago. de 2020.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira**. Sinopses estatísticas 2014. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 20 de ago. de 2020.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira**. Sinopses estatísticas 2013. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 20 de ago. de 2020.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira**. Sinopses estatísticas 2012. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 20 de ago. de 2020.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira**. Sinopses estatísticas 2011. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 20 de ago. de 2020.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira**. Sinopses estatísticas 2010. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 20 de ago. de 2020.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira**. Sinopses estatísticas 2009. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 20 de ago. de 2020.

\_\_\_\_\_. (2007). **REFERENCIAIS DE QUALIDADE PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>>. Acesso em 01 jun 2019.

\_\_\_\_\_. (2010). *V Plano Nacional de Pós-Graduação – 2011 a 2020*, vol. 1. <[https://www.capes.gov.br/images/stories/download/PNPG\\_Miolo\\_V2.pdf](https://www.capes.gov.br/images/stories/download/PNPG_Miolo_V2.pdf)> Acesso em 01 de jun 2019.

\_\_\_\_\_. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado - PDRE**. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado – MARE. Brasília, 1995.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 9.057, de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 2017<sup>a</sup>. Disponível em: <[encurtador.com.br/loxI4](http://encurtador.com.br/loxI4)>. Acesso em 20 jun. de 2019.

\_\_\_\_\_. MEC (2004). Portaria nº 52, de janeiro de 2004. Credencia, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a Universidade de Salvador, para ofertar cursos de graduação na modalidade a distância. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <<https://bitlybr.com/lOul>>. Acesso em 19 de out. de 2020.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em 17 de abr. de 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996a, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d2208.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm)>. Acesso em 17 de jun. de 2020.

\_\_\_\_\_. Parecer CNE/CP nº 29 de 03 de dezembro de 2002. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico. Brasília, DF,

2002a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/cp29.pdf>>. Acesso em 08 de abr. de 2020.

\_\_\_\_\_. Parecer CNE/CES nº 436, de 06 de abril de 2001. Cursos Superiores de Tecnologia – Formação de Tecnólogos. Brasília, DF, 2001c. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0436.pdf>>. Acesso em 08 abr. de 2020.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF, 2004a. Disponível em: <<https://bitlybr.com/h96lsYp>>. Acesso em 16 de mai. de 2020.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Brasília, DF, 2006a. Disponível em: <<https://bitlybr.com/xTPjSmNa>>. Acesso em 16 de mai. De 2020.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF, 1971. Disponível em: <<https://cutt.ly/dhvYxcS>>. Acesso em 05 de jun. de 2019.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <<https://cutt.ly/thvGvgh>>. Acesso em 05 de abr. de 2019.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 1.134 de 10 de outubro de 2016. Revoga a Portaria MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, e estabelece nova redação para o tema. Disponível em: <<https://www.faal.com.br/arquivos/portariaAVA.pdf>>. Acesso em 20 de jun. de 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm)>. Acesso em 15 de ago. de 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<https://cutt.ly/uhvNjv>>. Acesso em 14 de abr. de 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.800 de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<https://cutt.ly/uhvMbGa>>. Acesso em 14 de abr. de 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 2005d. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec\\_5622.pdf](http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec_5622.pdf)>. Acesso em 21 de set. de 2018.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 1 de 10 de janeiro de 2007. Calendário do ciclo avaliativo do SINAES, triênio 2007/ 2009. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislacao/superior/legisla\\_superior\\_port1.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_port1.pdf)>. Acesso em 20 de jun. de 2019.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 2 de 10 de janeiro de 2007. Dispõe sobre os procedimentos de regulação e avaliação da educação superior na modalidade a distância. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/portaria2.pdf>>. Acesso em 20 de jun. de 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 9.235 de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre os procedimentos de regulação e avaliação da educação superior na modalidade a distância. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<https://cutt.ly/jhv0jOf>>. Acesso em 20 de jun. de 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional da Educação (2001-2010) e dá outras providências. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm)>. Acesso em 20 de jun. de 2019.

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) nº 9.394, de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <<https://cutt.ly/lhv2xdV>>. Acesso em 14 de abr. de 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.303 de 12 de dezembro de 2007. Altera dispositivos dos Decretos nos 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<https://cutt.ly/ahv9GEw>>. Acesso em 15 de ago. de 2019.

\_\_\_\_\_. DECRETO nº 1.237 de 6 de setembro de 1994. Cria, no âmbito da Administração Federal, sob a coordenação do Ministério da Educação e do Desporto, o Sistema Nacional de Educação à Distância - SINEAD, e dá outras providências. Brasília, DF, 1994. Disponível em: <<https://cutt.ly/Lhv9P9Q>>. Acesso em 6 de ago. de 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.222 de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <<https://cutt.ly/5hv9DrI>>. Acesso em 25 de out. de 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998. Regulamenta o Art. 80 da LDB (Lei nº 9394 de 1996). Brasília, DF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2494.pdf>>. Acesso em 6 de set. de 2019.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 1 de março de 2016. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2016-pdf/35541-res-cne-ces-001-14032016-pdf/file>>. Acesso em 18 de jun. de 2019.

\_\_\_\_\_. Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Brasília, DF, 2001b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10260.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10260.htm)>. Acesso em 05 de jul. de 2020.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CP nº 3, de 18 de dezembro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. Brasília, DF, 2002b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf>>. Acesso em 10 de mai. de 2020.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005. Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Brasília, DF, 2005b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/111195.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111195.htm)>. Acesso em 16 de mai. de 2020.

\_\_\_\_\_. MEC (2007). O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas (PDE). Brasília, DF, 2007d. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>>. Acesso em 10 de set. de 2020.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF, 2008b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm)>. Acesso em 10 de set. de 2020.

\_\_\_\_\_. MEC (2010). Catálogo nacional dos cursos superiores de tecnologia. Brasília, DF, 2010a. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13029-catalogo-nacional-cursos-superiores-tecnologia-2010-290413-pdf&category\\_slug=abr-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13029-catalogo-nacional-cursos-superiores-tecnologia-2010-290413-pdf&category_slug=abr-2013-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em 10 de set. de 2020.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.589, de 26 de outubro de 2011. Institui a Rede e-Tec Brasil. Brasília, DF, 2011b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7589.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7589.htm)>. Acesso em 10 de set. de 2020.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 8.268, de 18 de julho de 2014. Altera o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, 2014a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/decreto/d8268.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8268.htm)>. Acesso em 10 de jun. de 2020.

\_\_\_\_\_. MEC (2016). Catálogo nacional dos cursos superiores de tecnologia. 3ª Edição. Brasília, DF, 2016a. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=44501-CNST-2016-3edc-pdf&category\\_slug=junho-2016-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=44501-CNST-2016-3edc-pdf&category_slug=junho-2016-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em 10 de out. de 2020.

BANCO MUNDIAL – BM. **Prioridades y estrategias para la educación.** Examen del Banco Mundial Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento / BANCO MUNDIAL 1818 H Street, N.W. Washington, D.C. 20433, EE.UU. WASHINGTON, D. C. 1996. Disponível em <<https://documents1.worldbank.org/curated/en/715681468329483128/pdf/14948010spanish.pdf>>. Acesso em 12 de jan. de 2020.

BANCO MUNDIAL - BM. **Relatório anual 2018.** Disponível em < 9> Acesso em 26/01/2020. Disponível em <

<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/30326/211296PT.pdf>>. Acessado em 12 de jan. de 2020.

BANCO MUNDIAL – BM. **Políticas educacionais na pandemia da Covid-19: O que o Brasil pode aprender com o resto do mundo?**. Disponível em <<https://pubdocs.worldbank.org/en/413781585870205922/pdf/politicas-educacionais-na-pandemia-da-covid-19-o-que-o-brasil-pode-aprender-com-o-resto-do-mundo.pdf>>. Acessado em 05 de mai. de 2020.

BOGDAN, Roberto C. e BIKLEN, San. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. PORTO Editora LDA - 1994. Rua da Restauração. 365 ,1099 PORTO CODEX, PORTUGAL, 1994.

BONDI, André B.. **Características de escalabilidade e seu impacto no desempenho**. Anais do segundo workshop internacional sobre Software e performance - WOSP '00. p. 195. doi : 10.1145 / 350391.350432 . ISBN 158113195X. 2000.

BRITO, Ana Paula Batista da Silva. **O fórum das entidades representativas do ensino superior particular: um novo intelectual orgânico de base coletiva**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) do Instituto de Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA). Área de concentração: Políticas Públicas Educacionais. 2019. Disponível em <<http://repositorio.ufpa.br/>> Acesso em 13 de jan. de 2021.

CAMARGO, Arlete; MEDEIROS, Luciene; MAUÉS, Olgaíses; CHAVES, Vera Lúcia Jacob. **UFPA: um modelo de universidade multicampi para a Amazônia**. IN: MOROSINI, Marília. A Universidade no Brasil: concepções e modelos. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. p. 187-199. 2006.

CAPES. **Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**, 2018. Disponível em: <<https://cutt.ly/4hvQ9Zt>>. Acesso em de 15 out. de 2019.

CARVALHO, Cristina Helena A. de. **Reforma universitária e os mecanismos de incentivo à expansão do ensino superior privado no Brasil (1964-1984)**. 2002. 171f. Dissertação (Mestrado em Economia) — Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Instituto de Economia. Campinas (SP), 2002.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política**. In.: A Sociedade em Rede Do Conhecimento à Ação Política. Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Conferência promovida pelo Presidente da República, 4 e 5 de Março de 2005. Centro Cultural de Belém. 2005.

CASTRO, A.; CABRAL NETO, A. **Educação a distância como estratégia de expansão do ensino superior no Brasil**. In: CHAVES, Vera L. Jacob; CABRAL NETO, Antonio Cabral; NASCIMENTO, Ilma Vieira. Políticas para a Educação Superior no Brasil: velhos temas e novos desafios. São Paulo: Ed. Xamã. p. 85-108. 2009.

CHAVES, V. L. J; AMARAL, N. C. **Políticas de financiamento da educação superior num contexto de crise**. Campinas, SP. Mercado de letras, 2017.

CHAVES, Vera L. J.; NOVAIS, Valéria S. de M.; **A Mercantilização da Pós-graduação lato sensu e sua relação com o financiamento da educação superior: O caso da Universidade Federal do Pará – UFPA.** In.: Política de Financiamento da Educação Superior num contexto de crise. Campinas, SP. Mercado de letras, 2017.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. **Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios.** Educação & Sociedade, v. 31, p. 481-500, 2010.

\_\_\_\_\_. **Financeirização e Expansão do ensino superior privado-mercantil no Brasil.** In: 5a. Conferência da Associação FORGES, 2015, Coimbra. Anais da 5a. Conferência da Associação FORGES. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2015. v. 1. p. 1-16. Disponível em: <<https://cutt.ly/jhvQEWg>>. Acesso em 10 de jun. de 2019.

CERQUEIRA FILHO. **Autoritarismo Afetivo: A Prússia como Sentimento.** São Paulo: pp.136;14x21cm.ISBN 85-7137-245-4. Editora Escuta, 2005.

CHAVES. V. L. J.; AMARAL, N. C. **Política de Expansão da Educação Superior no Brasil - o PROUNI e o FIES como Financiadores do Setor Privado.** Educação em Revista (UFMG. impresso), v. 32, p. 49-72, 2016.

CHAVES. V. L. J.; REIS, L. F.; GUIMARÃES, A. R. **Dívida Pública e Financiamento da Educação Superior no Brasil.** Acta Scientiarum. Education [Online], v. 40(1), e 37668, 2018.

CHESNAIS, F. (Org.). **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos.** São Paulo: Xamã, 1996.

CIVALSCI, E. L. **‘Cursos superiores de graduação tecnológica: Estigma discriminatório?’.** Dissertação (Mestrado em Educação: currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: Programa de pós-graduação em Educação: Currículo. São Paulo, 2011.

COMAZZETTO; GONÇALVES; PERRONE E VASCONCELLOS. **A Geração Y no Mercado de Trabalho: um Estudo Comparativo entre Gerações.** 2016. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v36n1/1982-3703-pcp-36-1-0145.pdf>> Acesso em 09 de jan. de 2020.

COSTA, Fábio Luciano Oliveira. **Financeirização do capital no ensino superior privado com fins lucrativos no Brasil (2007-2012).** Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação. Área de Concentração: Estado, sociedade e educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – USP. 2016.

DALE, W. Jorgensen; KHUONG, M. Vu. **Tecnologias de Informação e a Economia Mundial.** In.: A Sociedade em Rede Do Conhecimento à Ação Política. Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Conferência promovida pelo Presidente da República, 4 e 5 de Março de 2005. Centro Cultural de Belém. 2005.

DALE E KHUONG. **Tecnologias da Informação e a Economia Mundial.** In: A Sociedade em Rede do Conhecimento à Ação Política – Debates. Imprensa Nacional-Casa da Moeda. EDIÇÃO 1012466. 2006.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Editora Boitempo, 402 p, 2016.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo: Por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

DOWBOR, Ladislau. **O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais.** São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2020.

ENDEAVOR. **Escalabilidade: saiba quão longe sua ideia pode ir.** s/d. Disponível em < <https://endeavor.org.br/estrategia-e-gestao/escalabilidade/>>. Acesso 22 abr. 2022.

ESTÁCIO. **Vantagens do EAD.** Disponível em <https://portal.estacio.br/vantagensead/>. Acesso em 22 de dez. de 2021.

\_\_\_\_\_. **Estácio Day, Reconhecimento da marca.** 2017. Disponível em < <https://www.yduqs.com.br>>. Acesso em 20 de dez. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Estácio Day, Reconhecimento da marca.** 2016. Disponível em < <https://www.yduqs.com.br>>. Acesso em 20 de dez. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Estácio Day, Reconhecimento da marca.** 2018. Disponível em < <https://www.yduqs.com.br>>. Acesso em 20 de dez. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Apresentação de resultados.** 4º Trimestre de 2007. Disponível em < <https://www.yduqs.com.br>>. Acesso em 20 de dez. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Apresentação de resultados.** 4º Trimestre de 2008. Disponível em < <https://www.yduqs.com.br>>. Acesso em 20 de dez. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Apresentação de resultados.** 4º Trimestre de 2009. Disponível em < <https://www.yduqs.com.br>>. Acesso em 20 de dez. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Apresentação de resultados.** 4º Trimestre de 2010. Disponível em < <https://www.yduqs.com.br>>. Acesso em 20 de dez. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Apresentação de resultados.** 4º Trimestre de 2011. Disponível em < <https://www.yduqs.com.br>>. Acesso em 20 de dez. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Apresentação de resultados.** 4º Trimestre de 2012. Disponível em < <https://www.yduqs.com.br>>. Acesso em 20 de dez. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Apresentação de resultados.** 4º Trimestre de 2013. Disponível em < <https://www.yduqs.com.br>>. Acesso em 20 de dez. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Apresentação de resultados.** 4º Trimestre de 2014. Disponível em < <https://www.yduqs.com.br>>. Acesso em 20 de dez. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Apresentação de resultados.** 4º Trimestre de 2015. Disponível em < <https://www.yduqs.com.br>>. Acesso em 20 de dez. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Apresentação de resultados.** 4º Trimestre de 2016. Disponível em <  
<https://www.yduqs.com.br>>. Acesso em 20 de dez. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Apresentação de resultados.** 4º Trimestre de 2017. Disponível em <  
<https://www.yduqs.com.br>>. Acesso em 20 de dez. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Apresentação de resultados.** 4º Trimestre de 2018. Disponível em <  
<https://www.yduqs.com.br>>. Acesso em 20 de dez. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Apresentação de resultados.** 4º Trimestre de 2019. Disponível em <  
<https://www.yduqs.com.br>>. Acesso em 20 de dez. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Apresentação de resultados.** 3º Trimestre de 2019. Disponível em <  
<https://www.yduqs.com.br>>. Acesso em 20 de dez. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Apresentação institucional.** 2007. Disponível em <  
<https://www.yduqs.com.br>>. Acesso em 20 de dez. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Apresentação institucional.** 2008. Disponível em <  
<https://www.yduqs.com.br>>. Acesso em 20 de dez. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Apresentação institucional.** 2009. Disponível em <  
<https://www.yduqs.com.br>>. Acesso em 20 de dez. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Apresentação institucional.** 2010. Disponível em <  
<https://www.yduqs.com.br>>. Acesso em 20 de dez. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Apresentação institucional.** 2011. Disponível em <  
<https://www.yduqs.com.br>>. Acesso em 20 de dez. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Apresentação institucional.** 2012. Disponível em <  
<https://www.yduqs.com.br>>. Acesso em 20 de dez. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Apresentação institucional.** 2013. Disponível em <  
<https://www.yduqs.com.br>>. Acesso em 20 de dez. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Apresentação institucional.** 2014. Disponível em <  
<https://www.yduqs.com.br>>. Acesso em 20 de dez. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Apresentação institucional.** 2015. Disponível em <  
<https://www.yduqs.com.br>>. Acesso em 20 de dez. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Apresentação institucional.** 2016. Disponível em <  
<https://www.yduqs.com.br>>. Acesso em 20 de dez. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Apresentação institucional.** 2017. Disponível em <  
<https://www.yduqs.com.br>>. Acesso em 20 de dez. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Apresentação institucional.** 2018. Disponível em <  
<https://www.yduqs.com.br>>. Acesso em 20 de dez. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Apresentação institucional.** Maio de 2018. Disponível em < <https://www.yduqs.com.br>>. Acesso em 20 de dez. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Informações anuais.** 2006. Disponível em < <https://www.yduqs.com.br>>. Acesso em 20 de dez. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Manual do Aluno.** 2019.2. Disponível em <<https://portal.estacio.br/>>. Acesso em 09 de abr. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Informações anuais.** 2008. Disponível em < <https://www.yduqs.com.br>>. Acesso em 20 de dez. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Institucional.** Vigência – 2019 a 2023. Belo Horizonte/Minas Gerais/Novembro de 2018. < <https://www.yduqs.com.br>>. Acesso em 20 de dez. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Administração.** 2019. Disponível em < <https://www.yduqs.com.br>>. Acesso em 20 de dez. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Administração.** 2018. Disponível em < <https://www.yduqs.com.br>>. Acesso em 20 de dez. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Administração.** 2017. Disponível em < <https://www.yduqs.com.br>>. Acesso em 20 de dez. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Administração.** 2016. Disponível em < <https://www.yduqs.com.br>>. Acesso em 20 de dez. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Administração.** 2015. Disponível em < <https://www.yduqs.com.br>>. Acesso em 20 de dez. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Administração.** 2014. Disponível em < <https://www.yduqs.com.br>>. Acesso em 20 de dez. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Administração.** 2013. Disponível em < <https://www.yduqs.com.br>>. Acesso em 20 de dez. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Administração.** 2012. Disponível em < <https://www.yduqs.com.br>>. Acesso em 20 de dez. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Administração.** 2011. Disponível em < <https://www.yduqs.com.br>>. Acesso em 20 de dez. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Administração.** 2010. Disponível em < <https://www.yduqs.com.br>>. Acesso em 20 de dez. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Administração.** 2009. Disponível em < <https://www.yduqs.com.br>>. Acesso em 20 de dez. de 2019.

**EL PAÍS. Geração Z: antes mentíamos aos pais para sair, agora mentem aos amigos para ficar em casa.** Matéria publicada em 01/10/2019. Disponível

[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/27/estilo/1569597592\\_555709.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/27/estilo/1569597592_555709.html). Acesso em 09 de jan. de 2020.

FAVRETTO, Juliana. MORETTO, Cleide Fátima. **Os cursos superiores de tecnologia no contexto de expansão da educação superior no Brasil: A retomada da ênfase da educação profissional**. Revista Educação e Sociedade. Campinas, v. 34, n. 123, p. 407-424. Junho de 2013. Disponível em <  
<https://www.scielo.br/j/es/a/pWKWy66bgDDqLymqvhsLGXd/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 23 de mai. 2021.

FERNANDES, Juliana Cristina da Costa. **Educação tecnológica e empregabilidade: revelações de egressos** [manuscrito] / Juliana Cristina da Costa Fernandes. – 2012. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Departamento de Educação, 2012. “Orientador: Prof. Dr. José Maria Baldino”. 2012.

FERNANDES, S. M.; HENN, L. G.; KIST, L. B. Distance learning in Brazil: some notes. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. e21911551, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i1.1551. Disponível em:  
<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/1551>. Acesso em 13 de abr. de 2022.

FERNANDEZ, Ciro Francisco Burgos. **Neoliberalismo e os cursos superiores de tecnologias no Brasil**. 2006. 157 f. Dissertação (Mestrado em educação). Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2006.

FERRARI, Monia de Melo. **A migração nordestina para São Paulo no segundo governo Vargas (1951 - 1954) - seca e desigualdades regionais**. 2005. 169 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

FERREIRA, N. S. de Almeida. **AS PESQUISAS DENOMINADAS “ESTADO DA ARTE”**. Educação & Sociedade, ano XXIII, no 79, Agosto/2002. Disponível em [www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf](http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf). Acesso em 04 de jun. de 2019.

FILHO, João Ribeiro dos Santos. **Financiamento da educação superior privado-mercantil: incentivos públicos e financeirização de grupos educacionais** / João Ribeiro dos Santos Filho; orientadora Vera Lúcia Jacob Chaves. – Belém, 2016. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2016.

FILHO, Domingos Leite Lima. **A reforma da educação profissional no Brasil nos anos noventa**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Santa Catarina, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008/B.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão**. 35ª Edição. Editora Petrópolis, Rio de Janeiro. 2008/A.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a Crise do Capitalismo Real**. 6ª Edição. Cortez, São Paulo, 2010.

FUNDAÇÃO ENDEAVOR BRASIL. **Escalabilidade: saiba quão longe sua ideia pode ir**. Estratégia e Gestão. Publicado em 05/07/2015. Disponível em

<https://endeavor.org.br/estrategia-e-gestao/escalabilidade/>. Acesso em 14 de abr. de 2022.

GERIBELLO, Francisca Batista Barbosa. **A Caravana do Cordel e a construção de um Nordeste em movimento em São Paulo**. 2013. 165 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

GENTILI, P. **Adeus à Escola Pública**: a desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das majorias. In: GENTILI, P. (Org.). *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. Tradução: Vania Paganini Thurler; Tomaz Tadeu da Silva. 7. (Coleção Estudos Culturais em Educação) p. 229-252. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

GOMES, Luiz Fernando. **EAD no Brasil**: perspectivas e desafios. Universidade Estadual de Campinas; Sorocaba, SP 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v18n1/02.pdf>> Acesso em 10 de jun. de 2019.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. Editora Boitempo, 2017.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica**. Título original: Marx, Capital and the Madness of Economic. 1ª Edição. Editora Boitempo. 2018.

HERMIDA, Jorge Fernando; BONFIM, Cláudia Ramos de Souza. **A educação à distância**: história, concepções e perspectivas. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p.166–181, ago. de 2006 ISSN: 1676-2584. 2006.

HOPER EDUCACIONAL. O Mercado Educacional Brasil Segundo o Censo 2018 e a Visão Hoper. **Bússola Educacional, informativo quinzenal**. Set. 2018. Disponível em < <https://www.hoper.com.br/>>. Acesso em 07 de nov. de 2020.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (BR). **Estimativas da População**. Rio de Janeiro: IBGE; 2019.

IBGE EDUCA. IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. s/d. Disponível em < <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html>>. Acesso 01 mai. 2020.

IBM SPSS STATISTICS. Disponível em < <https://www.ibm.com/>>, Acesso em 15 de fev. de 2018.

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Radar IDH**: evolução do IDHM e seus índices de componente no período de 2012 a 2017. – Brasília : IPEA : PNUD : FJP, 2019. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9150/1/Radar%20IDHM\\_evolu%C3%A7%C3%A3o%20do%20IDHM%20e%20de%20seus%20%C3%ADndices%20componentes%20no%20per%C3%ADodo.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9150/1/Radar%20IDHM_evolu%C3%A7%C3%A3o%20do%20IDHM%20e%20de%20seus%20%C3%ADndices%20componentes%20no%20per%C3%ADodo.pdf). Acesso em 11 de abr. de 2022.

JUNIOR, William P. da M.; MAUÉS, Olgaíses. C. **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais Brasileiras**. In.: *Revista Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 1137-1152, out./dez. 2014. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/edu\\_realidade](http://www.ufrgs.br/edu_realidade)>. Acesso em 10 de jun. de 2019.

KATO, F. B. G. **A nova política de financiamento de pesquisas: reforma do Estado e o novo papel do CNPQ.** 2013. 180p. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2013.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo e o ataque ao ensino público.** Ed. Boitempo, São Paulo, 2019.

LEME, Paschoal. **O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira.** In: R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 86, n. 212, p. 163-178, jan./abr, 2005.

LESSA, Sávio. **Conflitos agrários na Região Norte: uma história de violência que não deve se repetir.** Portal Amazônia, 19/05/2021. Disponível em: <https://portalamazonia.com/seguranca-publica-e-cidadania/conflitos-agrarios-na-regiao-norte-uma-historia-de-violencia-que-nao-deve-se-repetir#:~:text=Em%202019%20a%20regi%C3%A3o%20norte,lideran%C3%A7a%20nacional%2C%20com%20488%20conflitos.&text=Esses%20conflitos%20est%C3%A3o%20relacionados%20a,para%20realiza%C3%A7%C3%A3o%20de%20obras%20etc.> Acesso em 11 de abr. de 2022.

LIMA, Júlio César França. NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006, 320 p. ISBN: 978-85-7541-612-9. Available from: doi: 10.7476/9788575416129. Disponível em < <http://books.scielo.org/id/j5cv4/epub/lima-9788575416129.epub>>. Acessado em 22 de mai. de 2019.

LEVY, Pierre. **Cibercultura.** Editora 34. São Paulo. Coleção Trans. 1999.

LEVY, Pierre. **Filosofia world.** Mercado, o Ciberespaço, a Consciência. Instituto Piaget, 2000.

LEHER, Roberto. **Autoritarismo contra a universidade: o desafio de popularizar a defesa da educação pública.** 1ª edição. São Paulo – Brasil. Fundação Rosa Luxemburgo. Ministério Federal. Cooperativa Econômica e de Desenvolvimento da Alemanha (BMZ). Editora Expressão Popular, 2019.

LIMA, J.C.F., and NEVES, L.M.W., org. **Fundamentos da educação escolar do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora. Fiocruz; 2006. 320 pp.

LIMA, Kátia Regina de Souza. **O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século.** Espaço temático políticas sociais e questões contemporâneas. Revista Katálysis On-line version ISSN 1982-0259. Rev. katálysis vol.14 no.1 Florianópolis Jan./ Junho, 2011.

MASSAMBANI, Oswaldo. **EDUCAÇÃO & CIÊNCIA.** ÍNDIGO - Instituto de Inovação e Governança. 15 de Outubro de 2021. Disponível em < <https://indigo.org.br/site/wp-content/uploads/2021/12/B.-EDUCACAO-CIENCIA.pdf>>. Acesso em 23 de jan. 2022.

MAIA, Marta de Campos. **Educação a Distância.** Especial educação executiva. Programama de Educação a Distância da FGV-EAESP. 2007. Disponível em: <[bibliotecadigital.fgv.br](http://bibliotecadigital.fgv.br)>. Acesso em 10 de jun. de 2019;

MACIEL, Paulo Henrique Freitas. **Contradições da expansão do ensino superior brasileiro por meio do REUNI, FIES e PROUNI**. Orientadora: Antonia de Abreu Sousa. 2021. 175 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, L. M. . **As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa**. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Anual da ANPED. 2006. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT17-2042--Int.pdf>> Acesso em 17 de jun. de 2019;

MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1. 2ª Edição. Editora Boitempo. 2011.

MENDONÇA, Ana Waleska; XAVIER, Libânia. O INEP NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DO MEC (1950/1960). In: **Revista Contemporânea da Educação - RCE**, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. ISSN 1809-5747. Volume 01, Número 01. Ano 2006.

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. 2 ed. rev. e ampliada, São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São. Paulo: Boitempo, 2008.

MONTE, Emerson. D. **Trabalho docente na educação à distância: a UFPA como expressão do fenômeno**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2010. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2010. <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/2733>> Acesso em 10 de jun. de 2019.

MORAES, Maria Célia M. de. **Recuo da teoria: dilemas na pesquisa em educação**. Revista Portuguesa de Educação. PP. 07-25. CEEP - Universidade do Minho, 2001.

MORAES, Valéria Silva de. **A pós-graduação lato sensu da UFPA no contexto da mercantilização da educação superior**. 2013. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2013. Programa de Pós-Graduação em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/4074>>. Acesso em 10 de jun. de 2019;

MARTINS, L. M. (2006). **As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa**. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Anual da ANPED. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT17-2042--Int.pdf>> Acesso em 17 de jun. de 2019.

MENDONÇA; XAVIER. **O INEP NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DO MEC (1950/1960)**. In: Revista Contemporânea da Educação - RCE, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. ISSN 1809-5747. Volume 01, Número 01. Ano 2006.

MONTE, Emerson. D. **Trabalho docente na educação à distância: a UFPA como expressão do fenômeno**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2010. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2010. <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/2733>>. Acesso em 10 de jun. de 2019.

MORAES, Valéria Silva de. **A pós-graduação lato sensu da UFPA no contexto da mercantilização da educação superior**. 2013. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2013. Programa de Pós-Graduação em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/4074>>. Acesso em 10 de jun. de 2019;

MORAIS, Regiane S.; VIANA, Maria de L. F.; CAMARGO, Rosangela de A. **Caracterização dos (as) Estudantes de Cursos de Pós-Graduação (Lato Sensu) na Modalidade de Educação a Distância**. 2012. Disponível em: <<http://sistemas3.sead.ufscar.br/ojs/Trabalhos/164-930-2-ED.pdf>> Acesso em 10 jun. 2019.

NEY, Natia. **Pará lidera ranking de municípios que oferecem internet *wi-fi* na região Norte**. Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica - SECTET. s/d. Disponível em <<https://www.sectet.pa.gov.br/secti/node/2652>>. Acessado em 28 set. 2020.

PAULANI, Leda. **Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil**. In: Hegemonia às avessas. São Paulo: Boitempo, 109-136. 2010.

PAULANI, Leda. **O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses**. In: Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo [S.l.: s.n.], 2007. Disponível em <<https://books.scielo.org/id/j5cv4/pdf/lima-9788575416129-04.pdf>>. Acessado em 17 de fev. de 2019.

PARÁ. **Programa Navegapará**. Disponível em <<http://www.navegapara.pa.gov.br/o-que-e>>. s/d. Acesso em 06 de jun. 2020.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, financeiro e intelectual**. Editora José Olympio, 2012.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, financeiro e intelectual, 1944-2008**. Editora Civilização Brasileira. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense. Departamento de história. Orientadora: Virgínia Fontes. 2009. Disponível em <[https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2009\\_PEREIRA\\_Joao\\_Marcio\\_Mendes-S.pdf](https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2009_PEREIRA_Joao_Marcio_Mendes-S.pdf)>. Acessado e 12 de nov. de 2019.

PAIVA, Odair da Cruz. **Histórias da (I)migração**. Imigrantes e Migrantes em São Paulo entre o final do século XIX e o início do século XXI. 1º edição. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2013.

PATTO, Maria Helena Souza. **O ensino a distância e a falência da educação**. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/dddbR9B35pCZYM3nxJB47Pz/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 10 de abr 2022.

PENNA, Maura. **O que faz ser nordestino: identidades sociais, interesses e o “escândalo”** Erundina. 1ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 1992.

PINOTT, Danny d. **Tecnólogo EAD: ingresse mais rápido no mercado.** ESTÁCIO. 23 mai. 2021. Disponível em < <https://matriculas.estacio.br/blog/tecnologo-ead/>>. Acesso 12 dez. 2021.

PRESSE, Paulo. HERNANDES, Vânia. O mercado educacional Brasil segundo o censo 2018 e a visão HOPER. 10 jul. 2019. Disponível em <https://www.hoper.com.br/single-post/2019/10/07/o-mercado-educacional-brasil-segundo-o-censo-2018-e-a-visc383o-hoper>. Acesso 23 ago. 2019.

RODRIGUES, Mario Augusto De Carvalho. **O intervencionismo regulatório no brasil, uma análise jurídico econômica: o caso Estácio-Kroton**. Mestrado em DIREITO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE MARÍLIA, Marília Biblioteca Depositária: ZILMA PARENTE DE BARROS. 2018.

REIS, Luiz Fernando. **IX colóquio da linha de políticas públicas educacionais.** Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED. Universidade Federal do Pará - UFPA. Mesa 2: financiamento da educação, pandemia e reforma tributária, 2020. Disponível em < [https://www.youtube.com/watch?v=e8U\\_5vHu9mo&t=4421s&ab\\_channel=PPGED-UFPA-ProgramadeP%C3%B3s-Gradua%C3%A7%C3%A3oemEduca%C3%A7%C3%A3o](https://www.youtube.com/watch?v=e8U_5vHu9mo&t=4421s&ab_channel=PPGED-UFPA-ProgramadeP%C3%B3s-Gradua%C3%A7%C3%A3oemEduca%C3%A7%C3%A3o) (1h54m33s)>. Acessado em 26 de out. de 2020.

RIBEIRO, Maria Edilene da Silva. **A gestão universitária: um estudo na UFPA, de 2001 a 2011.** 2013. 290 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Belém, 2013. Disponível em < <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/3862>>. Acessado em 18 de mai. de 2020.

ROLIM, Rosana. **IX colóquio da linha de políticas públicas educacionais.** Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED. Universidade Federal do Pará - UFPA. Mesa 2: financiamento da educação, pandemia e reforma tributária, 2020. Disponível em < [https://www.youtube.com/watch?v=e8U\\_5vHu9mo&t=4421s&ab\\_channel=PPGED-UFPA-ProgramadeP%C3%B3s-Gradua%C3%A7%C3%A3oemEduca%C3%A7%C3%A3o](https://www.youtube.com/watch?v=e8U_5vHu9mo&t=4421s&ab_channel=PPGED-UFPA-ProgramadeP%C3%B3s-Gradua%C3%A7%C3%A3oemEduca%C3%A7%C3%A3o) (1h54m33s)>. Acessado em 26 de out. de 2020.

ROSIN, Cláudia Aparecida Bueno. **A Educação a distância no Brasil – Limites e possibilidades na implantação da EAD no ensino superior** 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2010.

RESENDE, Stela Galbardi de. **Políticas públicas para a educação superior a distância no Brasil: princípios e contradições entre a legislação brasileira e as recomendações dos organismos internacionais.** Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá. 2018. Disponível em:< <http://www.ppe.uem.br/dissertacoes> >. Acesso em 01 de jul. de 2019.

SANTOS FILHO, J. R. **Financiamento da educação superior privado-mercantil: incentivos públicos e financeirização de grupos educacionais.** Tese (Doutorado em

Políticas Públicas Educacionais) - Universidade Federal do Pará: Programa de pós-graduação em Educação- Faculdade de Educação. Belém, 2016. Disponível em <<http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/8626>>. Acessado em 15 de já. de 2019.

SANTOS, Almeida Catarina. **Educação a distância: tensões entre expansão e qualidade.** In.: Educação **contra a barbárie.** Por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. Organização Fernando Cassio. 1ª Ed. São Paulo. Ed. Boitempo, 2019.

SGUISSARDI, Valdemar. **Educação Superior no Brasil.** Democratização ou massificação mercantil? Rev. Educ. Soc. v.36, n.133, Campinas, Oct./Dec, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v36n133/1678-4626-es-36-133-00867.pdf>> Acesso em 13 de jan. de 2019.

SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. M. C. **Decifrar textos para compreender a política:** subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. Perspectiva – Revista do Centro de Ciências da Educação da UFSC, Florianópolis, v. 23, p. 427-446, 2005.

SILVA, Sirley Camilo da. **Programa de excelência como diferencial competitivo em uma instituição de ensino superior** – o caso da implantação no grupo Estácio. Universidade Federal Fluminense. Dissertação, 2017.

SILVA, José Jaime da *et al.* **Pobreza multidimensional no Brasil:** uma análise do período 2004-2015. **Revista de Economia Política**, vol. 40, nº 1, pp. 138-160, janeiro-março/2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/xqBvfZ5JqBZHvYqnFMNCcWv/?lang=pt&format=html> . Acesso em 11 de abri. de 2022.

SILVA, T.T. **A "nova" direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia.** In: GENTILI, P.A.A. & SILVA, T.T.(org.) Neoliberalismo, qualidade total e educação. 2.ed. Petrópolis, Vozes, 1994.

SILVA, Leopoldo. **PEC Emergencial estabelece gatilho para corte de gastos públicos.** Agência Senado. Matéria publicada em 08 de nov. de 2019. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/11/08/pec-emergencial-estabelece-gatilho-para-corte-de-gastos-publicos>. Acesso em 23 de jan. de 2020.

SOUSA, Leila Maria Costa. **O financiamento estudantil da Estácio Participações S.A.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) do Instituto de Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA). Área de concentração: Políticas Públicas Educacionais, 2019. Disponível em <<http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/11861>>. Acessado em 07 de jan. de 2020.

TEIXEIRA, Anísio. **Discurso de posse do Professor Anísio Teixeira no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. v.17, n.46, 1952. p.69-79. Disponível em <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/discurso2.html>. Acessado em 13 de jun. de /2019.

TOKARNIA, Mariana. Um em cada 4 brasileiros não tem acesso à internet, mostra pesquisa: Número representa 46 milhões que não acessam a rede. **Agência Brasil.** 29 abr.

2020. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/um-em-cada-quatro-brasileiros-nao-tem-acesso-internet>>. Acesso 15 mar. 2021.

THEIS, Ivo Marcos; STRELOW, Daniel Rodrigo; LASTA, Tatiane Thaís. Ct&I e desenvolvimento desigual no Brasil: é possível outro “modelo de desenvolvimento”? **Revista Tecnologia e Sociedade**, vol. 13, núm. 27, janeiro-abril, 2017, pp. 43-61 Universidade Tecnológica Federal do Paraná Curitiba, Brasil Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4966/496654014005.pdf>. Acessado em 10 de abr. de 2022.

UNICEF. **Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos: PLANO DE AÇÃO PARA SATISFAZER AS NECESSIDADES BÁSICAS DE APRENDIZAGEM.** *World Conference on Education for All (WCEFA)*, Jomtien, Tailândia 5 a 9 de março de 1990. Nova Iorque, abril de 1990 Original: Inglês. 1990.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Conferencia General:** décima reunión, París, 1958: Resoluciones. 10 C/Resolutions, CPG.59.IV.10. Spanish. 1959. Disponível em <[https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000114584\\_spa](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000114584_spa)>. Acessado em 30 de ago. de 2019.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Educação:** um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI (destaques). Brasil. Fundação FaberCastell. 2010. Disponível em <[https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109590\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109590_por)>. Acessado em 30 de ago. de 2019.

VALE, A. A. **As faculdades não fazem pesquisa porque não querem jogar dinheiro fora:** a trajetória da Estácio de Sá da filantropia ao mercado financeiro. 2011. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

VALE, Andrea Araújo do. **A expansão do segmento privado-mercantil na educação superior brasileira:** o caso da Estácio de Sá. In: CHAVES, V. J. Silva Júnior, J. R. & A. M. Catani (Org.), *A universidade brasileira e o PNE: instrumentalização e mercantilização educacionais*. São Paulo, SP: Xamã, 2011.

VEIGA, C. C. P. S. **Determinantes sócio-históricos das mudanças recentes na gestão da educação profissional tecnológica no Brasil.** Tese (Doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. 374 p. Nova Iguaçu, 2020.

YDUQS. **Aquisição da UniToledo.** Fato relevante: Aquisição de 100% das cotas da UniToledo. Disponível em <<https://www.yduqs.com.br/ListaBusca.aspx?busca=unitoledo>>. Acesso em 13 de nov. de 2020.

YDUQS. **Estácio, crescimento pede evolução.** Apresentação da marca. Disponível em <<https://www.yduqs.com.br/>>. Acesso em 23 de jan. de 2020.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Catalogação na publicação: Mônica Ballejo Canto - CRB 10/1023 ISBN 85-7307-852-9. Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre: Bookman, 2001.